

Jorge Miglioli

ACUMULAÇÃO DE CAPITAL
E DEMANDA EFETIVA

Tese de Livre Docência apresentada à
Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Campinas

1 9 7 9

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Índice

INTRODUÇÃO	111
[1] A LEI DE SAY E SUAS IMPLICAÇÕES	<u>1</u>
1. A longa vida da lei de Say	1
2. Formulação e significado da "lei"	7
3. Implicações da "lei"	20
[2] MARX: ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E REALIZAÇÃO DA MAIS-VALIA	<u>49</u>
1. O circuito do capital dinheiro	49
2. Reprodução simples e ampliada do capital	51
3. Condições materiais da reprodução	53
4. Oferta e demanda de força de trabalho	56
5. Composição material da produção	59
6. O dinheiro na acumulação de capital	71
7. O problema da realização da produção	78
8. Elementos para uma teoria da demanda efetiva	85
[3] ROSA LUXEMBURGO: ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E MERCADOS EXTERNOS	<u>96</u>
1. Formulação do problema	96
2. Solução do problema	107
3. Conquista e ampliação de mercados externos	116
4. Os erros na teoria de Rosa Luxemburgo	126
[4] KALECKI: A DINÂMICA DAS ECONOMIAS CAPITALISTAS	<u>140</u>
1. Introdução	140
2. O esquema de reprodução	147
3. Determinantes dos lucros (equação simplificada)	153
4. Determinantes dos lucros (equação completa)	160
5. Financiamento dos gastos	170
6. Lucros, salários e renda nacional	183
7. Determinantes do consumo dos capitalistas	192
8. Determinantes do saldo de exportação e do déficit orçamentário	200
9. Determinantes do investimento	208

INTRODUÇÃO

1. OBJETO DE ESTUDO

O problema da demanda efetiva — que até então só era abordado pelos economistas "heréticos", desligados da tradição clássica e néo-clássica — finalmente ganhou destaque na década de 1930 e a partir daí inseriu-se definitivamente na literatura econômica. Essa mudança (de radical implicação para uma série de questões) se deveu às obras de três autores de diferentes formações teóricas: por ordem de entrada em cena, o sueco Gunnar Myrdal, o polonês Michal Kalecki e o inglês John Maynard Keynes.⁽¹⁾

A matriz teórica de que partiu Myrdal é constituída pela Escola austríaca e por Wicksell, mas sua contribuição para o esclarecimento do problema da demanda efetiva é a mais limitada das três. A matriz teórica que serviu de base a Keynes é bem menos "nobre": Thomas Malthus, J. A. Hobson e outros menos conhecidos, como Silvio Gesell. Pelo menos essa é a matriz reconhecida pelo próprio Keynes, mas na verdade ele sofreu influências de outros estudiosos mais "distintos" do que os acima citados, como Wicksell e Alfred Marshall, cuja obra principal (Principles of Economics, muito bem conhecida por Keynes) contém algumas sementes da questão da demanda efetiva. De todos, foi Keynes quem obteve o maior reconhecimento pelo desenvolvimento da questão; isto se deve, em grande parte, ao fato de ele já ser, quando escreveu sua General Theory, um eco-

(1) O trabalho de Myrdal foi publicado em sueco em 1931 e em alemão em 1933; em inglês, sob o título de Monetary Equilibrium, apareceu em 1939. O primeiro trabalho teórico de Kalecki foi publicado em polonês em 1933 e em francês e inglês em 1935. O livro de Keynes (The General Theory of Employment, Interest and Money) surgiu em 1936.

nomista de projeção mundial. Contudo, quem mais profundamente tratou do problema foi Kalecki, tomando por base a literatura econômica marxista. É precisamente a corrente marxista ligada à questão da demanda efetiva que constitui o objeto de estudo do presente trabalho.

Quando Kalecki elaborou seu primeiro estudo destacando o papel da demanda efetiva no processo de acumulação capitalista (mais especificamente, no movimento cíclico das economias capitalistas), já havia sobre o assunto uma vasta literatura marxista. Nessa literatura o problema da demanda efetiva era conhecido então como o problema da "realização" e como o problema dos "mercados". Esse tema havia sido amplamente discutido no fim do século XIX e no início do XX, particularmente pelos marxistas russos. Contudo, no início da década de 1930 ele havia praticamente desaparecido de cena. Em nosso entender, esse desaparecimento pode ser explicado por dois motivos básicos: primeiro, o fato de Lênin ter criticado todos aqueles que haviam colocado em primeiro plano a questão dos mercados no processo de desenvolvimento do capitalismo; segundo, com o estabelecimento do "marxismo oficial", por Stálin no fim da década de 1920, a posição de Lênin em face do assunto foi elevada ao nível de dogma. Assim, o problema da realização, que era um ponto controvertido, sumiu da literatura marxista por longo tempo, e até hoje encontramos alguns teóricos marxistas que identificam o problema da demanda efetiva (que, com outra designação, nada mais é do que o velho problema da realização) como um tema típico da Economia "burguesa" em sua versão keynesiana.

Kalecki, porém, que não era um marxista oficial, retomou o assunto. A grande crise econômica mundial de 1929-33 abalou profundamente a produção polonesa, cujo nível em 1933 havia caído a menos da metade do nível existente em 1928; Kalecki

observava que a produção decrescia apesar de haver equipamento de capital e força de trabalho suficientes para manter a economia operando em nível muito mais alto. Se havia disponibilidade de capacidade produtiva, a queda da produção só poderia ser explicada como uma crise de realização, uma restrição de mercados, uma insuficiência de demanda efetiva. Para formular sua interpretação, Kalecki recorreu às concepções de Marx, Rosa Luxemburgo e Tugan-Baranovski — os autores que mais diretamente o influenciaram. Mas a obra de Kalecki, ao fugir do padrão (de conteúdo e linguagem) do marxismo oficial, acabou sendo identificada como keynesiana. Somente a partir da segunda metade da década de 1950 sua formação marxista foi sendo pouco a pouco reconhecida — em grande parte graças à divulgação de sua obra por Paul Baran, Paul Sweezy e Joan Robinson.

Como já dissemos, no presente trabalho pretendemos estudar a questão da demanda efetiva (ou, para sermos mais precisos, o papel da realização da mais-valia no processo de acumulação capitalista) no pensamento econômico marxista. Assim fazendo, daremos especial destaque à obra de Kalecki, posto que, em nosso entender, foi com esse autor que a referida questão encontrou seu maior desenvolvimento.

2. CONTEÚDO DO TRABALHO

O presente trabalho é constituído de quatro capítulos, onde são examinados, em seqüência, os seguintes assuntos: (1) a influência da chamada "lei de Say" sobre a teoria econômica ortodoxa; (2) as concepções de Marx a respeito do processo de acumulação capitalista e do papel exercido pela demanda efetiva; (3) as "inovações" introduzidas por Rosa Luxemburgo na teoria de Marx; (4) a obra de Kalecki acerca das economias capitalistas maduras, na qual ele esclarece a importância da realização da mais-valia.

Creemos ser conveniente esclarecer desde logo duas eventuais indagações: (1) por que começamos este trabalho pelo estudo da "lei de Say"? (2) por que dedicamos especial atenção à obra de Kalecki (o que se reflete no fato de o correspondente capítulo ser o mais longo dos quatro)? Começemos pelo primeiro ponto.

A "lei dos mercados" de Say (segundo a qual a produção gera sua própria demanda, o que implica não haver restrição de demanda para a contínua expansão da economia) foi adotada por Ricardo e por John Stuart Mill e depois incorporada aos fundamentos da ortodoxia néo-clássica, tendo influenciado profundamente o entendimento de todo um conjunto de questões.

Um exame superficial da teoria da acumulação de Marx, baseado apenas em seus esquemas de reprodução ampliada, pode levar à falsa conclusão de que também Marx seguia, embora sem o saber, a "lei dos mercados" de Say; isto porque, nesses esquemas, ele adotava a hipótese de contínua acumulação de capital, deixando de lado as possíveis restrições impostas pela insuficiência de demanda. Foi desse modo que Tugan-Baranovski, por exemplo, utilizou-se dos esquemas de reprodução. Até mesmo Rosa Luxemburgo, numa passagem de seu livro sobre Acumulação de Capital, chegou a interpretar dessa forma a teoria de Marx, como veremos no capítulo 3.

Mas essa interpretação é totalmente infundada. Marx devotava grande desprezo por Say e por sua "lei dos mercados" e não perdoava Ricardo por tê-la adotado e defendido. Podemos afirmar que foi precisamente ao criticar a versão ricardiana dessa "lei" aplicada à análise do processo capitalista de acumulação que Marx começou a formular sua concepção a respeito da importância da realização da mais-valia. Isto pode ser constatado em seu livro Teorias da Mais-Valia (especificamente na parte relativa a Ricardo, onde Marx trata da acumulação de capital e das crises).

Voltamos então a perguntar: que faz, no começo do presente trabalho, um estudo da "lei de Say" e de suas influências? Existe um claro motivo para começar o trabalho com esse estudo: pretendemos mostrar como a referida "lei" — com todas suas implicações — encontra-se fortemente enraizada no pensamento econômico ortodoxo a partir de Ricardo, e isto serve, entre outras coisas, como pano de fundo para ressaltar o quanto, nessa questão (para ficarmos apenas nessa), o pensamento econômico marxista se diferencia da corrente ortodoxa. Em suma, enquanto os economistas ortodoxos levaram mais de um século — contado de Ricardo a Keynes — para descobrir a importância da demanda efetiva no funcionamento das economias capitalistas, a teoria marxista desde o início já destacava essa questão.

O segundo ponto a esclarecer-se refere à especial atenção dada a Kalecki. O fato de o capítulo correspondente a Marx ter a metade do número de páginas do capítulo relativo a Kalecki não significa que atribuímos a Marx uma importância menor, ou que o tratamos como um simples "precursor de Kalecki".⁽²⁾ Isto é tolice. Os motivos de termos dedicado maior espaço a Kalecki são: (1) sua obra é relativamente pouco conhecida e merece ser mais estudada; (2) especificamente na questão da demanda efetiva (que é o tema central do presente trabalho), sua obra é mais completa e mais clara do que a de Marx (para não mencionar a de Rosa Luxemburgo e outros autores).

Quanto a este segundo motivo, é preciso ressaltar que Marx não deixou inteiramente esclarecida a questão do papel da demanda efetiva no funcionamento das economias capitalistas. Na verdade, suas

(2) No prefácio à segunda edição de seu livro An Essay on Marxian Economics (Londres, Macmillan, 1966), Joan Robinson escreve que Piero Sraffa a atirava dizendo que ela "tratava Marx como um pouco conhecido precursor de Kalecki"; e ela concorda em que há uma certa verdade nessa brincadeira.

'concepções sobre esse assunto se encontram dispersos em diferentes partes de sua obra (tanto em O Capital como nas Teorias da Mais-Valia), não constituindo uma completa e integral formulação do problema. Tanto isto é verdade que deu lugar a uma série de dúvidas, e o livro de Rosa Luxemburgo sobre Acumulação de Capital é evidente exemplo disto.

Com Kalecki a questão da demanda efetiva passou a ser o próprio ponto de partida para a interpretação do movimento das economias capitalistas, e por isto mesmo sua formulação do problema tinha de ser mais abrangente do que a de Marx, onde a realização da mais-valia era vista apenas como uma das faces do processo capitalista de acumulação.

Queremos aproveitar o momento para fazer uma comparação entre Marx e Kalecki no tocante à análise do processo de acumulação. Considerando esse processo como um todo, a análise de Kalecki é mais limitada, porque se atém às condições de realização da mais-valia dentro desse processo, enquanto Marx trata não apenas dessas condições (embora, como dissemos acima, seu tratamento não seja completo) mas também das condições de criação da mais-valia. Sejam os mais claros. Marx trata da mais-valia, ou lucro, tanto pelo ângulo de sua geração (a qual é explicada pela exploração da força de trabalho assalariada) como pelo prisma de sua realização, que determina quanto do lucro produzido ou potencial é efetivamente auferido pelos capitalistas; mas embora Marx tenha estudado exaustivamente o processo de criação da mais-valia, o processo de sua realização não ficou devidamente esclarecido. Com Kalecki aconteceu o contrário: ele se dedicou exclusivamente ao exame do processo de realização. Nesse sentido específico, sua análise das economias capitalistas é unilateral.

Em nosso entender, é essa unilateralidade que explica certas deficiências de sua análise. Onde isto se torna mais evidente é

em sua concepção dos determinantes do investimento. Kalecki formulou diversas explicações desses determinantes, mas jamais ficou, ele mesmo, satisfeito com elas. Em todas essas explicações ele abordou o assunto inteiramente pelo ângulo da demanda efetiva; somente em sua última tentativa ele abandonou esse enfoque, passando a considerar a concorrência entre os capitalistas como o principal determinante do investimento, concorrência esta que só pode ser bem entendida quando examinada pelo ângulo da criação de mais-valia. Em sua última formulação dos determinantes do investimento, Kalecki simplesmente voltou à explicação dada pelo próprio Marx. (Este assunto será tratado na última seção do capítulo 4.)

Segundo dissemos antes, um outro motivo para dedicarmos mais espaço à obra de Kalecki é o fato de ela ser relativamente pouco conhecida. E mesmo quando conhecida, ela é freqüentemente colocada ao lado da Teoria Geral de Keynes. Apesar de sua contribuição para esclarecer a formação marxista de Kalecki, Joan Robinson, por exemplo, jamais deixa de compará-lo com Keynes e o mesmo foi feito, em escala ampliada, por George Feiwel.⁽³⁾ Muitos poucos são os estudos sobre os fundamentos marxistas da obra de Kalecki.⁽⁴⁾ Com o presente trabalho esperamos contribuir para isto.

(3) O último artigo de Joan Robinson sobre esse tema encontra-se em Oxford Bulletin of Economics and Statistics, fevereiro de 1977 (número especial dedicado a Kalecki). Ver também, nesse mesmo número, o artigo de Éprime Eshag, "Kalecki's Political Economy: A Comparison with Keynes". De George R. Feiwel, The Intellectual Capital of Michal Kalecki, Knoxville, The University of Tennessee Press, 1975 (ver particularmente os dois primeiros capítulos).

(4) Entre esses poucos, deve-se mencionar o artigo de Mariano D'Antonio, "Kalecki e il Marxismo", em Studi Storici, nº de janeiro-março de 1978. Na introdução que escrevemos para o livro de ensaios de Kalecki na série "Grandes Cientistas Sociais" da Editora Ática procuramos abordar, embora resumidamente, essa questão.

3. O QUE FALTA

Como dissemos antes, o presente trabalho pretende ser um estudo do pensamento marxista sobre a questão da demanda efetiva. Para ser um estudo mais abrangente do que realmente é, seria preciso incluir alguns temas que foram deixados de lado. Entre eles destacamos o das crises econômicas e as contribuições de certos autores. A não inclusão desses temas foi intencional, pelas razões que passamos a explicar.

As crises econômicas estão intimamente relacionadas com a realização da mais-valia, a tal ponto que uma corrente do pensamento marxista as interpreta como sendo fundamentalmente crises de realização — isto é, momentos em que uma parte da produção criada ou potencial não encontra mercados, não pode ser vendida, gerando as conhecidas mazelas das crises econômicas: queda do nível de atividades, aumento do desemprego, etc. Assim, é difícil tratar do problema da realização sem falar das crises. Apesar disso, preferimos não fazê-lo. As crises (ou, mais genericamente, o movimento cíclico das economias capitalistas) é um dos pontos mais controvertidos na literatura marxista (e na literatura econômica em geral), havendo pelo menos três posições divergentes: quais sejam, as interpretações das crises como uma dificuldade de realização, ou como um resultado do desequilíbrio setorial, ou como uma consequência da tendência decrescente da taxa de lucro. A discussão desse tema seria necessariamente longa e por isto deixamos a questão das crises fora de nosso trabalho; somente em um ou outro capítulo referimo-nos circunstancialmente a elas.

Poderíamos também ter incluído neste trabalho dois outros capítulos, e chegamos a pensar em fazê-lo. Um desses capítulos, que deveria vir em seguida à discussão da "lei de Say", trataria daqueles autores que, na mesma época ou depois de Ricardo (como, por exemplo, T. R. Malthus, S. de Sismondi, J. K. Rodbertus), de

um modo ou de outro opuseram-se à concepção ricardiana de que a acumulação de capital não encontrava obstáculos por parte da demanda, e, nesse sentido, poderiam ser considerados como "precursores" de Marx. O segundo desses capítulos, o qual seria inserido entre o capítulo referente a Marx e o relativo a Rosa Luxemburgo, abordaria o debate acerca do problema da realização (ou dos mercados) que envolveu vários estudiosos de Marx (marxistas e não marxistas) na Rússia no fim do século passado e no começo do atual: alguns "populistas" (narodniks), alguns "marxistas legais" (como eram chamados), Tugan-Baranovski, V. I. Lênin.

Acontece, porém, que grande parte desses dois imaginados capítulos já foi exposta por Rosa Luxemburgo na segunda parte de seu livro Acumulação de Capital. Além disto, examinando o assunto mais cuidadosamente, concluímos que, com raras exceções, os mencionados autores nada ou muito pouco contribuíram para elucidar a questão além de simplesmente se oporem (e às vezes nem isto) à "lei de Say". Assim, os dois imaginados capítulos tornam-se dispensáveis; seu interesse seria puramente "ilustrativo".

Talvez precisemos ser um pouco mais explícitos a respeito de Tugan-Baranovski e Lênin. Algumas concepções do primeiro destes dois autores tiveram uma certa influência sobre a obra de Kalecki (conforme reconhecido por este último) e, por isso, pode parecer que ele fez grandes contribuições para o desenvolvimento do problema da demanda efetiva. Mas não é verdade. Tugan-Baranovski excluía a possibilidade de insuficiências da demanda efetiva em sua visão do processo capitalista de acumulação. Repetindo a "lei de Say", ele escreve que "a produção capitalista cria um mercado para si mesma" e "visto que a expansão da produção é ilimitada em si mesma, o mercado, a capacidade de absorver seus produtos, também não tem limites".⁽⁵⁾ O curioso é que, para chegar a essa

(5) Transcrito de Rosa Luxemburgo, The Accumulation of Capital (Londres, Routledge, 1963), cap. 23, p. 311.

conclusão, Tugan-Baranovski recorreu aos esquemas de reprodução ampliada de Marx.

A efetiva contribuição de Tugan-Baranovski está apenas em ressaltar a importância da demanda por novos bens de capital na expansão dos mercados. Opondo-se à ingênua idéia de que toda produção é voltada para a satisfação de necessidades humanas, ele insiste em que o capitalismo é um sistema (denominado de "antagônico" por Tugan) onde as mercadorias são produzidas para darem lucros, não importando se elas satisfazem ou não as necessidades humanas. Assim, o capitalismo pode expandir-se produzindo bens de consumo ou máquinas que servirão para a produção de outras máquinas. A insuficiência de demanda por bens de consumo (que é a tese dos chamados "subconsumistas") não constitui necessariamente um obstáculo à expansão da economia: qualquer que seja o nível de consumo, o volume total da produção continua a crescer se o nível de investimento (a demanda por novos bens de capital) for suficientemente alto para cobrir a diferença entre o produto nacional e o consumo. Lamentavelmente, porém, Tugan-Baranovski concluía daí que os capitalistas tendem a investir desse modo, do que resulta não haver insuficiência de demanda, ou restrição de mercado. Considerando ainda que os novos investimentos criam uma demanda adicional por bens de consumo dos trabalhadores (resultante do acréscimo no volume de emprego), seria mantida uma certa "proporção" entre o investimento e o consumo; somente uma ruptura nessa "proporção" (no caso, uma queda do investimento abaixo do nível necessário) poderia levar à crise econômica.

Quanto a Lênin, ele se limitou, em geral, a repetir os argumentos de Marx e a criticar os que saíam da linha. Na parte de crítica, ele combateu principalmente as teses dos narodniks (populistas russos) que não viam possibilidade de um desenvolvimento capitalista na Rússia, porque esse país não dispunha de um mercado interno suficiente para absorver a produção capitalista (tendo

em vista ser a economia russa basicamente agrícola, com um campesinato extremamente pobre); a eventual alternativa seria, então, conquistar um mercado externo, mas também isso se mostrava improvável, porque todos os mercados externos já se achavam sob domínio das existentes potências capitalistas. Lênin respondia, porém, que essa tese era falsa. Primeiro, porque era desnecessário apelar para um "mercado externo" a fim de tentar resolver o problema. Segundo, porque "o mercado interno para o capitalismo é criado pelo desenvolvimento do próprio capitalismo",⁽⁶⁾ ou seja, para desenvolver-se o capitalismo não precisa de um prévio mercado interno; esse mercado vai sendo criado e ampliado na medida em que o capitalismo se expande.

Até aí tudo bem. Mas acontece que, em seu afã de combater a tese dos narodniks, Lênin passou a minimizar a importância da questão da realização, e, assim fazendo, contribuiu para refrear o desenvolvimento dela. Essa atitude teve adicionais consequências posteriormente, quando — com o stalinismo — suas concepções foram convertidas em dogmas.

Vejamos como ele trata da questão. Para começar, ele transfere a discussão acerca da realização da mais-valia, que é o ponto central, para o problema da realização do capital constante (capital este que é constituído não só do capital fixo mas também dos bens intermediários). Por exemplo, ao criticar dois autores narodniks, Lênin escreveu:

Ambos autores reduzem todo o problema da realização do produto à realização da mais-valia, evidentemente imaginando que a realização do capital constante não apresenta dificuldades. Essa ingênua opinião contém um profundo erro, que é a fonte de todos os demais erros da teoria narodnik da realização. Na realidade, a dificuldade de explicar a realização é precisamente a de explicar a realização do capital constante. [Lênin, op. cit., cap. 1, seção 4, p. 44.]

(6) V. I. Lenin, The Development of Capitalism in Russia, Moscou, Progress Publishers, 1964; cap. 1, seção 9, p. 69.

Dizemos nós que o profundo erro está precisamente em acentuar a realização do capital constante, porque a maior dificuldade é a de explicar a realização da mais-valia. Para produzir, os capitalistas precisam comprar as mercadorias que constituem seu capital constante; quando um capitalista efetua sua produção, ele compra de outros capitalistas essas mercadorias; quando se considera a produção em conjunto, os capitalistas estão comprando essas mercadorias uns dos outros, ou seja, elas estão sendo vendidas, realizadas. Logo, na produção total, a parte correspondente ao valor do capital constante é automaticamente realizada (vendida) no próprio processo de produção. Com a parte equivalente à mais-valia total isso não acontece, e aí está o grande problema. (Este é o tema central a ser discutido a partir da seção 7 do capítulo 2.)

Alterando o eixo central do problema, Lênin passa a discutir a realização do capital constante em termos de reposição (por novo capital) do capital desgastado na produção, o que é também um estranho modo de colocar o problema. Tem-se aí a nítida impressão de que, com isso, Lênin quer deslocar a atenção de um ponto extremamente controvertido (a realização da mais-valia) para outros temas já suficientemente esclarecidos por Marx; quais sejam: (1) o erro de Adam Smith em não computar o capital constante no valor total da produção, e (2) a inter-relação entre o departamento produtor de meios de produção (capital constante) e o departamento produtor de bens de consumo. E nesse ponto Lênin transforma o problema da realização inteiramente num problema de inter-relação entre os departamentos (ver, na citada obra, a seção 6 do capítulo 1).

4. AGRADECIMENTOS

Concluindo esta introdução, quero deixar registrados meus agradecimentos aos colegas Luiz Gonzaga Belluzzo e Sérgio Silva, que não só discutiram comigo algumas partes do presente trabalho mas também manifestaram profundo interesse por todo ele e incentivaram-me a escrevê-lo.

A LEI DE SAY E SUAS IMPLICAÇÕES

1. A LONGA VIDA DA LEI DE SAY

Isto que hoje em dia denominamos pomposamente de "lei de Say" ou "lei dos mercados" de Say (que para o leigo em Economia pode parecer algo de um rigor científico comparável ao teorema de Pitágoras, à lei da gravidade de Newton ou à teoria da relatividade de Einstein) não passava originalmente de uma concepção não muito pretensiosa do economista francês Jean-Baptiste Say (1767-1832), tão pouco pretensiosa que ele mesmo a infringia no mesmo livro em que a formulava.

Infelizmente, porém, para o desenvolvimento da assim chamada Ciência Econômica, David Ricardo (1772-1823) não apenas aceitou a concepção de Say como também procurou aplicá-la coerentemente no estudo de certos problemas que a envolvia, como, por exemplo, no problema da acumulação de capital. E como Ricardo — juntamente com seu antecessor Adam Smith (1723-1790) — foi o autor que maior influência exerceu sobre a evolução do pensamento econômico, a concepção de Say foi passada adiante como um dos princípios inquestionáveis da Economia Política clássica. E daí, com a ajuda considerável de John Stuart Mill (1806-1873), ela foi também incorporada pela Economia néo-clássica, no pouco que esta escola deixou a respeito do ramo hoje intitulado de Macroeconomia.

Parece que nem mesmo o nome de Say aplicado à famosa concepção seja justificável. Em primeiro lugar porque não teria sido ele o autor original da concepção. Esta teria sido tomada, segundo Marx, da idéia de James Mill (1773-1836), pai de John Stuart, de acordo com a qual existe um "equilíbrio metafísico entre vendedores e compradores".⁽¹⁾ Em segundo lugar porque todo o prestígio gozado

(1) Veja-se K. Marx, Teorias da Mais-Valia, vol. II, cap. sobre "A Acumulação do Capital e as Crises", parág. 4, p. 26 da edição

pela concepção se deve não a Say, mas a Ricardo e, depois, a John Stuart Mill. (2)

Todo o rancor ou, pelo menos, o despreço de John Maynard Keynes por Ricardo, manifesto em diversos momentos da obra do primeiro, parece decorrer do fato de ter sido Ricardo o responsável pela incorporação da "lei de Say" ao corpo principal da Economia Política ortodoxa. Sobre este assunto, comparando Ricardo e Malthus (1766-1835) — o qual recusava o princípio formulado por Say —, é famosa a seguinte afirmação de Keynes:

Ricardo conquistou a Inglaterra tão completamente como a Santa Inquisição conquistou a Espanha. Não apenas foi sua teoria aceita pela City, pelos políticos e pelo mundo acadêmico, mas também encerrou a controvérsia; o outro ponto de vista desapareceu inteiramente; deixou de ser discutido. (3)

argentina (Ediciones Brumário, Buenos Aires, s.d.). O mesmo já havia sido assinalado por John Stuart Mill. Schumpeter, entretanto, não concorda com isso, alegando que a obra de James Mill, Commerce Defended, onde se encontra o famoso princípio, é posterior (de 1808) ao livro de Say, Traité d'Economie Politique (de 1803). Ver Joseph Schumpeter, History of Economic Analysis (Londres, Allen & Unwin, 1954), parte III, cap. 6, §4, p. 621. A verdade, porém, é que a edição de 1803 do livro de Say quase nada continha a respeito do discutido princípio; este só viria a ser formulado na segunda edição (de 1814) do livro. Veja-se Maurice Dobb, Political Economy and Capitalism (Londres, Routledge & Kegan Paul, segunda edição, 1940), cap. 2, p. 41, n.

(2) No caso de David Ricardo, veja-se o cap. 21 de seus Principles of Political Economy and Taxation (originalmente publicado em 1817); no caso de John Stuart Mill, Principles of Political Economy (de 1848), especialmente livro III, cap. 14.

(3) J. M. Keynes, The General Theory of Employment, Interest and Money (Nova Iorque, Harcourt, Brace & World, 1964), cap. 3, §3, p. 32. Sobre o mesmo assunto, veja-se também o ensaio sobre Malthus no livro de Keynes, Essays in Biography (nova edição, N. Iorque, Norton Library, 1963), especialmente p. 102 e seguintes.

Se a "lei de Say" foi tão prejudicial assim para o desenvolvimento da Ciência Econômica e se, ao mesmo tempo, mostrava-se tão conflitante com o mundo real que ela pretendia explicar (como veremos adiante), como poderia ela ganhar tamanha aceitação por parte tanto da teoria como da política econômica e manter-se intocada por mais de um século, isto é, desde os Principles of Political Economy and Taxation, de Ricardo, de 1817, até a década de 1930? E esse longo domínio da "lei de Say" é ainda mais intrigante quando consideramos que, durante todo esse tempo, houve autores de maior ou menor importância -- os denominados "heréticos", como Malthus, Marx, Rosa Luxemburgo, Aftalion, e outros menos conhecidos -- que se opuseram firmemente a tal concepção.

Para encontrarmos uma resposta para esta indagação, de pouco nos adianta examinar o desenvolvimento "interno" da Economia Política, como se a "lei de Say" decorresse de outros princípios da Economia, isto é, como se fosse uma conclusão postulacional, assim como a Geometria ou o Cálculo matemático. Para obter uma resposta temos de recorrer ao que se convencionou chamar de Sociologia da ciência..

Dentro desta linha, Michal Kalecki -- em um discurso na Universidade de Varsóvia, quando recebeu o título de doutor honoris causa, em 1964 -- apresenta duas razões para o domínio da "lei de Say" por tão longo período. Antes, porém, de abordar este ponto, é preciso esclarecer, embora sumariamente, que a "lei de Say" estabelece que toda produção encontra uma demanda, ou seja, que toda renda (salários e lucros) é inteiramente gasta na compra de mercadorias e serviços, e, portanto, não pode haver um excesso de produção ou renda em relação à demanda ou às despesas efetivamente realizadas. E daí decorre uma série de outras conclusões a serem examinadas mais tarde.

As duas razões apresentadas por Kalecki são, em primeiro lugar, o fato de a "lei de Say" representar o interesse da classe capitalista, e, em segundo lugar, ser ela aparentemente confirmada coti-

dianamente pelas experiências dos indivíduos no trato de suas economias pessoais. Como disse Kalecki em seu discurso:

Uma doutrina que excluía a superprodução geral fazia o sistema capitalista aparecer como sendo capaz de uma plena utilização dos recursos produtivos e desprezava as flutuações cíclicas como sendo insignificantes fricções. Essa apologética era facilitada pela aplicação à economia como um todo da experiência da economia individual, na qual claramente um consumo menor significa uma poupança maior. Mas enquanto a renda de um indivíduo é fixa, a renda nacional num sistema capitalista é determinada pelas decisões de consumo e de investimento, sendo que uma queda de qualquer um destes componentes de modo nenhum leva automaticamente a um aumento do outro. Assim, a experiência individual não corresponde ao curso da economia como um todo.

Em outras palavras, a lei de Say era um dogma escorando os fundamentos do capitalismo, o que era facilitado pela aplicação da experiência individual cotidiana ao sistema econômico.⁽⁴⁾

Temos aí uma resposta adequada, que leva em conta tanto a função social da "lei de Say" — enquanto suporte teórico do capitalismo — como a base dessa "lei" na experiência dos indivíduos no trato de suas economias pessoais. Faltaria, porém, acrescentar uma outra razão, nada desprezível quanto o assunto em pauta é a evolução — ou melhor, a falta de evolução — de uma ciência: qual seja, o simples comodismo intelectual, que leva à rotina e à adoção acrítica de princípios estabelecidos. Esta razão é imprescindível para explicar por que certas concepções subsistem mesmo depois de terem cumprido seu papel social de justificar ou validar teoricamente um determinado sistema ou os interesses dominantes dentro desse sistema, e a partir de então tornarem-se inúteis ou até mesmo contrárias aos interesses do sistema. Um exemplo disto é a própria "lei de Say" que persistia em sobreviver mesmo quando as cada vez mais agudas crises e depressões econômicas do capitalismo exigiam novas

(4) M. Kalecki, "Por que a Economia ainda não é uma Ciência Exata?" em Polish Perspectives, setembro de 1964.

concepções que — antes mesmo de poderem ser usadas para justificar o sistema — fossem úteis para dar uma solução às próprias crises e depressões. Não é por coincidência que a derrubada da "lei de Say" dentro mesmo da Economia Política ortodoxa tenha ocorrido com a maior crise econômica por que passou o capitalismo, ou seja, imediatamente depois da crise de 1929-32.

Para compreender a permanência da "lei de Say" talvez seja importante observar que após John Stuart Mill ela, embora estivesse embutida em muitas das principais concepções da Economia ortodoxa (néo-clássica), pouca atenção recebia dos economistas que, consciente ou inconscientemente, a adotavam. Mesmo Alfred Marshall (1842-1924), que herdara diretamente de Mill o princípio de Say,⁽⁵⁾ não lhe dedica qualquer análise em separado, tomando-o como um postulado da Economia. Uma das poucas exceções é constituída por Fred M. Taylor, em cujos Principles of Economics encontram-se algumas páginas especificamente sobre o assunto.⁽⁶⁾ E é curioso notar que A. C. Pigou — um dos destacados economistas ingleses que sucederam a Marshall e cuja obra, segundo Keynes, constituía a versão moderna da tradição "clássica" — jamais tenha feito explicitamente referência à "lei de Say".⁽⁷⁾ Keynes se refere ao proble-

(5) Veja-se a citação que A. Marshall, Principles of Economics (oitava edição, Nova Iorque, Macmillan, 1948, cap. 13, §10, p. 710), faz de Mill acerca da referida "lei".

(6) Fred M. Taylor, Principles of Economics (Nova Iorque, Ronald, 1921). Segundo Lawrence R. Klein, The Keynesian Revolution (segunda edição, Londres, Macmillan, 1968, p. 44), este livro de Taylor foi durante muitos anos usado como manual nas universidades americanas. Taylor seria, portanto, um dos principais divulgadores da "lei de Say" entre os economistas americanos formados nessa época.

(7) Pelo menos esta é a conclusão de Alvin H. Hansen, em A Guide to Keynes (Nova Iorque, McGraw Hill, 1953), cap. 1, p. 17.

ma do seguinte modo:

A doutrina de Say, como apresentada por John S. Mill, não é jamais exposta, hoje em dia, desta forma crua. Ela ainda é, todavia, subjacente a toda a teoria clássica, que entraria em colapso sem ela. Os economistas contemporâneos, que poderiam hesitar em concordar com Mill, não hesitam em aceitar conclusões que requerem a doutrina de Mill como premissa.⁽⁸⁾

Depois do ataque frontal feito por Keynes em sua Teoria Geral, a "lei de Say" passou a merecer maior atenção por parte dos economistas,⁽⁹⁾ para finalmente ingressar — como ponto de referência separando a Economia "clássica" da Economia "keynesiana"⁽¹⁰⁾ — em todos os manuais de Macroeconomia.

Não há, porém, pelo menos que seja de meu conhecimento, um estudo mais profundo da "lei de Say" e de suas diversas implicações. Os manuais de Macroeconomia, por exemplo, limitam-se a apresentar uma resumida formulação — nem sempre conveniente — dessa "lei" e referi-la como sendo um elemento da tradição "clássica" da Economia.⁽¹¹⁾ Num desses manuais, Ackley chega mesmo a dizer que a "lei

(8) Keynes, The General Theory, cit., cap. 2, §6, p. 19.

(9) Ver, por exemplo, Oskar Lange, "Say's Law — A Restatement and Criticism", em Studies in Mathematical Economics and Econometrics, The University of Chicago Press, 1942; Joseph Schumpeter, History of Economic Analysis, cit., Parte III, cap. 6, §4.

(10) Keynes, os keynesianos e mesmo os pseudo-keynesianos denominam de "clássicos" a todos os economistas que, grosseiramente falando, precederam o próprio Keynes da Teoria Geral (ver, nessa obra, o cap. 1, p. 3, n.). Para Marx, a Economia clássica era compreendida quase que exclusivamente pela obra de William Petty, Adam Smith e David Ricardo; depois de Ricardo iniciava-se o que Marx denominava de Economia Política "vulgar".

(11) Ver, por exemplo: Dudley Dillard, The Economics of John Maynard Keynes, Nova Iorque, Prentice Hall, 1948, cap. 2; Gardner Ackley, Macroeconomic Theory, Nova Iorque, Macmillan, 1961, cap. 5; Edward Shapiro, Macroeconomic Analysis, Nova Iorque, Harcourt, 1966, cap. 18.

de Say" não passa de um artifício criado pelos economistas modernos para caracterizar a Economia "clássica" e que nenhum economista "clássico" em particular teria adotado essa lei com todas suas implicações:

As idéias que discutiremos sob o nome de "lei de Say" constituem em parte um conveniente "homem de palha" reconstruído pelos economistas modernos para representar o pensamento de seus predecessores "clássicos". (...) Nenhum economista "clássico" individual adotou todas as idéias agora atribuídas a esse mitológico estudioso [isto é, Say].⁽¹²⁾

O que pretendemos mostrar neste capítulo é que a "lei de Say" — apesar das contradições do próprio Say — efetivamente exerceu uma grande influência na formação da Economia Política a partir de Ricardo, o qual — seguido de John S. Mill — foi o teórico que mais consistentemente adotou aquela "lei". Assim, concentraremos nosso estudo sobre a obra de Ricardo, estendendo-o às vezes até as obras de Mill e de Marshall. Referências a autores posteriores serão feitas apenas circunstancialmente, como exemplos de concepções apoiadas no princípio de Say.

2. FORMULAÇÃO E SIGNIFICADO DA "LEI"

a. A "lei"

No capítulo 15, sobre os mercados ("Des débouchés"), no livro I da segunda edição (1814) de sua obra Traité d'Economie Politique, Jean-Baptiste Say escreveu o seguinte:

Vale a pena notar que um produto, tão logo seja criado, nesse mesmo instante gera um mercado para outros produtos em toda a grandeza de seu próprio valor. Quando o produtor dá o toque

(12) Ackley, op. cit., p. 109. No texto citado acima, onde se lê "todas as idéias agora atribuídas" a Say, deve-se entender "todas as implicações da lei de Say", porque, na realidade, ninguém, a não ser o próprio Say, adotou todas suas idéias.

final a seu produto, ele está ansioso para vendê-lo imediatamente, para que o valor do produto não pereça em suas mãos. Nem está ele menos ansioso para se utilizar do dinheiro que pode obter, porque o valor do dinheiro também é perecível. Mas o único modo de se desfazer do dinheiro é pela compra de um produto ou outro. Assim, a mera circunstância da criação de um produto imediatamente abre um mercado para outros produtos.

Essa concepção⁽¹³⁾ passou a ser conhecida abreviadamente como "lei de Say" ou "lei dos mercados de Say", e às vezes é também mencionada como "lei da preservação do poder de compra". Essa concepção tem sido traduzida, através dos anos, por uma curta afirmação: "a produção cria sua própria demanda".

O princípio formulado por Say tem sido defendido atualmente como sendo válido para as economias de produtores simples, isto é, onde cada família seria proprietária de seus meios de produção e trocaria apenas o excedente de bens que ela mesma produz mas não consome. Acontece, todavia, que Say, Ricardo, Mill e todos os subsequentes adeptos do princípio apresentado pelo primeiro não estavam lidando com uma sociedade de produtores simples, mas sim com uma sociedade capitalista. Vejamos, portanto, como podemos traduzir a "lei de Say" no contexto de uma economia capitalista.

Para começar, lembremo-nos de que o preço de um produto pode ser decomposto em três partes: (1) o custo dos meios de produção (depreciação do capital fixo, matérias primas, etc.) necessários para se criar o produto; (2) os salários pagos aos trabalhadores empregados em sua produção; (3) o lucro auferido pelos capitalistas. Lembremo-nos também de que o processo de produção física de

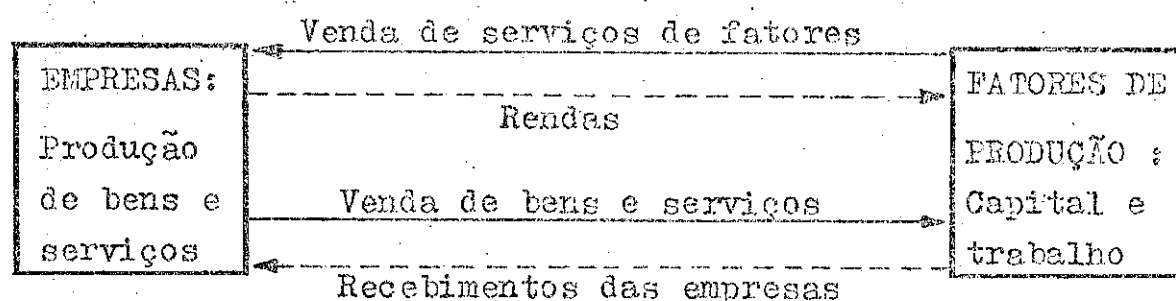
(13) Em seu livro Commerce Defended (de 1808), James Mill havia escrito: "A produção de mercadorias cria, e é a única e universal causa que cria, um mercado para as mercadorias." (...) O poder de compra de uma nação é medido exatamente por seu produto anual. Quanto mais aumenta o produto anual, mais se amplia, por este mesmo ato, o mercado nacional. (...) A demanda de uma nação é sempre igual à produção de uma nação." (Transcrito de Maurice Dobb, op. cit., p. 41-42.)

Um bem ou serviço é ao mesmo tempo o processo de geração de um determinado valor (ou preço) correspondente a esse bem ou serviço. Assim, a cada produto corresponde um dado valor (ou preço).

Ao vender sua mercadoria, o capitalista obtém um montante de dinheiro exatamente igual ao que é necessário para comprá-la. Isto é óbvio e equivale à afirmação de que toda venda corresponde a uma compra de igual valor. Mas o capitalista não compra sua própria mercadoria. Com uma parte de sua receita ele adquire de outros capitalistas os meios de produção necessários para manter em movimento sua própria atividade. Com outra parte, seu lucro, ele compra também de outros capitalistas os bens de consumo de que precisa e um volume adicional de meios de produção para ampliar sua atividade. A terceira parte serve para pagamento de salários aos trabalhadores, que adquirem bens de consumo dos capitalistas. Assim, de acordo com esse esquema, a receita total de um capitalista se distribui de diferentes modos, entre diversas compras num valor total igual àquela receita. Aplicando esse esquema à economia como um todo, teríamos que a produção em seu conjunto gera uma capacidade de compra exatamente suficiente para absorver a própria produção. Os capitalistas compram e vendem entre si os diferentes tipos de produtos (bens de capital fixo, bens intermediários e bens de consumo) e pagam aos trabalhadores os salários que serão usados para a compra de bens de consumo. Em resumo, considera-se que as mercadorias são trocadas entre si (incluindo-se aí a força de trabalho como mercadoria); ou seja, o processo de circulação da produção em seu conjunto é entendido como sendo constituído por uma troca de produtos por produtos, o dinheiro sendo usado apenas como meio de troca. Esta é a essência da "lei de Say", que tanta confusão causou.

Esse mesmo esquema pode ser apresentado de modo um pouco diferente se recorrermos a um gráfico muito utilizado nos manuais néo-clássicos de Microeconomia. Como sabemos, na Economia néo-

-clássica não existem capitalistas, nem operários, nem qualquer outra classe social. Todo o esquema teórico é montado sobre uma dicotomia básica: de um lado, as empresas produtoras de bens e serviços, operando como se tivessem vida própria; de outro lado, os proprietários dos "fatores de produção" (proprietários do capital e proprietários do "fator trabalho"), que vendem às empresas os "serviços de seus fatores", recebendo em troca um pagamento, que é a renda desses "proprietários". Por seu turno, os "proprietários dos fatores de produção" compram os bens e serviços produzidos pelas empresas. Temos, portanto, o seguinte gráfico:



As setas em linha cheia representam fluxos em termos "reais", e as setas em linha pontilhada expressam fluxos em termos monetários. O fluxo de "serviços de fatores" é necessariamente igual ao fluxo de "rendas", visto que ambos apenas representam um mesmo fato sob duas formas diferentes (termos "reais" e "monetários" do mesmo fenômeno). O mesmo acontece com a igualdade entre o fluxo de "bens e serviços" e o fluxo de "recebimentos das empresas".

Se, agora, supusermos que os dois primeiros fluxos são iguais aos dois últimos, temos uma nova apresentação da "lei de Say". Em termos monetários, as rendas pagas pelas empresas são iguais às receitas das empresas; ou, visto de outro ângulo, são com as rendas recebidas das empresas que "os proprietários de capital e trabalho" pagam a elas pelos bens e serviços que eles compram; ou, em suma, as rendas dos capitalistas e trabalhadores são trocadas pelas receitas das empresas. Em termos reais, "os serviços de fatores" são trocados pelos bens e serviços produzidos pelas empresas.

Nesse caso, computando-se tanto os "bens e serviços" como os "serviços de fatores" na categoria geral de "mercadorias", temos o esquema de que as mercadorias são trocadas por mercadorias. E podemos concluir também que quanto mais as empresas produzirem, maior será o volume de rendas e, conseqüentemente, maior será o volume de vendas das empresas para os "proprietários de fatores"; em outras palavras, a produção estará gerando sua própria demanda.

No gráfico acima falta observar um detalhe. A compra e venda de bens intermediários utilizados no processo de produção não aparece no gráfico, porque é um processo que se dá entre as próprias empresas (e não entre estas e os "fatores de produção"). Ademais, como a compra de bens intermediários por uma empresa é igual à venda desses bens por outra empresa, essas operações se anulam.

b. A Troca de Produtos por Produtos

Restam ainda algumas questões fundamentais para se entender a "lei de Say". A primeira delas é a seguinte: por que os produtos se trocam por produtos (ou então, segundo a interpretação do gráfico, por que os dois fluxos de cima são iguais aos dois fluxos de baixo)?

O dinheiro é encarado simplesmente como um meio de troca e, portanto, não exerce influência no processo de produção e circulação. Assim, o fluxo de transações em termos monetários pode ser deixado de lado, como sendo um simples reflexo do fluxo real que se dá na troca entre os produtos. Numa sociedade de produtores simples, cada família é proprietária de seus meios e objetos de trabalho e produz diretamente para seu próprio consumo. Os tipos de bens que uma família não consegue produzir, ela os adquire de outras famílias em troca dos excedentes de bens que ela produz. Mesmo que as trocas sejam realizadas com o auxílio do dinheiro, este não exerce aí qualquer papel ativo; ou seja, não se produz para ganhar dinheiro e, portanto, o dinheiro é apenas um elemento

de intermediação entre os produtos. Logo, o processo é essencialmente o da troca de produtos por produtos.

Ricardo assim se manifesta a respeito deste problema:

Nenhum homem produz a não ser com o objetivo de consumir ou de vender, e ele jamais vende a não ser com a intenção de comprar alguma outra mercadoria, que pode ser imediatamente útil para ele ou que pode contribuir para a produção futura. Produzindo, então, ele se torna necessariamente ou o consumidor de seus próprios bens ou o comprador e consumidor dos bens de alguma outra pessoa. (...) As produções são sempre compradas por produções ou por serviços; o dinheiro é apenas o meio pelo qual a troca é efetuada. (14)

Notemos, de passagem, que o argumento de Ricardo é um pouco diferente do de Say. Apesar da aguda compreensão que Ricardo tinha do capitalismo de sua época, no texto acima transcrito parece que ele coloca o consumo como o objetivo final da produção, como se estivesse tratando de uma sociedade de produtores simples e não do capitalismo. Como se lê no texto, o homem produz com o objetivo de consumir; se ele vende seu produto, é com o fim de comprar outra mercadoria que lhe seja "imediatamente útil" (isto é, que também possa ser consumida logo), ou que lhe permita produzir para o consumo futuro. Já no texto de Say, esta idéia não está explícita. Entende-se aí que o objetivo do "produtor" é a obtenção de um bem final, mas não necessariamente de consumo; e se ele vende sua mercadoria é porque o valor desta (valor de uso ou de troca?) é perecível, e se ele procura comprar outra mercadoria com o dinheiro obtido é porque o valor deste também é perecível. Deixando de lado o problema de saber o que significa "perecível" para Say, pode-se perceber uma diferença nos argumentos de Say e de Ricardo: para este, se o produtor vende sua mercadoria é porque ele quer comprar

(14) David Ricardo, Principles of Political Economy and Taxation (Penguin Books, 1971), cap. 21, p. 291-292. Daqui por diante essa obra será designada por Principles.

outra; para Say, se o produtor vende sua mercadoria e logo em seguida compra outra é porque tanto o valor de sua mercadoria como o do dinheiro por ela obtido são perecíveis.

Apesar dessa diferença, Ricardo e Say concordam em três pontos fundamentais: (1) ambos parecem estar a referir-se a uma sociedade de produtores simples, na qual o objetivo da produção é a própria obtenção do produto, não importando se essa obtenção é direta ou indireta, isto é, se o produtor obtém a mercadoria através de sua própria produção ou se por intermédio da troca; (2) o dinheiro constitui um simples instrumento de troca, não exercendo qualquer influência sobre o processo de produção e circulação; (3) dada essa função do dinheiro, na realidade os produtos se trocam por produtos - "a criação de um produto imediatamente abre um mercado para outros produtos", como diz Say, ou "as produções são sempre compradas por produções", como diz Ricardo, ou ainda, como é mais usual dizer-se, "a produção cria sua própria demanda".

c. Função do Dinheiro

Ainda dentro da questão de que estamos tratando, cabe chamar a atenção para o papel atribuído ao dinheiro. Como dizia Marx, "o dinheiro leva sempre junto a si a possibilidade de crise".⁽¹⁵⁾

Para Marx a moeda podia servir como expressão de valor dos produtos, como meio de troca ou de circulação de mercadorias, e ainda como instrumento de acumulação e entesouramento. O simples fato da moeda ser usada como intermediário entre as trocas já pode criar um problema para a circulação dos produtos: o capitalista que obtém dinheiro pela venda de suas mercadorias pode não usá-lo imediatamente para a compra de outros produtos, e isto por si só provoca um retardamento no processo de circulação. Se, mais do que isto, o capitalista usa o dinheiro para entesouramento (por exem-

(15) K. Marx, Teorias da Mais-Valia, cit., p. 26.

plo, com o fim de acumular dinheiro suficiente para ampliar seu capital); isso provoca uma interrupção no processo de circulação de mercadorias.

Na formulação da "lei de Say", entretanto — seja para o próprio Say ou para Ricardo —, o dinheiro é visto não apenas como constituindo somente um meio de troca, mas também como sendo gasto imediatamente. Isto se explica, para Say, pelo fato de o dinheiro ser perecível (desvalorizar-se) e, portanto, o "produtor" não desejar conservá-lo em suas mãos. Para Ricardo, a explicação está no fato de o dinheiro servir apenas para a aquisição de bens de consumo e/ou de bens de produção para criarem bens de consumo no futuro, e, portanto, os produtores ou possuidores de dinheiro não terem motivo para manter o dinheiro em suas mãos por mais tempo do que o necessário para adquirirem aqueles bens. Assim, o uso do dinheiro como instrumento de troca não constitui problema para a circulação de mercadorias. Mais do que isto, o dinheiro passa a expressar apenas um valor nominal da troca, a qual, efetivamente, se realiza entre as próprias mercadorias.

d. Igualdade entre Produção e Demanda

Há ainda outro ponto fundamental a ser explicado na "lei de Say". Como o produtor de um determinado valor é também um comprador de produtos do mesmo valor, como os produtos se trocam por produtos, então decorre daí que não há excesso de produção, ou seja, a demanda é igual à produção. Não resta dúvida de que cada produtor, ao criar uma determinada quantidade de bens ou serviços de certo valor, está automaticamente criando para si mesmo um potencial poder de compra de mesmo valor. Ou seja, a venda de seus produtos lhe fornece um volume de dinheiro igual ao valor daquela venda. Acontece, entretanto, que os produtos criados na economia como um todo são de diferentes tipos, isto é, têm diferentes valores de uso, servem a diferentes fins. Para que não houvesse excesso de produ-

ção, a quantidade produzida de cada tipo de bem deveria ser de tal modo a atender exatamente à quantidade demandada de cada bem. Do contrário, embora houvesse na economia capacidade de compra para toda a produção de qualquer tipo de bem (e isto é necessariamente assim porque, como já se explicou, a simples produção de um bem gera uma igual capacidade potencial de compra), certos bens ou certas quantidades de determinados bens poderiam não ser comprados. Neste caso, teríamos um excesso de produção, ou, visto por outro ângulo, uma deficiência de demanda.

A resposta a este problema foi dada por Ricardo no capítulo 21 de seus Principles e em sua correspondência com Malthus, e sua resposta parecia tão convincente que passou a ser adotada inquestionadamente pela Economia Política ortodoxa até a década de 1930. Ele argumentava:

Uma mercadoria particular pode ser produzida em demasia, da qual pode haver um tal abarrotamento no mercado que não reembolse o capital nela despendido; mas isto não pode ocorrer com relação a todas as mercadorias; a demanda por trigo é limitada pelas bocas que existem para comê-lo, a demanda por sapatos e casacos pelas pessoas que existem para usá-los; mas embora uma comunidade, ou uma parte dela, possa ter tanto trigo e tantos chapéus e sapatos que ela possa ou deseje consumir, o mesmo não se aplica a todas as mercadorias produzidas pela natureza ou pelo artesanato. [Principles, cap. 21, p. 292-293.]

Ou seja, a demanda — em relação a todos os tipos de mercadorias em seu conjunto — é ilimitada. (16) A demanda por um tipo específico de bem pode estar satisfeita, mas existirá sempre uma demanda insatisfeita por outro tipo de produto. Assim, com relação à demanda por um determinado bem, pode haver um excesso de produção; mas, em

(16) Note-se: falamos aqui da "demanda potencial" que, na verdade, é igual à "necessidade", no sentido genérico deste último termo. No caso da demanda efetiva, a situação é outra: como diz Ricardo (op. cit., p. 291), "a demanda só é limitada pela produção". O termo "demanda" é usado indistintamente para se referir à demanda potencial e à demanda efetiva.

contrapartida, haverá uma deficiência de produção de inúmeros outros bens para os quais existe demanda. Deste argumento resulta que embora possa haver um excesso de produção, isto acontece apenas para certos tipos de mercadorias e em caráter temporário.

Consideremos uma mercadoria A qualquer. Suponhamos que por um ou outro motivo a produção parcial ou total dessa mercadoria não seja vendida: por exemplo, ou porque o capitalista que a produz superestimou a demanda por ela ou porque seus eventuais consumidores mudaram de gosto. Assim, a produção da mercadoria A constitui apenas a criação de um eventual poder de compra para o capitalista que a produziu, poder de compra que não se efetiva porque a mercadoria não é vendida. E a economia apresenta agora um excesso de produção, igual ao valor da produção da mercadoria A. Se esta mercadoria não é vendida, isto significa que seus eventuais consumidores não a compraram e, portanto, dispõem de um montante de recursos (dinheiro) que pode ser aplicado na aquisição de outras mercadorias. Assim fazendo, a produção destas últimas será estimulada. No fim das contas, o capital usado na produção da mercadoria A se deslocará para a produção daqueles bens de maior demanda e novo equilíbrio será atingido — no qual não haverá excesso de produção, isto é, onde a demanda será igual à produção.

Evidentemente, nesse processo supõe-se a plena mobilidade de recursos e pleno conhecimento, por parte dos capitalistas, dos ramos onde eles devem aplicar seu capital. Isto é de fato o que diz Ricardo:

Não é para se supor que ele /o produtor, o capitalista/ devesse, para qualquer período de tempo, estar mal informado a respeito das mercadorias que ele pode produzir mais vantajosamente para atingir o objetivo que tem em vista, qual seja, a posse de outros bens; e, portanto, não é provável que ele produzirá continuamente uma mercadoria para a qual não há demanda. /Principles, cap. 21, p. 291./

O argumento de que a demanda é ilimitada (ou seja, de que a demanda efetiva só é limitada pela produção) é essencial. É isto que assegura a inexistência de um excesso de produção, um abarrotamento de mercadorias não vendidas. É isto que permite afirmar que um indivíduo, dispondo de poder de compra, adquirirá necessariamente um bem ou serviço qualquer: se ele não comprar a mercadoria A, comprará a mercadoria B ou C, e assim sendo todo o poder de compra de uma sociedade, gerado pela produção total desta mesma sociedade, será aplicado na aquisição desta mesma produção. E daí a afirmação de que a produção gera sua própria demanda, de que não pode haver, a não ser circunstancialmente, um excesso de produção relativamente à demanda.

Mas o argumento não implica que um indivíduo, dispondo de um dado poder de compra, gastará ele mesmo todo seu dinheiro na aquisição de bens ou serviços. Afirma-se, isto sim, que todo o poder de compra criado pela produção será aplicado nesta mesma produção, não importando quem será o efetivo comprador da produção criada. Assim, um indivíduo possuidor de um dado montante de dinheiro se vê em face de três possibilidades: (1) comprar bens de consumo, (2) adquirir bens de capital, (3) deixar de gastar uma parte ou a totalidade do dinheiro. Se ele opta pelas duas primeiras alternativas, não há problema: todo o poder de compra é efetivamente aplicado. Mas que acontecerá se o dinheiro não for usado para a compra de bens e serviços? Ricardo dá a resposta: o dinheiro será emprestado a outra pessoa, a qual o gastará, e assim o problema está resolvido:

Se dez mil libras fossem dadas a um homem que tem £100 000 por ano, ele não as trancaria num baú, mas ou aumentaria de £10 000 suas despesas, ou ele mesmo as empregaria produtivamente, ou as emprestaria a alguma outra pessoa para este propósito; em qualquer caso, a demanda seria aumentada, embora o fosse para diferentes objetivos. [Principles, cap. 21, p.291-292.]

Que resulta desta argumentação? Resulta que o poder de compra gerado por uma determinada produção é sempre preservado (daí termos dito no início que a "lei de Say" é também às vezes denominada de "lei de preservação do poder de compra"). Ou seja, em primeiro lugar, de acordo com a seqüência do argumento, o poder de compra só pode ser criado pela produção e seu valor é igual ao valor da produção: como os produtos são trocados — isto é, comprados — por produtos, somente a produção pode gerar poder de compra, e daí, necessariamente, a demanda global não pode ser maior do que a oferta global. Finalmente, depois de criado, o poder de compra não pode ser alterado, isto é, diminuído. Ele poderia ser reduzido se alguém deixasse de gastar o dinheiro auferido no processo de produção. Mas isto — segundo os adeptos da "lei de Say" — não acontece. Um indivíduo gasta seu dinheiro na compra de um ou outro bem e, se não gastar, outra pessoa gasta por ele, recebendo o dinheiro por empréstimo. O mesmo acontece no caso das despesas governamentais: estas são realizadas com as transferências de poder de compra — através de tributos — dos indivíduos para o Estado.

Em suma, o poder de compra pode ser transferido de uns indivíduos para outros, como pode também ser transferido dos indivíduos para o Estado. O que não se concebe, de acordo com a "lei de Say", é que o poder de compra — ou, em outras palavras, a demanda efetiva — possa ser aumentada ou diminuída sem que se aumente ou diminua o valor da produção. De acordo com John Stuart Mill (um dos autores que, depois de Ricardo, mais contribuíram para fazer da "lei de Say" um dogma da Economia Política ortodoxa e acadêmica):

O que constitui o meio de pagamento pelas mercadorias são simplesmente as mercadorias. O meio de pagamento de cada pessoa pelas produções de outros indivíduos consiste daquilo que ela mesma possui. Todos os vendedores são inevitavelmente, e pelo significado da palavra, compradores. Pudéssemos nós duplicar subitamente os poderes produtivos do país, duplicaríamos a oferta de mercadorias em cada mercado; mas duplicaríamos também, no

mesmo golpe, o poder de compra. Todo mundo traria uma dupla demanda assim como uma dupla oferta; todo mundo seria capaz de comprar duas vezes mais, porque todo mundo teria duas vezes mais para oferecer em troca. (17)

Para concluir esta seção, vejamos o que diz Marshall acerca do problema. Em uma de suas primeiras obras, publicada em 1879, ele escreve:

O total da renda de um homem é despendido na compra de serviços e de mercadorias. De fato, diz-se usualmente que um homem gasta uma parte de sua renda e poupa a outra parte. Mas é um familiar axioma econômico que um homem trabalho e mercadorias com essa parte de sua renda que ele poupa, assim como faz com a parte que ele gasta. Diz-se que ele gasta quando ele procura obter satisfação presente dos serviços e mercadorias que adquire. Diz-se que ele poupa quando ele faz com que o trabalho e as mercadorias que ele compra sejam aplicados na produção da riqueza de que espera derivar os meios de satisfação no futuro. (18)

Note-se que Marshall se refere à "lei de Say" como "um familiar axioma econômico" e que ele identifica inteiramente a poupança com os gastos em atividades produtivas: a compra de força de trabalho e de bens para fins de produção de "riqueza". Isto, por si só, classifica-o como um adepto da "lei de Say". Mas, como observa Keynes, não é fácil descobrir em obras posteriores de Marshall trechos que o identifiquem tão claramente com tal. Uma das poucas exceções, encontrada em seus Principles of Economics, é a citação aprovadora que ele faz do texto de J. S. Mill acima transcrito. Mas o fato de Marshall não dedicar ao problema uma análise específica talvez se explique pelo motivo mesmo de ele aceitar a "lei de Say" como um axioma e, portanto, isenta de dúvidas.

(17) John Stuart Mill, Principles of Political Economy (nova edição, 1909, reimpressa por Augustus M. Kelley, Fairfield, 1976), livro III, cap. 14, §2, p. 558.

(18) Alfred Marshall, Pure Theory of Domestic Values, p. 34, transcrito por Keynes em The General Theory, cit., p. 19.

3. IMPLICAÇÕES DA "LEI"

A partir da "lei de Say" os economistas tiraram uma série de conclusões, algumas das quais persistem até hoje — mesmo que seja apenas implicitamente — em certas partes da teoria e política econômicas. Veremos aqui algumas dessas conclusões de maior importância.

a. Pleno Emprego

Como vimos há pouco, segundo a "lei de Say" — pelo menos na formulação de Ricardo —, a demanda potencial é ilimitada, o único limite para a demanda real sendo o volume de produção, visto ser a demanda criada pela produção. Assim, os obstáculos à expansão da demanda são os próprios obstáculos ao crescimento da produção — quais sejam, os volumes disponíveis de força de trabalho e de meios de produção. Se o volume de força de trabalho e também o dos meios de produção são regulados pela própria produção — como veremos mais tarde —, temos que a economia tende naturalmente a operar com pleno emprego de recursos.

Se houvesse excesso de capacidade produtiva, seja de capital ou de força de trabalho, num determinado ramo de atividade, os recursos aí empregados seriam deslocados para outro ramo para o qual existe demanda suficiente para absorver uma produção adicional e, portanto, para assegurar uma taxa de lucro compensatória. Um excedente geral de capital também está fora de cogitação, pois infringiria frontalmente a "lei de Say", visto que, na economia considerada como um todo, existe uma demanda potencial mais do que suficiente para absorver a produção realizável com todo o capital disponível nesta economia. Sobre este assunto é curioso notar que o próprio Say infringia o princípio por ele mesmo formulado, ao dizer que "quanto mais os capitais disponíveis são abundantes em relação ao volume de emprego para eles, mais cairá a taxa de juros sobre os empréstimos de capital". Ricardo, observando a incoerência

de Say, indagava: "Se o capital em qualquer grandeza pode ser empregado por um país, como se pode dizer que ele é abundante em comparação com o volume de emprego para ele?" (Principles, cap. 21, p. 291, n.)

Um excedente geral de força de trabalho também não se justifica, a partir do momento em que, como faz Ricardo, a própria população, isto é, o volume total de força de trabalho, passa ser explicada pela produção. Ou seja, o volume de força de trabalho tende a ajustar-se ao processo de acumulação de capital. Quando a acumulação é intensificada, aumenta a demanda por trabalho e eleva-se a taxa de salário. Com isto melhora as condições de vida dos trabalhadores e, conseqüentemente, suas famílias se tornam mais numerosas. O acréscimo da oferta de força de trabalho, por sua vez, pressiona para baixo os salários, até que estes atinjam seu nível "natural", sendo este nível igual ao "preço natural do trabalho", mais ou menos correspondente a um certo nível de vida socialmente aceito pelos trabalhadores (que é, portanto, mais do que o chamado nível de subsistência).⁽¹⁹⁾ Ao atingir-se este ponto, ter-se-ia o caso de uma acumulação de capital equilibrada, isto é, com um igual crescimento da força de trabalho e com uma taxa constante de salário igual ao "preço natural do trabalho". Na hipótese de uma acumulação reduzida, ocorreria o mesmo processo, porém em sentido inverso — redução dos salários e em seguida do volume de força de trabalho — até se alcançar um novo equilíbrio.

(19) Mais tarde J. S. Mill introduziria a concepção do "fundo de salário" que, junto com o volume de emprego da força de trabalho, determinaria a taxa de salário. O "fundo de salário" era constituído pelo montante de bens de consumo dos trabalhadores. Em seus Principles of Political Economy (livro II, cap. 11, §1), Mill escreve que os salários dependem da proporção entre "o número da classe trabalhadora" e "a grandeza do que pode ser chamado de Fundo de Salários, que consiste da parte do capital circulante (...) que é despendida no arrendamento direto de trabalho". Assim, dado

Obviamente Ricardo se refere a um processo de longo prazo, mas ele o usa como se fosse um mecanismo contínuo de ajustamento da força de trabalho à acumulação de capital. Como nota Pasinetti:

É bastante impressionante observar quão fortemente Ricardo está convencido da operação deste mecanismo. Para ser exato, ele sempre fala de um processo que operará em "última instância", mas sua ênfase é tão forte que sua análise é sempre feita como se a resposta fosse quase imediata.⁽²⁰⁾

Muitos economistas certamente não se sentiram satisfeitos com o mecanismo descrito por Ricardo quando precisaram explicar a manutenção do pleno emprego do trabalho a curto prazo, e tiveram de inventar um novo mecanismo. Isto foi o que fizeram os economistas neo-clássicos sem precisar desfazer-se da "lei de Say". Em primeiro lugar, abandonaram a concepção ricardiana do "preço natural do trabalho", passando a explicar o nível vigente de salário pelo ponto de equilíbrio entre a oferta e a demanda de trabalho. Assim sendo, não existe um "salário natural" em torno do qual oscilam os salários efetivamente pagos nos diferentes momentos, mas sim diferentes níveis de salários em função da oferta e demanda de trabalho. Em segundo lugar, introduziram a concepção da perfeita substituição entre os assim chamados "fatores de produção", de modo que qualquer bem ou serviço pode ser produzido com as mais diversas combinações de "fatores".

A respeito deste segundo ponto, Marshall havia dito o seguinte:

A eficiência dos agentes humanos da produção, de um lado, e a dos agentes materiais, de outro, são pesadas uma em relação à outra e comparadas com seus custos monetários; e cada agente tende a ser empregado na medida em que seja mais eficiente do

o "fundo de salários", a taxa de salário (isto é, o salário médio por trabalhador) variaria inversamente com o volume de emprego da força de trabalho.

(20) Luigi L. Pasinetti, Growth and Income Distribution (Londres, Cambridge University Press, 1974), p. 5.

que o outro, em relação a seu custo monetário. Uma função básica da empresa é a de facilitar a livre ação deste grande princípio de substituição. (...) Eles /os empresários/ estão constantemente inventando e experimentando novos arranjos que envolvem o uso de diferentes fatores de produção, e selecionando os que lhes são mais rentáveis. (21)

Este princípio da substituição de "fatores" é parte integrante da teoria néo-clássica, constituindo mesmo um de seus principais postulados. Evidentemente os economistas clássicos e Marx haviam também considerado a substituição de capital fixo por trabalho e vice-versa, e viam no deslocamento de força de trabalho pela maquinaria uma característica do progresso técnico, sendo que na obra de Marx o tema da crescente mecanização do processo de trabalho (ou, segundo suas palavras, a crescente "composição orgânica do capital") tem um lugar de destaque. Mas na teoria néo-clássica o problema passa a ter outra conotação: os "fatores de produção" passam a ser vistos como perfeitamente substituíveis entre si, de modo que é possível combinar esses "fatores" nas mais diversas proporções a fim de se obter uma produção qualquer.

Quanto ao primeiro ponto, relativo ao "preço do trabalho", a oferta e a demanda de mão-de-obra passaram a ser explicadas pelo princípio marginalista. A oferta de força de trabalho é determinada pela "desutilidade marginal do trabalho": as pessoas aceitam trabalhar até o ponto em que um acréscimo de seu trabalho não lhes cause uma insatisfação superior ou mesmo igual à satisfação que obtêm do salário que recebem por este montante adicional de trabalho; assim, a oferta de trabalho aumenta ao se elevar o salário. Por seu lado, a demanda por força de trabalho é determinada pela "produtividade marginal do trabalho": as empresas empregam pessoas até o ponto em que o produto gerado por um montante adicional de

(21) Alfred Marshall, Principles of Economics (Nova Iorque, Macmillan, 1948), livro VI, cap. 11, §2, p. 662.

trabalho não se torne inferior ou mesmo igual ao custo deste trabalho para a empresa; assim, a demanda por trabalho cresce ao se reduzir o salário.

Tem-se desse modo uma nova explicação do mecanismo automático de manutenção do pleno emprego com total utilização do equipamento de capital. Quando ocorre uma eventual carência de força de trabalho em relação ao estoque de capital, os salários sobem; o preço do trabalho se torna maior do que o preço do capital, o que estimula a substituição de trabalho por capital, evitando-se assim o aparecimento ou a manutenção de capacidade ociosa do aparato produtivo. Quando existe um ocasional excedente de força de trabalho em relação ao equipamento de capital, isto exerce uma pressão baixista sobre os salários. Com os salários mais baixos, é possível então empregar o excedente de força de trabalho, assegurando o pleno emprego. Como existem infinitas combinações dos "fatores" trabalho e capital (visto que estes "fatores" são perfeitamente substituíveis entre si), pode-se aumentar o volume de emprego mesmo que o estoque de capital fixo permaneça inalterado. Portanto, dado um certo estoque de capital, o único elemento necessário ao mecanismo de obtenção ou preservação do pleno emprego é a perfeita flexibilidade da taxa de salário.

Note-se que esta concepção se ajusta inteiramente à "lei de Say". Em primeiro lugar, porque o funcionamento do mecanismo acima descrito supõe a inexistência de qualquer obstáculo por parte da demanda, ou seja, não há problema de insuficiência de demanda; haverá mercado para tudo o que for produzido pelos diferentes "fatores", qualquer que seja o volume destes; logo, não há limites para a utilização produtiva seja do trabalho ou seja do capital. Em segundo lugar, o mecanismo implica também a preservação do poder de compra criado pela produção. O poder de compra de um bem ou serviço em particular corresponde ao valor deste bem ou serviço; na economia como um todo, corresponde ao valor total da produção. Su-

pondo-se, para simplificar, que o preço das matérias primas e outros insumos não se altera, então um aumento (ou uma diminuição) dos salários causará uma igual redução (ou acréscimo) dos lucros. Sobre isto voltaremos a falar daqui a pouco.

Acontece, porém, que no mundo real ocorre desemprego de força de trabalho juntamente com capacidade ociosa de equipamento de capital. Como os economistas néo-clássicos adeptos da "lei de Say" explicavam isto? Para eles este fenômeno (assim como as crises econômicas de que falaremos depois) caracterizaria uma "anormalidade" do funcionamento da economia. Esta "anormalidade" no caso da ocorrência do desemprego teria sua origem nas restrições institucionais ao livre funcionamento do mecanismo de mercado — como, por exemplo, a intervenção estatal e a associação dos trabalhadores em sindicatos.

Este tipo de explicação pode ser encontrado em Marshall. Em seus Principles of Economics (livro VI, cap. 13, §10), ele fala de "natural tendência dos sindicatos a pressionar para um aumento nos salários nominais padrões durante as inflações de crédito", o que provoca a elevação dos preços. Nesse período de inflação os empregadores concordam em pagar maiores salários. Mas logo a inflação deve declinar, seguindo-se uma depressão e uma queda dos preços. Nestas condições os salários nominais também devem cair, acompanhando o nível geral de preços. Assim ocorrendo, haveria um ajuste entre os preços e os salários, mantendo o nível de produção e o pleno emprego. Mas os sindicatos de trabalhadores adotam a política de sustentação dos altos salários antes obtidos. O resultado disto seria o seguinte: "Quanto mais os sindicatos em geral persistem nesta política, mais profundo e mais constante é o dano causado ao dividendo nacional, e menor é o emprego global a bons salários em todo o país." (Marshall, loc. cit., p. 709-710.)

Existem inúmeros testemunhos de que os economistas ortodoxos continuavam afirmando, mesmo durante e depois da grande crise eco-

nômica de 1929-1932, que os altos salários constituíam a causa do desemprego e que os salários flexíveis eram a condição essencial para se alcançar e manter o pleno emprego.

Em 1929 foi constituída na Inglaterra a Comissão Macmillan sobre Finança e Indústria (Macmillan Committee on Finance and Industry), composta por pessoas de diferentes setores de atividade. O propósito dessa comissão era o de "investigar os bancos, a finança e o crédito, dando atenção aos fatores tanto internos como internacionais que governam sua operação, e fazer recomendações calculadas para possibilitar a essas agências a promoção do desenvolvimento dos negócios e do comércio e o emprego do trabalho",⁽²²⁾ ou seja, sugerir medidas que acabassem com a grave crise econômica na Inglaterra naquela época. A comissão tomou depoimentos de um grande número de pessoas, entre economistas, homens de negócios, funcionários públicos dos altos escalões, etc. Se o resultado prático da pesquisa realizada pela Comissão Macmillan foi de nenhum valor, ela permitiu pelo menos a elaboração de um amplo quadro das concepções econômicas teóricas e práticas vigentes naquela época. Nos relatórios dessa comissão encontram-se depoimentos de alguns dos mais destacados economistas ingleses em favor da redução de salários como forma de eliminar ou, pelo menos, reduzir o desemprego. Alguns desses depoimentos são reproduzidos nas obras que tratam da Economia keynesiana, para mostrar a diferença entre o Keynes da Teoria Geral e os economistas ortodoxos.

Lawrence Klein menciona também um artigo do Prof. Edwin Cannan publicado em 1932, em plena crise econômica:

Um outro expoente dos cortes de salário era o Professor Cannan, que pretendia explicar o desemprego geral exatamente do mesmo modo como se explica o desemprego particular numa firma ou in-

(22) Committee on Finance and Industry, Report (Londres, 1931), transcrito de Robert Lekachman, The Age of Keynes - A Biographical Study (Penguin Books, 1969), p. 37-38.

dústria específica. Ele argumentava que no emprego particular mais trabalhadores podem ser empregados a baixos salários se for elástica a demanda pelo produto. No emprego total a demanda pelo produto é indefinidamente elástica; portanto, qualquer número de trabalhadores, até o pleno emprego, pode ser empregado se eles não pedirem salários muito altos. (23)

Mas o mais destacado representante dessa teoria foi, sem dúvida, o Prof. A. C. Pigou. Sua principal obra sobre o assunto (Theory of Unemployment, 1933) sofreu o mais duro ataque por parte de Keynes (ver The General Theory, cap. 2 e Apêndice ao cap. 19). Note-se porém que, apesar desse ataque, Pigou, numa obra posterior (Lapses from Full Employment, 1945), embora reconhecendo certas deficiências do livro anterior, volta a insistir em seu argumento de que a perfeita concorrência entre os trabalhadores — e, portanto, a total flexibilidade dos salários — era a condição essencial para se obter e manter o pleno emprego.

b. Relação entre Salários e Lucros

Não se pode dizer que a relação entre salários e lucros defendida por Ricardo e outros economistas posteriores seja derivada da "lei de Say" embora esteja de acordo com ela. Como é evidente no cap. 6 de seus Principles, onde ele trata dos lucros, essa relação era inferida diretamente da situação de um produtor — ou seja, capitalista — individual, para quem o preço de sua mercadoria era dado externamente. Sendo este preço uma grandeza dada, da qual o salário e o lucro são parcelas componentes, a variação na magnitude de uma parcela necessariamente implica, para a outra parcela, uma variação em sentido contrário. Ou seja, a um aumento (ou redução) de salário corresponde necessariamente uma diminuição (ou acréscimo) do lucro. Assim, em sua análise, Ricardo parte do produtor individual:

(23) Lawrence R. Klein, The Keynesian Revolution, cit. p. 46-47.

Se um produtor /manufacturer/ sempre vendeu seus bens pelo mesmo dinheiro, por £1 000 por exemplo, seus lucros dependem do preço do trabalho necessário para fabricar esses bens. Seus lucros seriam menores quando os salários montassem a £800 do que quando ele pagasse apenas £600. Assim, na proporção em que os salários subissem, os lucros cairiam. /Principles, cap. 6, p. 131./

Dessa situação do capitalista individual, Ricardo extrapola para a economia como um todo a observada relação entre salários e lucros. Sua teoria dos lucros pode ser resumida do seguinte modo: os lucros (seja para o capitalista individual ou seja na economia como um todo) dependem dos preços (ou do valor total da produção) e dos salários, aumentando em proporção direta ao acréscimo dos preços e à redução dos salários; ou seja, os lucros constituem uma função direta dos preços e inversa dos salários.

Se, porém, com faz Ricardo, tomamos os preços como invariáveis, então os lucros dependem exclusivamente dos salários, e isto ele afirma por diversas vezes no cap. 6 de seus Principles.

Por que considera ele os preços como dados? Porque ele raciocina em termos de uma economia sob regime de concorrência perfeita. Suponhamos uma elevação de preço de uma determinada mercadoria. Se em resposta a essa elevação ocorresse uma contração da demanda, o preço teria de voltar a seu nível original. Imaginemos, porém, que a demanda seja suficiente para absorver o acréscimo do preço. Neste caso, supondo-se o salário constante, o lucro aumentaria. Isto atrairia novos capitais para a produção dessa mercadoria, sua produção seria incrementada e, com isto, o preço tenderia a cair, até que a taxa de lucro obtida na produção dessa mercadoria se igualasse à taxa média de lucro na economia como um todo. Nas palavras de Ricardo:

Deve-se entender que estou falando de lucros em geral. Já assinalai que o preço de mercado de uma mercadoria pode exceder seu preço natural ou necessário, na medida em que ela seja produzida em menor abundância do que requer a nova demanda por

ela. Isto, entretanto, é apenas um efeito temporário. Os altos lucros do capital empregado em produzir esta mercadoria naturalmente atrairão capital para este negócio; e tão logo sejam supridos os fundos requeridos e a quantidade da mercadoria seja devidamente aumentada, seu preço cairá, e os lucros desta atividade se conformarão ao nível geral. Principles, cap. 6, p. 138.]

Assim, os lucros passam a depender apenas dos salários, os quais, por sua vez, dependem dos preços dos bens essenciais de consumo, que são constituídos principalmente de produtos agrícolas:

(...) os lucros dependem de salários altos ou baixos, os salários dependem do preço dos bens essenciais, e o preço dos bens essenciais dependem principalmente do preço dos alimentos, porque todos os outros requisitos podem ser aumentados quase sem limite. Idem, p. 139.]

E Ricardo vai mais longe. Considerando que o preço dos bens essenciais de consumo (principalmente alimentos) é determinado pela quantidade de trabalho necessário para sua produção:

(...) em todos os países e todos os tempos, os lucros dependem da quantidade de trabalho requerido para prover os bens essenciais para os trabalhadores, numa terra ou com um capital que não gera renda. Ibidem, p. 145.](24)

Ricardo encontra então uma tendência geral à queda dos lucros:

A tendência natural dos lucros é, então, a de cair; porque no progresso da sociedade e da riqueza, a quantidade adicional de alimentos requeridos é obtida com o sacrifício de mais e mais trabalho. Esta tendência, esta espécie de gravitação dos lucros, felizmente é interrompida em repetidos intervalos pelas melhorias nas máquinas relacionadas com a produção de bens essenciais, assim como pelas descobertas na ciência da agricultura que nos possibilita liberar uma parcela do trabalho então requerida, e, portanto, reduzir o preço da remuneração necessária do trabalhador. Ibidem, p. 139-140.]

(24) Nesse argumento é necessário supor, como o faz Ricardo, a inexistência de renda da terra, porque o preço dos bens essenciais depende não apenas do trabalho necessário para sua produção mas também da renda da terra.

Esta é, em resumo, a teoria formulada por Ricardo no cap. 6 de seus Principles. No cap. 21 ele compatibiliza essa teoria com a "lei de Say". Ou seja, de acordo com essa "lei", tudo que é produzido é demandado (a produção cria sua demanda); logo, a demanda não constitui um obstáculo ao crescimento da produção. O único obstáculo que pode surgir é constituído pela queda dos lucros, os quais dependem dos salários. A "lei de Say" não apenas é compatível com a teoria dos lucros de Ricardo; ela também plenamente justifica essa teoria. Se, conforme essa "lei", a renda (ou poder de compra, ou demanda) gerada pela produção é dada, isto é, constitui uma grandeza fixa, e se esta grandeza se compõe de salários e lucros, então estes últimos necessariamente têm de diminuir quando os salários aumentam. Em suma, para Ricardo, os lucros variam num mesmo montante, porém em sentido contrário, da variação dos salários, sendo esta concepção não apenas compatível com a "lei de Say" mas também inerente à formulação dessa "lei".

Esta concepção a respeito da relação entre salários e lucros foi passada adiante na história do pensamento econômico ortodoxo e incorporada pela Economia néo-clássica. Deve-se frisar, todavia, que o argumento néo-clássico é um tanto diferente do apresentado por Ricardo, pelo menos no que se refere ao aspecto formal. De qualquer forma, como Ricardo, os néo-clássicos tomam os preços como dados (determinados pela oferta e demanda em condições de concorrência perfeita) e, partindo da situação de uma firma particular, extrapolam essa situação para a economia como um todo. E aí encontram que uma variação nos salários tem como resultado uma variação inversa nos lucros, sem que isto altere para mais ou para menos o poder global de compra. (25)

(25) Para uma crítica dessa teoria, veja-se M. Kalecki, "Salários Nominais e Reais" em Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas, São Paulo, Editora Hucitec, 1977.

Em suma, nem os economistas clássicos nem os néo-clássicos visualizavam a possibilidade de uma redistribuição de renda (seja de lucros para salários ou vice-versa) afetar o volume do poder de compra gerado pela produção, ou, para usar a terminologia mais conhecida, afetar o nível da demanda efetiva.

c. Crises de Produção

Repetindo sumariamente o que foi dito antes: a demanda (ou poder de compra) é criada pela produção e é sempre igual a esta. Portanto, excetuando os casos de desajustes temporários e circunscritos a tipos particulares de bens ou serviços, não pode haver, na economia como um todo, uma situação de superprodução ou de subdemanda em geral. Decorre obviamente dessa concepção a impossibilidade de aparecimento de crises econômicas, isto é, situações em que a produção excede consideravelmente a demanda, gerando um abarrotamento de produtos não vendidos no mercado e, logo em seguida, uma queda acentuada da produção, com uma série de outras conseqüências (desemprego, falências, transferências de riquezas, etc.).

Mas, apesar do que diz a teoria, as crises ocorrem, e muitas vezes com tal intensidade que até mesmo os adeptos da "lei de Say" se viram forçados a reconhecê-las. E assim fazendo, procuraram para elas explicações que não conflitassem com a teoria adotada. A primeira tentativa mais conhecida foi a de John Stuart Mill; uma outra, na mesma linha da de Mill, foi a de Alfred Marshall. (26) Não pretendemos discutir aqui essas tentativas, mas tão somente assinalar como elas procuraram uma resposta para o problema das crises sem infringir a "lei de Say". E desde logo é bom esclare-

(26) As concepções de J.S. Mill encontram-se dispersas em seus Principles of Political Economy, cit.; as de Marshall, no livro que escreveu junto com sua mulher, Mary Paley Marshall: Economics of Industry (1879). Alvin H. Hansen, em Business Cycles and National Income (Londres, Allen & Unwin, 1951), cap. 15, apresenta um resumo dessas concepções.

cer que tanto Mill como Marshall não se preocupam em fornecer uma explicação integrada do problema das crises: "integrada" no sentido de que essa explicação se centrasse especificamente naquele problema.

Ao procurar uma resposta, ambos os autores consideram as crises como problemas eminentemente comerciais e financeiros, em que certas circunstâncias ligadas à moeda, ao crédito, à taxa de juros, fazem com que a própria economia infrinja temporariamente a "lei de Say", levando às crises. Assim, a "lei de Say" permanece válida; a economia é que de vez em quando vai por maus caminhos.

Para Mill, isto decorre das atividades especulativas dos comerciantes. Por uma razão acidental qualquer (que pode ser uma redução de colheiras, um impecilho à importação, etc.), pode ocorrer uma tendência ao aumento de preços e, conseqüentemente, de lucros. Antecipando a elevação dos preços, os comerciantes procuram ampliar seus estoques de mercadorias para vendê-las durante a alta e incrementar seus lucros. Esse movimento, por seu turno, contribui efetivamente para a elevação dos preços. Chega um ponto em que os comerciantes começam a vender e, com isso, os preços vão caindo. Para evitar perdas, os comerciantes procuram agora vender o quanto podem, provocando assim um efetivo colapso de preços, e daí uma crise comercial. Para efetuarem suas compras durante a fase de euforia, os comerciantes contraem dívidas; com o colapso de preços, porém, eles obtêm recursos suficientes para pagar as dívidas. A situação se agrava. Nesse processo, segundo Mill, o sistema de crédito tem uma parcela de responsabilidade pela crise: as taxas de juros são muito baixas, durante a fase de euforia, facilitando aos comerciantes a tomada de empréstimos para seus fins especulativos, e se elevam com o aumento da demanda por empréstimos, o que agrava o problema durante a depressão.

Marshall segue no geral a concepção de Mill no que se refere ao papel da especulação e do crédito, mas introduz também alguns

elementos novos. Ele explicitamente aceita a "lei de Say" acerca da igualdade entre produção e demanda. Entretanto, argumenta:

"Mas embora os homens tenham o poder de comprar, eles podem preferir não usá-lo."⁽²⁷⁾ Ou seja, Marshall vê a possibilidade de rompimento daquela igualdade, que pode ser provocado pela falta de confiança nos negócios: "A principal causa do mal é uma carência de confiança." E ele explica:

Porque quando a confiança foi abalada por falências, o capital não pode ser obtido para iniciar novas companhias ou ampliar as existentes. Os projetos para novas ferrovias não encontram receptividade, os navios permanecem ociosos, e não há encomendas para novos navios. Raramente há uma demanda por trabalhadores comuns, e não muita pelo trabalho de construção e de fabricação de máquinas. Em suma, há apenas uma pequena ocupação em qualquer uma das atividades produtoras de capital fixo.

Aqueles cuja capacidade e capital são especializados nessas atividades estão ganhando pouco e, portanto, comprando pouco do produto das outras atividades. Estas, encontrando um mercado pobre para seus bens, produzem menos; ganham menos e, portanto, compram menos: a diminuição da demanda por seus artigos levam-nas a demandar menos de outras atividades. Assim expande-se a desorganização comercial: a desorganização de uma atividade põe as outras fora dos eixos, as quais reagem a isto e aumentam sua desorganização.

Esta longa citação do texto de Marshall não é sem finalidade. Por meio dela queremos mostrar como ele concebe uma ruptura no funcionamento da "lei de Say" causada pela falta de confiança. Mas não apenas isto. Também desejamos mostrar como ele lança mão de uma concepção muito parecida com a do multiplicador do investimento de Keynes para explicar a recessão econômica: uma queda do nível de investimento (provocada pela falta de confiança no mundo dos negócios) gera adicionais decréscimos do investimento através da redução da demanda. Mas a aproximação entre Marshall

(27) Os argumentos de Marshall aqui reproduzidos foram extraídos de seus Principles of Economics, cit., livro VI, cap. 13, §10, p. 710-711. Esses argumentos foram também empregados no livro escrito juntamente com Mary P. Marshall, The Economics of Industry, cit.

e Keynes, neste problema de que estamos tratando, limita-se a isto e ao papel que o primeiro atribui à falta de confiança (em Keynes, "o estado das expectativas") para explicar a depressão.

Um outro elemento utilizado por Marshall para explicar o baixo nível de produção e de emprego durante as fases de depressão é a rigidez dos salários resultante da ação dos sindicatos de trabalhadores, como já mencionamos ao tratar do problema do pleno emprego.

Tanto Mill como Marshall e outros autores representativos da ortodoxia econômica até a década de 1930 não apenas aceitam a validade da "lei de Say" mas também a tomam por base para formularem muitas de suas concepções. Mas a "lei de Say" nega a possibilidade de ocorrência de um estado de superprodução, ou seja, de aparecimento de crises. Como estas realmente aparecem e muitas vezes se manifestam com relativa violência, não há como negá-las. A solução mais adequada para essa contradição entre a teoria e a realidade seria pura e simplesmente a de reformular a primeira, ou seja, "abolir" a lei de Say. Mas para esses economistas — educados e profundamente embuídos das verdades estabelecidas pela mais pura tradição do pensamento econômico britânico — essa seria uma dolorosa solução, que talvez nem mesmo lhes tenha passado pela cabeça (embora, pelo menos no caso de Marshall, isto não seja tão certo assim). Seria uma dolorosa solução não apenas porque eles admirassem a "lei de Say" em si mesma ou porque fosse um elemento da tradição fortemente estabelecido por Ricardo, mas também — e principalmente — pelo fato de esta solução ter outras implicações para a teoria econômica, como estamos tentando mostrar. A rejeição da "lei de Say" representaria (como de fato representou mais tarde) uma completa reformulação de tradicionais princípios e concepções da Economia Política ortodoxa. Portanto, não adotando esta solução, os economistas, em face das crises e depressões, viram-se obrigados a buscar explicações dentro do quadro de referência im-

posto pela "lei de Say"; e como esse quadro é rígido, conflitando com o próprio problema para o qual as explicações são procuradas, as respostas encontradas pelos economistas são necessariamente falsas ou artificiais — se não em certos aspectos específicos, pelo menos no todo.

Dois tipos de resposta foram apresentados. O primeiro — representado pelas concepções de John Stuart Mill e Alfred Marshall — é o de aceitar que em determinados momentos (que são aqueles das crises) a "lei de Say" possa ser infringida. A economia normalmente funciona de acordo com o princípio adotado de que a produção cria sua própria demanda, todos os bens e serviços produzidos são vendidos; haveria, porém, momentos de "anormalidade", nos quais a demanda se disassociaria da produção, gerando crises. E nesses casos, ou melhor, de acordo com essa concepção, caberia aos economistas buscar apenas as razões pelas quais a demanda se divorcia da produção.

O segundo tipo de resposta mantém ou pode manter incólume a "lei de Say", dando uma outra interpretação às crises. Estas não constituiriam inicialmente um excesso de produção ou uma deficiência de demanda que levaria, no desenrolar do processo, a uma queda acentuada da produção. Nada disto. O processo gerador e característico das crises já se iniciaria com a queda da produção, sem ser necessário que a demanda deixe de ser criada pela própria produção; ou seja, a demanda pode continuar sendo igual à produção, em conformidade com a "lei de Say", mas isto não impede que a produção caia — e, portanto, haja uma crise econômica — se aceitamos a hipótese de a produção poder ser afetada por "fatores exógenos", isto é, fora do domínio da economia. O exemplo mais conhecido desse tipo de concepção das crises econômicas é o de W. Stanley Jevons. Para ele, as flutuações econômicas se iniciariam com as colheitas agrícolas irregulares: as colheitas abundantes favoreceriam a expansão econômica em geral, e as más colheitas gerariam

as depressões, sendo que as variações da produção agrícola, por seu turno, seriam resultados das condições meteorológicas e, mais especificamente ainda, o próprio caráter cíclico das crises seria explicado pelo caráter recorrente das manchas solares. De qualquer forma, fosse Jevons um adepto ou não da "lei de Say", ele oferecia uma resposta para o problema das crises que não a infringia.

d. Finanças Públicas

A "lei de Say" exerceu também grande influência sobre as Finanças Públicas. Essa influência incidiu diretamente sobre (1) a concepção do papel das despesas governamentais no funcionamento da economia e (2) a teoria da tributação. Vejamos resumidamente estas duas questões.

Começemos pelo problema dos gastos públicos. Recordemos, mais uma vez, que pela "lei de Say" para uma determinada produção existe sempre, necessariamente, uma demanda de igual valor e, portanto, não pode ocorrer uma insuficiência de demanda. Neste caso, que significam os gastos governamentais? São apenas transferências de despesas do setor privado para o setor estatal, ou seja, cada libra despendida pelo governo corresponde a uma libra que os indivíduos deixaram de gastar. Ao se efetuar a produção cria-se ao mesmo tempo um determinado volume de poder de compra, uma parte do qual é transferida dos indivíduos para o Estado através dos tributos e/ou de empréstimos públicos, e é com essa parte do poder de compra que o governo efetua sua despesa. Assim, o poder de compra total — ou demanda efetiva total — não se altera, havendo apenas uma transferência de parte deste poder para as mãos do Estado.

Dai concluíam-se também o seguinte: certos governos recorrem à emissão de dinheiro para aumentar seu poder de compra; isto pode, na verdade, ampliar o poder de compra estatal, mas não o total, porque este é determinado pela produção; como resultado, o governo poderia efetivamente elevar suas despesas, mas às custas de

uma diminuição dos gastos dos indivíduos, e com uma inflação de preços — porque, embora tenha aumentado a quantidade de dinheiro, o volume de produção permaneceu o mesmo. Em suma, ocorre apenas um aumento nominal, mas não real, do poder de compra.

Há também outro aspecto a considerar. Os economistas clássicos definiam as atividades governamentais como improdutivas e, portanto, as despesas públicas como gastos improdutivos, enquanto as despesas individuais se dividiam em improdutivas (consumo) e produtivas (investimentos). Se os tributos incidem sobre o consumo dos indivíduos, ocorre então apenas uma transferência de gasto improdutivo dos indivíduos para o Estado, e o país como um todo nada perde com isto. Se, porém, os tributos incidem sobre os investimentos, há então não apenas uma transferência de despesas dos indivíduos para o Estado, mas também uma conversão de gastos produtivos em gastos improdutivos, e, portanto, uma redução na acumulação de capital — isto é, da futura capacidade produtiva — do país. Esse mesmo princípio se aplicaria também aos impostos sobre o estoque de capital já constituído: haveria uma redução deste capital em benefício do gasto improdutivo do Estado. Esse argumento é tecido por Ricardo:

Não existem tributos que não tenham uma tendência a enfraquecer o poder de acumular. Todos os tributos têm de incidir ou sobre o capital ou sobre a renda. Se eles se intrometem com o capital, diminuem proporcionalmente este fundo por cuja grandeza deve sempre ser regulada a grandeza da indústria produtiva do país; e se eles incidem sobre a renda, devem ou reduzir a acumulação ou forçar os contribuintes a poupar o montante do imposto, através de uma correspondente diminuição de seu anterior consumo improdutivo de bens essenciais e de luxo. [Principles, cap. 8, p. 169-170.]

O mesmo argumento é retomado por J. S. Mill, porém para demonstrar que o imposto sobre a poupança corresponde a uma dupla tributação e, conseqüentemente, fere o princípio da equidade tributária. Assim, ele escreve:

(...) o modo apropriado de determinar um imposto de renda seria tributar apenas a parte da renda destinada à despesa [isto é, ao consumo], isentando a parte que é poupada. Porque quando poupada e investida (e todas as poupanças, falando em geral, são investidas), esta parte a partir de então paga imposto de renda sobre juro ou lucro que ela gera, não obstante já tenha sido tributada sobre o principal. Portanto, a menos que as poupanças sejam isentas do imposto de renda, os contribuintes serão duas vezes tributados sobre o que eles poupam. [Principles of Political Economy, livro V, cap. 2, § 4, p. 813.]

Em suma, da exposição feita até aqui podemos concluir o seguinte. Para os autores clássicos, baseados na "lei de Say", os gastos públicos não exerciam qualquer efeito positivo sobre a economia e, em especial, sobre o crescimento econômico, visto constituírem apenas uma transferência das despesas privadas. Antes pelo contrário, os gastos públicos poderiam ser um obstáculo ao crescimento econômico, na medida em que transferiam fundos de acumulação para utilizá-los em atividades improdutivas. Daí a conclusão de que os gastos governamentais deviam limitar-se ao estritamente essencial ao bom funcionamento do aparelho estatal naquilo que lhe era inerente: o controle das coisas públicas, a manutenção da ordem, a aplicação da justiça, etc. E daí, também, os tributos e/ou as dívidas públicas utilizados para financiar esses gastos deviam ser reduzidos àquele mínimo indispensável. Ademais, para que as despesas governamentais não constituíssem um fator negativo no crescimento econômico, elas deveriam ser financiadas com impostos que não incidissem sobre o estoque de capital já formado ou sobre os recursos disponíveis para acumulação.

Na teoria ortodoxa os argumentos dos economistas clássicos se mantiveram até a assim chamada "Revolução keynesiana". Vejamos um exemplo. Já mencionamos a Comissão Macmillan, constituída na Inglaterra durante a grande crise de 1929-32. Entre as pessoas ouvidas pela comissão estava o Prof. R. G. Hawtrey, um dos mais proeminentes economistas da época. Um dos pontos por ele aborda-

dos em seu depoimento foi o dos gastos governamentais, onde ele nada mais fez do que repetir o argumento dos autores clássicos. O depoimento de Hawtrey é comentado por Lawrence Klein (devemos sublinhar que Hawtrey é usado aqui apenas como exemplo, porque igual a ele pensava a maioria dos economistas ortodoxos da época):

Ele [Hawtrey] até mesmo considerou a idéia "radical" do gasto governamental efetuado com novo crédito bancário, mas predisse que o resultado de tal política seria inflacionário e uma ameaça ao padrão ouro, forçando assim uma elevação da taxa bancária de juro e causando a contração do crédito. Tal plano, para ele, fracassaria porque as despesas governamentais feitas com crédito bancário significariam o fim do dinheiro barato para a empresa privada. (...) Como podiam os economistas se preocupar com o vazio inflacionário quando havia tão alto nível de desemprego? A única resposta que podemos dar a esta questão é a de que eles deviam estar trabalhando com as hipóteses da lei de Say e/ou do pleno emprego. (28)

Passemos agora ao outro problema da aplicação da "lei de Say" às finanças públicas. O montante total de salários e lucros (incluindo aqui a renda da terra) constitui a renda global de um determinado país; segundo o princípio da preservação do poder de compra, não existe qualquer "vazamento" no volume desta renda global; ou seja, uma vez pagos os salários e gerados os lucros, a renda global é totalmente gasta. Qual a implicação disto para a teoria das finanças públicas?

A implicação é a de que os tributos podem incidir tanto sobre os salários como sobre os lucros sem afetar a produção e o poder total de compra. Haverá apenas uma transferência de renda (e, portanto, de gastos) dos trabalhadores e capitalistas para o governo. É claro que se os impostos incidirem mais fortemente sobre os salários, ou sobre os lucros, haverá, depois de deduzidos os impostos, uma mudança na relação original entre salários e lucros. Mas

(28) Lawrence R. Klein, The Keynesian Revolution, cit., p. 46.

isto, como veremos logo, era encarado apenas pelo prisma da justiça ou equidade distributiva dos impostos. Não se vislumbravam maiores problemas econômicos na diferenciação dos lucros e dos salários como fontes geradoras dos tributos, além do fato já mencionado de que os tributos incidentes sobre as poupanças poderiam provocar uma queda na formação de capital, e esse risco seria necessariamente maior no caso dos impostos sobre os lucros, visto serem destes que provém a parcela maior da poupança.

Na verdade, Ricardo procurou aprofundar a análise do problema. Diversos capítulos de seus Principles são dedicados à análise dos impostos. Segundo Ricardo, qualquer que seja a forma do imposto incidente sobre os salários — seja como imposto direto ou como imposto indireto —, ele aumentará o preço da força de trabalho e, portanto, será no fim das contas um imposto sobre os lucros, isto é, pagos pelos capitalistas:

(...) qualquer imposto que tenha o efeito de elevar os salários será pago por uma diminuição dos lucros e, portanto, um imposto sobre salários é de fato um imposto sobre lucros. /Principles, cap. 16, p. 236./

Seu argumento é o seguinte. Qualquer mercadoria aumenta de preço quando é tributada, o mesmo acontecendo com o salário (o preço da força de trabalho). Isto não aconteceria se o aumento do preço provocasse uma queda na demanda, obrigando o preço a voltar a seu nível anterior. Mas com a força de trabalho isto não ocorre. Ao elevar-se o salário em decorrência do imposto, os capitalistas realmente reduzem sua demanda por trabalho, mas, por outro lado, com o aumento de arrecadação do imposto, o governo incrementará sua demanda. Logo:

O governo e o povo /na verdade, os capitalistas/ tornam-se assim competidores, e a consequência de sua competição é um aumento no preço do trabalho. O mesmo número de homens será empregado, mas eles estarão empregados com maiores salários. /Idem, p. 231./

Embora essa linha de raciocínio e sua conclusão sejam falsas, é impressionante a coerência de Ricardo: convencido da verdade da "lei de Say", Ricardo se mantém coerente com ela em toda sua obra, e diversas vezes chega a recriminar o próprio Say por infringi-la, como acontece também aqui, quando este escreve, referindo-se à tributação: "Quando levada muito longe, ela produz este lamentável efeito; despoja o contribuinte de uma parte de suas riquezas sem enriquecer o Estado."⁽²⁹⁾ Ou seja, Say já havia esquecido o princípio formulado por ele mesmo, segundo o qual não pode haver um "vazamento" no poder de compra criado pela produção (e, portanto, não pode haver ao mesmo tempo um empobrecimento tanto dos contribuintes como do Estado, visto os recursos dos primeiros serem transferidos para o segundo). Ricardo, porém, permanece fiel ao princípio, e é por procurar aplicá-lo consistentemente que ele chega à conclusão de que os impostos sobre os salários são na verdade impostos sobre os lucros.

A conclusão de Ricardo não era agradável para os capitalistas. Se verdadeira, isto significaria que não adiantava tributar os salários, porque seriam eles, os capitalistas, que pagariam esses impostos. Sendo falsa, a conclusão era ainda mais irritante, porque podia ser encarada como uma tentativa de demonstrar a inutilidade da tributação dos salários. De qualquer forma, a experiência prática devia estar mostrando que os impostos sobre os salários não elevavam o preço da força de trabalho, e, portanto — mesmo que não se pudesse demonstrar teoricamente, com a mesma força lógica de Ricardo, que sua conclusão estava errada —, ela foi abandonada.

O que imperou foi a concepção, já mencionada por nós, de que os tributos podem incidir tanto sobre os salários como sobre os lucros, sem que essa incidência sobre um certo tipo de renda afete

(29) Transcrito por Ricardo, op. cit., p. 245.

adversamente ou vantajosamente o outro tipo de renda. Assim, a discussão sobre os impostos se deslocou para o problema da equidade da tributação. Isto pode ser constatado já nos Principles of Political Economy de John Stuart Mill (livro V, cap. 2, relativo aos "Princípios Gerais da Tributação").

Em suma, as Finanças Públicas deveriam ser orientadas por alguns princípios básicos, entre os quais: (1) os gastos governamentais deveriam limitar-se ao estritamente necessário para o funcionamento do aparelho estatal; (2) o problema central da tributação, para financiar esses gastos, era o de encontrar as formas mais justas de impostos, levando-se em conta também a conveniência de não restringir, através dos tributos, os recursos disponíveis para investimento, a fim de não reduzir ou interromper o processo de expansão econômica; (3) não se colocava o problema de como utilizar a tributação exatamente para alcançar esse objetivo de expansão econômica, porque não se via a tributação como forma possível de aumentar, em vez de diminuir, o nível da produção. Sobre este último ponto: se o poder de compra era dado — isto é, fixo —, como poderia uma simples transferência de uma parte deste poder de compra, dos indivíduos para o Estado, aumentar a produção? De fato, a simples formulação desta pergunta era absurda. Aritmeticamente ela correspondia ao seguinte problema: como aumentar o valor de um total pelo simples deslocamento de uma parcela deste total? Ou seja, a pergunta era absurda porque formulada com base na "lei de Say", segundo a qual o poder de compra era fixo, determinado pela produção.

A importância dessas falsas conclusões só pode ser devidamente avaliada quando examinamos o que representa para a Economia (e, mais especificamente, para as Finanças Públicas) o abandono da "lei de Say".

e. Acumulação de Capital

Já vimos que, segundo a "lei de Say", a demanda potencial é infinita, de modo que, por esse lado, não há qualquer restrição ao crescimento da produção e do capital. Já mencionamos também que a disponibilidade de força de trabalho não constitui um obstáculo à acumulação, ou porque — segundo Ricardo — a oferta de mão-de-obra se ajusta à acumulação, ou porque — segundo os néo-clássicos — o "fator trabalho" é perfeitamente substituível pelo "fator capital". Assim, o único limite à acumulação de capital é o volume de recursos disponíveis para tal fim.

Vejamos como esse problema se apresenta na teoria de Ricardo. Para começar, é preciso observar que, segundo ele, somente os capitalistas poupam e, portanto, acumulam. Os trabalhadores gastam todo seu salário em bens essenciais de consumo, enquanto os proprietários de terra e a nobreza gastam em bens de luxo quase toda sua renda, a parte restante da renda sendo correspondente ao consumo de bens essenciais. Assim, toda a acumulação de capital é efetuada pelos capitalistas, incluindo-se nesta categoria os capitalistas industriais (manufacturers) e agrícolas (farmers) — os quais pagam renda aos proprietários de terra (landlords).

Portanto, toda a acumulação depende do lucro. Esta afirmação pode ser desdobrada em duas partes: (1) a acumulação é determinada pelo volume total do lucro; (2) a acumulação é determinada pela parcela do lucro que é poupada, mas como esta parcela depende do lucro total, temos que a acumulação é uma função do lucro. Ricardo considerava os capitalistas como uma classe "frugal", que despendia muito pouco em bens de luxo e, portanto, procurava poupar o máximo de seus lucros e investir toda sua poupança.

Se consideramos a poupança uma função do lucro, a acumulação de capital também o é. Ou seja, o único limite à acumulação é constituído pelo lucro. Como vimos ao tratarmos da relação entre salários e lucros, estes últimos tendem a cair em decorrência da

tendência ascendente dos primeiros. Assim, haveria uma tendência histórica do capitalismo a alcançar um estado estacionário, onde a acumulação de capital deixaria de existir.

Nessa teoria da acumulação, a "lei de Say" é utilizada em três pontos essenciais: (1) a demanda não constitui obstáculo ao crescimento da produção, visto ser determinada por esta última; (2) os lucros diminuem com o aumento dos salários, visto ser inalterável o poder de compra total, gerado pela produção; (3) toda a poupança é investida. Os dois primeiros pontos já foram tratados anteriormente; resta-nos dedicar um pouco mais de atenção ao terceiro.

Temos que o investimento é igual à poupança. Até aqui, nenhuma novidade. Para os economistas clássicos, no entanto, essa igualdade era obtida automaticamente. Como vimos antes (seção 2.ª deste capítulo), tanto para Ricardo como para John Stuart Mill um ato de poupança implicava necessariamente um ato de investimento, ou seja, toda poupança era automaticamente investida. Essa concepção é justificada historicamente por alguns autores. No fim do século XVIII e na primeira metade do século XIX (isto é, na época de Say, Ricardo, Mill), eram efetivamente os capitalistas a classe que mais poupava e investia, enquanto o nível de salário vigente não permitia aos trabalhadores o luxo de poupar e os nobres proprietários não tinham motivo por que poupar; daí, a identificação da poupança com os capitalistas. Além disso, ocorriam também dois fatos que devem ser observados: (1) o capitalismo encontrava-se em pleno desenvolvimento, com a revolução industrial ainda em seu apogeu, as oportunidades de investimento eram muitas enquanto os recursos de poupança para usufruir dessas oportunidades eram limitados; (2) a poupança e o investimento eram usualmente realizados pelos mesmos capitalistas individuais, ou seja, cada capitalista procurava investir toda sua própria poupança, a fim de ampliar seus negócios. Desses dois fatos teria resultado naturalmente a identificação da poupança com o investimento. Em suma, os econo-

‘mistas clássicos estariam aproximadamente dizendo a verdade quando afirmavam que toda poupança era automaticamente investida.

Mas o que podia ser uma verdade para os economistas clássicos, deixou de sê-lo para os néo-clássicos, e mesmo assim estes últimos continuaram afirmando a igualdade entre poupança e investimento. Com o desenvolvimento do capitalismo, a expansão das grandes empresas, a ampliação do sistema de captação de recursos por meio de empréstimos e emissões de ações, e a separação entre proprietários e diretores das firmas, os atos de poupança começaram a se separar dos atos de investimento, os indivíduos que investiam já não eram necessariamente os mesmos que poupavam. Nessa situação tornava-se difícil continuar afirmando que a poupança era automaticamente investida.

Que fizeram os economistas néo-clássicos? A concepção de Ricardo e de Mill era insustentável, porém os teóricos néo-clássicos continuaram aferrados à "lei de Say", ao princípio da preservação do poder de compra, à idéia de que toda renda era necessariamente gasta. Se não acreditassem nisso, muitas de suas concepções ruiriam junto com a "lei de Say" e, entre outras coisas, teriam de admitir que o capitalismo não é este sistema perfeito que assegura o pleno emprego dos recursos e o desenvolvimento harmonioso da economia. Assim, tiveram eles de buscar outro motivo para explicar a igualdade entre investimento e poupança, que não o simples argumento da igualdade automática entre essas duas grandezas.

Para começar, eles aceitaram a separação entre as decisões de investimento e as de poupança (e isto, sem dúvida, foi um passo adiante para a compreensão do capitalismo-moderno); isto posto, passaram a procurar o elemento que, no mecanismo de funcionamento da economia, assegura a igualdade entre o investimento total e a poupança total. Cada pessoa ou firma pode investir mais ou investir menos do que poupa, mas na economia como um todo o investimento é sempre igual à poupança. Que assegura essa igualdade? Segundo

os néo-clássicos, é a taxa de juros, operando através do mecanismo de mercado, isto é, pelo ajustamento entre a oferta e a demanda de recursos para investimento.

Vejamos mais de perto esse mecanismo. A taxa de juros é o preço do dinheiro; como qualquer outro preço, a taxa de juros seria determinada pela oferta e demanda, sendo que neste caso a poupança corresponde à oferta e o investimento à demanda por dinheiro. Para facilitar o raciocínio, suponhamos que inicialmente o volume total de investimento (demanda por dinheiro para investir) seja igual ao volume total de poupança (oferta de dinheiro). Agora vamos imaginar que por um motivo qualquer (as pessoas e firmas resolvem poupar mais ou investir menos do que antes) a poupança se torne maior do que o investimento. Que acontece então? Poupando mais, as pessoas dispõem de maiores recursos para emprestarem a outras; numa palavra, dispõem de maiores "fundos de empréstimo" (loanable funds), em relação à procura por esses fundos, isto é, em relação à demanda por recursos para investimento. Isso provocará uma queda da taxa de juros. Esta é o preço recebido pelas pessoas que emprestam dinheiro e, inversamente, é o preço pago pelas pessoas que tomam dinheiro emprestado. Assim, a queda da taxa de juros provocará, de um lado, a redução da poupança e, de outro, o aumento do investimento, até que estas duas grandezas se encontrem novamente em equilíbrio.

Em resumo, uma queda da taxa de juros desestimula a poupança e estimula o investimento, enquanto uma subida dessa taxa provoca efeitos inversos. Por sua vez, a taxa de juros é uma função direta do investimento e uma função inversa da poupança — isto é, sobe quando aumenta o investimento (sendo dado o nível de poupança) ou quando diminui a poupança (sendo dado o nível de investimento). Como vemos, esta concepção está inteiramente de acordo com a teoria dos preços da Economia néo-clássica, o que é um motivo fundamental para explicar sua incorporação por esta Economia.

Talvez seja conveniente ressaltar que nem todos os empréstimos são realizados para fins de investimento, uma parte deles sendo usada para consumo, mas isto não altera o problema. Suponhamos que uma parcela da população poupa um determinado volume de recursos, o qual se torna então disponível para empréstimos; a restante parcela da população usa uma parte desses recursos para consumir e a outra parte para investir. Obviamente a parte consumida, embora tenha sido poupada pelo primeiro grupo, na economia como um todo não constitui poupança mas sim consumo: um consumo que a primeira parcela da população transferiu para a segunda parcela através de empréstimo. Portanto, somente a parte investida da poupança do primeiro grupo de pessoas constitui efetivamente poupança na economia em seu conjunto. O mecanismo da taxa de juros continua a funcionar. Se num dado momento o volume de recursos tomado emprestado seja para consumir como para investir se eleva em relação ao que as pessoas desejam poupar, isto aumenta a taxa de juros, o que, por sua vez, provoca um acréscimo da poupança (dos fundos para empréstimos) e uma diminuição da tomada de empréstimos tanto para consumo como para investimento. Isto equivale a dizer que ocorre em geral um aumento da poupança e uma redução do investimento, até que estas duas grandezas voltem a encontrar-se em equilíbrio.

Estamos falando aqui de um mundo monetário, onde poupança e investimento aparecem como oferta e demanda de dinheiro. Que acontece, porém, no mundo da produção de mercadorias e serviços? Um aumento de poupança corresponde a uma diminuição da procura de bens e serviços de consumo, provocando uma baixa de seus preços, e daí uma queda da taxa de lucro nos setores produtores desses bens e serviços. Assim, os capitais se deslocam desses setores para os setores produtores de bens de investimento, aumentando a produção destes. Portanto, um acréscimo da poupança e um decréscimo do consumo correspondem, no mundo da produção, respectivamente a uma

'diminuição de bens e serviços de consumo e a um aumento de bens de investimento. Quando os capitais se deslocam dos setores de bens de consumo para os setores de bens de investimento, isto se justifica, segundo a teoria néo-clássica, pelo fato de a poupança ser um consumo diferido, postergado, no tempo — de modo que uma poupança (um não-consumo) maior hoje significa um consumo maior depois. Portanto, o maior investimento hoje é necessário para produzir maior volume de bens de consumo depois.

Apesar do raciocínio cheio de zigue-zagues de Alfred Marshall, esta concepção de poupança e investimento regulados pela taxa de juros pode ser detectada em seus Principles of Economics (ver especialmente livro IV, cap. 7, e livro VI, cap. 1, §8, e cap. 2, §3 e 4). E daí em diante esta concepção se difundiu entre os economistas ortodoxos, embora não apenas Marshall tenha contribuído para isto. (30)

(30) Ver Keynes, The General Theory, cit., cap. 14.

MARX: ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E REALIZAÇÃO DA MAIS-VALIA

NOTA: Os trechos de autoria de Marx citados no presente trabalho foram extraídos de: Capital, volumes I, II e III (Foreign Languages Publishing House, Moscou, s.d.) e Historia Crítica de la Teoría de la Plusvalía, vol. II (Ediciones Brumario, Buenos Aires, 1974), daqui por diante referida como Teorias da Mais-Valia. Para facilitar a localização dos trechos nestas obras, mencionamos não apenas a página, mas também o capítulo e, quando existe, a seção do capítulo em que se encontram. O vol. I do Capital da edição aqui utilizada tem uma numeração de capítulos diferente da de outras edições: o que nestas últimas constitui o capítulo 4, dividido em três seções, passa a ser os capítulos 4, 5 e 6 da edição usada por nós (também na última parte do vol. I há diferença de numeração dos capítulos).

1. O CIRCUITO DO CAPITAL DINHEIRO

Vamos procurar mostrar, de modo muito sumário, a teoria da acumulação de Marx, apresentando seus aspectos principais. Para isto começaremos pelo problema da reprodução e acumulação do capital individual, passando depois para o problema do capital social.

Suponhamos um certo capitalista na esfera da produção — por exemplo, na indústria — que detenha um dado montante $\underline{D}$ de dinheiro. Com este dinheiro o capitalista compra mercadorias no montante $\underline{M}$, as quais entram no processo de produção de novas mercadorias. Finalmente, estas novas mercadorias são vendidas e o capitalista obtém um montante $\underline{D'}$ de dinheiro, sendo $\underline{D'}$ maior do que $\underline{D}$. Este circuito é representado pela fórmula $\underline{D} \rightarrow \underline{M} \rightarrow \underline{D'}$, sendo $\underline{D} = \underline{M} < \underline{D'}$.

Todo o "segredo" deste circuito está no modo como o capitalista consegue transformar um dado montante de dinheiro ($\underline{D}$) num montante ainda maior ($\underline{D'}$). Não é porque o capitalista compra as

mercadorias (M) por um preço mais baixo e as vende por um preço mais alto. O "segredo" se explica pelo processo de produção capitalista.

Com seu dinheiro o capitalista compra diferentes tipos de mercadorias, as quais podem ser englobadas em duas únicas categorias: bens de produção e força de trabalho, que constituem, respectivamente, o capital constante e o capital variável do capitalista. Assim, se representarmos por C o capital constante e por V o capital variável, temos: $\underline{D} = \underline{M} = \underline{C} + \underline{V}$.

Combinando estes dois capitais (C + V), os capitalistas criam novas mercadorias, as quais são vendidas pelo preço D'. Sabemos que $\underline{D}' > \underline{D}$; se representamos por P a diferença entre D' e D, temos: $\underline{D}' - (\underline{C} + \underline{V}) = \underline{P}$, ou seja $\underline{D}' = \underline{C} + \underline{V} + \underline{P}$. P é a mais-valia ou lucro do capitalista. Portanto, o circuito $\underline{D} \rightarrow \underline{M} \rightarrow \underline{D}'$ gera um lucro para o capitalista.

De onde provém este lucro? O lucro provém do trabalho não pago efetuado pelos trabalhadores. Ao vender suas mercadorias por D', uma parte do dinheiro arrecadado pelo capitalista serve para repor o dinheiro gasto na aquisição de bens de produção (C) e outra parte serve para pagar os salários dos trabalhadores (V). Acontece, entretanto, que o valor do trabalho realizado pelos trabalhadores não é igual ao montante de salários (V) que eles receberam, isto é, não corresponde apenas ao custo da força de trabalho. Embora, para o capitalista, a mercadoria força de trabalho custe apenas V (isto é, seja igual ao montante de salários), o valor do trabalho incorporado, ou seja, o valor do trabalho de criação das novas mercadorias, é de $\underline{V} + \underline{P}$. Mas o capitalista não paga aos trabalhadores o valor de todo seu trabalho ($\underline{V} + \underline{P}$); ele paga apenas uma parte (V) deste valor e retém para si a outra parte (P), que é seu lucro, a mais-valia extraída dos trabalhadores.

A relação entre o montante de mais-valia (ou lucro P) e o montante de salários (ou capital variável V) é a taxa de mais-

-valia: $\underline{P}/\underline{V}$. A relação entre o montante de mais-valia (ou lucro $\underline{P}$) e o capital total ($\underline{C} + \underline{V}$) empregado na produção é a taxa de lucro: $\underline{P}/(\underline{C} + \underline{V})$. A relação entre o capital constante ($\underline{C}$) e o capital variável ($\underline{V}$) é denominada de composição orgânica do capital: $\underline{C}/\underline{V}$.

No circuito $\underline{D} \rightarrow \underline{M} \rightarrow \underline{D}'$, o capital dinheiro ($\underline{D}$) se transforma em capital mercadoria ($\underline{M}$, composto de bens de produção e de força de trabalho, que, no capitalismo, também é mercadoria) e, finalmente, volta a converter-se em capital dinheiro ($\underline{D}'$). Neste circuito o que torna $\underline{D}'$ maior do que $\underline{D}$ é o processo de transformação de $\underline{M}$, isto é, do capital mercadoria. Porque, note-se, as mercadorias compradas com o capital dinheiro $\underline{D}$ não são as mesmas mercadorias vendidas pelo valor $\underline{D}'$. Assim, para expressar mais corretamente o circuito do capital, seria melhor empregar a fórmula $\underline{D} \rightarrow \underline{M} \rightarrow \underline{M}' \rightarrow \underline{D}'$, onde $\underline{M}$ representa os meios de produção e a força de trabalho adquiridos pelo capitalista, e $\underline{M}'$ representa as mercadorias produzidas com estes meios de produção e esta força de trabalho.

2. REPRODUÇÃO SIMPLES E AMPLIADA DO CAPITAL

O processo de produção — seja socialmente ou seja para cada capitalista em particular — não se encerra quando o capital conclui um determinado circuito, isto é, ao passar de $\underline{D}$ para $\underline{D}'$. A produção é um processo contínuo, em constante renovação, onde o capital, ao completar um dado circuito, inicia o circuito seguinte.

Neste processo de constante reprodução, o volume de capital pode crescer, como também pode não se alterar ou até mesmo pode diminuir.

O processo de reprodução simples se dá quando o montante de capital não se altera ao passar de um circuito para o circuito ou os circuitos seguintes. Já vimos que, ao iniciar um circuito, $\underline{D} = \underline{M} = \underline{C} + \underline{V}$, e, ao terminar o circuito, $\underline{M}' = \underline{D}' = \underline{C} + \underline{V} + \underline{P}$; o lucro $\underline{P}$ é a diferença entre $\underline{D}'$ e $\underline{D}$; ou seja, no fim do circuito

o capitalista não apenas recupera o capital D aplicado na produção como também auferir um lucro. Se, no circuito seguinte, o capitalista volta a aplicar apenas o capital D, temos então um processo de reprodução simples.

Neste caso, que faz o capitalista com o lucro? Isto não interessa. Ele pode usar o lucro para comprar bens de consumo como pode guardá-lo debaixo do colchão. O importante a assinalar aqui é o fato de que, no processo de reprodução simples, o montante de capital permanece inalterado.

No processo de reprodução ampliada, o montante de capital cresce. Para isto o capitalista incorpora a seu capital uma parte de seu lucro. Ao findar um determinado circuito, o capitalista obtém de volta o capital D aplicado na produção bem como auferir um lucro P; se, ao iniciar o circuito seguinte, o capitalista utiliza uma parte de seu lucro para aumentar seu capital, isto significa que a reprodução se amplia.

É também possível haver um processo de reprodução decrescente, caso em que o volume de capital diminui ao se passar de um circuito para outro. Esta é, todavia, uma situação excepcional, como excepcional é até mesmo o processo de reprodução simples. Isto porque, segundo Marx, a reprodução ampliada do capital é uma característica fundamental do capitalismo:

O desenvolvimento da produção capitalista torna constantemente necessário aumentar o montante de capital aplicado numa dada empresa, e a concorrência impõe a cada capitalista individual as leis imanes da produção capitalista como leis coercitivas externas. A concorrência o compele a ampliar constantemente seu capital, a fim de preservá-lo, mas ele não pode ampliá-lo a não ser por meio da acumulação progressiva. /Capital, vol. I, parte VII, cap. 24, seção 3, p. 592./

Ou seja, cada capitalista se vê obrigado a acumular capital, expandir sua produção, para fazer face à concorrência de outros capitalistas; assim não fazendo, ele tenderá a ser expulso do mercado. Portanto, em decorrência das próprias leis do capitalismo (no caso, a competição entre as empresas), a acumulação de

capital se apresenta não como uma opção, mas como uma necessidade para cada capitalista. Neste sentido, o processo de reprodução ampliada do capital se torna o processo normal, característico, do sistema capitalista. (Esta concepção da necessidade de acumulação constitui um problema que será discutido depois.)

3. CONDIÇÕES MATERIAIS DA REPRODUÇÃO

Aos capitalistas não interessa que tipo de bem deve ser produzido, isto é, não interessa o valor de uso do produto. A produção capitalista é essencialmente a produção de mercadorias, a de valor de troca, e o interesse de cada capitalista está na mais-valia (lucro) que ele pode obter com esta produção. Portanto, "o processo capitalista de produção consiste essencialmente da produção de mais-valia".

Apesar disto, existem momentos da análise do processo capitalista de produção em que não se pode deixar de levar em conta o valor de uso das mercadorias. Isto é o que acontece, por exemplo, na análise do processo de reprodução do capital: embora esta reprodução se dê em termos de valor de troca (ou valor simplesmente), ela requer, para se efetivar, certas condições específicas, onde se incluem as características materiais e o valor de uso das mercadorias envolvidas no processo.

Consideremos, para começar, o processo de reprodução simples. Um capitalista qualquer, situado num certo ramo de atividade, transforma seu dinheiro em mercadorias que se compõem de meios de produção e de força de trabalho; a partir daí, novas mercadorias são produzidas, as quais são vendidas e dão ao capitalista um novo montante de dinheiro (D'), igual ao montante inicial (D) mais uma parcela (P) correspondente ao lucro. Ou seja, no fim do circuito o capitalista obtém um valor D' igual a $C + V + P$, em que C e V correspondem a seus gastos com meios de produção (capital constante) e salários (capital variável), respectivamente.

Suponhamos que o capitalista pretenda aplicar todo seu lucro na compra de bens de consumo e, com o dinheiro restante (igual a $\underline{C} + \underline{V}$), reiniciar um novo circuito de produção. Para que isto seja possível, é preciso que o valor de uso das mercadorias disponíveis no mercado seja compatível com o emprego que o capitalista pretende dar a elas. Para que o capitalista possa consumir seu lucro, é necessário haver no mercado bens de consumo (isto é, mercadorias cujo valor de uso se caracteriza como de consumo); para que o capitalista reinicie sua produção, é preciso haver meios de produção específicos de seu ramo de atividade assim como força de trabalho apropriada. Se, por exemplo, o capitalista opera no ramo siderúrgico, para continuar produzindo ele precisa dispor de equipamentos adequados, carvão, minérios de ferro, mão-de-obra especializada em siderurgia, etc. Em suma, ao transformar seu capital dinheiro ($\underline{D}$) em capital mercadoria ($\underline{M}$), esta mercadoria tem de ter um valor de uso apropriado ao ramo de atividade do capitalista.

Para simplificar, vamos agrupar todas as mercadorias em apenas quatro categorias, de acordo com seu valor de uso: bens de investimento (ou de capital fixo), bens intermediários (ou insumos), bens de consumo dos capitalistas, e bens de consumo dos trabalhadores. As duas primeiras categorias podem ser englobadas numa categoria mais geral — de meios de produção — e as duas últimas numa outra categoria mais geral — de bens de consumo.

Um capitalista qualquer, ao vender suas mercadorias, obtém um montante $\underline{D}'$ de dinheiro, montante este que é igual à soma $\underline{C} + \underline{V} + \underline{P}$. Para consumir todo seu lucro e reiniciar o processo de produção, o capitalista precisa encontrar no mercado: (1) bens de consumo no valor de $\underline{P}$; (2) meios de produção no valor de $\underline{C}$, necessários para repor o capital constante $\underline{C}$ desgastado no circuito anterior; (3) força de trabalho no valor de $\underline{V}$, isto é, um mesmo número de trabalhadores recebendo um montante de salários no valor de $\underline{V}$. Agora, para que esta última condição seja preenchida, é

preciso também que o mercado disponha de bens de consumo para os trabalhadores, também no valor de V , para suprir as necessidades de consumo destes trabalhadores. Em suma, para que o processo de reprodução simples possa ter prosseguimento, sem desequilíbrios, é preciso que o valor de uso das mercadorias disponíveis seja correspondente à utilização destas mercadorias no processo de reprodução, em quantidades compatíveis com o mesmo.

A situação se torna mais complicada no processo de reprodução ampliada. Neste processo, uma parcela do lucro é utilizada para aumentar o volume de capital — tanto do capital constante como do capital variável. Isto significa que a economia precisa produzir um crescente montante de meios de produção e de bens de consumo dos trabalhadores para permitir o acréscimo do capital constante e do capital variável, respectivamente. Suponhamos, por um momento, que a oferta de meios de produção não cresça; neste caso, de nada adianta os capitalistas pretenderem ampliar seu capital; eles podem dispor de dinheiro para isto, mas não haverá meios de produção suficientes para que este dinheiro seja convertido em capital constante adicional. Ou seja, falta aí a condição material para a reprodução ampliada, para a acumulação de capital.

Para um capitalista individual o problema das condições materiais da acumulação dificilmente se apresenta, porque a demanda deste capitalista por novos meios de produção e por maior volume de força de trabalho constitui, em geral, uma pequena fração da demanda total. Na economia em seu conjunto, para os capitalistas como um todo, o problema das condições materiais da acumulação é de fundamental importância.

Vamos examinar este problema mais minuciosamente. Trataremos, em primeiro lugar, da oferta e demanda de força de trabalho, e, em segundo lugar, da composição material da produção.

4. OFERTA E DEMANDA DE FORÇA DE TRABALHO

a. Exército Industrial de Reserva

A reprodução ampliada — a acumulação de capital — requer um maior emprego de força de trabalho: crescem tanto o capital constante como o capital variável. O acréscimo de força de trabalho pode ser obtido de dois modos: pela exploração mais intensa dos trabalhadores já empregados (aumento da jornada de trabalho, do ritmo de trabalho, etc.) ou pela ampliação do número de trabalhadores, isto é, pela ampliação do exército industrial ativo.

Paralelamente ao volume de força de trabalho empregada em atividades produtivas, o sistema capitalista mantém um exército industrial de reserva — um volume de mão-de-obra desempregada — ao qual os capitalistas recorrem nos momentos de intensa acumulação de capital, quando cresce consideravelmente a demanda por força de trabalho.

Esta reserva de força de trabalho constitui uma superpopulação relativa, isto é, não um excedente absoluto de população, resultante de leis demográficas autônomas — como pretendia Malthus e seus seguidores —, mas um excedente de população relacionado às necessidades do capital e criado pelo próprio processo de acumulação de capital:

É a própria acumulação capitalista que produz constantemente — e produz em razão direta de sua própria energia e amplitude — uma relativamente excessiva população de trabalhadores, isto é, uma população maior do que o necessário para as exigências médias da auto-expansão do capital, e, portanto, uma população excedente. /Capital, vol. I, parte VII, cap. 25, p. 630./

A criação e perpetuação desta superpopulação relativa no sistema capitalista se deve a diferentes motivos. Primeiro, com o processo de acumulação de capital, em que este tende a se concentrar e centralizar cada vez mais, uma grande massa de pequenos proprietários — seja em atividades rurais ou urbanas — é desapropriada de seus meios de produção e lançada no exército

de trabalhadores assalariados. Segundo, a acumulação de capital, ao longo do tempo, é acompanhada por uma crescente composição orgânica do capital, de modo que o montante de capital constante requer um volume cada vez menor de capital variável, isto é, de força de trabalho. Terceiro, o próprio sistema de salário atua no sentido de criar e preservar um excedente de trabalhadores. Vejamos com mais vagar estes dois últimos pontos, começando pelos salários.

b. Salários

O salário — que é o preço da mercadoria força de trabalho — é determinado, como no caso de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário para a produção e reprodução da força de trabalho. Como a manutenção da força de trabalho é efetuada através do consumo, pelo trabalhador, de meios de subsistência, então

o tempo de trabalho requerido para a produção da força de trabalho se reduz ao tempo necessário para a produção destes meios de subsistência; em outras palavras, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários para a manutenção do trabalhador. /Capital, vol. I, parte II, cap. 6, p. 171./

Mas não se trata apenas do trabalhador já existente, já em atividade como trabalhador. O capitalismo precisa assegurar-se da oferta constante de força de trabalho no mercado; assim, o salário pago aos trabalhadores deve cobrir não somente o custo de manutenção destes mesmos trabalhadores, mas também o custo de sua reprodução.

A força de trabalho retirada do mercado por causa de desgaste e morte deve ser continuamente substituída por, no mínimo, um igual montante de nova força de trabalho. Daí, a soma de meios de subsistência necessários para a produção de força de trabalho tem de incluir os meios necessários para os substitutos do trabalhador, isto é, seus filhos, a fim de que esta raça peculiar de proprietários de mercadoria possa perpetuar seu aparecimento no mercado. /Idem, p. 172./

Nos momentos em que a acumulação de capital se torna intensa e, conseqüentemente, há uma grande demanda por força de trabalho, a taxa de salário (o salário por trabalhador empregado) tende a ser maior do que o nível de subsistência; em outras palavras, o preço da força de trabalho se torna maior do que seu valor. Nos momentos em que a acumulação se reduz ou estanca, cresce o exército industrial de reserva, e a taxa de salário tende a ser menor do que o nível de subsistência. De qualquer modo, é este nível de subsistência (o valor dos meios necessários à produção e reprodução da força de trabalho) que determina, em média, a taxa de salário. E esta taxa de salário reflete, por outro lado, uma exigência do sistema capitalista de produção: a necessidade de preservar um mercado de trabalho abundante, que não oponha limites à acumulação de capital.

c. Composição Orgânica do Capital

A composição orgânica do capital expressa a relação entre o capital constante (C) e o capital variável (V): C/V . Como o capital variável, em termos quantitativos, corresponde ao montante de salários pagos aos trabalhadores, então a composição orgânica do capital expressa também a relação entre o capital constante e a força de trabalho empregada, ou ainda, em termos materiais, o volume de meios de produção utilizados por cada trabalhador.

A composição orgânica cresce com a acumulação de capital ao longo do tempo. Mas não se trata de um simples aumento de capital constante por trabalhador empregado, como se, por exemplo, cada trabalhador passasse a operar duas máquinas em vez de uma. Trata-se, na verdade, de uma alteração nas técnicas de produção, onde o volume de capital constante por trabalhador se torna cada vez maior. Ou seja, a força de trabalho é crescentemente substituída por máquinas; e como isto provoca uma velocidade maior no processo técnico de trabalho (ou, em outros termos, eleva a produtividade do trabalho), então aumenta também o montante de insu-

mos processados por cada trabalhador; portanto, ampliam-se tanto a parte fixa como a parte circulante do capital constante.

O crescimento da composição orgânica do capital, associado ao progresso técnico, resulta em parte da concorrência entre os capitalistas, cada qual estando interessado em inovar os métodos de produção de sua empresa no sentido de reduzir custos e elevar sua taxa de lucro. Mas o que efetivamente explica o fato de o progresso técnico no processo de produção se traduzir no crescimento da composição orgânica do capital — e não em seu decréscimo — é a competição entre o capital e a força de trabalho, entre os capitalistas e os trabalhadores. O crescimento da composição orgânica permite que a acumulação de capital se processe, mesmo intensamente, sem exercer uma forte pressão altista sobre a demanda por força de trabalho e, daí, sobre as taxas de salário. Assim, o crescimento da composição orgânica leva também à ampliação do exército industrial de reserva, ao aumento da superpopulação relativa.

Em resumo, o sistema capitalista dispõe de mecanismos próprios que lhe permitem manter uma força de trabalho potencial suficientemente grande para não criar obstáculos ao processo de reprodução ampliada, de acumulação de capital.

5. COMPOSIÇÃO MATERIAL DA PRODUÇÃO

Ainda com relação às condições materiais da acumulação, cabe examinar o problema do suprimento de meios de produção e de bens de consumo para os trabalhadores a fim de efetivar a ampliação do capital constante e do capital variável. Para este exame, vamos recorrer aos esquemas de reprodução (ver Capital, vol. II, parte III, cap. 20 para a reprodução simples e cap. 21 para a reprodução ampliada).

a. Esquema de Reprodução Simples

Embora não haja acumulação de capital no esquema de reprodução simples, este esquema é de mais fácil entendimento e por isto é conveniente começar por ele.

Vamos dividir a economia em dois setores ou departamentos.

O Departamento I produz meios de produção (bens de capital fixo e bens intermediários); o Departamento II produz bens de consumo tanto para os trabalhadores como para os capitalistas (a produção de bens de consumo para os trabalhadores e de bens de consumo para os capitalistas poderia ser separada em dois departamentos, como o fizeram alguns autores depois de Marx, mas isto é dispensável para nossos propósitos aqui). Supomos também uma economia fechada (isto é, sem relações econômicas com o mundo exterior) e sem atividades governamentais (isto é, sem receitas e despesas governamentais). A produção dos dois departamentos é computada em valores brutos (isto é, antes de deduzir a depreciação do capital fixo). Para simplificar a análise, adotamos a hipótese de que o capital fixo se deprecia inteiramente num único circuito (digamos, num ano) de produção.

Representemos por $\underline{W}$ o valor da produção, por $\underline{C}$ o capital constante, por $\underline{V}$ o capital variável, por $\underline{S}$ a mais-valia, e usemos os subscritos 1 e 2 para nos referirmos àquelas grandezas nos Departamentos I e II, respectivamente. O valor da produção nesses departamentos corresponde à soma de capital constante (ou mais exatamente, a depreciação do capital constante), capital variável e mais-valia; logo:

$$\underline{W}_1 = \underline{C}_1 + \underline{V}_1 + \underline{S}_1$$

$$\underline{W}_2 = \underline{C}_2 + \underline{V}_2 + \underline{S}_2$$

Como o Dep. I produz todos os meios de produção, tanto para si mesmo como para o Dep. II, isto significa que o valor de sua produção é também igual ao capital constante dos dois departamentos:

$$\underline{W}_1 = \underline{C}_1 + \underline{C}_2.$$

Comparando as duas equações de $\underline{W}_1$, temos

$$\underline{W}_1 = \underline{C}_1 + \underline{V}_1 + \underline{S}_1 = \underline{C}_1 + \underline{C}_2$$

e, portanto:

$$\underline{V}_1 + \underline{S}_1 = \underline{C}_2.$$

Vamos agora supor que os capitalistas e os trabalhadores não poupam, isto é, eles gastam toda sua renda na compra de bens de consumo: os capitalistas gastam toda a mais-valia e os trabalhadores gastam todo o capital variável (salário) recebido dos capitalistas. Como é o Dep. II que produz todos os bens de consumo, isto significa que o valor de sua produção é igual à soma de mais-valia e capital variável nos dois departamentos:

$$\underline{W}_2 = \underline{V}_1 + \underline{S}_1 + \underline{V}_2 + \underline{S}_2.$$

Comparando as duas equações de $\underline{W}_2$:

$$\underline{W}_2 = \underline{C}_2 + \underline{V}_2 + \underline{S}_2 = \underline{V}_1 + \underline{S}_1 + \underline{V}_2 + \underline{S}_2$$

e, portanto:

$$\underline{C}_2 = \underline{V}_1 + \underline{S}_1,$$

que é a mesma igualdade encontrada a partir das equações de $\underline{W}_1$. A equação $\underline{C}_2 = \underline{V}_1 + \underline{S}_1$ é a equação básica de equilíbrio do esquema de reprodução simples. Ela expressa a relação entre a produção dos dois departamentos.

O Dep. I produz bens de produção no valor de $\underline{W}_1$. Uma parte é retida no próprio Dep. I para a constituição de seu capital constante: $\underline{C}_1$. A parte restante, no valor de $\underline{V}_1 + \underline{S}_1$, é vendida ao Dep. II para formar seu capital constante $\underline{C}_2$; logo, $\underline{V}_1 + \underline{S}_1 = \underline{C}_2$. Agora, como é que o Dep. II paga ao Dep. I pela compra de seus meios de produção? O Dep. II produz bens de consumo no valor de $\underline{W}_2$. Uma parte é consumida no próprio Dep. II pelos trabalhadores ($\underline{V}_2$) e pelos capitalistas ($\underline{S}_2$). A parte restante, no valor de $\underline{C}_2$, é vendida ao Dep. I, isto é, para os trabalhadores ($\underline{V}_1$) e capitalistas ($\underline{S}_1$) deste departamento; logo, novamente temos: $\underline{C}_2 = \underline{V}_1 + \underline{S}_1$. Em resumo, os meios de produção (no valor de $\underline{C}_2$) do Dep. II são adquiridos do Dep. I em troca de bens de consumo

(no valor de $\underline{V}_1 + \underline{S}_1$) utilizados pelos trabalhadores e capitalistas do Dep. I.

b. Esquema de Reprodução Ampliada

Adotamos aqui os mesmos supostos do esquema de reprodução simples, com uma única diferença, que é fundamental: os capitalistas não mais gastam toda sua mais-valia na compra de bens de consumo; uma parte desta mais-valia será utilizada para a acumulação de capital, e é isto que caracteriza a reprodução ampliada.

Suponhamos, portanto, que todos os capitalistas, em ambos departamentos, dividam a mais-valia $\underline{S}$ do seguinte modo: uma parte, igual a $\underline{bS}$ (em que $\underline{b}$ é um coeficiente menor do que a unidade), se destina à compra de bens de consumo; uma outra parte, igual a $\underline{cS}$ (em que $\underline{c}$ é menor do que a unidade), é utilizada para a aquisição de meios de produção, isto é, para ampliar o capital constante; e uma terceira parte, igual a $\underline{vS}$ ($\underline{v}$ é outro coeficiente menor do que a unidade), é aplicada na compra de força de trabalho adicional, isto é, na ampliação do capital variável. Como estamos supondo que a soma destas três partes é igual à mais-valia total ($\underline{bS} + \underline{cS} + \underline{vS} = \underline{S}$), então a soma dos três coeficientes tem de ser igual à unidade ($\underline{b} + \underline{c} + \underline{v} = 1$). Mas, note-se, esta é apenas uma suposição, porque, na verdade, uma parte da mais-valia poderia deixar de ser utilizada (este assunto será discutido posteriormente).

Para que a reprodução ampliada possa efetuar-se sem desequilíbrio, a produção de meios de produção tem de ser suficiente para repor o desgaste do capital constante nos dois departamentos ($\underline{C}_1 + \underline{C}_2$) e atender à demanda adicional por meios de produção nos dois departamentos ($\underline{cS}_1 + \underline{cS}_2$); ou seja, o valor da produção do Dep. I tem de ser igual a $\underline{W}_1 = \underline{C}_1 + \underline{C}_2 + \underline{cS}_1 + \underline{cS}_2$. A produção de bens de consumo tem de suprir a antiga demanda dos trabalhadores e capitalistas de ambos departamentos ($\underline{V}_1 + \underline{V}_2 + \underline{bS}_1 + \underline{bS}_2$) mais a demanda adicional resultante do aumento da força

de trabalho nos dois departamentos ($\underline{vS}_1 + \underline{vS}_2$); ou seja, o valor da produção do Dep. II tem de ser igual à soma destas duas partes. Em resumo, temos que a produção total nos dois departamentos corresponde a

$$\underline{W}_1 = \underline{C}_1 + \underline{cS}_1 + \underline{C}_2 + \underline{cS}_2$$

$$\underline{W}_2 = \underline{V}_1 + \underline{vS}_1 + \underline{bS}_1 + \underline{V}_2 + \underline{vS}_2 + \underline{bS}_2.$$

No caso da reprodução simples, o Dep. II obtinha seu capital constante $\underline{C}_2$ do Dep. I em troca de bens de consumo $\underline{V}_1 + \underline{S}_1$ para os trabalhadores e capitalistas deste departamento. Agora, com a reprodução ampliada, o Dep. II obtém seu capital constante $\underline{C}_2$ e o aumento $\underline{cS}_2$ de seu capital constante do Dep. I em troca de mais bens de consumo — isto é, bens de consumo para os capitalistas $\underline{bS}_1$, para os trabalhadores existentes $\underline{V}_1$ e também para os trabalhadores adicionais $\underline{vS}_1$ do Dep. I; ou seja:

$$\underline{C}_2 + \underline{cS}_2 = \underline{bS}_1 + \underline{V}_1 + \underline{vS}_1.$$

Esta mesma igualdade pode ser encontrada de outro modo. O valor da produção do Dep. I é igual a $\underline{W}_1 = \underline{C}_1 + \underline{V}_1 + \underline{S}_1$; como $\underline{S}_1 = \underline{bS}_1 + \underline{cS}_1 + \underline{vS}_1$, então:

$$\underline{W}_1 = \underline{C}_1 + \underline{V}_1 + \underline{bS}_1 + \underline{cS}_1 + \underline{vS}_1.$$

Comparando-se esta equação com a outra equação de $\underline{W}_1$ dada anteriormente, encontramos que $\underline{C}_2 + \underline{cS}_2 = \underline{bS}_1 + \underline{V}_1 + \underline{vS}_1$, como havíamos apresentado. Esta mesma equação pode também ser derivada das duas equações de $\underline{W}_2$, isto é, de $\underline{W}_2 = \underline{C}_2 + \underline{V}_2 + \underline{S}_2$ e da outra igualdade de $\underline{W}_2$ dada anteriormente.

No caso da reprodução simples, tínhamos que

$$\underline{W}_1 = \underline{C}_1 + \underline{C}_2$$

$$\underline{W}_2 = \underline{V}_1 + \underline{S}_1 + \underline{V}_2 + \underline{S}_2,$$

isto é, a produção do Dep. I é igual ao capital constante dos dois departamentos e a produção do Dep. II é igual à soma do capital variável com a mais-valia dos dois departamentos. Agora, no caso da reprodução ampliada, não mais persistem estas duas igualdades. Temos:

$$\underline{W}_1 > \underline{C}_1 + \underline{C}_2$$

$$\underline{W}_2 < \underline{V}_1 + \underline{S}_1 + \underline{V}_2 + \underline{S}_2,$$

isto é, a produção do Dep. I é maior do que o capital constante dos dois departamentos e a produção do Dep. II é menor do que a soma do capital variável com a mais-valia dos dois departamentos. Para haver reprodução ampliada, estas duas desigualdades são necessárias: o Dep. I tem de produzir mais do que o montante de capital constante dos dois departamentos, sendo este excedente de produção do Dep. I que permite (isto é, cria a condição material) a ampliação do capital constante nos dois departamentos; e o Dep. II tem de produzir menos do que a soma do capital variável com a mais-valia nos dois departamentos, porque nem toda a mais-valia é consumida: uma parte dela, nos dois departamentos, é utilizada para a ampliação do capital constante. Assim, numa situação de equilíbrio da reprodução ampliada, o excedente de produção do Dep. I é igual à carência de produção do Dep. II. A produção do Dep. II, $\underline{W}_2$, é menor do que $\underline{V}_1 + \underline{S}_1 + \underline{V}_2 + \underline{S}_2$ exatamente pelo fato de uma parte da mais-valia nos dois departamentos, igual a $\underline{cS}_1 + \underline{cS}_2$, não ser usada para a compra de bens de consumo, e sim para adquirir o excedente de produção do Dep. I; logo:

$$\underline{W}_1 = (\underline{C}_1 + \underline{C}_2) + (\underline{cS}_1 + \underline{cS}_2)$$

$$\underline{W}_2 = (\underline{V}_1 + \underline{S}_1 + \underline{V}_2 + \underline{S}_2) - (\underline{cS}_1 + \underline{cS}_2).$$

É a parcela $(\underline{cS}_1 + \underline{cS}_2)$ no lado direito de ambas estas igualdades que caracteriza a reprodução ampliada.

Cabe agora explicar uma hipótese adotada no esquema de reprodução ampliada. Dissemos que uma parte da mais-valia — representada por $\underline{vS}$ — é empregada para ampliar o capital variável. Pode parecer à primeira vista que se trata de uma transferência de mais-valia (lucro) para salários (capital variável), com o que estaria ocorrendo uma redistribuição de renda em benefício dos trabalhadores. Isto, na verdade, não é assim. Isto só seria ver-

dadeiro se — quando o capitalista "adianta" uma parcela de sua mais-valia para a ampliação do capital variável — a massa de mais-valia total permanecesse inalterada. Mas isto é falso. Ao ampliar seu capital variável, bem como seu capital constante, aplicando em capital uma parte de sua mais-valia existente num dado momento, o capitalista obterá como resultado um montante de mais-valia maior do que antes. Portanto, não há transferência de mais-valia para salário; há apenas um "avanço" de capital, um adiantamento de salário, que é recuperado no momento seguinte juntamente com maior massa de mais-valia. (1)

No esquema de reprodução esta situação se apresenta do seguinte modo. No Dep. I o capital constante e o capital variável se tornam iguais, respectivamente, a $\underline{C}_1 + \underline{cS}_1$ e $\underline{V}_1 + \underline{vS}_1$; com seu capital total ampliado, a mais-valia deste departamento tem de ser maior do que $\underline{S}_1$ (que era a mais-valia obtida quando o capital total era de $\underline{C}_1 + \underline{V}_1$). Assim, representando por $\Delta \underline{S}_1$ o acréscimo

(1) Em certos casos os salários podem ser considerados como um avanço de capital, isto é, um adiantamento dos capitalistas aos trabalhadores; em outros casos, correspondem a um empréstimo dos trabalhadores aos capitalistas. Suponhamos que os trabalhadores recebam mensalmente seus salários, e consideremos duas situações alternativas: (1^a) o circuito de produção (que vai de $\underline{D}$ a $\underline{D}'$ no circuito do capital dinheiro) demora mais do que um mês. Neste caso, os capitalistas pagam aos trabalhadores antes de venderem a produção e, portanto, os salários correspondem a um adiantamento de dinheiro dos capitalistas aos trabalhadores; (2^a) o circuito de produção demora menos do que um mês, de modo que os capitalistas vendem a produção antes de pagarem aos trabalhadores. Neste caso, são os trabalhadores que estão fazendo um adiantamento aos capitalistas. No esquema de reprodução (assim como, anteriormente, na fórmula do circuito do capital dinheiro), adota-se a hipótese do avanço de capital.

de mais-valia, o valor da produção do Dep. I, depois de ampliado seu capital total, passa a ser

$$\underline{W}_1 + \Delta \underline{W}_1 = (\underline{C}_1 + \underline{cS}_1) + (\underline{V}_1 + \underline{vS}_1) + (\underline{S}_1 + \Delta \underline{S}_1),$$

em que $\Delta \underline{S}_1$ é proporcional a $\underline{cS}_1 + \underline{vS}_1$ ou simplesmente a $\underline{vS}_1$.

Suponhamos que a composição orgânica do capital ($\underline{C}_1/\underline{V}_1$) e a taxa de mais-valia ($\underline{S}_1/\underline{V}_1$) sejam constantes; logo, a taxa de lucro ($\underline{S}_1/(\underline{C}_1 + \underline{V}_1)$) também será constante. Representemos por p a taxa de lucro, logo: $\underline{S}_1 = p (\underline{C}_1 + \underline{V}_1)$. Sendo constante a taxa de lucro, então o acréscimo de mais-valia será igual a $\Delta \underline{S}_1 = p (\underline{cS}_1 + \underline{vS}_1)$.

No Dep. II o capital constante e o capital variável passam a $\underline{C}_2 + \underline{cS}_2$ e $\underline{V}_2 + \underline{vS}_2$, respectivamente, e com isto a massa de mais-valia aumenta para $\underline{S}_2 + \Delta \underline{S}_2$.

Vejamos o exemplo numérico empregado por Marx (Capital, vol. II, parte III, cap. 21, seção 3) para explicar o esquema de reprodução ampliada. O valor da produção dos dois departamentos é:

$$4\ 000\ \underline{C}_1 + 1\ 000\ \underline{V}_1 + 1\ 000\ \underline{S}_1 = 6\ 000\ \underline{W}_1$$

$$1\ 500\ \underline{C}_2 + 750\ \underline{V}_2 + 750\ \underline{S}_2 = 3\ 000\ \underline{W}_2$$

sendo que nestas duas equações as letras servem apenas para indicar a que se referem as grandezas numéricas.

Como vemos aí, o valor da produção do Dep. I é maior do que a soma do capital constante dos dois departamentos em 500 unidades:

$$6\ 000\ \underline{W}_1 = (4\ 000\ \underline{C}_1 + 1\ 500\ \underline{C}_2) + 500$$

e o valor da produção do Dep. II é menor do que a soma do capital variável e da mais-valia dos dois departamentos também em 500 unidades:

$$3\ 000\ \underline{W}_2 = (1\ 000\ \underline{V}_1 + 1\ 000\ \underline{S}_1 + 750\ \underline{V}_2 + 750\ \underline{S}_2) - 500.$$

O limite material da acumulação corresponde ao excedente de produção do Dep. I, isto é, a 500 unidades monetárias de meios de produção. Vejamos como a acumulação de capital pode ser efetuada dentre deste esquema.

No Dep. I os capitalistas decidem consumir apenas a metade de sua mais-valia e, portanto, sobram 500 $\underline{S}_1$ para ampliação de capital. Este valor, todavia, não pode ser aplicado exclusivamente

em capital constante. Como vemos pela equação do Dep. I, o capital constante é de 4 000 e o capital variável é de 1 000, ou seja, a composição orgânica do capital neste departamento é 4 000/1 000; se esta composição se mantém, então toda vez que o capital constante cresce de 4 unidades, o capital variável deve crescer de uma unidade. Portanto, se os capitalistas aplicassem todos os 500 S_1 na compra de meios de produção, eles não teriam recursos para aumentar seu capital variável, ou teriam de tirar recursos de sua parcela da mais-valia destinada ao consumo. Assim, suponhamos que, dos 500 S_1 , os capitalistas apliquem 400 para ampliar seu capital constante e 100 para ampliar seu capital variável; com isto, o capital total do Dep. I passa a

$$(4\ 000 + 400) C_1 + (1\ 000 + 100) V_1.$$

Havia, no Dep. I, um excedente de produção de 500; agora, com a aplicação de 400 no próprio Dep. I. este excedente cai para 100. Havia, no Dep. II, uma carência de produção de 500; agora, quando os capitalistas do Dep. I deixam de utilizar 500 S_1 na compra de bens de consumo, esta carência desaparece; mas, ao mesmo tempo, como ampliam de 100 seu capital variável (que os trabalhadores usam para adquirir bens de consumo), esta carência passa a ser de 100.

Que acontece no Dep. II? Os capitalistas também aí decidem acumular, mas o máximo que podem adquirir de novos meios de produção é 100, porque os restantes 400 já foram aplicados no Dep. I. Vimos que, no Dep. I, o capital variável foi aumentado de 100; ou seja, o Dep. II vende aos trabalhadores do Dep. I um montante adicional de bens de consumo no valor de 100, e é com este recurso que o Dep. II pode comprar do Dep. I os meios de produção no valor de 100.

Portanto, o Dep. II amplia de 100 seu capital constante. Pela equação do Dep. II vemos que a composição orgânica de seu capital é $1\ 500/750 = 2/1$; logo, se o capital constante foi aumentado de 100, o capital variável deve ser aumentado de 50; como isto

o capital total do Dep. II passa a

$$(1\ 500 + 100) \underline{C}_2 + (750 + 50) \underline{V}_2.$$

Para aumentar seu capital constante de 100 e seu capital variável de 50, os capitalistas tiveram de reduzir seu consumo em 150.

Como observamos acima, depois das operações de ampliação de capital no Dep. I, passou a haver um excedente de 100 de meios de produção e uma carência também de 100 de bens de consumo. O excedente de meios de produção foi absorvido pela ampliação do capital constante no Dep. II. Que acontece com a carência de bens de consumo? Os capitalistas do Dep. II dispunham de uma mais-valia que, se não houvesse reprodução ampliada, seria toda aplicada na compra de bens de consumo. Acontece, entretanto, que estes capitalistas, para acumular, tiveram de tirar 100 de sua mais-valia para aplicação no aumento de seu capital constante. Com isto deixa de haver carência de bens de consumo. Note-se ainda que os capitalistas do Dep. II aplicaram 50 de sua mais-valia para ampliar o capital variável, mas isto não altera a demanda por bens de consumo, visto que os 50, em vez de serem consumidos pelos capitalistas, passam a sê-lo pelos trabalhadores.

Em resumo, a produção dos dois departamentos para a ser distribuída do seguinte modo:

$$6\ 000 \underline{W}_1 = (4\ 000 + 400) \underline{C}_1 + (1\ 500 + 100) \underline{C}_2$$

$$3\ 000 \underline{W}_2 = (1\ 000 + 100) \underline{V}_1 + (750 + 50) \underline{V}_2 + 500 \underline{S}_1 + 600 \underline{S}_2$$

sendo que $500 \underline{S}_1 = 1\ 000 \underline{S}_1 - 400 \underline{C}_1 - 100 \underline{V}_1$, ou seja, a mais-valia utilizada para consumo no Dep. I é igual à mais-valia total deste departamento menos as parcelas empregadas para ampliação de seu capital constante e seu capital variável; do mesmo modo, a mais-valia disponível para consumo no Dep. II é igual a $600 \underline{S}_2 = 750 \underline{S}_2 - 100 \underline{C}_2 - 50 \underline{V}_2$.

Assim, a produção dos dois departamentos se distribui adequadamente (sem haver excedente nem carência), com a ampliação de capital em ambos os departamentos.

Concluído o processo de acumulação de capital em ambos os departamentos - isto é, com a entrada em operação do capital adicional -, a produção dos departamentos também se amplia. Como vemos nas equações originais da produção dos dois departamentos, a taxa de mais-valia em ambos é de 100% ($\underline{S}_1/\underline{V}_1 = 1\ 000/1\ 000$ e $\underline{S}_2/\underline{V}_2 = 750/750$). Suponhamos que esta taxa de 100% se mantenha. Então, com a acumulação de capital, a massa de mais-valia e o valor da produção nos dois departamentos também crescem:

$$4\ 400\ \underline{C}_1 + 1\ 100\ \underline{V}_1 + 1\ 100\ \underline{S}_1 = 6\ 600\ \underline{W}_1$$

$$1\ 600\ \underline{C}_2 + 800\ \underline{V}_2 + 800\ \underline{S}_2 = 3\ 200\ \underline{W}_2$$

E o processo de acumulação de capital continua a partir daí, com o valor da produção do Dep. I ($6\ 600\ \underline{W}_1$) sendo maior do que o valor da reposição de capital constante nos dois departamentos ($4\ 400\ \underline{C}_1 + 1\ 600\ \underline{C}_2 = 6\ 000$), e o valor da produção do Dep. II ($3\ 200\ \underline{W}_2$) sendo menor do que a soma de capital variável e mais-valia nos dois departamentos ($1\ 100\ \underline{V}_1 + 1\ 100\ \underline{S}_1 + 800\ \underline{V}_2 + 800\ \underline{S}_2 = 3\ 800$).

O exemplo numérico do esquema de reprodução ampliada não pretende ser um retrato fiel do processo de acumulação de capital, mas tão somente um modelo ideal deste processo, realizado de forma equilibrada: sem crises, recessões, insuficiências de demanda efetiva, etc. Na verdade, porém, o processo de acumulação no capitalismo não ocorre deste modo equilibrado. O grande mérito do esquema de reprodução ampliada, de Marx, está em mostrar as condições materiais da acumulação, as relações entre a produção de meios de produção e a produção de bens de consumo no decorrer do processo de acumulação. E exatamente por tratar das condições materiais da acumulação é que este esquema de reprodução pode ser aplicado para explicar a acumulação não apenas no capitalismo, mas também em qualquer outro sistema econômico, inclusive o socialista.

É por isto mesmo que os esquemas de reprodução constituíram um dos instrumentos de mais ampla utilização nas primeiras ten-

tativas de planejamento econômico na União Soviética.⁽²⁾ Os esquemas de reprodução — com sua utilidade para a análise e para o planejamento — foram definitivamente "santificados" dentro do pensamento marxista ortodoxo quando Stálin assim escreveu:

(...) os esquemas de reprodução de Marx não se restringem apenas a refletir os traços específicos da reprodução capitalista (...) eles incluem também diversas teses fundamentais relativas à reprodução, válidas para todas as formações sociais, incluindo muito especialmente a formação social socialista. Teses fundamentais da teoria da reprodução de Marx — como a da divisão da produção social em produção de meios de produção e produção de meios de consumo, a da prioridade da produção de meios de produção na reprodução ampliada, a do produto líquido [mais-valia] considerado como fonte única da acumulação, a da formação e do papel dos fundos sociais [de acumulação e de consumo], a da acumulação considerada como única fonte da reprodução ampliada —, todas estas teses fundamentais da teoria da reprodução de Marx não são válidas somente para a formação capitalista, e nenhuma sociedade socialista pode abster-se de aplicá-las para planificar a economia nacional.⁽³⁾

Em resumo, o esquema de reprodução ampliada nos mostra a necessidade de haver uma produção suficiente de meios de produção e de bens de consumo para que os capitalistas possam não

(2) Oskar Lange, em Introduction to Econometrics (N. Iorque, Pergamon Press, s.d., cap. 3) e em Teoria Reprodukcyj i Akumulacji (segunda edição, Varsóvia, P.W.N., 1965, cap. 2 e 3), chega mesmo a concluir que os quadros de insumo-produto derivam-se diretamente dos esquemas de reprodução de Marx.

(3) J. Staline, Problèmes Economiques du Socialisme en URSS, Paris, 1953, p. 67.

apenas consumir mas também ampliar seu capital constante e seu capital variável. Mas o esquema de reprodução não nos mostra todo o processo de acumulação: não basta haver condições materiais para que os capitalistas efetivamente acumulem capital. É preciso também levar em conta outros aspectos do problema.

6. O DINHEIRO NA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Não é raro encontrarmos textos sobre o problema da acumulação em Marx que deixam de lado o aspecto monetário, como se este não tivesse importância. Mas isto é um erro. Em toda sua obra sobre o Capital (desde o início do vol. I, ao tratar da mercadoria, até o vol. III, ao tratar do sistema de crédito), Marx se preocupa em explicar o aspecto monetário do processo capitalista de produção. Mais do que isto, para Marx é impossível entender o funcionamento da economia capitalista sem a existência do dinheiro — com suas diferentes funções e com todo o conjunto de operações decorrentes da própria existência do dinheiro.

Talvez possa-se explicar a atitude dos autores que subestimam ou deixam de lado o papel do dinheiro na teoria marxista da acumulação pelo fato de Marx ter realizado sua análise em termos de valor, e não em termos de preço. Também é verdade que Marx nem sempre foi muito preciso em sua "análise monetária". Por exemplo, ele partia do suposto de que o ouro (ou, em geral, os metais preciosos) era sempre a forma material adotada pelo dinheiro: "Por toda esta obra suponho, para simplificar, que a mercadoria dinheiro é o ouro." (Capital, vol. I, parte I, cap. 3, seção 1, p. 94.) E esta suposição gerou alguns problemas, como o que encontramos em sua análise dos esquemas de reprodução, quando (vol. II, parte III, cap. 20, seção 12), para explicar a origem do dinheiro necessário para pôr em circulação a produção total de uma dada economia, ele inclui a produção de ouro no Dep. I, como se fora um meio de produção, e passa a raciocinar até mesmo como se a

produção de ouro constituísse um departamento separado.⁽⁴⁾ Apesar de tudo, porém, não se pode deixar de lado o problema monetário na teoria marxista da acumulação.

Na análise realizada no início do Capital (vol. I, parte I, cap. 3), Marx distingue algumas funções da moeda. A primeira delas seria a de medida de valores: "O dinheiro, como uma medida de valor, é a forma fenomenal que deve ser necessariamente adotada pela medida de valor que é imanente nas mercadorias, o tempo de trabalho." (Loc. cit., p. 94.) E neste sentido o preço nada mais é do que a expressão monetária do valor de uma mercadoria. A segunda função da moeda seria a de meio de circulação, o instrumento através do qual as mercadorias são trocadas entre si. A terceira função seria a de meio de entesouramento. São estas duas últimas funções que mais diretamente se relacionam com o problema da acumulação.

A circulação de mercadorias se diferencia da troca direta de produtos. Nesta última, uma mercadoria se troca por outra mercadoria, o que pode ser representado por $M - M$. Na circulação de mercadorias, que envolve a intermediação do dinheiro, o processo pode ser expresso por $M - D - M$, isto é, mercadoria - dinheiro - mercadoria. Isto constitui, portanto, um circuito, composto de duas fases. Na primeira fase, a mercadoria é trocada por dinhei-

(4) Embora este procedimento não tenha maiores conseqüências na obra de Marx, é provável que tenha exercido influência na teoria de Bortkiewicz sobre a transformação de valores em preços de produção, só que Bortkiewicz inclui a produção de ouro no departamento produtor de bens de consumo dos capitalistas, como um bem de luxo. Veja-se seu trabalho incluído no livro editado por Paul M. Sweezy, Economía Burguesa y Economía Socialista (Buenos Aires, Cuadernos de Pasado y Presente, 1974), ou o resumo feito por Sweezy em sua obra The Theory of Capitalist Development (N. Iorque, Monthly Review Press, 1956), cap. 7, seção 3.

ro (M - D), ou seja, o possuidor de uma mercadoria a vende; na segunda fase (D - M), o dinheiro volta a se transformar em mercadoria, ou seja, o possuidor de dinheiro (obtido pela venda da primeira mercadoria) compra uma outra mercadoria. O circuito só se completa quando a primeira fase é sucedida pela segunda; se não houvesse a segunda fase, o processo de circulação de mercadorias estaria interrompido. Note-se que se trata aqui de um processo de circulação de mercadorias e não de dinheiro. Na circulação de dinheiro (semelhantemente ao que acontece com a circulação de capital dinheiro, examinada anteriormente), o circuito se realizaria como D - M - D, isto é, haveria uma inversão de fases do processo de circulação de mercadorias. Agora, a conclusão do circuito M - D - M significa apenas o fim do circuito iniciado com uma mercadoria específica, mas não o fim da circulação das mercadorias como um todo; a circulação de mercadorias (assim como a do dinheiro) é, nas palavras de Marx, "a constante e monótona repetição do mesmo processo" (loc. cit., p. 115).

O entesouramento de dinheiro constitui, na verdade, uma interrupção do circuito M - D - M. O indivíduo que vende sua mercadoria e utiliza o dinheiro para entesouramento está interrompendo o circuito. Considerando o entesouramento na sociedade como um todo, ele constitui não apenas a interrupção de um dado circuito M - D - M, mas também um obstáculo ao processo de circulação de mercadorias.

Que tem tudo isto a ver com o problema da acumulação de capital? É preciso compreender que a acumulação de capital, como parte do processo de reprodução, é também um processo de circulação de mercadorias: é compra e venda de meios de produção, de força de trabalho, de bens de consumo. E como processo de circulação, a acumulação de capital pode ser afetada pela interferência do dinheiro.

Como vimos ao tratar do circuito do capital dinheiro, este circuito pode ser representado por D → M → M' → D'. O capitalista

pode acumular capital pelo fato de $\underline{D'}$ ser maior do que $\underline{D}$; isto é, obtendo, no fim do circuito, um montante de dinheiro maior do que o do início do circuito, o capitalista pode utilizar o dinheiro adicional para ampliar seu capital. Mas para obter $\underline{D'}$ é preciso que o capitalista venda $\underline{M'}$, ou, em outras palavras, realize (venda) sua produção. Nada ou ninguém pode garantir que isto ocorra necessariamente.

Embora toda compra implique uma venda, e o valor da compra seja sempre igual ao valor da venda, o ato de comprar não é igual ao ato de vender, e o fato de existir um indivíduo disposto a vender sua mercadoria não significa que haja um outro indivíduo disposto a comprá-la. Assim, a produção de mercadorias não implica necessariamente sua realização (sua venda); o fato de um capitalista ter mercadorias para vender não significa que ele as venderá realmente. Portanto, a simples interveniência do dinheiro no processo de circulação, separando o ato da compra e o ato da venda, torna problemático este processo. A produção pode não ser realizada (vendida) e, com isto, não há acumulação.

Não cabe examinar aqui os diferentes motivos por que uma dada produção pode não ser vendida. Cabe constatar, todavia, que entre estes motivos encontra-se a própria função do dinheiro como meio de entesouramento. O simples fato do dinheiro poder ser entesourado, retirado do processo de circulação, pode significar que uma dada parcela da produção social — um determinado volume de mercadorias — deixe de ser vendida. Não propriamente porque falte dinheiro — isto é, moeda entendida como material de pagamento —, porque o dinheiro faltante poderia ser suprido pelos bancos. Mas sim porque o ato de entesouramento significa, antes de tudo, uma recusa de comprar: o indivíduo que entesoura dinheiro não está apenas retirando dinheiro do processo de circulação — o que é de somenos importância —, mas também está a se abster de um ato de compra, e é isto que interessa. Agora, se o dinheiro não fosse passível de entesouramento — isto é, se se desgastasse ou perdes-

se valor com o decorrer do tempo, se fosse "perecível", como diria Say —, um indivíduo só poderia entesourar riquezas materiais, isto é, mercadorias, e neste caso não haveria uma redução do volume de vendas.

O entesouramento pode decorrer da avareza — ou, mais genericamente falando, do fetichismo da moeda —, caso em que o acúmulo de dinheiro se torna um fim em si mesmo. Pode também resultar de causas objetivas. E entre estas causas deve-se ressaltar que a própria acumulação de capital provoca o entesouramento de dinheiro, sob a forma de reservas para acumulação. Ao vender suas mercadorias, o capitalista obtém um determinado montante de dinheiro, correspondente à soma de $C + V + S$. Uma parte deste dinheiro serve para repor o desgaste do capital constante (C); uma segunda parte serve para manter o existente volume de força de trabalho (V); é a terceira parte, a mais-valia (S), que o capitalista utiliza para comprar seus bens de consumo e para ampliar seu capital. Pode ocorrer, todavia, que a parcela não consumida da mais-valia seja insuficiente para acumulação, isto é, para adquirir novas máquinas e um volume adicional de matérias primas e contratar mais trabalhadores. Assim, esta parte não consumida da mais-valia é mantida sob a forma de dinheiro (é entesourada) até que, depois de sucessivos circuitos de reprodução, o capitalista consiga obter a massa de mais-valia não consumida que seja suficientemente grande para efetuar a acumulação desejada. (Ver Capital, vol. II, parte I, cap. 2, seção 3.)

Assim, a acumulação de capital gera o entesouramento de dinheiro, o qual, por seu turno, limita a circulação de mercadorias e, conseqüentemente, restringe a acumulação de capital.

Até este ponto temos deixado de lado o problema do crédito, do empréstimo de dinheiro. Mas agora é preciso levá-lo em conta, porque o crédito pode atuar em contraposição ao entesouramento: o que um capitalista entesoura — isto é, deixa de gastar — pode ser gasto por outro capitalista com dinheiro obtido por emprés-

timo. Aqui, porém, é necessário indagar de onde provém o dinheiro do empréstimo. Para Marx, este dinheiro provém da mais-valia de outros capitalistas que não foi usada para consumo nem para acumulação de capital. Estão excluídas, portanto, as hipóteses de poupança dos trabalhadores e de criação de dinheiro pelas próprias autoridades bancárias. Mas por que um capitalista emprestaria a outro uma parte de sua mais-valia, em lugar de ele mesmo usá-la para acumulação? Porque o empréstimo lhe rende juros e porque esta parte da mais-valia lhe é insuficiente para acumulação. Mas a soma da mais-valia depositada nos bancos pelos capitalistas vai servir a outros capitalistas para acumulação.

Como diz Marx:

O capital dinheiro que o capitalista ainda não pode empregar em seu próprio negócio é empregado por outros, que lhe pagam juros pelo uso do capital. Este lhe serve como capital dinheiro em sentido específico, como uma espécie de capital distinta do capital produtivo. Mas serve como capital [capital produtivo] em mãos de outros. [Capital, vol. II, parte II, cap. 17, p. 321.]

Enquanto não se levava em conta o problema do crédito, não havia por que se preocupar com o destino do entesouramento. Se toda a mais-valia não consumida nem acumulada fosse empregada como crédito e, como tal, servisse para a acumulação de capital por parte de outros capitalistas (o que, diga-se de passagem, corresponde à teoria tradicional da poupança e do investimento), então a ação de não consumir nem acumular, por parte de certos capitalistas, não constituiria uma restrição à circulação e à própria acumulação, porque o que estes capitalistas não acumulam é acumulado por outros, através do sistema de crédito. Neste sentido, o entesouramento, por parte de certos capitalistas, seria inteiramente compensado pela acumulação — com dinheiro de empréstimo — dos outros capitalistas.

Mas nada nos autoriza a entender assim o significado de entesouramento em Marx. Para ele, entesouramento é simplesmente um

acúmulo de dinheiro retirado do processo de circulação; uma parte deste dinheiro, ou todo ele, pode voltar imediatamente à circulação através do empréstimo; e uma parte deste empréstimo, ou todo ele, pode ser usado para acumulação por parte de outros capitalistas. Até aí tudo bem. Mas nada há na obra de Marx para nos levar a crer que ele adota a teoria tradicional da igualdade entre poupança e investimento, como, por exemplo, em Ricardo, para quem toda poupança seria canalizada necessariamente para investimento, por meio direto ou através do crédito (como vimos anteriormente).

O empréstimo utilizado pelos capitalistas para fins de acumulação pode ou não ser igual ao dinheiro entesourado por outros capitalistas. Na concepção de Marx nada há para assegurar a existência de uma relação de igualdade entre estas duas grandezas. Se alguma coisa há, é no sentido de que o volume de entesouramento é maior do que o volume de dinheiro emprestado; em outras palavras, no sentido de que existe um entesouramento "líquido" (entesouramento total menos a parcela gasta através de empréstimos) na economia como um todo. E isto porque Marx diversas vezes se refere ao fato de que "a quantidade total de dinheiro é sempre igual à soma de dinheiro entesourado e de dinheiro em circulação" (Capital, vol. II, cap. 17, seção 1, p. 325). Agora, se, na economia como um todo, existe um entesouramento "líquido", isto significa que uma parcela da produção total deixou de ser realizada (vendida). E isto nos leva ao problema da realização (ou da demanda efetiva) na obra de Marx.

7. O PROBLEMA DA REALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

a. Oferta e Demanda

Existem certas passagens da obra de Marx que, quando colocadas fora de seu contexto, parecem expressar a concepção de que não existem limites de demanda para a acumulação de capital, ou ainda, em termos mais gerais, a idéia de que toda a produção é necessariamente realizada (vendida). Neste caso, Marx seria também um adepto da "lei de Say".

Um exemplo desta interpretação é dado por Rosa Luxemburgo. Em seu livro sobre A Acumulação de Capital⁽⁵⁾ ela transcreve o seguinte trecho do Capital:

A produção anual deve, em primeiro lugar, fornecer todos os objetos (valores de uso) que servem para repor os componentes materiais do capital, usados no decorrer do ano. Deduzindo estes objetos, resta o produto líquido ou sobre-produto, que é a base da mais-valia. E de que consiste esta mais-valia? Somente de coisas destinadas a satisfazer as necessidades e desejos da classe capitalista, coisas que, conseqüentemente, entram no fundo de consumo dos capitalistas? Fosse este o caso, a taça da mais-valia seria sugada até o fundo, e somente a reprodução simples poderia ocorrer.

Para acumular é necessário converter uma parcela da mais-valia em capital. Mas, a não ser por milagre; não podemos converter em capital qualquer coisa que não seja um artigo que possa ser empregado no processo de trabalho (isto é, meios de produção) ou que possa ser usado para o sustento do trabalhador (isto é, meios de subsistência). Conseqüentemente, uma parte do sobre-trabalho anual precisa ter sido aplicada na produção de meios adicionais de produção e de subsistência, além da quantidade de coisas requeridas para substituir o capital avançado. Em uma palavra, a mais-valia é conversível em capital somente porque o sobre-produto — a cujo valor ela corresponde — já compreende os elementos materiais do novo capital.

[Capital, vol. I, parte VII, cap. 24, seção 1, p. 580-581.]

Rosa Luxemburgo vê neste trecho um testemunho para sua equivocada interpretação da teoria da acumulação em Marx. De acordo

(5) Rosa Luxemburg, The Accumulation of Capital (Londres, Routledge, 1963), cap. 25, p. 329-330.

com sua interpretação, para Marx "parece que a produção capitalista realizaria, ela mesma, toda sua mais-valia, e que usaria a mais-valia capitalizada exclusivamente para suas próprias necessidades" (The Accumulation of Capital, p. 329). Esta interpretação é aparentemente confirmada pelo trecho de Marx acima transcrito, especialmente pelo último parágrafo. Mas isto é falso. O fato de Marx afirmar que a produção de mais-valia implica ao mesmo tempo a produção de valores de uso específicos (isto é, mercadorias cujo valor de uso lhes permite serem empregadas como capital) não é a mesma coisa que afirmar ser a mais-valia necessariamente convertida em capital, realizada sob a forma de capital. Na verdade, no trecho acima reproduzido, Marx está tratando unicamente do problema das condições materiais da reprodução ampliada, isto é, do fato de que, para haver acumulação, é preciso haver mercadorias que possam ser materialmente utilizadas como capital: como capital constante (máquinas, matérias primas, etc.) e como capital variável (meios de subsistência consumidos pelos trabalhadores).

Há também uma certa resistência, por parte de autores marxistas, em aceitar colocar o problema da acumulação pelo ângulo da demanda (isto é, da realização), como se a acumulação fosse exclusivamente um problema de produção (no sentido estrito da palavra, com o significado de oferta). Chega mesmo a existir, por parte de certos teóricos marxistas, uma aversão pelo puro e simples emprego dos conceitos de oferta e demanda, como se estes conceitos fossem apenas uma invenção da "Economia vulgar". É possível que esta atitude decorra das críticas feitas por Marx às teorias que pretendiam explicar o valor (ou preço) como resultado da interação da oferta e da demanda.⁽⁶⁾ Satirizando estas teorias, Marx escreve:

(6) Estas críticas se encontram no Capital (por exemplo, no vol. III, parte II, cap. 10) e em dois opúsculos: Salário, Preço e Lucro e Trabalho Assalariado e Capital.

A esta confusão — da determinação dos preços pela demanda e oferta, e, ao mesmo tempo, da determinação da oferta e demanda pelos preços — deve-se acrescentar que a demanda determina a oferta, tanto quanto a oferta determina a demanda, e a produção determina o mercado, assim como o mercado determina a produção. [Capital, vol. III, cap. 10, p. 187.]

Mas é preciso não confundir as coisas. O que Marx nega e mesmo ridiculariza é a tentativa de explicar os preços das mercadorias (sejam produtos ou seja a força de trabalho) a partir do comportamento da oferta e da demanda. Mas o próprio Marx não deixa de reconhecer a influência destas duas variáveis sobre as oscilações dos preços no mercado. Ou seja, embora o valor de uma mercadoria qualquer seja determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la, o preço desta mercadoria no mercado pode desviar-se de seu valor, em função da diferença entre a oferta e a demanda.

Não apenas neste caso, mas sempre que necessário, Marx jamais deixa de observar a influência que uma discrepância entre a oferta e a demanda pode ter sobre os processos de produção e circulação no capitalismo. E por isto mesmo não há motivo para os teóricos marxistas se recusarem a utilizar as categorias de oferta e demanda, e, mais especificamente, negarem a existência do problema da demanda (ou da realização) no processo de acumulação de capital. A negação da existência deste problema corresponde, no final das contas, à adoção da "lei de Say". E isto seria a total distorção da teoria marxista.

b. Criação e Realização da Mais-Valia

Marx distingue claramente, no processo capitalista de produção, o lado da oferta e o lado da demanda, ou seja, respectivamente, a criação e a realização da mais-valia. O seguinte trecho é bastante elucidativo:

A criação desta mais-valia constitui o processo direto de produção (...). Logo que se incorpora em mercadorias todo o sobre-trabalho que foi possível extrair, a mais-valia está produzida. Mas esta produção de mais-valia conclui apenas o primeiro ato do processo capitalista de produção — o processo direto de produção. (...) Agora vem o segundo ato do processo. Todo o volume de mercadorias, isto é, o produto total — incluindo a parte que repõe o capital constante e o variável, e a parte que representa a mais-valia — precisa ser vendido. Se isto não ocorre, ou ocorre apenas parcialmente, ou somente a preços abaixo dos preços de produção, o trabalhador terá sido efetivamente explorado sem que, contudo, esta exploração seja realizada como tal para o capitalista, e isto se liga a um total ou parcial fracasso em realizar a mais-valia extraída do trabalhador, até mesmo com uma perda parcial ou total do capital. As condições da exploração direta e as condições de realizá-la não são idênticas. Elas divergem não apenas em lugar e tempo, mas também logicamente. As primeiras são limitadas somente pela capacidade produtiva da sociedade, e as segundas pela relação proporcional dos vários ramos de produção e pela capacidade de consumo da sociedade. [Capital, vol. III, cap. 15, seção 1, p. 239.]

Como surge o problema da demanda efetiva (ou da realização) no sistema capitalista? Por trás disto está, evidentemente, o fato de as mercadorias não serem trocadas diretamente por outras mercadorias, ou seja, o fato de a circulação de mercadorias se dar com a intermediação do dinheiro, o que por si só possibilita uma ruptura no processo de circulação. Mas este fato sozinho não explica inteiramente o problema da demanda efetiva no capitalismo. O uso do dinheiro no processo de circulação não é uma característica exclusiva do capitalismo, mas nem por isto todas as formações econômicas que se utilizam do dinheiro apresentam o problema da demanda efetiva, ou, pelo menos, não o apresentam com a mesma importância do capitalismo.

O problema da demanda efetiva no capitalismo surge como uma decorrência do fato de que, neste sistema de produção, a oferta de mercadorias é naturalmente superior a sua demanda. Como diz Marx:

O capitalista lança em circulação menos valor em forma de dinheiro do que o que ele retira da circulação, porque ele lança em circulação mais valor em forma de mercadorias do que o que ele retira em forma de mercadorias. Visto funcionar ele como uma simples personificação do capital, como um capitalista industrial, sua oferta de valor-mercadoria é sempre maior do que sua demanda por valor-mercadoria. /Capital, vol. II, parte I, cap. 4, p. 117./

Que significa isto? Para começar, deixemos de lado o capitalista enquanto indivíduo consumidor, e consideremos apenas o capitalista enquanto um agente social da produção — ou seja, enquanto "simples personificação do capital". Em segundo lugar, recordemos que o valor da produção das mercadorias vendidas pelo capitalista é igual a $\underline{C} + \underline{V} + \underline{S}$, onde $\underline{C}$ corresponde ao valor do desgaste do capital constante, $\underline{V}$ corresponde ao montante de salários pagos, e $\underline{S}$ é a massa de mais-valia. $\underline{C} + \underline{V} + \underline{S}$ é o valor da oferta de mercadorias, por parte do capitalista. Mas o valor de sua demanda, enquanto capitalista, é de apenas $\underline{C} + \underline{V}$. Logo, sua oferta é maior do que sua demanda: $\underline{C} + \underline{V} + \underline{S} > \underline{C} + \underline{V}$, sendo $\underline{S}$, a massa de mais-valia, a diferença entre a oferta e a demanda do capitalista.

Por que sua demanda é igual a apenas $\underline{C} + \underline{V}$? Para obter o montante de mercadorias no valor de $\underline{C} + \underline{V} + \underline{S}$, o capitalista aplica um capital de somente $\underline{C} + \underline{V}$, ou seja, sua demanda se compõe de meios de produção no valor de $\underline{C}$ e de força de trabalho no valor de $\underline{V}$. A mais-valia $\underline{S}$ criada no processo de produção não constitui um custo para o capitalista, e, portanto, não entra em sua demanda. A mais-valia $\underline{S}$ faz parte apenas da oferta — isto é, do valor da produção — e não da demanda — isto é, do custo de produção.

Na verdade, a demanda do capitalista pode ser ainda menor do que $\underline{C} + \underline{V}$, quando encarada em termos de demanda real por mercadorias. O capital constante inclui bens intermediários (matérias primas, etc.) e bens de capital fixo (edifícios, equipamentos, etc.), mas o valor de $\underline{C}$ — no valor da produção $\underline{C} + \underline{V} + \underline{S}$ — não

compreende todo o valor do capital fixo, mas tão somente o valor da depreciação deste capital. E o capitalista, no processo real de produção, não repõe anualmente a depreciação de seu capital fixo. Que acontece no processo real de produção? Um capitalista, ao iniciar o processo anual de produção, já dispõe de seu capital fixo e, no decorrer do ano, ele vai adquirindo os bens intermediários requeridos; no fim do ano, o valor total da produção inclui o valor destes bens intermediários e o valor da depreciação do capital fixo, mas isto não significa que neste ano ele tenha efetivamente comprado bens de capital fixo. Neste caso, sua demanda por mercadorias que constituem seu capital constante corresponde, neste ano, à compra de apenas bens intermediários.

Consideremos que o valor de $\underline{C}$ — como parte do valor da produção — seja separado em duas parcelas: $\underline{mC}$, ou valor dos insumos empregados na produção, e $\underline{dC}$, ou valor da depreciação do capital fixo; logo, o valor da produção pode ser representado por $(\underline{mC} + \underline{dC}) + \underline{V} + \underline{S}$. Se o capitalista não compra bens de capital fixo para repor o valor da depreciação, então sua demanda por mercadorias que constituem seu capital constante é igual a apenas $\underline{mC}$. Assim, levando em conta somente o capital constante, vemos que enquanto a oferta do capitalista é igual a $\underline{mC} + \underline{dC}$, sua demanda pode ser de apenas $\underline{mC}$.

Observemos agora o capital variável $\underline{V}$. Este capital representa diretamente demanda por força de trabalho e não demanda por mercadorias do capitalista; contudo, como o capital variável do capitalista é o montante de salários dos trabalhadores, é o capital variável que determina o consumo de mercadorias por parte dos trabalhadores. Se supomos que os trabalhadores não poupam — isto é, gastam todo seu salário na compra de mercadorias —, então o capital variável que entra na equação da oferta total do capitalista $(\underline{C} + \underline{V} + \underline{S})$ é igual ao capital variável (ou montante de salários) que entra na equação da demanda total $(\underline{C} + \underline{V})$. Mas se os trabalhadores, como um todo, poupam uma parte de seus sa-

lários, podemos dividir o capital variável em duas parcelas:

gV , ou gasto dos trabalhadores, e pV , ou poupança dos trabalhadores. Neste caso, o capital variável $V = gV + pV$ na equação da oferta - $(gV + pV) + C + S$ - é maior do que o gasto dos trabalhadores na equação da demanda ($gV + C$).

Em resumo, temos a seguinte situação:

$$\text{equação da oferta: } C + V + S = (mC + dC) + (gV + pV) + S$$

$$\text{equação da demanda: } C + V = (mC + dC) + (gV + pV).$$

A diferença entre a oferta e a demanda pode tornar-se ainda maior do que S se retirarmos da equação da demanda os elementos dC e pV , isto é, se supormos que: (1) os capitalistas deixam de repor integralmente a depreciação de seu capital fixo, e (2) os trabalhadores poupam uma parcela de seus salários.

Para simplificar o restante da argumentação, vamos supor que os capitalistas repõem integralmente a depreciação de seu capital fixo e os trabalhadores gastam inteiramente seus salários; ou seja, C e V na equação da demanda são exatamente iguais a, respectivamente, C e V na equação da oferta. Neste caso, a diferença entre a oferta e a demanda é constituída exclusivamente pela massa de mais-valia S . Em outras palavras, o problema da realização da produção passa a ser um problema de realização da mais-valia: para que a demanda do capitalista se iguale a sua oferta, é preciso que ele gaste toda sua mais-valia, é preciso que ele converta toda sua mais-valia na compra de mercadorias.

O capitalista pode converter sua mais-valia em dois tipos de mercadorias: bens de consumo e meios de produção. Mas ao consumir sua mais-valia (isto é, usá-la para a compra de bens de consumo), ele estará atuando como indivíduo, e não como capitalista: ele consome sua mais-valia "não em sua função de capitalista, mas para suas necessidades ou prazeres privados" (Capital, vol. II, loc. cit., p. 120). E na medida em que o capitalista despende sua mais-valia com bens de consumo, ele não acumula capital. Só

haverá acumulação de capital se a mais-valia (toda ela ou parte dela) for aplicada na aquisição de meios de produção adicionais.

Cabe agora observar o seguinte: nada pode garantir que toda a mais-valia seja realizada, ou para consumo ou para acumulação. O mais certo é supor que uma parte dela não seja realizada, em decorrência do entesouramento. A este assunto voltaremos mais adiante.

8. ELEMENTOS PARA UMA TEORIA DA DEMANDA EFETIVA

a. Determinação dos Níveis de Lucro e de Produção

O que acabamos de expor acerca da desigualdade entre oferta e demanda corresponde quase que inteiramente ao texto final do capítulo 4 do vol. II do Capital, texto este que — segundo informação de Engels em nota de pé-de-página — constitui apenas uma nota redigida por Marx em 1877 ou 1878. O conteúdo desta simples nota é, porém, bastante rico em sugestões.

Em primeiro lugar, em meu entender, esta nota de Marx sugere a concepção sobre a determinação dos lucros formulada por Kalecki. Em segundo lugar — e estreitamente relacionada ao primeiro ponto —, há também a sugestão de que é possível um equilíbrio econômico sem plena utilização da capacidade produtiva.

Determinantes do lucro. Para Kalecki os lucros são determinados pelos gastos dos capitalistas em consumo e em investimento (incluindo capital fixo e formação de estoques), ou, para simplificar, os capitalistas ganham exatamente aquilo que gastam. (Esta formulação de Kalecki será tratada em capítulo posterior.) Vejamos como isto aparece em Marx.

Como já foi mostrado, os capitalistas se apresentam no mercado com uma produção no valor de $C + V + S$, enquanto, para efetuar esta produção, o valor de suas compras (ou sua demanda como capitalistas) é de $C + V$, sendo C suas despesas com capital constante e V suas despesas com força de trabalho, a qual aplica todo seu salário na aquisição de bens de consumo. Assim, da produção

(ou oferta) total $\underline{C} + \underline{V} + \underline{S}$, apenas uma parte igual a $\underline{C} + \underline{V}$ é naturalmente realizada (vendida). Falta realizar a parte restante da produção, no valor de $\underline{S}$, que é o valor da mais-valia criada. Se esta parte não for vendida, isto significa que os capitalistas deixam de auferir seu lucro. A venda da parte igual a $\underline{C} + \underline{V}$ é suficiente apenas para cobrir os gastos com meios de produção e força de trabalho; somente quando a parte vendida da produção se torna maior do que $\underline{C} + \underline{V}$ os capitalistas passam a auferir lucros. Se a produção vendida é igual a $\underline{C} + \underline{V} + \underline{S}$, então o montante de lucro realizado (isto é, auferido efetivamente) é igual a $\underline{S}$; neste caso, a mais-valia é inteiramente realizada. Mas se a produção vendida é igual a $\underline{C} + \underline{V} + \underline{xS}$ (onde $\underline{x}$ é um coeficiente qualquer menor do que a unidade), então nem toda mais-valia criada é realizada; $\underline{xS}$ é agora o montante real de lucro auferido pelos capitalistas. Neste sentido, como estamos vendo, o montante real de lucro passa a ser determinado pela demanda, ou seja, passa a depender de que o valor das vendas seja superior a $\underline{C} + \underline{V}$.

Quem pode adquirir mercadorias além do valor $\underline{C} + \underline{V}$? Os trabalhadores só dispõem de seus salários para gastar e, portanto, suas compras não ultrapassam o valor de $\underline{V}$. Assim, somente os capitalistas podem adquirir a parte restante da produção. Mas se seus gastos não ultrapassarem o valor de $\underline{C}$, isto significa que estes gastos são suficientes apenas para repor os custos dos meios de produção e, portanto, os capitalistas não auferem lucros. Para auferirem lucros, os capitalistas precisam gastar mais, isto é, comprar mercadorias em valor maior do que $\underline{C}$. É isto que acontece quando os capitalistas, além de comprar os meios de produção necessários para repor o desgaste de seu capital constante, no valor de $\underline{C}$, adquirem bens de consumo e adicionais meios de produção, ou seja, quando os capitalistas consomem e acumulam capital. Portanto, o montante real de lucro auferido pelos capitalistas é igual ao valor de seu consumo e de sua acumulação de capital: são estas duas despesas dos capitalistas que determinam

o montante de seus lucros. Esta conclusão é a mesma de Kalecki, embora a forma de argumentação seja diferente.

Equilíbrio econômico com capacidade ociosa. Ainda na linha do argumento apresentado acima, vejamos como podemos chegar a uma concepção de equilíbrio econômico sem plena utilização da capacidade produtiva, nos moldes da Teoria Keynesiana.

Ao apresentar seus esquemas de reprodução, Marx supõe que os capitalistas consomem toda sua mais-valia (caso da reprodução simples) ou dividem-na para consumo e acumulação de capital (reprodução ampliada). Assim, haveria — seja na reprodução simples ou seja na ampliada — uma situação de equilíbrio econômico com plena utilização de capacidade produtiva. Ao apresentar o problema deste modo, Marx estava interessado em mostrar como o processo de reprodução pode ocorrer sem desequilíbrios dentro de um sistema capitalista fechado. Mas isto não significa que, de acordo com a teoria de Marx, a economia capitalista funcione tanto de modo equilibrado como com plena utilização de capacidade produtiva.

Como mencionamos antes, uma parte da mais-valia pode deixar de ser realizada — convertida em lucro real — em decorrência do entesouramento. Podemos, portanto, dividir a mais-valia (criada ou potencial) em três partes: a parte bS é usada para a compra de bens de consumo, a parte aS é empregada para acumulação de capital, e a parte eS é entesourada (sendo $a + b + e = 1$). No primeiro ano de um período qualquer, o valor da produção total é $W_1 = C_1 + V_1 + S_1$, sendo S₁ a mais-valia criada. Apenas para facilitar, vamos supor não haver capacidade produtiva ociosa neste primeiro ano.

Como uma fração e da mais-valia total é entesourada, então uma parcela eS₁ da produção total W₁ deixa de ser vendida e passa a constituir estoque de mercadorias. Apesar disto, uma parcela aS₁ da produção total é empregada para acumulação de

capital; logo, a produção potencial total (que representaremos por $\underline{W}'$ para distinguir da produção real $\underline{W}$) no ano 2 será maior do que no ano anterior: $\underline{W}'_2 = \underline{C}_2 + \underline{V}_2 + \underline{S}_2$, sendo $\underline{C}_2 + \underline{V}_2 > \underline{C}_1 + \underline{V}_1$ porque $\underline{C}_2 + \underline{V}_2 = \underline{C}_1 + \underline{V}_1 + \underline{aS}_1$, e também $\underline{S}_2 > \underline{S}_1$ porque, supondo constante a taxa de lucro p , então $\underline{S}_2 = p (\underline{C}_1 + \underline{V}_1 + \underline{aS}_1)$, enquanto $\underline{S}_1 = p (\underline{C}_1 + \underline{V}_1)$.

Embora a produção potencial seja $\underline{W}'_2$, que acontece com a produção real no ano 2? Temos aqui duas possibilidades. Na primeira haverá uma crescente formação de estoques não vendidos de mercadorias; na segunda haverá uma capacidade ociosa do equipamento produtivo. Começemos pela primeira.

Suponhamos que no ano 2 a produção real seja igual à potencial: $\underline{W}_2 = \underline{W}'_2 = \underline{C}_2 + \underline{V}_2 + \underline{S}_2$. Se a taxa e de entesouramento não se altera, uma parcela $e\underline{S}_2$ deixa de ser vendida e vai aumentar o estoque de mercadorias não vendidas, estoque este que passa a $e\underline{S}_1 + e\underline{S}_2$. Dependendo da grandeza deste estoque, ele pode provocar uma queda geral de preços ou mesmo uma crise econômica, durante a qual os capitalistas reduzem consideravelmente sua produção.

Consideremos agora a segunda possibilidade. Embora a produção potencial seja de $\underline{W}'_2$, a produção real tenderá a ser menor, gerando assim uma capacidade ociosa do equipamento de capital. Não interessa aos capitalistas uma produção real igual à potencial, porque uma parcela $e\underline{S}_2$ desta última servirá apenas para aumentar o estoque de mercadorias não vendidas. Assim, eles procurarão fixar a produção real no nível $\underline{W}_2 = (\underline{C}_2 + \underline{V}_2 + \underline{S}_2) - e\underline{S}_2$, que é a produção que eles esperam efetivamente vender, ou mesmo num nível inferior a este — visto que, neste ano, já existe um estoque de mercadorias não vendidas herdado do ano anterior. Mas mesmo deixando de lado este último problema, a produção real do ano 2 implica uma capacidade ociosa do equipamento produtivo, posto que é menor do que a produção potencial. E como uma parcela da mais-valia continua a ser aplicada para acumulação, a capacidade

produtiva cresce, e com ela cresce também a produção potencial. Se a parcela ociosa do equipamento de capital apenas acompanha o aumento deste (isto é, se a participação relativa da capacidade ociosa permanece constante), temos então um crescimento econômico equilibrado sem plena utilização da capacidade produtiva. Em suma, o fato de nem toda mais-valia ser realizada não implica necessariamente um aumento contínuo do estoque de mercadorias não vendidas; a solução alternativa, para impedir este aumento de estoque, está na redução da produção, isto é, está na formação de uma capacidade ociosa.

A colocação do problema em termos de produção (e, portanto, também de mais-valia) potencial ou planejada, e não em termos de produção (e mais-valia) criada, antes de ser realizada, facilita, inclusive, o entendimento do processo de determinação dos lucros, de que falamos há pouco.

Assim, $C+V+S$ passa a representar, num determinado ano, a produção potencial — ou produção planejada, ou ainda a produção ex ante —, que é a produção possível de ser criada com o existente aparato produtivo, e que é também a produção desejada pelos capitalistas para obterem maior massa de lucro. Se supomos que os trabalhadores não poupam e que a depreciação do capital fixo — computada em C — é reposta, então qualquer que seja a magnitude das parcelas V e C da produção, elas serão necessariamente vendidas aos trabalhadores e capitalistas, respectivamente; ou seja, pelo lado da demanda não há obstáculo para a realização de $C+V$. Pelo lado da demanda só há obstáculo para a realização da mais-valia potencial: a mais-valia realizada (o lucro efetivamente auferido pelos capitalistas) é determinada pelas despesas dos próprios capitalistas com seu consumo e com a acumulação de capital. E não se trata mais de criar toda a mais-valia antes de realizá-la: a criação e realização da mais-valia podem marchar juntas. Quanto maiores forem o consumo dos capitalistas e a acumulação de capital, maior será a mais-valia realizada (o lu-

cro efetivo) e maior será a mais-valia criada. E, consequentemente, menor será a capacidade ociosa do existente equipamento produtivo.

Colocando o problema em termos de produção potencial, e não de produção criada, encontramos também que são as despesas dos capitalistas com consumo e acumulação de capital que determinam não só o nível dos lucros mas também a magnitude da produção efetiva total. Em termos de produção criada, as grandezas de C e V independem da realização da mais-valia S; ou seja, se a produção já se encontra criada, então os capitalistas já efetuaram suas despesas com a reposição do capital constante e com o pagamento dos salários, mesmo que a parcela da produção correspondente à mais-valia não venha a ser realizada. Mas se a produção potencial só vai sendo criada na medida em que vai sendo realizada (vendida), então as magnitudes de C e V passam a depender da realização da produção; e o problema da realização da produção é, na verdade, o problema da realização da mais-valia, porque, como sabemos, os valores de C e V se realizam automaticamente (supondo, é claro, que os capitalistas repõem integralmente o desgaste do capital constante e que os trabalhadores não poupam). Assim, a acumulação de capital e o consumo dos capitalistas, determinando o nível dos lucros (isto é, da mais-valia realizada), determinam também o nível da produção efetiva total. Esta conclusão também se encontra na obra de Kalecki.

Em resumo, dada a oferta potencial C+V+S, a produção efetiva (ou ex post) só será igual a esta oferta se o consumo dos capitalistas e sua acumulação de capital forem, juntos, iguais a S; se forem menores, os lucros e toda a produção efetiva serão menores. Assim, os elementos-chaves no processo de realização dos lucros e da produção como um todo são a acumulação de capital e o consumo dos capitalistas.

b. Determinação dos Níveis de Acumulação e de Consumo dos Capitalistas

Como procuramos mostrar antes, Marx não apenas levantava o problema da realização (ou da demanda efetiva) no processo de reprodução como também atribuía-lhe grande importância. Isto não é difícil de reconhecer. Não podemos, porém, chegar ao ponto de afirmar que Marx tenha elaborado uma teoria da demanda efetiva. E não podemos afirmar isto por vários motivos: (1º) suas concepções a respeito do assunto se encontram espalhadas em suas obras (seja no Capital ou nas Teorias da Mais-Valia), sem que ele tenha feito qualquer tentativa de integrá-las; (2º) Marx nem sempre segue de modo consistente suas concepções sobre o problema, omitindo-o em certas passagens de suas obras onde não poderia ter deixado de levá-lo em conta, como acontece, por exemplo, em sua apresentação dos esquemas de reprodução (o que justifica, em parte, as críticas de Rosa Luxemburgo a estes esquemas); (3º) Marx não "fecha" suas concepções acerca da demanda efetiva. É sobre este último ponto que desejamos falar aqui.

Para Marx fechar essas concepções e ter, portanto, o que poderíamos chamar de uma "teoria da demanda efetiva", seria necessário que ele explicasse os elementos determinantes da acumulação de capital e do consumo dos capitalistas (deixando de lado os determinantes do consumo dos trabalhadores, o qual pode ser considerado como razoavelmente explicado pelos próprios níveis dos salários). E isto porque, como vimos há pouco, são a acumulação de capital e o consumo dos capitalistas os elementos fundamentais para explicar os níveis do lucro e da produção como um todo.

A posição de Marx em face destes dois elementos está resumida na seguinte afirmação:

E o processo capitalista de produção consiste essencialmente da produção de mais-valia, representada no sobre-produto ou na quota parte das mercadorias produzidas em que se materializa o trabalho não pago. Jamais deve ser esquecido que a produção desta mais-valia (e a reconversão de uma parte dela em capital, ou a acumulação, constitui um elemento integrante desta produção de mais-valia) é o objetivo imediato e o motivo força da produção capitalista. Não cabe, portanto, representar a produção capitalista como uma coisa que ela não é, qual seja, como produção cujo propósito imediato é o desfrute ou a manufatura dos meios de desfrute para o capitalista. Isto seria negligenciar seu caráter específico, o qual se mostra em toda sua essência interior. /Capital, vol. III, parte III, cap. 15, seção 1, p. 238-239./

Desta posição de Marx resulta que ele em nada se interessa pelo consumo dos capitalistas. Para ele só importa o capitalista enquanto capitalista, enquanto "funcionário do capital", enquanto "personificação do capital". Deixando de lado o capitalista enquanto pessoa, enquanto consumidor de bens para "suas necessidades e seus prazeres privados", Marx está também deixando de lado o problema do consumo dos capitalistas.

Agora, se a acumulação de capital tem um grande destaque na obra de Marx, seria de se esperar que ele procurasse explicar os elementos determinantes desta acumulação. Na verdade, porém, isto não ocorre: ele considera a acumulação como um imperativo do processo capitalista de produção, e, como imperativo, a acumulação dispensa maiores explicações. Neste sentido, os capitalistas acumulariam tanto quanto podem — ou seja, de acordo com o esquema de Marx, procurariam aplicar em capital o máximo de seus lucros. Os únicos limites para isto seriam, de um lado, a necessidade de consumir dos capitalistas enquanto indivíduos (o que os obriga a gastar em bens de consumo uma parte de seus lucros), e, de outro lado, sua necessidade de entesourar dinheiro para a constituição de reservas, parte das quais serve para a própria acumulação. De acordo com esta interpretação — segundo a qual os capitalistas se apresentam simplesmente como os agentes sociais da acumulação

de capital —, os capitalistas de Marx seriam, em teoria, os precursores dos empresários schumpeterianos.

A acumulação como necessidade, como imperativo do processo capitalista de produção aparece com frequência na obra de Marx. Por exemplo, nas Teorias da Mais-Valia (vol. II, cap. 1, seção 2, p. 18), ele diz que a acumulação "constitui, na realidade, uma condição da produção capitalista e responde ao instinto do capital como tal, do mesmo modo como ao instinto do entesourador responde a acumulação de dinheiro (coisa que também é necessária para que a produção capitalista possa desenvolver-se)". No Capital, Marx chega a definir o consumo dos capitalistas como o "roubo" de uma parcela da acumulação:

Na medida, portanto, em que suas [do capitalista] ações são uma simples função do capital — dotado, em sua pessoa, de consciência e vontade —, seu próprio consumo privado é um roubo perpetrado contra a acumulação, assim como na contabilidade de partidas dobradas a despesa privada do capitalista é registrada no lado do débito de sua conta de capital.

[Capital, vol. I, parte VII, cap. 24, seção 3, p. 592.]⁽⁷⁾

Esta atitude de Marx em face da acumulação — considerada como um imperativo do processo capitalista de produção, como um "instinto do capital" — explica sua despreocupação em formular uma teoria dos determinantes da acumulação, ou, em outras palavras, dos "determinantes do investimento". Isto não nos impede, porém, de encontrar em sua obra algumas indicações a respeito destes determinantes. Vejamos aqui três exemplos.

(1º) No vol. I do Capital, num breve trecho, ele apresenta a acumulação como uma necessidade imposta aos capitalistas pelo processo de competição. (Já transcrevemos este trecho na seção 2 do presente capítulo.) E no vol. III ele volta a insistir neste ponto:

(7) Esta seção 3 do cap. 24 do vol. II pode ser considerada como um resumo das concepções de Marx a respeito do capitalista enquanto "personificação do capital" e enquanto consumidor privado.

(...) a tendência a acumular, o impulso para expandir o capital e produzir mais-valia numa escala ampliada (...), é lei para a produção capitalista, imposta pelas incessantes revoluções nos métodos de produção, pela depreciação do existente capital sempre ligada com essas revoluções, pela luta competitiva geral, e pela necessidade de aprimorar a produção e ampliar sua escala meramente como modo de auto-preservação, e sob pena de ruína. /Capital, vol. III, cap. 15, seção 1, p. 239-240./

(2º) De passagem em certas partes do Capital (por exemplo: vol. I, cap. 25, seção 1; vol. III, cap. 15, seção 1), Marx faz a acumulação depender do lucro. Mas a forma de dependência não é clara. A idéia principal é a de que existe uma relação direta entre lucro e acumulação: quanto maior o primeiro, maior a segunda — a acumulação "sendo igual ao lucro menos a renda consumida pelos capitalistas" (Capital, vol. III, cap. 15, seção 1, p. 240). Todavia, há também uma breve referência ao fato de que uma baixa taxa de lucro pode desestimular a acumulação. (8) Falando da queda da taxa de lucro decorrente do aumento da taxa de salário, Marx escreve:

De outro lado, a acumulação é diminuída em consequência do aumento de preço do trabalho, porque o estímulo de ganho é embotado. /Capital, vol. I, cap. 25, seção 1, p. 619./

(3º) Na mesma passagem do vol. III (já referida) em que Marx relaciona a acumulação com o lucro, ele introduz um novo elemento explicativo da acumulação. Ou seja, a acumulação poderia ser explicada por ela mesma; o processo de acumulação teria um ímpeto próprio:

E assim o rio do capital continua a correr (...) ou continua sua acumulação, não proporcionalmente à taxa de lucro, mas em proporção ao ímpeto que ele já possui. /Capital, vol. III, p. 240./

(8) Este ponto foi assinalado por Joan Robinson em An Essay on Marxian Economics (segunda edição, Londres, Macmillan, 1966), cap. 4, p. 29, n.

, É interessante observar que esta explicação — que no texto de Marx constitui apenas uma afirmação feita de passagem — é, para muitos economistas modernos, um elemento de grande importância na teoria dos determinantes do investimento: a acumulação seria um incentivo para si mesma (isto é, teria um ímpeto próprio) na medida em que gera um favorável "estado de expectativa" (para empregar a expressão de Keynes).

ROSA LUXEMBURGO: ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E MERCADOS EXTERNOS

1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

a. Introdução

Uma das mais conhecidas tentativas de desenvolver — isto é, ampliar e aprofundar — a teoria marxista da acumulação foi feita por Rosa Luxemburgo em seu livro A Acumulação de Capital, publicado originalmente em alemão em 1913. Vamos apresentar aqui um resumo desta obra, procurando acompanhar a ordem de exposição da própria autora, e, em seguida, tentaremos formular sucintamente uma crítica ao modo como Rosa Luxemburgo coloca o problema da acumulação e ao modo como ela o resolve.⁽¹⁾

Antes, porém, de começar nosso resumo, é conveniente chamar a atenção para o fato de que as primeiras edições da Acumulação de Capital tinham o seguinte sub-título: Contribuição à Explicação Econômica do Imperialismo. E no curto prefácio da primeira edição Rosa Luxemburgo expressava a esperança de que "a presente obra poderá ter, à parte seu interesse puramente teórico, uma certa importância para nossa luta prática contra o imperialismo".⁽²⁾

Não pretendemos tratar aqui do problema do imperialismo na obra de Rosa Luxemburgo.⁽³⁾ Queremos apenas assinalar que seu

(1) Os trechos aqui reproduzidos do livro de Rosa Luxemburgo foram traduzidos da edição inglesa: The Accumulation of Capital (Londres, Routledge and Kegan Paul, 1951), à qual nos referiremos abreviadamente como Accumulation.

(2) Traduzido da edição polonesa: Akumulacja Kapitału (Varsóvia, P.W.N., 1963). A edição inglesa não contém este prefácio.

(3) A respeito deste problema, veja-se Tadeusz Kowalik, "R. Luxemburg's Theory of Accumulation and Imperialism", em Problems of Economic Dynamics and Planning — Essays in Honour of Michal Kalecki (Varsóvia, P.W.N., 1964).

livro, embora voltado inteiramente para a análise do processo de acumulação de capital, pretendia também explicar as bases econômicas do imperialismo. E isto porque, para a autora, as bases econômicas do imperialismo se encontrariam no próprio processo de acumulação de capital. (No fim do presente capítulo voltaremos a este assunto.)

b. A "Terceira Parte" da Mais-Valia

O livro se inicia (capítulo 1) pelo exame do problema da reprodução nas economias capitalistas, com base na teoria de Marx. Depois de fazer uma incursão pelas teorias fisiocrática e clássica (cap. 2 e 3), para mostrar que nem Quesnay nem Adam Smith resolveram corretamente este problema, Rosa Luxemburgo chega (cap. 4 a 7) aos esquemas de reprodução simples e de reprodução ampliada de Marx.

Muitas páginas são dedicadas à exposição e ao exame do exemplo numérico do esquema de reprodução ampliada apresentado por Marx no capítulo 21 do vol. II do Capital. Embora Rosa Luxemburgo reconheça que as concepções de Marx acerca da acumulação de capital se estendem por todos os três volumes do Capital, ela passa a tratar o esquema de reprodução ampliada como se fosse a teoria da acumulação de Marx. E aqui surge, para ela, a questão central: o esquema de reprodução ampliada mostra as condições materiais necessárias para que haja acumulação, mas estas condições não são suficientes, ou seja, falta demonstrar a existência de uma demanda crescente para absorver a produção crescente resultante da acumulação de capital:

As condições da acumulação por nós enumeradas não são mais do que as condições sem as quais não pode haver acumulação. Pode até mesmo haver também um desejo de acumular em ambos os departamentos, porém o desejo de acumular juntamente com os prerequisites técnicos da acumulação não são suficientes numa economia capitalista produtora de mercadorias. Requer-se uma condição adicional para garantir que a acumulação possa ocorrer

realmente e a produção expandir-se: a demanda efetiva pelas mercadorias também tem de aumentar. De onde deve vir esta sempre crescente demanda, que no esquema de Marx constitui a base da reprodução em escala sempre crescente? [Accumulation, cap. 7, p. 131.]

Esta demanda não provém dos trabalhadores de nenhum dos dois departamentos. Os trabalhadores só podem gastar, no máximo, os salários que eles recebem; e ao gastarem seus salários, ao adquirirem bens de consumo, eles estão devolvendo aos capitalistas — sob a forma de pagamento por estes bens — os salários que receberam. Não faz sentido, no sistema capitalista, que a produção seja aumentada apenas para que os trabalhadores consumam mais. Portanto, não é o crescimento do montante de salários na economia como um todo que provoca o crescimento da produção; muito pelo contrário, o montante de salários cresce em função do processo de reprodução ampliada, como resultado da acumulação de capital nos dois departamentos.

A crescente demanda necessária para absorver a crescente produção, para sustentar o processo de reprodução ampliada, deve, portanto, provir dos próprios capitalistas. Mas Rosa Luxemburgo nega que esta seja a solução do problema. Vejamos como ela coloca a questão.

Para ela, e de acordo com o esquema de reprodução ampliada, os capitalistas utilizam a mais-valia para consumo e para acumulação de capital. Com o crescimento da produção, deve aumentar também a parte da mais-valia usada para o consumo pessoal dos capitalistas. Mas este consumo não absorve toda a mais-valia e seu crescimento não é suficiente para sustentar a reprodução ampliada. Neste ponto Rosa Luxemburgo pergunta:

Mas, e a parte restante da mais-valia, a parte que é acumulada? Para quem ela pode ser destinada? De acordo com o esquema de Marx, o Departamento I toma a iniciativa: o processo começa com a produção de meios de produção. E quem requer estes adicionais meios de produção? O esquema explica que o Departamento II necessita deles a fim de produzir bens de consumo em maio-

res quantidades. Mas, então, quem requer estes adicionais bens de consumo? O Departamento I, é claro — responde o esquema —, porque agora este departamento emprega um maior número de trabalhadores. Evidentemente estamos girando em círculos. [Idem, p. 132.]

Cabe observar desde logo que não é o argumento do esquema de reprodução ampliada que gira em círculos, mas sim a economia capitalista, à qual o esquema se aplica — fato este que, por incrível que pareça, Rosa Luxemburgo se recusa a reconhecer. Os capitalistas acumulam capital e, assim fazendo, ampliam a produção; para realizar (vender) a produção ampliada, e, mais especificamente, a maior produção de meios de produção, os capitalistas precisam acumular ainda mais, adquirir maior volume de meios de produção; neste sentido, a economia capitalista gira em círculos, círculos cada vez maiores. Rosa Luxemburgo, porém, acha que isto não pode ser assim, que os capitalistas não podem acumular capital apenas para realizarem uma parte (a parte não consumida) da mais-valia, porque assim fazendo os capitalistas estariam ampliando a produção e agravando cada vez mais o problema — como se não fosse esta a situação real, que se resolve com as crises econômicas.

Para tornar mais claro o problema levantado por Rosa Luxemburgo, consideremos as equações da oferta total e da demanda total apresentadas por Marx no fim do capítulo 4 do vol. II do Capital e de que já tratamos no capítulo anterior do presente trabalho. Como vimos, a oferta total de mercadorias por parte dos capitalistas é igual a $C+V+S$, ao passo que a demanda total dos capitalistas enquanto tais (isto é, enquanto "personificação do capital") é igual a $C+V$, de modo que falta demanda para absorver a parte S (a mais-valia) da oferta. Uma parcela da mais-valia é absorvida, sob a forma de consumo, pelos próprios capitalistas enquanto indivíduos. Mas, e a parcela restante?

Até este ponto o argumento de Rosa Luxemburgo é o mesmo de Marx. A partir daí, porém, ela levanta vôo por conta própria,

e seu raciocínio se torna confuso. Por que — pergunta ela — os capitalistas acumulariam a parte restante da mais-valia? Por que acumular capital apenas para absorver uma parte da mais-valia? Assim agindo os capitalistas estariam apenas postergando e agravando o problema, porque no seguinte circuito de produção a mais-valia total e sua parte não consumida seriam maiores ainda e, portanto, mais dificilmente poderiam ser realizadas.

Assim, para que os capitalistas continuem acumulando, continuem convertendo em capital uma parte de sua mais-valia e, com isto, ampliando a produção, é preciso que haja uma demanda crescente, que possa realizar aquela parte da mais-valia que não é consumida nem acumulada pelos capitalistas. Nestes termos, a mais-valia pode ser dividida em três partes: uma parte é consumida pelos próprios capitalistas enquanto pessoas, enquanto consumidores individuais; uma segunda parte é investida, transformada em capital; e uma terceira parte — segundo Rosa Luxemburgo — deve ser realizada de outro modo, deve ser comprada por outras pessoas. Seria esta terceira parte da mais-valia que justificaria a própria acumulação de capital. Por que os capitalistas acumulam capital e, com isto, ampliam a produção? Até certo ponto porque aumentam seu próprio consumo pessoal; mas, fundamentalmente, porque existe uma demanda por esta terceira parte da mais-valia. Assim, seria a possibilidade de realizar em escala crescente esta terceira parte da mais-valia que levaria os capitalistas a acumularem, a transformarem em capital uma parcela da mais-valia.

Agora, se a crescente demanda não provém dos trabalhadores nem dos capitalistas — os quais, segundo o argumento de Rosa Luxemburgo, não compram toda a mais-valia criada —, então de onde advém esta demanda? Ou seja, quem adquire a terceira parte da mais-valia, aquela parte que não é acumulada nem consumida pelos capitalistas? Ou ainda, em outras palavras, quem são as "tercei-

ras pessoas"⁽⁴⁾, além dos trabalhadores e capitalistas, que adquirem uma parcela da produção total, parcela esta igual à parte da mais-valia não acumulada nem consumida pelos capitalistas?

É esta a questão central levantada por Rosa Luxemburgo em seu livro sobre a Acumulação de Capital. Esta questão é formulada na primeira parte do livro (mais especificamente, no cap. 7) e volta a ser colocada na terceira parte (nos cap. 25 e 26). Mas, é preciso acrescentar, esta questão nem sempre aparece formulada claramente. Vejamos o motivo disto.

Rosa Luxemburgo distingue três formas de mais-valia: a mais-valia criada (produzida), a mais-valia realizada (vendida) e a mais-valia capitalizada (a mais-valia que é convertida em capital). E ela apresenta o problema como se os capitalistas, antes de capitalizarem uma parte de sua mais-valia, precisassem realizá-la — isto é, transformá-la em dinheiro — vendendo-a para outras pessoas que não os próprios capitalistas. Isto é evidente, por exemplo, no seguinte trecho:

O comércio interno capitalista pode, no máximo, realizar apenas certas quantidades do valor contido no produto social: o capital constante que se gastou, o capital variável, e a parte consumida da mais-valia. Mas a parte da mais-valia que é destinada à acumulação tem de ser realizada em outro lugar. [Accumulation, cap. 26, p. 366-367.]

E este modo de colocar o problema já havia aparecido na primeira parte do livro:

Parte da mais-valia é consumida pela própria classe capitalista sob a forma de bens de consumo, sendo que o dinheiro trocado por estes bens é retido no bolso dos capitalistas. Mas, quem pode comprar os produtos que constituem a outra parte, a parte capitalizada da mais-valia? [Idem, cap. 7, p. 133.]

(4) Esta expressão — "terceiras pessoas" —, às vezes usada por Rosa Luxemburgo, foi inicialmente empregada pelo marxista russo Peter von Struve, cuja concepção é criticada no cap. 21 da Acumulação de Capital. Somente no cap. 26 Rosa Luxemburgo introduz seu conceito de "mercados externos" (de que falaremos depois), cujo significado é semelhante ao das "terceiras pessoas".

Neste modo de formular o problema não existem três partes da mais-valia, como apresentamos anteriormente (isto é, a parte consumida pelos capitalistas, a parte acumulada, e a parte vendida às "terceiras pessoas"), mas tão somente duas partes: a parcela consumida pelos capitalistas e a parcela vendida às "terceiras pessoas", sendo que é o dinheiro obtido desta venda que os capitalistas empregam para acumular. Mas este modo de formular o problema está errado. Se imaginamos um sistema onde existem "terceiras pessoas" — como o faz Rosa Luxemburgo —, e não um sistema composto de apenas duas classes — como no de Marx —, e onde estas "terceiras pessoas" adquirem uma parcela de produtos que compõem a mais-valia, então esta mais-valia tem necessariamente de ser constituída das três partes acima referidas.

Suponhamos que a parte acumulada da mais-valia seja exatamente igual à parte vendida às "terceiras pessoas". Isto não significa, contudo, que a mais-valia total se constitua de somente duas parcelas: a consumida pelos capitalistas e a outra parcela, a qual é vendida às "terceiras pessoas". Para Rosa Luxemburgo isto se apresenta assim porque ela raciocina do seguinte modo: é com o dinheiro obtido da venda de uma parte dos produtos integrantes de sua mais-valia às "terceiras pessoas" que os capitalistas acumulam capital, adquirem novos meios de produção, e, portanto, o volume de vendas àquelas "pessoas" e o montante da acumulação de capital são apenas duas faces, ou dois momentos, de um mesmo fato — a venda às "terceiras pessoas" seria a realização de uma parte da mais-valia, e a conversão em capital do dinheiro assim arrecadado seria a capitalização desta mesma parte da mais-valia.

Continuemos a supor — seguindo o raciocínio de Rosa Luxemburgo — que, para acumularem, os capitalistas tenham de vender uma parcela da produção às "terceiras pessoas". Isto não significa, porém, que a parcela acumulada e a parcela vendida àquelas "pessoas" sejam a mesma coisa, constituam uma única parte da mais-

-valia. Depois de venderem às "terceiras pessoas", os capitalistas, para poderem concretizar a acumulação de capital, para converterem seu dinheiro em adicionais meios de produção, precisam adquirir de outros capitalistas estes meios de produção adicionais; logo, existem duas vendas diferentes: venda às "terceiras pessoas" e venda de adicionais meios de produção aos próprios capitalistas; estas duas vendas não são a mesma coisa. Assim, a realização da parte da produção correspondente à mais-valia se dá de três modos diferentes: venda de bens de consumo aos capitalistas, venda de adicionais meios de produção aos capitalistas, e venda de quaisquer produtos (sejam bens de consumo ou meios de produção) às "terceiras pessoas".

Deste modo, para que o problema colocado por Rosa Luxemburgo tenha sentido, é preciso interpretá-lo como o fizemos inicialmente: as "terceiras pessoas" são as compradoras de uma terceira parte do volume de mercadorias que compõem a mais-valia total — além das duas outras partes que correspondem ao consumo dos capitalistas e à acumulação de capital. Assim posto, o problema se apresenta do seguinte modo: como a parte da mais-valia consumida pelos capitalistas é relativamente estável, e como os capitalistas não acumulam capital apenas para acumular, então a parte acumulada da mais-valia vai depender da parte da mais-valia vendida às "terceiras pessoas". Ou seja, é a demanda proveniente destas "pessoas" que estimula os capitalistas a acumularem.

c. Sub-Consumo ou Deficiência da Demanda?

Antes de prosseguirmos com o resumo da Acumulação de Capital, é conveniente fazer uma parada para esclarecer uma questão e, deste modo, delimitar mais claramente o problema formulado por Rosa Luxemburgo.

Não é raro encontrarmos sua teoria da acumulação classificada

como "sub-consumista".⁽⁵⁾ Esta é uma interpretação muito específica (e, em nosso entender, errada) do problema formulado por Rosa Luxemburgo. De acordo com esta interpretação, todo o problema — isto é, toda a dificuldade para absorver a crescente produção que acompanha a acumulação de capital — adviria do reduzido crescimento do consumo, seja por parte dos trabalhadores ou seja por parte dos capitalistas. Mas, na verdade, Rosa Luxemburgo deixa bem claro que não se trata exclusivamente de consumo, mas de demanda em geral: tanto demanda por bens de consumo como demanda por meios de produção. Ela chega a acentuar este fato quando escreve:

A realização da mais-valia é, sem dúvida, uma questão vital da acumulação capitalista. Ela requer, como primeira condição — deixando inteiramente de lado, para simplificar, o fundo de consumo dos capitalistas —, a existência de camadas de compradores fora da sociedade capitalista. Compradores, deve-se notar, e não consumidores, visto que a forma material da mais-valia é inteiramente irrelevante para sua realização. [Accumulation, cap. 26, p. 351. Sublinhado por nós.]

E, em seguida, ela examina duas situações diversas: "(1) A produção capitalista fornece bens de consumo além de suas próprias necessidades", e "(2) A produção capitalista fornece meios de produção em excesso de sua própria demanda" (p. 352). E isto novamente evidencia nossa afirmação de que Rosa Luxemburgo coloca o problema em termos de uma insuficiência de demanda em geral, a qual pode manifestar-se com relação tanto aos bens de consumo como aos meios de produção. Ou seja, como procuramos mostrar antes, trata-se de saber de onde provém a demanda necessária para absorver a parte não consumida nem acumulada da mais-valia, não importante se, do ponto de vista material, esta terceira

(5) Como exemplo, por Paul M. Sweezy, The Theory of Capitalist Development (ver cap. 10, §2, e cap. 11, § 8), e por Ernest Mandel, Marxist Economic Theory (ver vol. I, cap. 11). Sweezy chega mesmo a denominar Rosa Luxemburgo de "rainha dos sub-consumistas" (sic).

parte da mais-valia se compõe de bens de consumo e/ou de meios de produção. Assim sendo, não há por que rotular de "sub-consumista" a teoria de Rosa Luxemburgo.

Este rótulo decorre, obviamente, da equivocada interpretação de sua teoria. E esta equivocada interpretação, por seu turno, deriva-se de certas colocações de Rosa Luxemburgo, as quais acentuam a participação da insuficiência do consumo no problema da insuficiência da demanda em geral. Isto se observa, por exemplo, no capítulo 25, quando a autora monta um exemplo numérico do esquema de reprodução ampliada, no qual há uma carência de meios de produção e um excesso de bens de consumo. Mas, em nosso entender, o principal motivo para classificar sua teoria de "sub-consumista" é o mesmo motivo que poderia ser também utilizado (como, na verdade, às vezes ele o é) para interpretar como "sub-consumista" a teoria do próprio Marx; qual seja, a afirmação de Marx, adotada por Rosa Luxemburgo, de que, na sociedade capitalista, há uma contradição entre a crescente capacidade produtiva e os estreitos limites da capacidade de consumo. (Ver as últimas quatro ou cinco páginas do cap. 25 da Acumulação de Capital.)

Esta afirmação se refere aos próprios fundamentos da economia capitalista, sublinhando uma das diversas contradições básicas desta economia, acentuando, mais especificamente, o fato de o capitalismo não ser — para usar os termos de Tugan-Baranovski — um "regime harmônico", no qual a produção deveria ser voltada para a satisfação das necessidades humanas, e sim um "regime antagônico", voltado para a obtenção de lucros por parte dos capitalistas. Neste sentido, enquanto constatação de um princípio geral da economia capitalista, aquela afirmação não pode ser tomada como base para explicar as contradições específicas do processo de acumulação. A concepção acerca da contradição entre a capacidade produtiva e a capacidade de consumo na sociedade capitalista se assemelha, neste caso, à afirmação de Marx de que "o dinheiro

leva sempre junto de si a possibilidade de crise": do mesmo modo como não se pode dizer que, por causa desta afirmação, Marx explica as crises econômicas pela simples existência do dinheiro, também não se pode dizer que, para ele, é particularmente a insuficiência de consumo que trava a expansão da capacidade produtiva, que restringe a acumulação de capital; do mesmo modo como não se pode dizer, por causa de uma afirmação, que Marx tenha uma teoria "monetarista" das crises, também não se pode dizer, por causa da outra afirmação, que ele tenha uma teoria "sub-consumista" da acumulação. E isto se aplica também ao caso de Rosa Luxemburgo. Quando, apoiada em Marx, ela se refere à "inerente contradição entre a limitada capacidade de expansão das forças produtivas e a limitada capacidade de expansão do consumo social em condições de distribuição capitalista" (cap. 25, p. 343), ela está apenas acentuando um aspecto da "inerente contradição entre a produção de mais-valia e sua realização" (p. 345).

Por outro lado, embora Rosa Luxemburgo formule seu problema em termos da demanda como um todo — e não apenas da demanda por bens de consumo —, não se pode também querer fazer dela uma teórica completa da demanda efetiva (na acepção moderna desta expressão) nem muito menos uma "precursora de Keynes".⁽⁶⁾ Mas, é interessante observar, num breve trecho de seu livro ela formula o problema da relação entre poupança e renda dos capitalistas de modo muito semelhante (embora empregando a terminologia marxista) ao dos economistas keynesianos. Introduzindo, no tema da acumula-

(6) Maurice Dobb, comentando (em seu livro On Economic Theory and Socialism, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1955, cap. 16) a edição inglesa da Acumulação de Capital, na qual há uma introdução escrita por Joan Robinson, observa que esta economista tenta "mostrar Rosa Luxemburgo como uma precursora (embora primitiva e, em alguns aspectos, mal orientada) da doutrina Keynesiana" (p. 271). Esta observação nos parece exagerada.

ção de capital, a questão do entesouramento e da formação de reservas monetárias por parte dos capitalistas, ela pergunta:

O congelamento de uma parte da mais-valia, sob forma monetária, nas mãos de certos capitalistas significa que outros capitalistas serão deixados com uma correspondente parte deste sobreproduto em sua forma material? O entesouramento da mais-valia por parte de certos capitalistas implica que outros não mais serão capazes de realizar sua mais-valia, visto que os capitalistas são os únicos compradores de mais-valia? [Accumulation, cap. 25, p. 341-342.] (7)

Mas Rosa Luxemburgo não explora esta linha de raciocínio. Na verdade, ela a interrompe imediatamente depois de formular sua pergunta, dando a seguinte resposta: "Isto significaria, entretanto, que seria interrompido o regular curso da reprodução e, igualmente, da acumulação descrito no esquema."

2. SOLUÇÃO DO PROBLEMA

a. Falsas Soluções

Estabelecida, por Rosa Luxemburgo, a necessidade de intervenção de "terceiras pessoas" para que o processo de reprodução ampliada possa desenvolver-se, ela começa a indagar a respeito destas "pessoas", ou seja, em outras palavras, a respeito da proveniência da crescente demanda para absorver a crescente produção que acompanha a acumulação de capital.

(7) Como curiosidade, compare-se a última parte deste trecho com a seguinte explicação de Joan Robinson a respeito das poupanças que não são investidas e, portanto, desaparecem da renda: "(Estas poupanças) deixaram de existir, porque logo que um homem aumenta sua poupança, ao reduzir seus gastos, as rendas de outros homens caem, e estes poupam menos na medida em que o primeiro poupa mais." (Introduction to the Theory of Employment, Londres, Macmillan, 1956, p. 13.)

Desde logo Rosa Luxemburgo rejeita a idéia de que esta demanda possa provir pura e simplesmente do aumento da população, porque a população como um todo (ou, mais exatamente, a população com poder aquisitivo) se compõe de trabalhadores e capitalistas. Os trabalhadores, embora seu número seja crescente, continuarão a consumir apenas o que recebem como salários, e não é o aumento do montante de salários que estimulará a elevação da produção, mas sim esta que, ao crescer, gerará maior volume de emprego de força de trabalho e, conseqüentemente, maior montante de salários. Por outro lado, o acréscimo da classe capitalista servirá apenas para absorver a parte consumível da mais-valia que aumenta juntamente com a mais-valia total. Assim, o problema persiste: quem comprará a parte não consumida (e, acrescentemos, a parte não acumulada) da mais-valia total?

Marx, ao analisar o processo capitalista de produção, leva em conta apenas duas classes sociais: os trabalhadores e os capitalistas, deixando de lado as camadas sociais intermediárias. Não estaria aí a solução do problema? Não seriam estas camadas sociais que atuam como "terceiras pessoas" no processo de acumulação de capital? Rosa Luxemburgo não aceita este argumento. De acordo com a concepção marxista, estas camadas sociais intermediárias — as quais não participam do processo produtivo — não são geradoras de rendas; suas rendas são derivadas dos lucros dos capitalistas e/ou dos salários dos trabalhadores (sendo os lucros e os salários as duas únicas formas de "renda primária" da sociedade). Portanto, os gastos de consumo destas camadas intermediárias estão incluídos nos gastos de consumo dos capitalistas e dos trabalhadores, posto que seus gastos são efetuados com as rendas que estas camadas recebem dos capitalistas e trabalhadores. Em suma, a solução do problema também não se encontra nestas camadas sociais intermediárias, cuja demanda por mercadorias nada mais é do que uma transferência, para elas, de parte da demanda dos próprios capitalistas e trabalhadores.

Uma outra falsa solução do problema é a do comércio exterior, como se cada país pudesse vender para outro a parte não realizada internamente de sua mais-valia. A análise marxista da reprodução não se refere a cada país capitalista em particular, mas ao sistema capitalista como um todo, e, neste sentido, exclui o comércio exterior. A exportação de mercadorias de um país capitalista para outro nada mais é do que a circulação de mercadorias dentro do sistema capitalista; assim, quando um país capitalista exporta para outro a parte de sua mais-valia não consumida internamente, ele estará resolvendo seu problema particular, mas agravando o problema de realização no outro país, e isto não constitui uma solução no âmbito do sistema capitalista como um todo.

Afastadas estas falsas soluções (aumento da população, camadas intermediárias e comércio exterior) para o problema de quem deve absorver a parte não consumida nem acumulada da mais-valia, Rosa Luxemburgo passa a examinar (cap. 8 e 9) se Marx oferece uma resposta, e conclui pela negativa. E não poderia ser de outro modo, posto que, para Marx, não existia o problema formulado por ela.

Rosa Luxemburgo reclama que Marx encarava o problema apenas pelo ângulo monetário:

A falha na análise de Marx está, em nossa opinião, na mal orientada formulação do problema como mera questão das "fontes de dinheiro", embora o assunto verdadeiro seja a demanda efetiva, o uso dado aos bens, e não a origem do dinheiro que é pago por eles. (Accumulation, cap. 9, p. 155.)

É bem verdade que não é clara nem inteiramente suficiente a análise feita por Marx do problema da realização da mais-valia. E neste ponto Rosa Luxemburgo tem razão quando ela também reclama pelo fato de Marx ter dado enorme atenção ao erro cometido por Adam Smith (e adotado por Ricardo e outros economistas de seu tempo) de não computar o capital constante no valor da reprodução total, e não ter dedicado igual interesse ao problema da realiza-

ção da mais-valia.⁽⁸⁾ Mas, de qualquer modo, a questão específica levantada por Rosa Luxemburgo não poderia ter sido solucionada por Marx, para quem esta questão não existia. Agora, a prova evidente de que não foi claro nem completo o tratamento dado por Marx ao problema da realização da mais-valia (como foi clara e completa sua explicação a respeito da reposição do capital constante no valor global da produção, pondo fim a um erro de interpretação que vinha desde Adam Smith), é o próprio fato de ter Rosa Luxemburgo formulado o problema a seu modo.

Ela também está certa ao afirmar que Marx tratou o problema da realização da produção como simples questão das "fontes de dinheiro". Ela está certa, neste ponto, quando se refere aos dois últimos capítulos do vol. II do Capital. Nestes capítulos, depois de explicar seus esquemas de reprodução simples e ampliada, Marx passa a preocupar-se com a origem do dinheiro necessário para a circulação das mercadorias dentro de cada departamento e entre os dois departamentos. Marx não coloca o problema de se toda a mais-valia criada, ou apenas uma parte dela, é realizada, e de quem compra a parte da produção correspondente a mais-valia. Mas, a respeito deste segundo ponto, parece-nos evidente que ele considera serem os próprios capitalistas os compradores desta parte da produção: são os capitalistas que compram e vendem entre si os produtos que eles mesmos consomem ou utilizam para ampliar seu capital constante. Como estas transações são efetuadas por meio do dinheiro (assim como também a compra de força de trabalho, por parte dos capitalistas, e a compra de bens essenciais de consumo, por parte dos trabalhadores), Marx se põe a examinar a

(8) Diz ela: "Marx repetidamente acentuou e enfatizou o fato de que ele considerava a reposição do capital constante no produto social total o problema mais difícil e importante da reprodução. O outro problema, o da acumulação, isto é, da realização da mais-valia para o propósito de capitalização, foi assim empurrado para o lado, de modo que, no fim, Marx quase não tratou dele." (Accumulation, cap. 9, p. 170.)

origem deste dinheiro, o que se torna particularmente importante no caso da reprodução ampliada, quando também deve aumentar o volume de dinheiro em circulação. Assim, o "problema da demanda efetiva", nesta parte da obra de Marx, torna-se apenas um problema monetário, qual seja, o de haver dinheiro suficiente para fazer circular uma produção cada vez maior.

Insatisfeita com o tratamento de Marx, Rosa Luxemburgo passa a examinar as eventuais respostas de outros autores ao problema por ela formulado. A este exame ela dedica toda a segunda parte de seu livro (cap. 10 a 24); mas também nestes autores ela não encontra uma solução satisfatória.

b. Os Mercados Externos

Se a crescente demanda necessária para absorver as crescentes produção e mais-valia não provém dos capitalistas, nem muito menos dos trabalhadores, então, logicamente, ela vem de fora do mundo capitalista, ou seja, dos "mercados externos" -- na expressão de Rosa Luxemburgo. No fim do cap. 26 a autora define seus conceitos de "mercado interno" e "mercado externo":

Neste ponto devemos rever as concepções de mercado interno e externo que foram tão importantes na controvérsia acerca da acumulação. Ambos são vitais para o desenvolvimento capitalista, mas fundamentalmente diferentes, e devem ser concebidos antes em termos de economia social do que em termos de geografia política. Por este prisma, o mercado interno é o mercado capitalista, em que a produção compra seus próprios produtos e supre seus próprios elementos de produção. O mercado externo é o contexto social não capitalista, que absorve os produtos do capitalismo e fornece bens de produção e força de trabalho para a produção capitalista. Assim, do ponto de vista da Economia, a Alemanha e a Inglaterra comerciavam entre si mercadorias principalmente num mercado interno, capitalista, enquanto as trocas entre a indústria alemã e os camponeses alemães são efetuadas num mercado externo, no que se refere ao capital alemão. [Accumulation, cap. 26, p. 366.]

Ou seja, todas as transações efetuadas entre setores capitalistas da economia, mesmo que estes se situem em diferentes países, constituem operações de mercado interno, de mercado capitalista. Por outro lado, todas as transações entre um setor capitalista e um setor não capitalista (como é o caso da agricultura camponesa), mesmo que ambos se localizem dentro de um mesmo país, constituem operações de mercado externo. A fronteira entre "interno" e "externo" não é geográfica e sim sócio-econômica, computando-se como "interno" tudo aquilo que se encerra dentro do sistema capitalista de produção.

Onde se localiza o mercado externo? Na verdade, como Rosa Luxemburgo procura mostrar nos capítulos seguintes, existem diferentes tipos de mercado externo, os quais podem ser agrupados em duas únicas categorias: o mercado externo formado pela "economia natural" e o constituído pelo Governo dos países capitalistas. Este último mercado é por ela identificado principalmente com as compras do Governo para fins militares. O mercado da economia natural (ou pré-capitalista) é composto, em parte, pela economia dos países colonizados e, em sua outra parte, pela agricultura camponesa e pela produção artesanal dos próprios países capitalistas. (Mais adiante voltaremos a falar destas categorias de mercado externo.)

c. Diferentes Funções dos Mercados Externos

Até o capítulo 26 de seu livro, Rosa Luxemburgo está fundamentalmente preocupada com o problema da realização da mais-valia, e seus "mercados externos" servem para absorver a parte não consumida nem acumulada da mais-valia. Neste capítulo, porém, talvez para acentuar a importância destes mercados no processo de acumulação, a autora acrescenta, sem mais nem menos, duas novas funções para eles: fornecer, ao sistema capitalista, "elementos materiais necessários para a expansão da produção" (p. 355), e fornecer

"trabalho vivo que possa ser mobilizado pelo capital para atender suas demandas" (p. 359).

As economias capitalistas não estão em condições (por motivos naturais ou outros) de produzir todos os bens de que necessitam — sejam bens de consumo ou de produção — ou, pelo menos, em condições de produzi-los a preços competitivos com os dos bens produzidos nos mercados externos, os quais passam a ser utilizados, então, como fonte de suprimento destes produtos. Na verdade, entretanto, também nesta questão o recurso aos "mercados externos" é inteiramente dispensável: num mundo dominado completamente pelo sistema capitalista de produção (e, portanto, sem "mercados externos"), toda a questão se resolve pela troca de mercadorias entre os países capitalistas.

Mas entre as duas novas funções atribuídas por Rosa Luxemburgo aos "mercados externos", é a segunda que apresenta maior "inovação", posto que, aí, ela chega a reformular o conceito de exército industrial de reserva de Marx. Segundo ela:

A força de trabalho para este exército é recrutada nos reservatórios sociais fora do domínio do capital (...). Somente a existência de grupos e países não capitalistas pode garantir tal oferta de força de trabalho adicional para a produção capitalista. [Accumulation, cap. 26, p. 361.]

Assim, os capitalistas se utilizariam desta força de trabalho "externa" não apenas para produzirem, nos mercados externos, as mercadorias de que necessitam, mas também para ampliarem seu exército industrial "interno" nos momentos em que isto se torna necessário.

Como estas duas novas funções dos mercados externos não têm grande importância no problema central levantado por Rosa Luxemburgo — que é o problema da realização da mais-valia —, vamos deixá-las de lado.

d. Mercados Externos e Teoria Marxista da Acumulação

Não se pode dizer — segundo nossa autora — que Marx deixou de considerar, no Capital, as diversas funções dos mercados externos no desenvolvimento do processo capitalista de produção. Na parte sobre a acumulação primitiva, no vol. II do Capital, ao tratar da formação do operariado industrial, da expropriação de terra dos camponeses, da gênese do capitalista industrial, da exploração dos países colonizados, Marx mostrou como o mundo não capitalista (o "mercado externo") foi importante para o desenvolvimento do capitalismo. Para Rosa Luxemburgo, contudo, isto que para Marx constituiu apenas a fase histórica da acumulação primitiva — da passagem da economia feudal para a economia capitalista — é o processo usual de funcionamento do capitalismo:

"o capitalismo em sua completa maturidade também depende, em todos os aspectos, das camadas não capitalistas e das organizações sociais existentes ao lado dele" (p. 365).

Segundo Rosa Luxemburgo, Marx complicou consideravelmente o problema da acumulação ao adotar em sua análise teórica, em todos os três volumes do Capital, a hipótese do "universal e exclusivo domínio do modo capitalista de produção" (cap. 26, p. 348). Isto porque, em primeiro lugar, esta hipótese está longe de expressar o mundo real, onde jamais existiu "uma sociedade capitalista auto-suficiente, sob o exclusivo domínio do modo capitalista de produção" (*idem*). Em segundo lugar, porque, embora podendo ser adotada como um "artifício teórico" em certas circunstâncias (como, por exemplo, para analisar o esquema de reprodução simples, que também expressa uma situação fictícia no capitalismo, ou para estudar o processo de acumulação individual), esta hipótese — ao excluir a possibilidade de existência de mercados externos — elimina a solução do problema.

Para nossa autora, o erro de Marx ao manter esta hipótese em seu esquema de reprodução ampliada se explica, em parte, pelo fato de ele não ter podido concluir sua análise. Ou seja, para

dizer de modo mais direto: se Marx tivesse tido tempo para desenvolver inteiramente sua teoria da acumulação do capital social, ele teria abandonado aquela hipótese e chegado à solução encontrada por Rosa Luxemburgo, que — ainda segundo a própria autora — está "em harmonia com outras partes da doutrina de Marx e com a experiência histórica e a prática diária do capitalismo" (p. 351). Apresentada deste modo, a teoria de Rosa Luxemburgo seria nada menos do que a versão completa da teoria marxista da acumulação.

A crítica de Rosa Luxemburgo ao esquema de reprodução ampliada não significa, todavia, que ela considere este esquema como sendo inteiramente desprovido de sentido histórico. No fim do capítulo 29 ela apresenta uma breve e engenhosa interpretação deste esquema. Segundo ela, o esquema de reprodução simples pode ser teoricamente tomado como o ponto de partida da acumulação capitalista, e o esquema de reprodução ampliada seria seu ponto de chegada, isto é, "representa apenas a tendência histórica do movimento de acumulação e sua conclusão lógica" (p. 417). A economia capitalista tende a penetrar e estabelecer seu domínio em todos os setores de atividade e em todos os países que em determinado momento constituem seus "mercados externos"; a economia capitalista, estendendo-se por estas áreas, tende a impor o domínio exclusivo e universal do modo capitalista de produção. Logo, somente nesta fase final o esquema de reprodução ampliada, nas condições formuladas por Marx, corresponderia a uma situação histórica concreta. E esta seria a fase final do capitalismo porque, sem os mercados externos, o processo de acumulação se estanca, "a realização e a capitalização da mais-valia se tornam impossíveis" (p. 417), e o capitalismo tende naturalmente a perecer. (9) A teoria da acumulação de Rosa Luxemburgo se situaria,

(9) É interessante observar que, para Rosa Luxemburgo, o fim do processo de acumulação gera o colapso do próprio sistema capitalista e não apenas o "Estado estacionário" imaginado por outros autores, no qual o capitalismo voltaria a funcionar de acordo com o esquema de reprodução simples.

portanto, entre o esquema de reprodução simples e o esquema de reprodução ampliada, ou melhor, seria válida para o período histórico que vai do ponto de partida do capitalismo até sua fase final. Como diz a autora:

O esquema de reprodução ampliada de Marx não se conforma às condições de acumulação em seu processo real. A acumulação progressiva não pode ser reduzida às interrelações e interdependências estáticas entre os dois grandes departamentos da produção social (...). A acumulação é mais do que uma relação interna entre os ramos da economia capitalista; ela é, antes de tudo, uma relação entre o capital e um contexto não capitalista (...). O esquema de acumulação de Marx é apenas o reflexo teórico do preciso momento em que o domínio do capital atinge seus limites, e, neste sentido, não é menos ficção do que seu esquema de reprodução simples, o qual apresenta a formulação teórica do ponto de partida da acumulação capitalista. A definição precisa da acumulação capitalista e de suas leis se situa em algum lugar entre estas duas ficções.

/Accumulation, cap. 29, p. 417-418./

3. CONQUISTA E AMPLIAÇÃO DE MERCADOS EXTERNOS

Depois de explicar, em linhas gerais, as funções dos mercados externos no processo de acumulação (cap. 26), Rosa Luxemburgo dedica os capítulos restantes (cap. 27 a 32) de seu livro a examinar as relações históricas concretas entre as economias capitalistas e estes mercados. Esta parte de sua obra é extremamente rica em informações factuais e por isto pode ser aproveitada independentemente das conclusões teóricas delas extraídas pela autora; no presente trabalho, contudo, estamos interessados unicamente nestas conclusões teóricas, e, ainda mais especificamente, nas conclusões relativas ao problema da realização da mais-valia.

Embora Rosa Luxemburgo não apresente uma tipologia de seus mercados externos, podemos (como fizemos antes) classificá-los em duas únicas categorias: os mercados constituídos pelas "economias naturais" ou pré-capitalistas, que coexistem historicamente com as economias capitalistas e que abrangem tanto os

países colonizados como uma parte da economia de países onde predomina o sistema capitalista de produção; e os mercados constituídos pelas atividades governamentais nas economias capitalistas. Esta distinção entre os dois tipos de mercado externo é necessária porque eles apresentam problemas diferentes. A autora analisa principalmente o primeiro tipo (cap. 27 a 31), dedicando ao segundo apenas um capítulo (cap. 32), onde ela se concentra numa única forma de atividade governamental: o militarismo.

Os argumentos de Rosa Luxemburgo ao longo destes capítulos não são muito claros nem precisos. Todavia, colocando-os em relação ao problema teórico central por ela formulado em capítulos anteriores, temos que ela pretende apenas demonstrar — recorrendo a exemplos da história do capitalismo — como os mercados externos absorvem a "terceira parte" da mais-valia (a parte não consumida nem acumulada dentro das economias capitalistas), ou seja, como o crescente volume de vendas para estes mercados externos estimula — e, mais do que isto, torna possível — a acumulação nas economias capitalistas. E, para demonstrar isto, ela apresenta o problema por outro prisma: o de como as economias capitalistas lutam pela conquista e ampliação destes mercados para seus produtos.

a. A Luta contra a Economia Natural

Começemos pelo caso do primeiro tipo de mercado externo. Se, no problema específico da realização, as economias naturais ou pré-capitalistas constituem um mercado potencial para absorver uma parcela da produção capitalista, a crescente acumulação de capital exige a abertura e a ampliação efetivas do mercado destas economias para os produtos capitalistas. As economias pré-capitalistas (quaisquer que sejam suas formas históricas, como a escravidão, o feudalismo; a economia camponesa patriarcal, mencionadas pela autora) formam apenas um mercado potencial para aqueles produtos, porque são economias fechadas, onde o comércio de mercadorias (principalmente o comércio com outras regiões) é extremamente

limitado. Assim, para converter este mercado potencial em mercado real para seus produtos, o capitalismo precisa destruir estas economias: "o capitalismo precisa sempre e em qualquer lugar travar uma batalha de aniquilamento contra qualquer forma histórica de economia natural que ele encontra" (cap. 27, p. 369). Os métodos de luta do capitalismo são os mais diversos: força política e militar (revolução, guerra), tributação opressiva, concorrência comercial, etc. Nos capítulos 27 a 29 Rosa Luxemburgo descreve muitos exemplos históricos da brutalidade desta luta.

Mas de nada adianta destruir pura e simplesmente a economia natural; é preciso convertê-la em economia mercantil, compradora de produtos do capitalismo. A transformação da economia natural, auto-suficiente, em economia especializada na produção de uns poucos tipos de bens, força-a a ampliar seu comércio, a depender de produtos do mundo capitalista. E neste processo de transformação da economia natural em economia mercantil, é muitas vezes vital a introdução de modernos meios de transporte e de comunicação — o que, diga-se de passagem, constitui também um modo de o capitalismo realizar, neste mercado externo, uma parte de sua produção.

Um dos aspectos — ou uma fase — da luta do capitalismo contra a economia natural consiste em separar da agricultura as atividades manufatureiras. Historicamente, muitas indústrias constituem uma parte integrante da economia rural, uma continuação ou complementação da agricultura. Cabe ao capitalismo separar estas atividades, reduzir a economia rural apenas à agricultura, assumindo para si a esfera industrial e, assim, obrigando este mercado a adquirir seus produtos.

De acordo com Rosa Luxemburgo, da luta do capitalismo contra a economia natural resulta, em geral, a seguinte ordem de acontecimentos: a economia natural é substituída pela economia mercantil, a qual, por seu turno, cede seu lugar para a economia capitalista. A batalha do capitalismo pela conquista de novos merca-

cados externos -- para poder continuar a expandir sua produção, seu capital -- acaba, assim, por ampliar a esfera do mundo capitalista. E quanto mais esta esfera se amplia e, conseqüentemente, mais reduzida se torna a possibilidade de abertura de novos mercados externos, mais próximo encontra-se o capitalismo de seu fim. Neste sentido, o capitalismo seria um sistema autofágico.

Na luta pela conquista ou preservação de seus mercados externos, o capitalismo recorre também a certos instrumentos econômicos específicos -- como os empréstimos internacionais e as tarifas restritivas de comércio exterior, que recebem de Rosa Luxemburgo um tratamento em separado (cap. 30 e 31). Vejamos como ela explica o emprego destes instrumentos.

A doutrina do livre comércio (cuja principal expressão teórica era a escola de Manchester, seguidora de Ricardo, e que, na prática, foi adotada durante algum tempo, na segunda metade do século XIX, pelos principais países industriais da Europa) representava a expressão dos interesses capitalistas na fase de conquista -- como colônias ou como simples áreas de influência -- das diferentes regiões do mundo não capitalista. Na medida, contudo, em que as potências capitalistas foram constituindo seus "impérios" mundiais, elas voltaram às práticas protecionistas de comércio exterior, para impedir que suas "possessões" mudassem de mãos e, assim, para resguardar seus mercados externos. Portanto, segundo a autora, a política protecionista nos tempos modernos corresponde à fase imperialista da acumulação de capital, quando as grandes potências "competem pelo que ainda permanece aberto do mundo não capitalista" (cap. 31, p. 446).

Também a política de empréstimos internacionais é uma característica da fase imperialista. Estes empréstimos ocorrem em todas as fases históricas da acumulação, mas somente na fase imperialista eles têm um papel de destaque na conquista e manutenção dos mercados externos. Nem todas as partes do mundo não capitalista podem ser convertidas em "possessões" das grandes potências;

existem países que pretendem manter sua independência política e promover seu desenvolvimento capitalista. Para penetrar nestes países, para fazer deles um mercado para seus produtos, as grandes potências concedem-lhes empréstimos (na verdade, não se trata apenas de empréstimos mas também de investimentos diretos). Com o dinheiro assim obtido, estes países podem comprar produtos capitalistas e, deste modo, absorver uma parte da mais-valia. Este processo é semelhante à situação em que os capitalistas compram suas próprias mercadorias, com a diferença de que estas mercadorias não permanecem com eles, mas sim em mercados externos. Mas este processo tem também seu caráter contraditório: o objetivo dos empréstimos internacionais, por parte das potências capitalistas, é o de ampliar seus mercados, o que efetivamente acontece por ocasião dos empréstimos (e desde que estes sejam usados para a compra de produtos capitalistas); na medida, porém, em que sejam empregados para promover o desenvolvimento capitalista dos países devedores (por exemplo, para a compra de máquinas e outros equipamentos produtivos), estes empréstimos acabam por criar novos competidores para as velhas potências e, com isto, reduzir suas alternativas de mercado externo.

b. Estado e Militarismo

De acordo com Rosa Luxemburgo, o militarismo tem duas precisas funções no processo de acumulação. A primeira é a de conquistar e manter mercados externos, os mercados das áreas não capitalistas; e nisto o militarismo é apenas um instrumento da luta contra a economia natural. Sua segunda função é a de constituir, ele mesmo, um mercado externo:

Do ponto de vista puramente econômico, ele é um proeminente meio para a realização da mais-valia; é, em si mesmo, uma esfera da acumulação. [Accumulation, cap. 32, p. 454.]

É para este aspecto do militarismo que a autora volta sua atenção no último capítulo do livro.

No decorrer de toda sua análise desta questão, Rosa Luxemburgo adota a suposição de que os capitalistas não pagam impostos ou, pelo menos, de que estes impostos são insignificantes; isto se justificaria, em sua análise, pelo fato de ela considerar o Estado como uma instituição sob controle dos próprios capitalistas. E ela se refere sempre a impostos indiretos, mas a inclusão dos impostos diretos em nada alteraria as conclusões de sua análise.

Ao iniciar sua argumentação, ela considera a hipótese de toda a arrecadação dos impostos, incidentes sob os trabalhadores, ser utilizada exclusivamente para o pagamento de funcionários do Estado. Neste caso, haveria apenas uma transferência de renda (e de consumo) dos trabalhadores para os funcionários, e isto não ajuda a resolver o problema da realização da mais-valia, que é o problema central. Ela acha, porém, que a situação se modifica fundamentalmente quando a arrecadação dos impostos é usada pelo Estado para custear suas despesas materiais com o militarismo, com a produção de armamentos. Ela não explica porque leva em conta unicamente este tipo de despesa, e não todas as despesas materiais do Estado — o que, para o problema central levantado por ela, seria a mesma coisa.

Para examinar o militarismo como um mercado externo específico — ou, segundo suas palavras, como uma "esfera da acumulação"—, ela separa a questão em duas partes: na primeira, todos os impostos empregados para custear o militarismo incidem sobre os trabalhadores; na segunda, incidem sobre os camponeses, artesãos e outras classes da população que não são capitalistas nem operárias.

Na medida em que os impostos incidem sobre os salários, há uma transferência para o Estado de uma parte do poder de compra dos trabalhadores. Agora, supõe-se que o Estado empregue estes recursos não mais para pagamento de seus funcionários, mas sim para a compra de "um tipo especial de produto": os armamentos. Isto supõe, por outro lado, a existência de um setor específico de pro-

dução de armas. A demanda por armas "constitui um novo mercado".

Rosa Luxemburgo tenta demonstrar que este novo mercado é uma vantagem para os capitalistas, é "uma nova oportunidade para a acumulação". Sua tentativa é bastante confusa, mas parece resumir-se no seguinte argumento: o corte de salários — através dos impostos — corresponde a um aumento real de lucro dos capitalistas. Trata-se de um aumento real, e não apenas potencial, porque todo o volume de impostos é usado pelo Estado para a compra de armamentos. Do ponto de vista do capitalista, este corte de salários corresponde a um montante de vendas (de armas) para o Estado, isto é, a um acréscimo de sua mais-valia, sendo que esta mais-valia adicional tem uma realização garantida: a venda de armas para o Estado. Mas, quando ocorre um corte de salários, isto significa uma redução no volume de vendas de bens de consumo para os trabalhadores; logo, o aumento de lucros resultante da venda de armas não é negativamente afetado pela diminuição de lucros decorrente da redução de venda de bens de consumo? Rosa Luxemburgo responde do seguinte modo:

A subsequente restrição da produção de meios de subsistência não representa uma perda de mercados para o capital como um todo, mas antes uma poupança nos custos de produção da mais-valia. A mais-valia jamais é realizada pela produção de meios de subsistência para os trabalhadores — não importando quão necessários estes possam ser, como reprodução do trabalho vivo, para a produção da mais-valia. [Accumulation, cap. 32, p. 461.]

Este argumento é repetido de outra maneira. Para expô-lo, a autora adota a hipótese de que os trabalhadores possam ser separados em três categorias, de acordo com os três elementos integrantes do valor da produção (C, V e S): os trabalhadores que produzem o capital constante total, os que produzem meios de subsistência para todos os trabalhadores, e os que produzem toda a mais-valia para os capitalistas. Assim, conclui ela:

Se, então, o consumo dos trabalhadores é diminuído, somente os trabalhadores da segunda categoria perderão seus empregos. Por hipótese, estes trabalhadores jamais criaram mais-valia para o capital e, conseqüentemente, sua demissão não é — do ponto de vista do capitalista — uma perda, e sim um ganho, posto que diminui o custo de produzir a mais-valia. /Idem, p. 463./

Na verdade, o argumento de Rosa Luxemburgo não demonstra constituir o militarismo uma "esfera da acumulação", uma forma adicional de realização da mais-valia, um tipo particular de "mercado externo". Seu argumento demonstra apenas a ocorrência, pelo mecanismo por ela descrito, de uma transferência de lucro do setor produtor de bens de consumo para o setor produtor de armas. Para atingir seu objetivo, a autora teria de alterar substancialmente seu argumento. (A este assunto voltaremos no fim deste capítulo e também quando tratarmos da obra de Kalecki.)

Vejamos agora o caso em que os impostos incidem sobre os camponeses (além de outras classes sociais que não a capitalista nem a dos trabalhadores). É preciso lembrar, desde logo, que a economia camponesa por si mesma já constitui, de acordo com a autora, um tipo de mercado externo potencial. Assim sendo, o militarismo — ou, para sermos mais exatos, diríamos a política tributária do Estado — serve apenas para transformar em real este mercado externo potencial. De que modo isto é feito? Rosa Luxemburgo menciona três elementos deste mecanismo: 1º) a pressão dos impostos obriga os camponeses a vender seus produtos, a ingressar na economia mercantil, e, portanto, também a comprar mercadorias dos capitalistas; 2º) os impostos servem para arrecadar dos camponeses uma parte de suas rendas que seria poupada, isto é, não gasta na compra de mercadorias; 3º) a atomizada e dispersa demanda por mercadorias, da parte dos camponeses, é substituída — ao se transferir uma parte de suas rendas para o Estado — por uma demanda global e uniforme do Estado.

Dentre estes elementos, o segundo e o terceiro merecem destaque. No segundo, é evidente que Rosa Luxemburgo — embora só tra-

tando dos camponeses e não explorando devidamente o assunto — reconhece ser a poupança uma restrição à realização da mais-valia e ao próprio nível da produção. Quanto ao terceiro elemento, ela fala da vantagem, para o capitalismo, de poder contar com um mercado organizado, submetido diretamente a seu controle. Sua observação a respeito deste assunto é muito interessante e deve ser reproduzida com suas próprias palavras:

Sob a forma de contratos governamentais para suprimentos de armas, o disperso poder de compra dos consumidores é concentrado em grandes quantidades e, livre dos caprichos e flutuações subjetivas do consumo pessoal, alcança uma quase automática regularidade e um crescimento rítmico. O próprio capital controla este movimento automático e rítmico da produção militarista através da legislatura e da imprensa, cuja função é moldar a assim chamada "opinião pública". Esta é a razão por que esta particular esfera da acumulação capitalista parece, a princípio, capaz de infinita expansão. Todas as outras tentativas de expandir os mercados e estabelecer bases operacionais para o capital dependem grandemente de fatores históricos, sociais e políticos além do controle do capital, enquanto a produção para o militarismo representa uma esfera cuja expansão regular e progressiva parece ser determinada pelo próprio capital. /Accumulation, cap. 32, p. 466./

c. Nota acerca da Concepção de Imperialismo

Como dissemos no início do presente capítulo, Rosa Luxemburgo esperava que seu livro servisse também para esclarecer o problema do imperialismo. Mas não se pode dizer que ela tenha procurado formular uma teoria do imperialismo. Suas concepções teóricas a respeito deste problema são apresentadas apenas como breves observações feitas no decorrer do livro. Por exemplo, os trusts e cartéis — que têm importante papel na teoria do imperialismo de outros autores — são mencionados somente numa curta nota de pé de página no último capítulo:

Estaria fora do escopo da presente obra o tratamento dos cartéis e trusts como fenômenos específicos da fase imperialista. Eles decorrem da luta competitiva interna dos grupos capitalistas individuais pelo monopólio das existentes esferas de acuma-

lação e pela distribuição dos lucros. /Accumulation, cap. 32, p. 457, n./

E o que ela diz explicitamente a respeito do imperialismo como fase histórica específica do processo de acumulação capitalista se resume a duas frases, uma no início do cap. 30 e outra no começo do cap. 31:

A fase imperialista da acumulação capitalista, que implica a competição universal, compreende a industrialização e a emancipação do hinterland onde o capital anteriormente realizava sua mais-valia. Características desta fase são: empréstimos externos, construções ferroviárias, revoluções e guerras.

/Idem, cap. 30, p. 419./

O imperialismo é a expressão política da acumulação de capital na sua luta competitiva pelo que ainda permanece aberto do mundo não capitalista. /Ibidem, cap. 31, p. 446./

Baseando-nos unicamente no livro sobre a Acumulação de Capital, podemos dizer que Rosa Luxemburgo apresenta da seguinte maneira o problema do imperialismo. O processo de acumulação capitalista requer, desde o princípio, a existência de mercados externos onde deve ser realizada uma parte da mais-valia. Assim, desde suas origens, o capitalismo luta pela conquista de novos mercados e pela preservação dos existentes. Daí porque a fase histórica definida por Marx como sendo de "acumulação primitiva" é, para Rosa Luxemburgo, apenas o retrato, delimitado num determinado período de tempo, do processo normal de acumulação. Do mesmo modo, a fase imperialista não é uma decorrência da luta capitalista por novos mercados numa época específica em que o capitalismo, atingindo sua maturidade, começa a encontrar problemas para realizar internamente sua mais-valia — porque esta luta vem desde as origens do capitalismo, é comum a todas as fases do processo de acumulação.

Neste sentido, a fase imperialista não é uma característica própria das economias capitalistas maduras. Ou seja, o imperialismo não se define como última fase (cronologicamente falando) do capitalismo a partir das características assumidas pelas economias capitalistas maduras nesta fase. O imperialismo passa a

ser definido a partir da situação dos mercados externos. Enquanto havia mercados externos abundantes onde realizar sua mais-valia, o capitalismo não se caracterizava como imperialista. Somente quando estes mercados começam a escassear, quando as velhas potências começam a lutar entre si pelo que resta deles, quando deles surgem novos países capitalistas que agravam a luta competitiva, somente então aparece a fase imperialista.

Portanto, a concepção de imperialismo apresentada por Rosa Luxemburgo no livro Acumulação de Capital difere consideravelmente das concepções formuladas por outros autores, como J. A. Hobson (1902), R. Hilferding (1910), V. I. Lênin (1917), os quais definem o imperialismo a partir das características internas das economias capitalistas maduras. Para Lênin, por exemplo, a passagem do capitalismo para sua fase imperialista se dá pela substituição do capitalismo concorrencial pelo capitalismo monopolista: "Se fosse necessário dar a definição mais breve possível do imperialismo, diríamos que este é o estágio monopolista do capitalismo." (10)

4. OS ERROS NA TEORIA DE ROSA LUXEMBURGO

a. Os Erros na Formulação do Problema

Depois de apresentar um resumo da teoria da acumulação de Rosa Luxemburgo, cabe-nos fazer algumas observações críticas acerca de suas concepções. Começemos pelo modo como ela coloca o problema. E aqui o ponto fundamental está no papel por ela atribuído aos "mercados externos" (ou "terceiras pessoas") no processo capitalista de acumulação. Por que, de acordo com ela, os "mercados externos" são não simplesmente importantes mas imprescindíveis no

(10) V. I. Lenin, Imperialism, the Highest Stage of Capitalism (Moscou, Foreign Language Publishing House, s.d.), cap. 7, p. 150.

processo de acumulação? Como explicar esta proposição?

Parece-nos que Kalecki dá a resposta exata a esta pergunta. Como observa ele, Rosa Luxemburgo raciocina como se os capitalistas se comportassem como uma classe integrada ao tomarem suas decisões de acumular capital:

Ao considerar a tomada de decisões de investimento por parte dos capitalistas, ela [Rosa Luxemburgo] de algum modo supõe que estas decisões são tomadas pela classe capitalista como um todo. E esta classe se frustra pelo reconhecimento de que não há um mercado final para o excedente de bens correspondente à acumulação; portanto, por que investir?

Os capitalistas fazem muitas coisas como classe, mas certamente eles não investem como classe. Se este fosse o caso, eles poderiam fazê-lo exatamente do modo prescrito por Tugan-Baranovski. (11)

Ou seja, se os capitalistas se comportassem integradamente ao tomarem suas decisões de investimento, eles procurariam acumular capital tanto quanto fosse necessário para absorver a parte não consumida da mais-valia, e deste modo a produção total continuaria a crescer ininterruptamente, sem problemas — de acordo com os exemplos numéricos do esquema de reprodução ampliada apresentados por Marx e de acordo com a teoria de Tugan-Baranovski baseada neste esquema. Mas é exatamente porque os capitalistas não se comportam assim que o processo de crescimento económico é periodicamente interrompido por crises ou então, mais modernamente, os capitalistas se vêem obrigados a recorrer a medidas compensatórias, como, por exemplo, os crescentes gastos governamentais.

No sistema teórico de Marx, com apenas duas classes sociais (trabalhadores e capitalistas), não há necessidade de incluir "terceiras pessoas" para que a mais-valia seja realizada: ela se realiza diretamente dentro da classe capitalista, pela venda de bens de consumo e de adicionais meios de produção, isto é, pelo consumo dos capitalistas e pela acumulação de capital. E isto

(11) Michal Kalecki, "O Problema da Demanda Efetiva em Tugan-Baranovski e Rosa Luxemburgo", em Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas (São Paulo, Editora Hucitec, 1977), p. 15.

que Rosa Luxemburgo não aceita: que os capitalistas acumulem, capitalizem uma parte da mais-valia total, vendendo apenas uns para os outros.

Ao raciocinar assim, ela deixa, inclusive, de levar em conta a advertência feita por Marx, em diversos momentos de sua obra (seja no Capital ou nas Teorias da Mais-Valia), de que, em certos casos, os capitalistas nem mesmo precisam realizar sua mais-valia para poderem acumular. Este é o caso, por exemplo, do capitalista que produz máquinas: ele pode ampliar seu capital fixo instalando em sua empresa máquinas aí mesmo produzidas. Estendendo esta situação para a classe capitalista como um todo, Marx conclui também que, para acumular, basta que uns capitalistas vendam meios de produção para os outros. Não há, portanto, necessidade das "terceiras pessoas": os capitalistas, ao acumular capital, ao comprar uns dos outros novos meios de produção para ampliar seu capital constante, estão automaticamente realizando uma parcela da mais-valia total.

Mas por que os capitalistas acumulam? Rosa Luxemburgo não aceita que eles possam "acumular por acumular". Nisto ela tem razão. Como regra geral, nenhum capitalista acumula por acumular; ao acumular capital, um capitalista pretende produzir mais, vender mais, e ampliar sua massa de lucro. Acontece, entretanto — e isto Rosa Luxemburgo não percebe claramente —, que, para vender mais e aumentar seu lucro, um capitalista não precisa vender suas mercadorias para "terceiras pessoas"; ele pode conseguir seu objetivo vendendo suas mercadorias para outros capitalistas. Ou, colocando a questão em termos globais, os capitalistas podem realizar um volume crescente de mais-valia vendendo entre si suas mercadorias e, deste modo, eles mesmos criam uma demanda crescente para seus produtos e estimulam a acumulação de capital. Ou seja, não há necessidade lógica das "terceiras pessoas"; o papel destas "pessoas" no processo de acumulação é desempenhado pura e simplesmente pelo dinheiro. Para fazer a intermediação entre a realiza-

, ção da mais-valia e sua capitalização, Rosa Luxemburgo recorre a estas "terceiras pessoas" (os "mercados externos"), o que é inteiramente dispensável, visto ser esta intermediação efetuada pelo dinheiro -- dinheiro este proveniente dos próprios capitalistas. É evidente que a autora não entendeu as explicações de Marx a respeito do papel do dinheiro no processo de reprodução ampliada.

Cabe novamente acentuar aqui que a confusão de Rosa Luxemburgo está fundamentalmente no fato de ela considerar a classe capitalista como um bloco dentro do processo de acumulação. Neste caso, os capitalistas, como um todo, só continuariam a acumular capital se pudessem vender para outras pessoas um volume crescente de suas mercadorias; entre estas outras pessoas não se pode incluir a classe dos trabalhadores (porque não é o aumento do montante total de salários que provoca a ampliação da produção, mas sim o contrário, isto é, o montante de salários cresce com a ampliação da produção e, conseqüentemente, com o aumento do emprego de força de trabalho); logo, é preciso existir um terceiro bloco (além do bloco dos capitalistas e do bloco dos trabalhadores), uma categoria de "terceiras pessoas" -- que são os "mercados externos" de Rosa Luxemburgo --, para absorver a crescente produção capitalista.

Para avaliar corretamente a contribuição de Rosa Luxemburgo para a teoria da acumulação de capital, é preciso distinguir entre o significado lógico e o significado histórico-concreto de suas concepções. Num certo trecho de seu livro, a própria autora sugere a separação desses dois significados. Ela escreve:

Quaisquer que sejam os aspectos teóricos, a acumulação de capital, como um processo histórico, depende em todos os pontos das camadas sociais e formas de organização social não capitalistas. [Accumulation, cap. 26, p. 366.]

Do ponto de vista lógico, tomando-se por base a teoria marxista da acumulação, Rosa Luxemburgo se encontra inteiramente equivocada. No nível de abstração da análise marxista do processo de

da acumulação, na qual toda a sociedade capitalista é dividida em apenas duas classes (trabalhadores e capitalistas) e excluem-se as atividades governamentais e de comércio exterior, as "terceiras pessoas" ou "mercados externos" de Rosa Luxemburgo simplesmente não existem — isto é, estão, por definição, eliminados do sistema —, e todo o processo de acumulação se desenvolve com base apenas aquelas duas classes. A existência de obstáculos e contradições no processo de acumulação (que se expressam mais acentuadamente durante as crises econômicas) não nega a validade lógica da teoria formulada por Marx; pelo contrário, o próprio Marx acentuou o caráter contraditório do processo capitalista de acumulação; assim, para explicar este processo, apesar de seu caráter contraditório, não é necessário introduzir outros elementos como os "mercados externos".

Neste sentido, pode-se dizer que Rosa Luxemburgo em nada contribuiu para aprimorar ou aprofundar a teoria marxista da acumulação; poderíamos até mesmo afirmar que, pelo contrário, ela tornou ainda mais confuso um problema que por si só não é simples nem óbvio. Mas mesmo aqui — ou seja, levando em consideração exclusivamente o significado lógico da obra de Rosa Luxemburgo —, não se pode encará-la como inteiramente desprovida de sentido ou de importância. Isto porque sua obra contribuiu para colocar em primeiro plano a questão da demanda efetiva no processo de acumulação. Mas não se trata — como pretendem alguns analistas de sua obra — de uma simples visão "subconsumista" da acumulação, pela pura e simples razão de que ela não colocava a questão em termos de uma deficiência de demanda por bens de consumo, mas sim de uma deficiência de demanda em geral. E ao colocar em primeiro plano a questão da demanda efetiva, ela estava dando um novo alento a um aspecto freqüentemente esquecido da teoria da acumulação de Marx — que é o problema da realização da produção — e antecipando o que posteriormente viria a ser um dos temas centrais da teoria

econômica. Infelizmente, porém, muitos poucos foram os economistas que conseguiram distinguir na obra de Rosa Luxemburgo o que ela tinha de bom para oferecer.

Do ponto de vista histórico-concreto, a questão que se coloca é a seguinte: independentemente de os "mercados externos" serem ou não serem logicamente necessários à teoria da acumulação, são eles de fato importantes — ao longo do desenvolvimento do capitalismo — para a realização da mais-valia?

Encarando o livro de Rosa Luxemburgo por este ponto de vista, sua principal conclusão (a de que os mercados externos efetivamente têm sido essenciais para a realização da mais-valia, em todas as fases históricas do capitalismo) é também um grande equívoco. Como procuraremos mostrar mais adiante, o papel dos mercados externos na realização da mais-valia tem sido muito menos importante do que pensava a autora, porque o que conta não é o valor total das vendas (exportações) para estes mercados, mas sim o saldo das vendas com relação às compras (isto é, exportações menos importações), e a magnitude deste saldo não tem sido tão importante assim para que se possa atribuir aos mercados externos um papel de destaque na realização da mais-valia ao longo do desenvolvimento capitalista.

Apesar disto, seu livro tem dois grandes méritos. Primeiro, o de ressaltar as relações entre o mundo capitalista e o mundo "pré-capitalista" no processo de acumulação. O funcionamento real, concreto, das economias implica a existência não apenas de trabalhadores e capitalistas, mas também de comércio exterior e atividades governamentais. Ao destacar o papel das economias "pré-capitalistas", dos empréstimos internacionais, do militarismo, no mecanismo de acumulação das economias capitalistas, Rosa Luxemburgo estava contribuindo para aprofundar a análise histórica da acumulação — a despeito do erro de interpretação de que falamos acima.

O segundo grande mérito do livro é o de apresentar uma genial antecipação do comportamento das atuais economias capitalistas

desenvolvidas, para as quais os "mercados externos" assumem uma importância cada vez maior no processo de acumulação (mais exatamente, na realização da mais-valia), especialmente o "mercado externo" constituído pelas despesas governamentais improdutivas, com destaque para as despesas militares.

Concluindo, é interessante observar o seguinte: embora Rosa Luxemburgo possa, sem dúvida, ser incluída entre os mais destacados teóricos marxistas, sua versão da teoria da acumulação de capital, em vez de acentuar a contradição do processo capitalista de reprodução (a contradição entre a criação e a realização da mais-valia), constitui, paradoxalmente, uma tentativa de eliminar esta contradição. Talvez isto decorra do próprio objeto específico de estudo por ela proposto em seu livro: analisar o processo de acumulação capitalista como uma tendência de longo prazo, sem levar em conta as oscilações cíclicas e as crises deste processo. (12)

Ou seja, Rosa Luxemburgo — preocupada em explicar o processo de acumulação como tendência (no sentido estatístico da palavra), desprovido de flutuações cíclicas, as quais decorrem das próprias contradições do processo — acaba por eliminar da teoria marxista da reprodução e da acumulação um de seus elementos fundamentais: a contradição entre a criação e a realização da mais-valia, contradição esta que se exprime no fato, assinalado por Marx, de a oferta de mercadorias, por parte dos capitalistas, ser naturalmente maior do que sua demanda. Rosa Luxemburgo elimina esta con-

(12) Como propunha Rosa Luxemburgo: "É muito importante, todavia, estabelecer firmemente e desde logo que este movimento cíclico da expansão, da depressão e das crises não representa todo o problema da reprodução capitalista, embora seja um elemento essencial dela. Os ciclos periódicos e as crises são fases específicas da reprodução num sistema capitalista. Mas a fim de demonstrar as puras implicações da reprodução capitalista, antes devemos considerá-la inteiramente separada dos ciclos e das crises." (Accumulation, cap. 1, p. 35.)

tradição, cobre a insuficiência de demanda em relação à oferta, ao introduzir no processo seus "mercados externos". Assim fazendo, ela está adotando, na teoria, o mesmo procedimento que os Estados capitalistas "keynesianos" viriam depois a empregar, na prática, para compensar a insuficiência da demanda.

b. Os Erros na Solução do Problema

Embora Rosa Luxemburgo formule erradamente o problema da acumulação — ao sustentar a necessidade de mercados externos —, suponhamos, para podermos argumentar, que ela esteja certa. Ou então, se não quisermos raciocinar assim, suponhamos — o que não deixa de ser verdade — um sistema capitalista de produção cercado por um mundo pré-capitalista (por exemplo, as colônias e os países subdesenvolvidos) e contendo, dentro do próprio sistema, um setor não capitalista, constituído pelas atividades administrativas do Estado. Em outras palavras, isto corresponde simplesmente a supor uma economia capitalista qualquer com relações externas e com o setor Governo. E, para simplificar, podemos denominar de "mercados externos" ao mundo pré-capitalista (ou, simplesmente, o resto do mundo) e às atividades do Estado (o setor Governo).

Rosa Luxemburgo trata os mercados externos como compradores de mercadorias dos países capitalistas e, deste modo, eles servem para realizar a mais-valia criada nestes últimos. Embora às vezes refira-se também às vendas de produtos dos mercados externos para as economias capitalistas, ela encara estas vendas apenas em termos de fornecimento de elementos materiais (sejam meios de produção ou bens de consumo) necessários ao processo de reprodução nestas economias. Em outras palavras, ela não relaciona estas vendas com o problema da realização nas economias capitalistas. No que se refere a este problema, a autora vê apenas uma direção no fluxo geral de mercadorias entre as economias capitalistas e seus mercados externos, ou seja, vê somente a exportação de produtos das primeiras para os segundos, deixando a importação

,inteiramente de lado. Este é um grave defeito em sua obra; na verdade, é o principal erro cometido pela autora ao analisar o papel dos mercados externos no processo de realização da mais-valia criada nas economias capitalistas.

Quando um país exporta mercadorias para outro país, ele está realizando, no exterior, uma parte de sua produção interna, que corresponde também a uma parcela da mais-valia criada (a outra parcela é realizada internamente, pela venda de bens de consumo e de adicionais meios de produção aos próprios capitalistas). Quando um país importa mercadorias, temos uma situação inversa; isto significa que este país está utilizando uma parte de seu poder de compra, criado internamente, para a aquisição de produtos do exterior; ou seja, o valor total da importação é igual ao valor que o país importador deixa de realizar de sua própria produção, de sua própria mais-valia. Assim, considerando as duas direções do fluxo total de comércio exterior, um país só realiza externamente uma parte de sua mais-valia se o valor total de suas exportações for superior ao valor total de suas importações; em suma, se houver um saldo de exportação.

Colocando o problema deste modo, que é o modo correto, os "mercados externos" de Rosa Luxemburgo passam a ter -- para a realização da mais-valia criada nas economias capitalistas -- uma importância muito menor do que a atribuída pela autora. Para terem grande importância, para constituírem a genuína solução ao problema da realização, os mercados externos deveriam adquirir das economias capitalistas um montante (em valor) de mercadorias muito maior do que o montante vendido a estas economias. Historicamente, contudo, isto não se comprova: ao longo do tempo, o valor das exportações das economias capitalistas mais ou menos se equilibra com o valor de suas importações. No caso da Inglaterra a situação se apresenta até mesmo ao contrário: do início do século XIX ao princípio do século XX -- portanto, num período em

que a Inglaterra era a principal potência capitalista do mundo —, seu balanço comercial sempre foi grandemente deficitário. Se, em todo este período, o total de seu balanço de pagamentos sempre apresenta saldo, isto se deve fundamentalmente ao recebimento de lucros e juros de seus empreendimentos no exterior, e não à exportação de mercadorias.⁽¹³⁾ A Inglaterra é um exemplo adequado não somente por ter sido a principal potência capitalista, mas também porque, no referido período, seu comércio com as regiões pré-capitalistas era de considerável importância.

Na análise dos mercados externos feita por Rosa Luxemburgo, deve-se ressaltar, como extremamente interessantes, as partes relativas aos empréstimos internacionais e ao militarismo. Mas, mesmo aí, alguns reparos precisam ser feitos.

A autora tem toda razão em apontar os empréstimos internacionais como um importante mecanismo de realização da mais-valia no exterior. Concedendo empréstimos, e vinculando a eles a obrigatoriedade de compra de suas próprias mercadorias, as potências capitalistas ampliam consideravelmente suas vendas para o exterior. A autora faz uma excelente análise deste mecanismo, mas não tira daí todas as devidas conclusões.

A principal conclusão seria a de que, para o problema da realização da mais-valia, o importante elemento dos empréstimos externos (assim como de qualquer outra forma de exportação de capital) é a venda de produtos ligada a estes empréstimos. Mas Rosa Luxemburgo desvia a atenção para outros aspectos: o caráter espoliativo dos empréstimos, o endividamento constante das economias

(13) Ver Phyllis Deane e W.A. Cole, British Economic Growth: 1688-1959 (segunda edição, Londres, Cambridge University Press, 1969), quadro 11, p. 36. Tomando em consideração o período total de 1688 a 1959, estes autores escrevem: "Parece que um balanço comercial negativo tem sido uma característica do comércio exterior britânico por mais de dois séculos e meio" (p. 34).

pré-capitalistas, as classes da população sobre as quais recai o pagamento dos empréstimos. E, assim fazendo, ela deixa de considerar que o pagamento deles implica, para os países devedores, a necessidade de aumentar suas exportações, para obter recursos com que pagá-los. Na medida em que estas exportações são feitas para os países credores, isto tem um efeito adverso sobre a realização da mais-valia nestes países. Ou seja; considerando apenas dois tipos de economia (a capitalista e a não capitalista) e supondo que (a) somente as economias capitalistas fazem empréstimos às não capitalistas, (b) todo empréstimo é vinculado à venda de mercadorias para as economias devedoras, e (c) todo pagamento do empréstimo (principal mais juros) implica a exportação de produtos das economias devedoras para as credoras, temos, então, o seguinte resultado: a concessão de empréstimos internacionais ajuda à realização da mais-valia, enquanto seu retorno (pagamento) agrava o problema da realização. Assim sendo, para que a política de empréstimos internacionais seja um instrumento da realização da mais-valia ao longo do tempo, é necessário que o fluxo de empréstimos seja maior do que o fluxo de seus retornos, ou, em termos mais amplos, é preciso haver uma exportação líquida de capitais.

Portanto, deve-se ressaltar que -- quanto ao problema da realização -- o importante para o capitalismo é a exportação de capital (seja como empréstimo ou como investimento), e não a obtenção de retornos (seja como amortização, juro, ou lucro). Acontece, todavia, que para cada capitalista aplicador de capital no exterior ou em qualquer outro lugar, é fundamental o recebimento de retornos, que constituem seus lucros -- e esta é a mais essencial regra do jogo capitalista. Há, assim, no caso dos empréstimos externos, uma contradição entre a necessidade de realização da mais-valia e o desejo (ou princípio básico do capitalismo) de obtenção de lucros. Mas esta contradição pode ser resolvida na medida em que, ao longo do tempo, a exportação de capital cresce mais rapidamente

do que seu retorno, ou seja, na medida em que, em cada período de tempo, há uma exportação líquida de capital.

Na análise do papel do militarismo na realização da mais-valia, há dois pontos básicos a serem corrigidos. O primeiro, já mencionado anteriormente, refere-se ao fato de Rosa Luxemburgo ater-se aos gastos materiais do Estado com o militarismo. Talvez a autora se tenha restringido a examinar este tipo de gasto estatal por ser ele um exemplo mais clamoroso da irracionalidade do sistema capitalista, o qual, para manter o processo de acumulação, recorre até mesmo à produção de meios de destruição. Mas, na verdade, qualquer tipo de gasto governamental — desde que improdutivo — pode exercer o papel atribuído pela autora ao militarismo. Isto porque toda a atividade governamental, improdutiva, corresponde a uma espécie de "mercado externo".

O segundo ponto concerne à forma de financiamento do militarismo, ou do gasto total do Governo. Ao examinar o caso de o militarismo ser financiado pelos trabalhadores, através dos impostos incidentes sobre os salários, Rosa Luxemburgo faz uma complicada argumentação para dizer o seguinte: os impostos correspondem a uma diminuição dos salários reais (representemos por D ao montante da diminuição de salários); se houvesse apenas um corte de salários, os capitalistas obteriam um aumento potencial de lucros, os quais, contudo, não seriam necessariamente realizados, convertidos em lucros reais; para que isto ocorresse, seria preciso que ao aumento potencial de seus lucros correspondesse um igual aumento de venda de seus produtos; como o Estado usa os impostos — num montante D igual à diminuição dos salários — para comprar armamentos produzidos pelos capitalistas, então a redução D de salários tem, como contrapartida, um aumento real D nos lucros, os quais são realizados com a venda de armas. A autora conclui daí que as despesas governamentais com armamentos constituem uma demanda adicional, "uma nova e atraente esfera para a realização da mais-

,-valia" — enfim, um novo tipo de "mercado externo".

Na verdade, porém, o financiamento do militarismo por meio de impostos sobre salários dá apenas os seguintes resultados: uma diminuição no consumo dos trabalhadores e uma transferência de lucros dos capitalistas do setor produtor de bens de consumo para os capitalistas do setor produtor de armamentos. É exatamente como se os trabalhadores passassem a dividir seus salários em duas partes: uma para consumo e a outra para a compra de armamentos; ao comprarem armas, eles estão realizando os lucros do setor que as produz, mas, ao mesmo tempo, estão deixando de comprar bens de consumo e, com isto, estão reduzindo os lucros do setor produtor destes bens. Assim, os lucros totais não aumentam, havendo apenas uma transferência de lucros deste último setor para o de armamentos. (14) Para que os impostos sobre os salários pudessem efetivamente elevar a demanda total (e o lucro total) da economia, seria preciso que: (a) os trabalhadores usualmente poupassem uma parte de seus salários, de modo que nem todo o montante de salários estivesse servindo para a compra de bens de consumo, e (b) os impostos retirassem dos trabalhadores esta parte poupada dos salários; neste caso, a poupança dos trabalhadores seria convertida em despesas do Estado e, assim, haveria um acréscimo da demanda total.

Quando Rosa Luxemburgo supõe, alternativamente, que os impostos incidentes sobre os camponeses podem também servir para financiar o militarismo e, portanto, ampliar a esfera de realização da mais-valia, ela está novamente cometendo um erro. Para pagar os impostos, os camponeses necessitam de recursos e, para obtê-los, vendem seus produtos ao setor capitalista da economia (isto é, aos

(14) Vale a pena notar que Rosa Luxemburgo estava ciente deste argumento. Ela chega a escrever: "Os opositores do militarismo freqüentemente apelam para este ponto de vista para mostrar que a produção de armas como um investimento para o capital meramente põe no bolso de um capitalista o lucro tirado do bolso de outro." (Accumulation, cap. 32, p. 459-460.) Mas ela não dá muita atenção a este argumento.

capitalistas e aos operários); esta situação se enquadra naquela — anteriormente descrita — em que os "mercados externos" exportam produtos para as economias capitalistas e, desde modo, captam uma parte do mercado interno destas economias. Portanto, para os capitalistas, se a produção de armas corresponde a uma ampliação do mercado externo (vendas para o Governo), a compra de produtos dos camponeses, em contrapartida, constitui uma redução do mercado interno.

Como estamos vendo, Rosa Luxemburgo não encontrou uma solução correta para o problema de como financiar o militarismo (ou as despesas governamentais em geral) no sentido de ampliar a demanda para a produção capitalista, ampliar o mercado para a realização da mais-valia, ampliar a esfera da acumulação de capital. A solução correta para o problema foi dada por Michal Kalecki: o financiamento deve ser feito com os próprios lucros dos capitalistas, através de créditos concedidos ao Governo ou por meio de impostos sobre os lucros. A este assunto voltaremos depois.

KALECKI: A DINÂMICA DAS ECONOMIAS CAPITALISTAS

1. INTRODUÇÃO

No presente capítulo vamos procurar examinar as concepções de Kalecki exclusivamente a respeito das economias capitalistas.⁽¹⁾ Para isto, tomaremos por base três livros seus: Ensaio sobre a Teoria das Flutuações Econômicas, Teoria da Dinâmica Econômica e Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas.⁽²⁾ É o segundo desses livros que constitui a principal obra de Kalecki sobre as economias capitalistas (mais precisamente, sobre as economias capitalistas maduras), onde ele procura apresentar, de modo sistematizado e integrado, a versão final das principais concepções por ele desenvolvidas desde o início da década de 1930. Por este motivo, o presente trabalho se orienta fundamentalmente por esse livro, embora não siga necessariamente sua ordem temática.

Os Ensaio sobre a Teoria das Flutuações Econômicas, de 1939, corresponde à primeira tentativa de sistematização feita por Kalecki e é útil para entender a evolução de suas concepções. Quanto ao terceiro livro (Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas), estão incluídos aí os primeiros estudos teóricos mais impor-

(1) Um apresentação geral da obra de Kalecki (incluindo seus estudos tanto das economias capitalistas como das socialistas) é feita por mim na Introdução ao livro de textos desse autor a ser publicado na série "Grandes Cientistas Sociais" da Editora Ática.

(2) Essays in the Theory of Economic Fluctuations, Londres, Allen & Unwin; 1939, reimpresso em 1972 por Russel & Russel, Nova Iorque; Theory of Economic Dynamics, Londres, Allen & Unwin, 1954, edição revista em 1965; Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas (ensaios selecionados e traduzidos por Jorge Niglioli), São Paulo, Editora Hucitec, 1977.

tantes de Kalecki (quase todos da década de 1930) assim como seus últimos trabalhos (todos da década de 1960 e, portanto, posteriores à Teoria da Dinâmica Econômica).

Neste capítulo procuraremos mostrar que a obra de Kalecki sobre as economias capitalistas maduras constitui essencialmente a retomada e o desenvolvimento do problema da "realização da produção", o qual ocupou grande parte da literatura econômica marxista até a segunda década do presente século. Isto, porém, não é usualmente reconhecido. Tendo em vista que a Teoria Geral de Keynes surgiu (em 1936) logo depois de Kalecki ter publicado seus primeiros trabalhos sobre o assunto (nos anos de 1933 e 1935) e apresentava diversos pontos comuns a esses trabalhos, e considerando que Keynes gozava, sem dúvida, de uma reputação muito maior do que a de Kalecki, este passou a ser identificado como um keynesiano. A partir da Teoria Geral o problema da "realização da produção", que era um tema típico da Economia marxista, transformou-se em problema da "demanda efetiva" e, como tal, passou a ser encarado como o tema central, característico, da Economia keynesiana. Isto chega a tal ponto que alguns autores "marxistas autênticos", ao tratarem das crises econômicas e assuntos correlatos, só consideram verdadeiramente marxistas as abordagens do problema pelo ângulo da queda da taxa de lucro, e classificam como keynesiana toda e qualquer tentativa de tratar a questão pelo prisma da realização, grosseiramente ignorando as formulações do próprio Marx.

Diferentemente de muitos autores que se limitam a repetir ou a interpretar as concepções de Marx a respeito do problema da realização, Kalecki o retomou exatamente no ponto em que Marx o havia deixado (levando também em conta as contribuições feitas por Tugan-Baranovski e Rosa Luxemburgo) e procurou desenvolvê-lo. Partindo da sugestão de Marx de que a realização da mais-valia depende dos gastos dos capitalistas com a acumulação de capital e com seu consumo pessoal (concepção esta que, como vimos, provocou tan-

'ta dor de cabeça em Rosa Luxemburgo), Kalecki procura demonstrar isso de modo a não mais deixar dúvida. Daí, ele mostra também que os gastos dos capitalistas determinam não apenas o volume de lucros, mas também o montante de salários e o nível global da produção (ou melhor, da renda nacional). Considerando que, sendo dada a capacidade produtiva da economia, são o investimento (a acumulação de capital) e o consumo dos capitalistas as variáveis fundamentais para explicar o nível global da renda, Kalecki passa a examinar cada uma dessas duas variáveis. E, desse modo, ele vai desenvolvendo o problema, como procuraremos mostrar no presente capítulo.

Para compreender corretamente a contribuição de Kalecki à teoria marxista e, portanto, ao estudo das economias capitalistas, é essencial entender que as condições da criação da produção são diferentes das condições da realização da produção. Embora a criação e a realização façam parte do processo de produção considerado em seu conjunto, isto é, sejam apenas momentos específicos desse mesmo processo (e isto foi mostrado por Marx em sua Introdução à Crítica da Economia Política), elas, enquanto momentos específicos, apresentam diferentes condições. Assim, embora somente a criação de novos produtos, de novos valores, torne possível sua realização, e somente pela realização esses valores se concretizem, os elementos diretamente determinantes do processo de criação não são os mesmos do processo de realização: se a criação depende fundamentalmente da capacidade produtiva da sociedade (isto é, do emprego da força de trabalho e dos meios de produção), a realização se explica pelos motivos que leva essa sociedade a adquirir os produtos criados.

Se aceitamos a possibilidade de separar teoricamente as condições da criação (que, para simplificar, podemos chamar de "o lado da oferta" do processo de produção) e as condições da realização ("o lado da demanda"), então é perfeitamente válido adotar as se-

guintes alternativas de análise: (1) sendo dadas as condições da demanda, quais são os determinantes da oferta? (2) sendo dadas as condições da oferta, quais são os determinantes da demanda?

Pois bem, Marx analisou exaustivamente as condições da criação da produção, mas não as da realização. Por sua vez, o que fez Kalecki foi exatamente concentrar seu estudo nas condições da realização, ou seja, no lado da demanda do processo capitalista de reprodução, tomando por base a suposição de que já estavam devidamente esclarecidas as condições da criação (o lado da oferta). Assim fazendo, ele não está se opondo às concepções de Marx, nem está procurando formular uma teoria alternativa; ele está apenas examinando uma das faces do processo capitalista de reprodução que não foi devidamente explorada por Marx. (3)

Mas Kalecki toma essa posição não porque as condições da realização tenham sido pouco exploradas por Marx, mas sim porque ele vê o lado da demanda, e não o da oferta, como o principal obstáculo ao processo de acumulação nas economias capitalistas avançadas (e nesse ponto ele está inteiramente de acordo com Rosa Luxemburgo). Ele diz isso de diversos modos desde seus primeiros trabalhos, e num de seus últimos artigos ("Teorias do Crescimento em Diferentes Sistemas Sociais", publicado em 1970), onde ele resume suas experiências, ele volta a afirmar: "Em meu entender, o problema central do sistema capitalista de laissez-faire (...) é o da demanda efetiva, isto é, o de encontrar mercados para seus produtos, com a plena utilização de recursos." (Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas, p. 123.)

(3) Como escreveu Kalecki: "(...) Marx estava profundamente consciente do impacto da demanda efetiva sobre a dinâmica do sistema capitalista (...). Marx, contudo, não investigou sistematicamente o processo descrito por seus esquemas de reprodução, do ponto de vista das contradições inerentes ao capitalismo resultantes do problema da demanda efetiva." ("As Equações Marxistas de Reprodução e a Economia Moderna", em Crescimento e Ciclo, cit., p. 8.)

Qual o motivo dessa postura de Kalecki? Não resta dúvida de que ele foi influenciado teoricamente por Rosa Luxemburgo, que, como vimos, apresentava o mercado (a demanda efetiva) como o limite da acumulação de capital. Mas não apenas isto. Kalecki foi um economista que jamais se deixou influenciar unicamente pela teoria; ele sempre procurou formular suas concepções a partir de suas próprias pesquisas e observações, e estas confirmavam a idéia de que o principal obstáculo enfrentado pelas economias capitalistas desenvolvidas em seu processo de reprodução encontrava-se na insuficiência da demanda. Nesse sentido, a crise econômica de 1929-32, que abalou profundamente o mundo capitalista, teve grande importância na obra de Kalecki (assim como na de Keynes), e isto pode ser visto claramente em seus trabalhos publicados entre 1933 e 1936.

As economias capitalistas avançadas não enfrentam — a não ser em situações excepcionais — o problema de escassez de força de trabalho ou de capital. Se essas economias não crescem mais rapidamente ou se entram em períodos de recessão e crise, não é porque lhes falem esses recursos. Se utilizassem plenamente seu equipamento de capital, elas poderiam absorver toda a força de trabalho disponível e, com isso, eliminar o desemprego, elevar a produção, evitar as crises. Acontece, entretanto, que o capital instalado não é plenamente utilizado e a força de trabalho não é inteiramente empregada; ou seja, não se trata de uma insuficiência de capacidade produtiva, de uma escassez de recursos. (Por isto mesmo, quando aplicada às economias capitalistas avançadas, a definição de Economia como "a ciência que estuda a alocação de recursos escassos" é, no mínimo, cínica.)

A pergunta que se faz, então, é a seguinte: por que o equipamento de capital opera com capacidade ociosa, por que o desemprego de força de trabalho, enfim por que a sub-utilização dos recursos existentes? O problema se apresenta, portanto, do lado da

'demanda: não existe mercado (demanda efetiva) suficiente para absorver toda a produção que poderia ser criada se os recursos disponíveis fossem plenamente utilizados. Como escreve Kalecki:

O principal problema de uma economia capitalista desenvolvida é a adequação da demanda efetiva. Tal economia possui um equipamento de capital que mais ou menos se equipara à força de trabalho existente e, portanto, poderia gerar uma bem mais elevada renda per capita se seus recursos fossem plenamente utilizados. Isso, todavia, não é necessariamente o caso. (...) De fato, é claro para nós hoje em dia que o problema da sub-utilização de recursos é, em certo sentido, inerente a uma economia capitalista desenvolvida e que, pelo menos potencialmente, pode surgir a qualquer momento. [“A Diferença entre os Problemas Econômicos Cruciais das Economias Capitalistas Desenvolvidas e Subdesenvolvidas”, em Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas, p. 133.]

Mas, por que não existe mercado, por que o nível da demanda não é suficiente para absorver toda a produção que se poderia efetuar com os recursos disponíveis? A resposta está na despesa dos capitalistas: seus gastos em consumo e em investimento são insuficientes, estão aquém do nível da capacidade produtiva de que eles mesmos dispõem. Assim, esses gastos assumem um papel fundamental na dinâmica das economias capitalistas.

A preocupação principal de Kalecki é com essa dinâmica, isto é, com as magnitudes atingidas, em cada momento, pelos diferentes elementos que integram a produção capitalista (lucros, salários, investimento, etc.) e também com as variações dessas magnitudes ao longo do tempo.

Para estudar a obra de Kalecki sobre as economias capitalistas maduras, julgamos mais adequado começar pelos determinantes dos lucros, e isto se torna mais fácil se conhecermos seu esquema de reprodução. Assim, antes de tudo, vamos apresentar esse esquema. Ao adotar este procedimento, estamos não apenas facilitando o entendimento de sua obra, mas também acompanhando a própria evolução teórica do autor: para chegar à equação dos determinantes dos

lucros, ele partiu do esquema de reprodução e, por sua vez, a equação dos lucros lhe serviu de base para formular outras concepções.

A equação dos determinantes dos lucros apareceu em seu primeiro trabalho teórico: "Esboço de uma Teoria do Ciclo Econômico", de 1933. A equação aí utilizada é a simplificada, que supõe uma economia fechada e sem atividades administrativas do Governo. Contudo, nesse mesmo ano de 1933, ele elaborou outro trabalho ("Comércio Internacional e 'Exportações Internas'", onde se nota claramente a preocupação de solucionar o problema dos "mercados externos" de Rosa Luxemburgo) para mostrar que também o saldo de exportação e o déficit orçamentário do Governo determinam o volume total de lucros.⁽⁴⁾ Com isto, Kalecki contava com quase todos os elementos para formular sua equação completa dos determinantes dos lucros, o que, entretanto, só veio a acontecer alguns anos mais tarde, em seu artigo "A Theory of Profits" (Economic Journal, junho-setembro de 1942), cuja versão final é constituída pelo capítulo 3 de seu livro Teoria da Dinâmica Econômica.

Por seu turno, o esquema de reprodução elaborado por Kalecki sempre foi apresentado de modo extremamente conciso e sem destaque, apesar de sua importância (ver, por exemplo, seu estudo sobre "Salários Nominais e Reais", de 1939⁽⁵⁾, e o mesmo capítulo 3 acima referido). E em alguns trabalhos esse esquema aparece apenas implicitamente, sem chegar a ser mencionado (como, por exemplo, no já citado "Esboço de uma Teoria do Ciclo Econômico"). Somente no fim de sua vida, quando seu esquema já era bastante conhecido, Kalecki o apresentou de modo mais destacado, em seu artigo "As Equações Marxistas de Reprodução e a Economia Moderna", de 1968.

(4) Esses dois trabalhos estão incluídos em Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas.

(5) Também incluído em Crescimento e Ciclo.

2. O ESQUEMA DE REPRODUÇÃO

a. Supostos Gerais

A partir dos esquemas de reprodução de Marx, Kalecki criou seu próprio esquema, o qual, como os de Marx, podem ser utilizados para representar tanto uma economia estacionária (reprodução simples, sem acumulação de capital) como uma economia em expansão (reprodução ampliada). As principais modificações introduzidas por Kalecki são as seguintes: (1) enquanto Marx dividia a produção entre dois setores e apenas vez por outra separava o consumo dos capitalistas e o consumo dos trabalhadores, Kalecki adota uma divisão entre três setores, sendo que a separação do consumo em duas partes constitui um procedimento essencial em seu esquema; (2) enquanto Marx tratava do valor global da produção (isto é, a produção tanto de bens finais como de bens intermediários), Kalecki leva em conta apenas a produção de bens finais (bens de consumo e de investimento), e, ao fazer isso, ele torna seu esquema mais adaptado à contabilidade social adotada nas economias capitalistas.

O esquema de Kalecki é construído com base nas seguintes suposições (muitas das quais se encontram também em Marx):

- (1) apenas duas classes sociais e duas categorias de renda — os capitalistas, que auferem lucros, e os trabalhadores, que recebem salários;
- (2) economia fechada (isto é, sem relações econômicas com o exterior), ou então a igualdade entre exportações e importações e a inexistência de entrada ou saída líquida de renda;
- (3) economia sem atividades administrativas do Governo, ou então um orçamento governamental equilibrado (receitas iguais a despesas do Governo);
- (4) ausência de poupança por parte dos trabalhadores, de modo que todo o montante de salários é gasto em consumo;
- (5) inexistência de acumulação de estoques, ou então essa acumu-

lação é computada como produção de bens de investimento e, nesse segundo caso, o conceito de investimento passa a significar tanto a formação de capital fixo como o aumento de estoques;

(6) a produção, o lucro e o investimento são computados em seus valores brutos, ou seja, antes de deduzida a depreciação do capital fixo.

Quando se torna necessário expandir a análise para abranger problemas relacionados com o comércio exterior, o orçamento governamental, a variação de estoques, a poupança dos trabalhadores, Kalecki obviamente abandona os respectivos supostos acima relacionados e introduz esses elementos. Isso acontece, por exemplo, em sua equação geral dos lucros, de que trataremos mais adiante. Em seu esquema de reprodução, todavia, esses supostos são mantidos.

Na contabilidade social usualmente adotada nas economias capitalistas, a conta da renda interna bruta se compõe de diferentes categorias de renda; se, como no suposto (1), dividimos a sociedade em apenas capitalistas e trabalhadores, então a conta da renda passa a ser constituída de somente lucros brutos e salários. Temos também: despesa interna bruta = consumo + investimento bruto + variação de estoques + exportação - importação; introduzindo os supostos (2) e (5), essa conta fica reduzida a consumo + investimento bruto. Finalmente, para passar da renda interna bruta e da despesa interna bruta para, respectivamente, renda nacional bruta e despesa nacional bruta, acrescenta-se, em ambos os casos, o valor da renda líquida recebida do exterior (isto é, renda recebida do exterior menos renda remetida para o exterior); como, pelo suposto (2), esse fluxo de renda está excluído, então a renda interna é igual à renda nacional assim como a despesa interna é igual à despesa nacional.

No esquema de reprodução de Kalecki a economia é dividida nos seguintes setores: o departamento I produz bens de investimento, o departamento II produz bens de consumo para os capitalistas, e

O departamento III produz bens de consumo para os trabalhadores. Quem produz os bens intermediários (isto é, os diferentes tipos de insumos, tais como matérias primas, energia elétrica, combustíveis, material de embalagem, etc.) utilizados nesses três departamentos?

b. Bens Finais e Bens Intermediários

Kalecki adota a suposição de que cada departamento produz não apenas os bens finais (de consumo ou de investimento) mas também os bens intermediários que entram na composição dos bens finais. Essa hipótese é fundamental, porque permite eliminar do esquema o departamento produtor de bens intermediários assim como permite dividir em apenas salários e lucros o valor da produção de cada departamento produtor de bens finais (isto é, permite excluir do valor da produção o valor dos insumos utilizados). Em outras palavras, o valor da produção de cada departamento passa a ser igual ao valor adicionado, o qual corresponde à soma de salários e lucros.

O valor da produção (que denotaremos por $\underline{V}$) em qualquer setor ou ramo de atividade é igual à soma do valor dos insumos ($\underline{M}$) e do valor adicionado ($\underline{Y}$) nesse setor: $\underline{V} = \underline{M} + \underline{Y}$. No esquema de Kalecki o valor da produção se torna igual ao próprio valor adicionado porque se supõe que os insumos são produzidos dentro do próprio setor produtor de bens finais, e o valor dos insumos que entram no valor dos bens finais é igual ao valor adicionado na produção dos insumos, de modo que o valor da produção de cada departamento se converte inteiramente em valor adicionado.

Vamos juntar os departamentos I, II e III num único setor que produz todos os bens finais, sendo $\underline{V}_a$ o valor total de sua produção, $\underline{M}_a$ o valor dos insumos aí utilizados, e $\underline{Y}_a$ seu valor adicionado. Logo,

$$\underline{V}_a = \underline{M}_a + \underline{Y}_a .$$

Num outro setor são produzidos todos os bens intermediários, sendo $\underline{V}_b$ o valor total de sua produção, $\underline{Y}_b$ o valor adicionado, e $\underline{M}_b$ o valor dos insumos utilizados nessa produção:

$$\underline{V}_b = \underline{M}_b + \underline{Y}_b .$$

Como o setor B é o único produtor de insumos, isso significa que ele fornece insumos não apenas para o setor A mas também para si mesmo. Assim, o valor da produção do setor B pode ainda ser dividido de outro modo: uma parcela ($\underline{M}_a$) corresponde ao valor dos insumos que ele produz para o setor A, e outra parcela ($\underline{M}_b$) é igual ao valor dos insumos produzidos para si mesmo:

$$\underline{V}_b = \underline{M}_a + \underline{M}_b .$$

Comparando-se as duas equações de $\underline{V}_b$, temos $\underline{M}_b + \underline{Y}_b = \underline{M}_a + \underline{M}_b$ e, portanto,

$$\underline{Y}_b = \underline{M}_a .$$

isto é, o valor adicionado na produção de bens intermediários ($\underline{Y}_b$) é igual ao valor dos insumos utilizados no setor produtor dos bens finais ($\underline{M}_a$). Assim, se o setor produtor de bens finais produz também os insumos utilizados nesses bens (como no esquema de Kalecki), e se o valor desses insumos corresponde ao valor adicionado na produção total de insumos (como acabamos de ver), isso significa que o valor total da produção de bens finais (ou o valor da produção de cada departamento produtor de bens finais) é igual ao valor adicionado total (ou o valor adicionado em cada departamento): $\underline{V}_a = \underline{Y}_a + \underline{Y}_b$, visto que $\underline{Y}_b = \underline{M}_a$.

Em contabilidade social aprendemos que o valor da produção de todos os bens finais é igual ao valor adicionado total (que, por sua vez, corresponde ao total de lucros e salários). E aprendemos também que essa igualdade só é válida para a economia como um todo, mas não para cada setor ou ramo particular de atividade. No esquema de Kalecki essa igualdade é válida também para cada um de seus três setores porque ele supõe que cada setor produz tanto os bens finais como os insumos usados na produção dos bens finais.

c. O Esquema

Voltemos agora aos três departamentos. Num determinado período (digamos, num ano), o valor total da produção do Dep. I corresponde a $\underline{I}$, isto é, ao valor de todos os bens de investimento criados nesse período, e é também igual ao montante de salários $\underline{W}_1$ pagos e de lucros $\underline{P}_1$ gerados nesse departamento no mesmo período. O valor da produção do Dep. II é igual a $\underline{C}_c$ — isto é, o valor de todos os bens de consumo dos capitalistas — e também a $\underline{W}_2 + \underline{P}_2$, que é a soma de salários e lucros nesse departamento. O valor da produção do Dep. III é igual a $\underline{C}_w$ — que é o valor de todos os bens de consumo dos trabalhadores — e a $\underline{W}_3 + \underline{P}_3$, que é a soma de salários e lucros nesse departamento. Esse esquema consta do quadro abaixo, onde o total de salários (a soma de salários dos três departamentos) e o total de lucros (a soma de lucros dos três departamentos) são representados por $\underline{W}$ e $\underline{P}$, respectivamente, e a renda nacional é denotada por $\underline{Y}$.

Dep. I	Dep. II	Dep. III	Total
$\underline{P}_1$	$\underline{P}_2$	$\underline{P}_3$	$\underline{P}$
$\underline{W}_1$	$\underline{W}_2$	$\underline{W}_3$	$\underline{W}$
$\underline{I}$	$\underline{C}_c$	$\underline{C}_w$	$\underline{Y}$

Lendo o quadro horizontalmente, temos:

lucro total $\underline{P} = \underline{P}_1 + \underline{P}_2 + \underline{P}_3$

salário total $\underline{W} = \underline{W}_1 + \underline{W}_2 + \underline{W}_3$

renda nacional $\underline{Y} = \underline{I} + \underline{C}_c + \underline{C}_w$

Lendo o quadro verticalmente, temos:

produção do Dep. I $\underline{I} = \underline{P}_1 + \underline{W}_1$

produção do Dep. II $\underline{C}_c = \underline{P}_2 + \underline{W}_2$

produção do Dep. III $\underline{C}_w = \underline{P}_3 + \underline{W}_3$

renda nacional $\underline{Y} = \underline{P} + \underline{W}$

Pelas duas equações da renda nacional, temos

$$\underline{P} + \underline{W} = \underline{I} + \underline{C}_c + \underline{C}_w.$$

Se os trabalhadores usam todo seu salário na compra de bens de consumo, ou, em outras palavras, se a produção do Dep. III é adquirida pelos trabalhadores, então $\underline{W} = \underline{C}_w$. Assim, na equação acima, podemos cancelar $\underline{W}$ e $\underline{C}_w$ e encontramos

$$\underline{P} = \underline{I} + \underline{C}_c \quad \dots (1)$$

isto é, o lucro total é igual ao investimento mais o consumo dos capitalistas, ou ainda, o lucro total corresponde à produção dos departamentos I e II.

Isto também pode ser visto de outro modo. No Dep. III os capitalistas pagam aos trabalhadores o montante de salários $\underline{W}_3$. Com esse salário os trabalhadores desse departamento adquirem aí mesmo bens de consumo no valor de $\underline{W}_3$. Isto posto, restam nesse departamento bens de consumo no valor de $\underline{P}_3$, visto que o valor da produção aí é igual a $\underline{P}_3 + \underline{W}_3$, e $\underline{W}_3$ é o valor dos bens comprados pelos trabalhadores desse mesmo departamento. Os bens de consumo no valor de $\underline{P}_3$ são vendidos aos trabalhadores dos outros dois departamentos, que compram esses bens com seus salários no montante de $\underline{W}_1 + \underline{W}_2$; logo,

$$\underline{P}_3 = \underline{W}_1 + \underline{W}_2 \quad (2)$$

ou seja, o lucro dos capitalistas do Dep. III é igual aos salários dos trabalhadores dos departamentos I e II.

O lucro total na economia é igual a $\underline{P}_1 + \underline{P}_2 + \underline{P}_3$. Assim, se adicionarmos $\underline{P}_1 + \underline{P}_2$ a ambos os lados da igualdade acima, obtemos

$$\underline{P}_1 + \underline{P}_2 + \underline{P}_3 = \underline{P}_1 + \underline{W}_1 + \underline{P}_2 + \underline{W}_2.$$

Sendo $\underline{P}_1 + \underline{P}_2 + \underline{P}_3 = \underline{P}$, $\underline{P}_1 + \underline{W}_1 = \underline{I}$, e $\underline{P}_2 + \underline{W}_2 = \underline{C}_c$, temos de novo:

$$\underline{P} = \underline{I} + \underline{C}_c.$$

Concluindo, deve-se observar que na situação descrita pelo esquema de reprodução a capacidade produtiva da economia e a distribuição de renda entre salários e lucros são dadas. Assim, temos

que, dadas a capacidade produtiva e a distribuição de renda em cada departamento, o lucro total dos capitalistas é igual ao investimento mais o consumo dos capitalistas.

3. DETERMINANTES DOS LUCROS (EQUAÇÃO SIMPLIFICADA)

a. Equação Simplificada dos Lucros

No esquema de reprodução adotamos a suposição de que: (1) a economia é fechada, (2) não há atividade governamental, e (3) o montante de salários é gasto na compra de bens de consumo dos trabalhadores, isto é, os trabalhadores não poupam. Com essas três hipóteses, encontramos

$$\underline{P} = \underline{I} + \underline{C}_c$$

que é a equação simplificada dos lucros. Mais adiante abandonaremos essas três hipóteses e obteremos a equação completa dos lucros; no momento, porém, é necessário tratar mais minuciosamente da equação simplificada, isto é, da relação entre os lucros, de um lado, e o investimento e o consumo dos capitalistas, de outro.

A equação (1) nos diz apenas que o lucro total é igual ao investimento mais o consumo dos capitalistas. É preciso, contudo, interpretar o significado dessa equação, pois não se trata apenas de uma igualdade contábil.

De acordo com o senso comum, a equação (1) poderia ser interpretada como significando que o lucro se divide em investimento e consumo dos capitalistas. Nesse caso, o lucro seria a variável independente, enquanto o investimento e o consumo dos capitalistas seriam as variáveis dependentes. Isto estaria de acordo com o senso comum porque é usualmente assim que observamos o comportamento cotidiano das pessoas: elas auferem um renda e desta renda usam uma parcela para consumo e outra parcela para poupança; do mesmo modo, os lucros seriam divididos em duas partes: consumo dos capitalistas e poupança, ou consumo dos capitalistas e investi-

mento, porque este último teria de ser necessariamente igual à poupança.

Essa interpretação, porém, quando aplicada à economia como um todo, corresponde a uma inversão dos fatos. O investimento e o consumo dos capitalistas não são obtidos pela divisão do lucro, mas, ao contrário, o lucro se obtém pela soma dessas duas outras grandezas. Não se trata aqui de uma figura de retórica; a diferença entre as duas concepções é muito grande. O mesmo tipo de problema aparece, por exemplo, na teoria da renda. Representemos por W o salário, P o lucro, R a renda da terra, e Y a renda total. Segundo a Economia marginalista, a renda correspondente a cada "fator de produção" (trabalho, capital e terra) é dada pela produtividade marginal de cada "fator", e a renda global da sociedade é obtida pela soma das rendas dos diferentes "fatores". Para a Economia marxista, toda a renda é criada exclusivamente pelo trabalho e, ao ser criada, ela se divide entre os trabalhadores, os capitalistas e os proprietários de terra. Tanto na Economia marginalista como na marxista, a equação da renda global é formalmente a mesma: $Y = W + P + R$. Mas embora formalmente a equação seja a mesma, há uma grande diferença entre as duas concepções de renda. Portanto, não é a mesma coisa dizer que uma determinada variável se divide em outras e dizer que aquela primeira variável se obtém pela soma das outras, apesar de, matematicamente, ambos os casos serem expressos pela mesma equação.

Na equação (1) as variáveis independentes são o investimento e o consumo dos capitalistas; a soma dessas duas grandezas determinam o montante dos lucros num dado período de tempo. Como podemos explicar essa determinação?

b. Como o Investimento e o Consumo dos Capitalistas Determinam os Lucros

Como sabemos, os lucros provêm das vendas efetuadas pelos capita-

listas, deduzindo-se os custos necessários à produção. No esquema os lucros correspondem ao valor da produção dos três departamentos menos os salários aí pagos. Portanto, os lucros dependem do volume de vendas, ou, em outros termos, dependem do valor total da produção. Pelo menos até aqui o problema é claro: quanto maior o volume de vendas, maior o valor da produção, e maior será o volume dos lucros.

Agora cabe demonstrar que o lucro depende não de todo o valor da produção, mas do valor da produção dos departamentos I e II somente — isto é, do volume de vendas de bens de investimento e bens de consumo dos capitalistas. Para isto, suponhamos que o valor da produção da economia como um todo está crescendo em decorrência apenas do aumento do valor da produção do Dep. III, isto é, está aumentando apenas a produção de bens de consumo dos trabalhadores. Nesse caso os lucros dos capitalistas do Dep. III também estarão aumentando. Mas e os lucros totais, os lucros da classe capitalista como um todo? Os lucros totais não estarão crescendo. Se os lucros dos capitalistas do Dep. III se estão ampliando, isto significa que eles estão vendendo mais para os trabalhadores empregados nos outros dois departamentos; se esses trabalhadores estão comprando mais, isto quer dizer que seus salários são maiores; sendo maiores os salários e se a produção desses outros dois departamentos não aumenta, então os lucros dos capitalistas desses dois departamentos estão diminuindo. Em suma, o aumento de lucro no Dep. III é exatamente igual ao decréscimo de lucro nos outros dois departamentos. Para que houvesse um aumento dos lucros totais, a produção dos departamentos I e II deveria estar crescendo, isto é, deveria aumentar o investimento e/ou o consumo dos capitalistas. Portanto, é a produção desses dois departamentos — ou, em outras palavras, é o volume de investimento e de consumo dos capitalistas — que determina o volume de lucros na economia como um todo.

O argumento apresentado por Kalecki para demonstrar que são o

investimento e o consumo dos capitalistas que determinam o lucro — e não o contrário — é bastante simples e claro, baseado nas decisões dos capitalistas. Um capitalista pode estar decidido a aumentar seu lucro, mas ele só conseguirá isso se puder vender mais, e apenas poderá vender mais se, obviamente, houver maior compra de seus produtos. Agora, embora um capitalista individual possa ampliar seu lucro vendendo um maior volume de bens de consumo para os trabalhadores, isso não aumentará o lucro total, isto é, o lucro da classe capitalista como um todo, como vimos há pouco. O lucro total só será ampliado se os capitalistas venderem maior quantidade de bens de investimento e/ou de bens de consumo dos capitalistas, ou seja, se os próprios capitalistas decidirem investir mais e/ou consumir mais. Portanto, o maior ou menor montante de lucro total não depende de que os capitalistas decidam obter esse montante de lucro. Eles não podem decidir que lucro devem ganhar, porque não podem decidir quanto devem vender para obter esse lucro. Em compensação, eles podem decidir e efetivamente decidem a respeito de quanto vão consumir e investir. E é exatamente o maior ou menor montante de gasto em bens de investimento e em bens de consumo por parte dos capitalistas que os leva a obter maior ou menor lucro.

A maneira de Tugan-Baranovski, podemos imaginar aqui uma pequena história de ficção-científica. Suponhamos um sistema econômico inteiramente desprovido de trabalhadores, em que todo o trabalho seja realizado por máquinas que funcionam com um simples apertar de botão por parte de seus proprietários. Apenas para simplificar, vamos chamar de capitalistas a esses proprietários (embora, na verdade, eles não o sejam, porque só poderiam ser definidos como capitalistas num sistema capitalista de produção, o qual implica a existência do trabalho assalariado). Que aconteceria então? Como esse mundo capitalista ideal não tem trabalhadores, o Dep. III é dispensável, isto é, não há necessidade de produzir bens de

consumo para os trabalhadores. Mas a renda dos capitalistas, seu lucro, continuaria a crescer em montante igual ao aumento do investimento e do consumo dos capitalistas. Suponhamos agora que nenhuma máquina produza bens diretamente para seus proprietários, de modo que cada capitalista tem de adquirir dos demais capitalistas tudo o que ele necessita para consumir ou investir. Nesse caso, o lucro de cada capitalista será tanto maior quanto maior for o investimento e o consumo dos outros capitalistas. Vamos supor também uma situação diferente, qual seja, a de que cada capitalista disponha de máquinas que produzam tudo o que ele necessita, de modo que nenhum capitalista precisa comprar de outro. Nesse caso, o lucro de cada capitalista — isto é, sua renda, seu ganho em termos reais — vai depender exclusivamente de seu próprio investimento e seu próprio consumo. Quanto mais investir e mais consumir e, portanto, quanto mais produzir para si mesmo, mais rico será cada capitalista individual nesse sistema, ou, em outras palavras, maior será seu lucro. Em conclusão: numa economia capitalista de verdade, a classe capitalista como um todo está numa situação idêntica ao do capitalista isolado no sistema fictício acima descrito — quanto maior for o investimento e o consumo dos capitalistas, maior será seu lucro.

Embora num dado período de tempo o montante de lucros da classe capitalista seja determinado pelo volume de investimento e de consumo dos próprios capitalistas, existe também uma certa dependência destas duas últimas grandezas em relação ao montante de lucros auferidos em período anterior de tempo. Ou seja, os lucros no período t exercem, certamente, uma influência sobre o investimento e o consumo dos capitalistas no período $t+1$. Mas, é importante frisar, isso não quer dizer que o investimento e o consumo dos capitalistas num período sejam iguais aos lucros do período anterior. Se assim fosse, os lucros seriam sempre os mesmos no decorrer do tempo. Estabeleçamos que o lucro no momento t seja igual ao inves-

investimento mais o consumo dos capitalistas no mesmo momento t :

$P(t) = I(t) + C_c(t)$. Isso é o que efetivamente ocorre. Suponhamos agora que os capitalistas, no momento $t+1$, gastem em investimento e consumo uma importância exatamente igual ao lucro auferido no momento t ; assim fazendo, seu lucro no momento $t+1$ será igual ao lucro no momento t : $P(t+1) = I(t+1) + C_c(t+1) = P(t)$. Ou seja, nessa situação em que os capitalistas gastam em investimento e consumo um montante exatamente igual ao que eles arrecadaram como lucro, o volume de lucro será sempre o mesmo ao longo do tempo. Logo, não faz sentido dizer que os capitalistas só gastam em investimento e consumo aquilo que eles obtêm como lucro.

Assim, quando dizemos que o investimento e o consumo dos capitalistas dependem em parte do lucro de períodos anteriores, não estamos afirmando que existe uma relação de igualdade entre esse lucro e aquelas duas outras grandezas, como na equação utilizada acima: $I(t+1) + C_c(t+1) = P(t)$. Estamos apenas afirmando que tanto as decisões de investimento como as decisões de consumo tomadas pelos capitalistas num dado momento de tempo dependem, entre outras coisas, do volume e da tendência de seus lucros em momentos anteriores, numa relação funcional.

O lucro total num determinado momento de tempo é igual ao que os capitalistas investiram e consumiram nesse mesmo momento. O investimento e o consumo dos capitalistas nesse momento são influenciados pelo lucro passado, mas não apenas pelo lucro. E a soma do investimento e do consumo dos capitalistas, num dado momento, pode ser igual ao lucro do momento anterior, mas não é necessário que assim seja. Só será igual no caso de uma economia estacionária, onde o volume de lucro permanece constante no decorrer do tempo. Numa economia em depressão, será menor do que o lucro do momento anterior. Numa economia em expansão, será maior do que o lucro passado. Mas aqui surge uma pergunta: como podem os capitalistas, num dado período, gastar uma importância maior do que o lucro que

obtiveram no período imediatamente anterior? A respeito disto voltaremos a falar mais adiante (seção 5 do presente capítulo).

c. Equação de Realização dos Lucros

Um dos princípios usualmente empregados para justificar moralmente os lucros, e que é apresentado como um princípio "positivo", "científico", e não puramente ético, é o da assim chamada "escola austríaca" (Böhm-Bawerk, principalmente), segundo a qual o lucro (e, mas exatamente, o juro, que é o termo asséptico usado por essa escola para designar o lucro, a mais-valia) constitui o "preço da espera" auferido pelo capitalista, pelo proprietário do capital. O lucro seria, assim, a compensação, o prêmio, pela abstinência dos capitalistas: o fato de as pessoas (no caso, os capitalistas) não consumirem totalmente suas rendas, isto é, o fato de as pessoas pouparem, daria como prêmio o lucro. Pela equação dos lucros, de Kalecki, temos um resultado exatamente oposto: como o lucro é tanto maior quanto maiores forem os gastos dos capitalistas (seja em investimento ou em consumo), poderíamos dizer que o lucro é o prêmio pela não abstinência dos capitalistas, é o prêmio que recebem pelo fato de gastarem.

Mas embora a equação de Kalecki possa ser usada para negar a validade da "teoria" dos lucros da escola austríaca, ela não tem a pretensão de constituir, ela mesma, uma "teoria dos lucros", entendendo-se esta como um conjunto de princípios básicos explicativos dos lucros, como o são, por exemplo, tanto a teoria de Marx como a teoria néo-clássica da "produtividade marginal dos fatores". A equação de Kalecki mostra apenas o seguinte: dadas as condições da produção e, mais especificamente, a capacidade produtiva da economia como um todo, o volume total de lucro auferido pelos capitalistas é determinado pelos gastos dos próprios capitalistas. Ou seja, a equação de Kalecki mostra os determinantes do lucro unicamente pelo lado da demanda; neste sentido, ela constitui a equação de realização dos lucros.

4. DETERMINANTES DOS LUCROS (EQUAÇÃO COMPLETA)

a. Equação Completa dos Lucros

Na seção anterior examinamos a equação do lucro nas hipóteses de: (1) uma economia fechada, (2) inexistência de atividades governamentais, e (3) ausência de poupança por parte dos trabalhadores. Estas hipóteses foram adotadas para simplificar a exposição e tornar mais evidente a relação entre o lucro, de um lado, e o investimento e o consumo dos capitalistas, de outro. Vamos agora abandonar essas hipóteses, levando em consideração uma economia real, na qual existem comércio exterior e atividades governamentais e onde pode haver poupança por parte dos trabalhadores.

Pelo lado da renda continuamos a ter lucros e salários, mas agora temos também a renda do Governo. Vamos supor que a renda do Governo seja constituída inteiramente por tributos, tanto diretos como indiretos, deixando de lado outras possíveis fontes de renda (por exemplo, de prestação de serviços, de vendas patrimoniais, etc.), que são desprezíveis no volume total da arrecadação do Governo. Como os impostos diretos incidem diretamente sobre os lucros e salários, reduzindo seus montantes, temos de computer os lucros e os salários depois de deduzidos os impostos diretos.

Pelo lado da despesa, continuamos a ter o consumo dos trabalhadores, o consumo dos capitalistas e o investimento. Mas como investimento consideraremos apenas a formação privada de capital, deixando o investimento governamental para ser incluído como um item da despesa governamental. Assim sendo, a despesa governamental compreende tanto o investimento público como a despesa corrente do Governo em bens e serviços. Além disso, temos de adicionar as vendas de bens e serviços para o exterior (exportações) e diminuir as compras de bens e serviços do exterior (importações). Contudo, estas duas novas rubricas podem ser resumidas numa única, que chamaremos de saldo de exportação e corresponde a exportações menos importações. Obviamente esta rubrica será positiva se as

'exportações excederem as importações, e negativa se as exportações forem menores do que as importações. Em resumo, temos:

<u>Salários (deduzidos os impostos diretos)</u>	<u>Consumo dos trabalhadores</u>
<u>Lucros brutos (deduzidos os impostos diretos)</u>	<u>Consumo dos capitalistas</u>
<u>Tributos (diretos e indiretos)</u>	<u>Investimento bruto</u>
	<u>Saldo de exportação</u>
	<u>Despesa governamental</u>
<u>Renda Interna Bruta</u>	<u>Despesa Interna Bruta</u>

Vamos agora fazer algumas relações entre as duas colunas (cujos totais, como sabemos, são iguais: renda interna bruta = despesa interna bruta). Supondo, como antes, que os salários sejam iguais ao consumo dos trabalhadores, poderíamos eliminar estes dois itens de ambas as colunas. Se, porém, os salários excedem o consumo dos trabalhadores, ou seja, se os trabalhadores poupam uma parte de seus salários, esta poupança entra com sinal positivo na coluna da esquerda ou com sinal negativo na coluna da direita, eliminando-se os itens "salários" e "consumo dos trabalhadores" de suas respectivas colunas, visto que a poupança dos trabalhadores = salários - consumo dos trabalhadores.

Se o montante de tributos fosse igual à despesa governamental, estes dois itens poderiam ser cancelados de suas respectivas colunas. Se os tributos arrecadados pelo Governo fossem maiores do que sua despesa, haveria um saldo orçamentário do Governo; sendo menores do que a despesa, há um déficit orçamentário, o qual é registrado na coluna da direita (com sinal positivo), eliminando-se os itens "tributos" e "despesa governamental" de suas respectivas colunas.

Feitas essas operações, ficamos apenas com os lucros na coluna da esquerda e obtemos o seguinte resultado:

$$\begin{array}{l} \text{Lucros brutos (deduzidos} \\ \text{os impostos diretos)} \end{array} \left\{ \begin{array}{l} \text{Consumo dos capitalistas} \\ + \text{Investimento bruto} \\ + \text{Saldo de exportação} \\ + \text{Déficit orçamentário do Governo} \\ - \text{Poupança dos trabalhadores} \end{array} \right.$$

Tínhamos antes, no esquema simplificado, que os lucros eram iguais ao investimento mais o consumo dos capitalistas. Agora a equação dos lucros se ampliou, passando a incluir não apenas estas duas últimas grandezas mas também o saldo de exportação, o déficit orçamentário do Governo e, com sinal negativo, a poupança dos trabalhadores. Esta nova equação dos lucros (computados depois de deduzidos os impostos diretos) mostra que os lucros são tanto maiores quanto maiores forem não apenas o investimento e o consumo dos capitalistas, mas também o saldo de exportação, o déficit orçamentário, e menor for a poupança dos trabalhadores. Vamos explicar cada um desses novos elementos da equação dos lucros.

b. Poupança dos Trabalhadores

Começemos pela poupança dos trabalhadores. Temos que quanto maior esta poupança, menor será o lucro dos capitalistas. Sabemos que poupança dos trabalhadores = salários - consumo dos trabalhadores. Sendo determinados os salários (isto é, se o montante de salários é constante), a poupança dos trabalhadores será maior quanto menor for o consumo dos trabalhadores. Nesse caso, menor será o volume de vendas do Dep. III (o departamento produtor de bens de consumo dos trabalhadores) e, portanto, menores serão o lucro dos capitalistas deste departamento e também o lucro dos capitalistas como um todo.

Anteriormente, adotando a hipótese de que os salários eram inteiramente gastos em bens de consumo dos trabalhadores, havíamos encontrado que o lucro do Dep. III era igual a $P_3 = W_1 + W_2$. Na realidade, o lucro do Dep. III é igual ao consumo dos trabalhadores dos outros dois departamentos, ou seja, $P_3 = C_{w1} + C_{w2}$. Logo,

quanto menor for $\underline{C}_{w1} + \underline{C}_{w2}$, menor será $\underline{P}_3$; e como o lucro total é $\underline{P} = \underline{P}_1 + \underline{P}_2 + \underline{P}_3$, quanto menor for $\underline{P}_3$, menor será o lucro total $\underline{P}$. Temos assim que o lucro total varia em relação inversa à poupança dos trabalhadores, conforme estabelecido na equação completa dos lucros.

Cabe um esclarecimento adicional, para evitar confusão. Anteriormente havíamos suposto que $\underline{W}_1 = \underline{C}_{w1}$, $\underline{W}_2 = \underline{C}_{w2}$, $\underline{W}_3 = \underline{C}_{w3}$ e, no todo, $\underline{W} = \underline{C}_w$, isto é, os salários são iguais ao consumo dos trabalhadores (não há poupança dos trabalhadores). Nesse caso, um aumento do consumo dos trabalhadores supunha necessariamente um aumento de salários. Isto acontecendo, e se a produção ou os preços dos Dep. I e Dep. II não crescesse proporcionalmente ao aumento dos salários, haveria uma redução dos lucros totais. Ou seja, os lucros cresceriam no montante de $\Delta \underline{P}_3 = \Delta \underline{W}_1 + \Delta \underline{W}_2$, mas os salários aumentariam de $\Delta \underline{W} = \Delta \underline{W}_1 + \Delta \underline{W}_2 + \Delta \underline{W}_3$, e, portanto, uma parcela de lucro no montante de $\Delta \underline{W}_3$ passaria para os salários - isto é, o lucro total se reduziria de $\Delta \underline{W}_3$. Em suma, o aumento do consumo dos trabalhadores, que correspondia a um aumento de salários, geraria um decréscimo dos lucros.

Agora não mais estamos igualando os salários ao consumo dos trabalhadores. Assim, um aumento deste consumo não implica necessariamente um acréscimo de salários. Se os salários não se elevam, mas cresce o consumo dos trabalhadores, isto é, diminui sua poupança, então cresce também o volume de vendas e de lucros do Dep. III e, conseqüentemente, maior será o lucro total dos capitalistas.

Mais tarde voltaremos ao problema da relação entre salários e lucros. Aqui, porém, basta que fique clara a relação entre lucros e consumo dos trabalhadores: dado o nível de salários, quanto menor a poupança dos trabalhadores (ou seja, maior o consumo dos trabalhadores), maior será o volume total de lucros, e isso ocorre porque o maior consumo dos trabalhadores eleva o montante de lucros do Dep. III.

c. Saldo de Exportação

Podemos imaginar a economia como sendo dividida em dois grandes setores: o setor interno e o setor externo. Os lucros de que estamos tratando são os do setor interno. Suponhamos que este setor venda uma parte de sua produção ao setor externo, nada comprando de volta. O valor desta produção exportada pode ser decomposto em lucros e salários. Acontece, todavia, que os salários auferidos pelos trabalhadores que produzem os bens exportados são utilizados para a aquisição de bens de consumo e, portanto, convertem-se em lucros do Dep. III; deste modo todo o valor da exportação corresponde a lucro.

Suponhamos que nosso setor interno contasse com quatro departamentos: os três departamentos de antes, mais um quarto departamento que produz apenas para exportação. Representemos por $\underline{X}$ o valor da produção deste departamento e por $\underline{P}_4$ e $\underline{W}_4$ os lucros e os salários aí auferidos; teríamos $\underline{X} = \underline{P}_4 + \underline{W}_4$. O lucro do Dep. III agora seria $\underline{P}_3 = \underline{W}_1 + \underline{W}_2 + \underline{W}_4$ no caso de todo o montante de salários ser usado na compra de bens de consumo dos trabalhadores. O lucro total seria $\underline{P} = \underline{P}_1 + \underline{P}_2 + \underline{P}_3 + \underline{P}_4$. Como vemos aí, toda a exportação corresponderia a lucro: lucro do Dep. IV, isto é, $\underline{P}_4$, e uma parte do lucro do Dep. III, parte esta equivalente a $\underline{W}_4$ e que corresponde ao montante de salários pagos no departamento produtor de bens de exportação. Agora, se uma parte dos salários dos trabalhadores do Dep. IV é poupada, esta parte não vai corresponder a lucro do Dep. III e, conseqüentemente, não vai estar incluída no lucro total. Esta parte constará, juntamente com a poupança dos trabalhadores dos outros departamentos, da rubrica "poupança dos trabalhadores", a qual entra com sinal negativo na equação completa dos lucros.

Mas o setor interno também compra (importa) bens e serviços do setor externo. Toda esta importação deve ser diminuída dos lucros do setor interno. As pessoas (sejam capitalistas ou trabalhadores)

'que comprem bens importados (qualquer que sejam os tipos desses bens) estão deixando de comprar os bens produzidos pelo setor interno e, portanto, estão diminuindo os lucros deste setor. Assim, por exemplo, o trabalhador que adquire um produto importado está deixando de dar aos capitalistas do Dep. III um lucro igual ao valor do produto adquirido do exterior; o mesmo acontece nos Dep. I e II quando os capitalistas adquirem do exterior bens de investimento e bens de consumo. A compra de bens importados tem, sobre os lucros do setor interno, o mesmo efeito da poupança.

Em suma, todo o valor da exportação corresponde a lucro e todo o valor da importação equivale a uma diminuição do lucro. Considerando ao mesmo tempo a exportação e a importação, temos, como assinalado na equação completa dos lucros, que o setor interno incrementará seu lucro total na medida em que aumentar o saldo de exportação sobre a importação.

d. Déficit do Governo

O déficit orçamentário do Governo é semelhante ao saldo de exportação. A diferença está em que o setor "externo" passa a ser constituído pelas atividades administrativas do Governo. Todos os impostos diretos e indiretos incidem sobre os lucros e os salários e podem, portanto, para efeito de facilitar o entendimento do problema, ser equiparados à importação: seriam uma espécie de pagamento do setor "interno" ao setor "externo" pelos serviços prestados por este último. Em contrapartida, o Governo compra bens e serviços do setor "interno", e esta venda ao setor "externo" pode ser considerada como a exportação do setor "interno". A venda de bens e serviços ao Governo, isto é, a despesa do Governo, representa lucro para o setor interno; o pagamento de impostos (tanto os que incidem sobre os capitalistas como os que incidem sobre os trabalhadores), isto é, a receita do Governo, constitui uma redução do lucro do setor interno. Consideradas juntas a receita e a

despesa do Governo, que compõem seu orçamento, haverá um lucro para o setor interno quando a despesa do Governo exceder sua receita, isto é, quando houver um déficit orçamentário, que equivale a um saldo de exportação do setor interno ao Governo.

Por que toda venda ao Governo corresponde a lucro e todo imposto pago ao Governo equivale a uma redução do lucro? Como no caso da exportação, o valor de toda venda ao Governo se decompõe em lucros e salários, e os salários provenientes daí vão corresponder a lucros do Dep. III, de modo que o valor da venda equivale a lucros auferidos diretamente da venda ao Governo mais os lucros auferidos pelo Dep. III e iguais aos salários incorporados no valor da venda.

Os impostos incidentes direta e indiretamente sobre os trabalhadores correspondem a uma redução dos salários e, daí, uma diminuição dos lucros do Dep. III. Os impostos incidentes sobre os capitalistas podem afetar o investimento e o consumo dos capitalistas, mas isto não significa que o montante desses impostos seja igual a uma redução de gastos dos capitalistas com bens de investimento e bens de consumo. Nada disto. O fato de haver impostos incidentes sobre os lucros não significa que os capitalistas dispõem de menos recursos para seus gastos, ou seja, não quer dizer que eles diminuem seus gastos num montante igual ao montante de impostos sobre os lucros. Se assim pensarmos, estaremos adotando a concepção tradicional de que são os lucros que determinam o investimento e o consumo dos capitalistas. O fato de haver impostos sobre os lucros significa que os capitalistas deixaram de gastar um montante igual ao dos impostos, mas não significa que, se não houvesse esses tributos, os capitalistas efetuariam um gasto adicional de montante igual ao dos impostos sobre os lucros. Esta questão se tornará mais clara se a ilustrarmos com um exemplo.

Suponhamos uma economia qualquer num certo ano e, para facilitar, suponhamos também que: (a) não existe comércio exterior, (b) os trabalhadores não poupam, (c) o orçamento do Governo é equilibrado. Adotemos agora duas hipóteses. Na primeira não existem impostos sobre os lucros; logo, como sabemos, o lucro total será $\underline{P}_{(1)} = \underline{I}_{(1)} + \underline{C}_c(1)$, onde o subscrito 1 designa apenas a primeira hipótese. Na segunda, existem impostos sobre os lucros, e teremos $\underline{P}_{(2)} - \underline{T} = \underline{I}_{(2)} + \underline{C}_c(2)$, onde $\underline{T}$ representa os impostos sobre os lucros e o subscrito 2 designa a segunda hipótese. De acordo com a concepção tradicional, o lucro na primeira hipótese seria maior do que o lucro na segunda hipótese num montante exatamente igual a $\underline{T}$, ou seja, teríamos $\underline{P}_{(1)} - \underline{P}_{(2)} = \underline{T}$ e, portanto, o investimento e o consumo dos capitalistas na segunda hipótese seria menor do que na primeira: $(\underline{I}_{(1)} + \underline{C}_c(1)) - (\underline{I}_{(2)} + \underline{C}_c(2)) = \underline{T}$. Na realidade, porém, podemos ter três resultados diferentes:

(1º) se o fato de pagar impostos sobre os lucros em nada afeta as decisões de investir e de consumir dos capitalistas, então o lucro auferido pelos capitalistas será igual nas duas hipóteses, isto é, se $\underline{I}_{(1)} + \underline{C}_c(1) = \underline{I}_{(2)} + \underline{C}_c(2)$, então $\underline{P}_{(1)} = \underline{P}_{(2)} - \underline{T}$, e isto significa que, na segunda hipótese, os capitalistas obterão o mesmo montante de lucro apesar de pagarem impostos;

(2º) se o pagamento de impostos estimula a atividade econômica, os capitalistas podem mesmo ser levados a investir e consumir mais, de modo que $\underline{I}_{(1)} + \underline{C}_c(1) < \underline{I}_{(2)} + \underline{C}_c(2)$ e, portanto, o lucro total será maior na segunda hipótese, $\underline{P}_{(1)} < \underline{P}_{(2)} - \underline{T}$;

(3º) se o pagamento de impostos deprime o investimento e o consumo dos capitalistas, $\underline{I}_{(1)} + \underline{C}_c(1) > \underline{I}_{(2)} + \underline{C}_c(2)$ e $\underline{P}_{(1)} > \underline{P}_{(2)} - \underline{T}$, mas mesmo nesse caso a diferença entre $\underline{P}_{(1)}$ e $\underline{P}_{(2)}$ não é necessariamente igual a $\underline{T}$, visto que a diferença vai depender da maior ou menor intensidade com que os impostos deprimiram as decisões de investir e consumir dos capitalistas.

Como está claro nesta ilustração, o montante de lucro continua a depender do volume de investimento e de consumo dos capitalistas, mesmo que existam impostos sobre os lucros. Evidentemente os impostos poderão afetar o montante de lucros auferidos pelos capitalistas, mas isso ocorrerá somente se afetarem as decisões de investimento e de consumo. Ou seja, a possível influência dos impostos sobre o montante de lucro não se dá diretamente, mas sim através do investimento e do consumo dos capitalistas.

De acordo com a concepção tradicional — isto é, a aplicação da "lei de Say" à teoria da tributação —, os impostos sobre o lucro correspondiam a uma transferência de despesas dos capitalistas para o Estado, num montante exatamente igual ao volume arrecadado dos impostos. Desse modo, as despesas governamentais seriam exatamente iguais aos gastos que os capitalistas deixaram de fazer porque pagaram impostos. Em suma, o poder total de compra não se alterava, havendo apenas uma transferência de uma parte desse poder de compra para as mãos do Estado. Na verdade, porém, como tentamos deixar claro, os impostos sobre os lucros não constituem necessariamente uma simples transferência; eles podem representar uma criação de novo poder de compra. Se, com um aumento de impostos, o Governo gasta mais e os capitalistas não diminuem suas despesas — ou, pelo menos, não as diminuem tanto quanto aumentou o gasto governamental —, como podemos dizer que o poder total de compra não se elevou? O mesmo pode ocorrer com os impostos que incidem sobre os salários, no caso de os trabalhadores pouparem. Se esses impostos cortam a poupança dos trabalhadores, deixando seu consumo inalterado, então não se pode dizer que esses impostos constituem tão somente uma transferência de poder de compra dos trabalhadores para o Estado.

Em resumo, o fato de o Governo efetuar suas despesas utilizando-se dos impostos arrecadados dos capitalistas não significa necessariamente a preservação de um mesmo poder de compra, como se

os capitalistas deixassem de gastar uma importância exatamente igual àquela que eles transferem para o Governo e que é por este despendida. O nível do poder de compra (isto é, se permanece inalterado, se aumenta ou se diminui) vai depender de como os impostos influenciam os gastos dos capitalistas. A igualdade entre, de um lado, os impostos pagos por capitalistas e, de outro, a diminuição de lucros é ex post: ao gastarem, os capitalistas determinam o volume de seus lucros, do qual uma parcela é transferida para o Governo. Isto é muito diferente de dizer que os capitalistas têm uma diminuição de lucros porque tiveram de reduzir seus gastos num montante exatamente igual ao imposto pago ao Governo.

Por outro lado, quando o orçamento governamental é deficitário, o déficit causa diretamente um aumento de lucro de igual montante, como se vê na equação completa dos determinantes do lucro.

e. Lucros e "Mercados Externos"

A equação completa dos lucros, formulada por Kalecki, soluciona o problema da realização da mais-valia originalmente levantado por Marx (ver Cap. 2) e posteriormente modificado por Rosa Luxemburgo (ver Cap.). Se, como Marx, supomos uma economia fechada, sem atividades administrativas do Governo e sem poupança dos trabalhadores, então o lucro efetivamente auferido pelos capitalistas (e não o lucro potencial que se pode obter com uma dada capacidade produtiva) é determinado pelo volume de investimento e consumo dos capitalistas. Se, como Rosa Luxemburgo, introduzimos a questão dos "mercados externos", então o lucro passa também a ser determinado pelo saldo de exportações para esses mercados (e não, como pretendia aquela autora, pelo total de exportações).

Como vimos, Rosa Luxemburgo tomava por base o sistema capitalista como um todo (e este era o "mercado interno") e definia os "mercados externos" como constituídos por todos os setores e regiões que se encontravam fora do sistema capitalista de produção, e isto

incluía tanto as regiões atrasadas de todo o mundo como a economia camponesa e o setor governamental situados dentro dos próprios países onde dominava o sistema capitalista. Kalecki torna o problema mais simples. Ele toma por base a economia de cada país capitalista em particular (este é seu "mercado interno"), incluindo aí também a agricultura camponesa — caso exista — desse país. Seus "mercados externos" passam, então, a compreender duas categorias claramente delimitadas: o setor governamental dentro desse país, e a economia de todos os outros países.

5. FINANCIAMENTO DOS GASTOS

a. Gastos dos Capitalistas

Na seção 3 do presente capítulo vimos que são o investimento e o consumo dos capitalistas que determinam os lucros totais, e não ao contrário. Vimos também que o montante de investimento mais consumo dos capitalistas num dado período de tempo pode ser maior do que o lucro total do período anterior, e é esse fato que faz com que o lucro de hoje seja maior do que o de ontem. Neste ponto do argumento foi levantado o seguinte problema: como pode a soma de investimento e consumo dos capitalistas num dado período ser maior do que o lucro do período anterior? Ou seja, como podem os capitalistas gastar hoje mais do que obtiveram de lucro ontem? Ou ainda: com que recursos os capitalistas financiam seus gastos (sejam de investimento ou de consumo) num determinado período de tempo? Este é o problema de que trataremos agora.

Para começar é preciso, desde logo, abandonar a idéia — herdada da Economia clássica — de que o lucro constitui a única fonte de recursos de que os capitalistas dispõem para financiar seu investimento e seu consumo. Isto se liga à falsa concepção de que é o lucro que determina a magnitude do investimento e do consumo dos capitalistas. Evidentemente esta concepção não exclui a hipótese

de que um grupo de capitalistas possa financiar seu gasto através de créditos, mas esses créditos proviriam dos lucros dos demais capitalistas, de modo que, no conjunto, as despesas dos capitalistas seriam determinadas pelos lucros totais.

É claro — voltamos a insistir neste ponto — que os lucros num dado período de tempo exercem influência sobre os gastos dos capitalistas no período seguinte. Devemos observar, porém, que:

(a) num período de tempo qualquer, não é o lucro que determina o investimento e o consumo dos capitalistas, mas ao contrário; (b) se o lucro num dado período é maior do que o lucro do período anterior, isto significa não ter sido somente o lucro do período anterior que serviu para investimento e consumo dos capitalistas no momento seguinte. De onde provém esse gasto adicional dos capitalistas, em relação ao gasto do período anterior, que faz com que o lucro aumente?

Representemos por $\underline{P}_t$ o lucro total num dado período, lucro este que é determinado pelo investimento e consumo dos capitalistas nesse mesmo período. Seja $\underline{P}_{t+1}$ o lucro no período seguinte; se este lucro é maior do que o do período anterior, isto significa que, no período $t + 1$, os capitalistas gastaram em investimento e consumo um montante maior do que seu lucro no período t ; isto é, $\underline{P}_{t+1} = \underline{P}_t + \underline{E}$, onde $\underline{E}$ representa o gasto adicional que faz com que o lucro no período $t + 1$ seja maior do que o do período t . De onde provém esse gasto adicional?

O lucro do período anterior serve apenas como recurso financeiro necessário para pôr em movimento a atividade dos capitalistas no momento seguinte. Mas o que efetivamente cria novos recursos financeiros para ampliar os gastos dos capitalistas são os próprios gastos. Como escreveu Kalecki em 1935: "Os lucros, para usar de um paradoxo, são investidos antes mesmo de existirem" ("O Mecanismo da Recuperação Econômica", em Crescimento e Ciclo, cit., p. 24), ou, generalizando, os lucros são gastos antes mesmo de existirem

— o que, na verdade, significa que os lucros só se realizam no momento em que os capitalistas gastam. E aí não importa a origem dos recursos financeiros utilizados pelos capitalistas para efetuarem seus gastos.

Mas essa resposta não parece satisfatória; ela não satisfaz nossa vontade de conhecer o processo por meio do qual os capitalistas, num determinado período, podem gastar mais do que auferiram de lucro no período anterior. Ou seja, voltando à equação $P_{t+1} = P_t + E$, e se supomos que todo o lucro P_t é gasto no período seguinte, queremos saber de onde provêm os recursos financeiros para o gasto adicional E .

Kalecki menciona duas fontes desses recursos: as reservas financeiras dos capitalistas e os créditos bancários. (Ver Theory of Economic Dynamics, cit., cap. 3, p. 50.) As empresas costumam constituir reservas para diferentes fins (depreciação, emergência, etc.), e também os capitalistas, enquanto indivíduos, mantêm recursos financeiros em reservas. Num determinado período, eles podem lançar mão tanto de suas reservas pessoais como das reservas das empresas, além dos lucros auferidos no período anterior, a fim de ampliar seu consumo e seu investimento. Com isto, essas reservas se convertem em lucros adicionais dos outros capitalistas que venderam aos primeiros os bens de consumo e de investimento.

Os capitalistas podem também recorrer a créditos para gastarem mais do que o montante de lucro de que dispõem do período anterior. Assim, esses créditos se transformam em lucros adicionais dos outros capitalistas que venderam aos primeiros. Posteriormente, se estes capitalistas que tomaram empréstimos também auferem maiores lucros, eles poderão pagar suas dívidas, e o circuito se completa. Os créditos que deram início ao processo de aumento dos lucros podem provir tanto dos próprios capitalistas vendedores de mercadorias aos capitalistas tomadores de empréstimo, como podem provir dos bancos — os quais, nesse caso, atuam como intermediários fi-

financeiros entre os dois conjuntos de capitalistas.

Mas, embora o mecanismo de crédito seja de fundamental importância para financiar os gastos adicionais (principalmente em investimento) dos capitalistas, e embora a utilização das reservas tenha também alguma importância nesse processo, é perfeitamente possível ampliar o montante de lucros num dado período empregando apenas os recursos financeiros correspondentes ao volume de lucros do período anterior: basta que, no período seguinte, esses recursos circulem mais rapidamente entre os capitalistas.

Vamos examinar estas diversas alternativas por meio de exemplos numéricos bem simples. Suponhamos que a economia seja constituída de apenas três capitalistas, sendo que o capitalista A compra do capitalista B, e este compra de C, o qual compra de A, fechando o circuito. A não inclusão de trabalhadores neste exemplo em nada altera o resultado final, mas apenas simplifica o problema. O que cada capitalista compra do outro corresponde ao lucro deste último (o lucro é aqui igual ao valor da venda porque estamos excluindo os trabalhadores e, portanto, a participação do salário no valor da venda). Suponhamos ainda que, num dado intervalo de tempo, digamos num ano, ocorram dois circuitos completos de compra e venda. Isto posto, consideremos as seguintes hipóteses:

(1^a) economia estacionária. Nesse caso, cada capitalista gasta exatamente o que auferiu de lucro. O capitalista A compra de B mercadorias no valor de \$5 e este é o lucro de B; concluído o circuito, os lucros obtidos por C e por A são também de \$5 e, portanto, em cada circuito, o lucro total é de \$15 (5 de B, 5 de C, 5 de A). Como durante o ano ocorrem dois circuitos, o lucro total no ano é de \$30. No ano seguinte tudo começa de novo e o lucro total não se altera;

(2^a) economia em declínio. Nesse caso, vamos supor que o capitalista B sempre poupa (isto é, não gasta) \$1 do lucro que auferir, enquanto os outros dois capitalistas continuam a gastar todo seu lu-

cro. No primeiro circuito, A compra de B mercadorias no valor de \$5, que é o lucro de B; este poupa \$1 e compra de C mercadorias no valor de \$4, que é também o valor das mercadorias compradas por C de A. O lucro total nesse circuito é igual a \$13 (5 de B, 4 de C, 4 de A). No circuito seguinte, A compra de B produtos no valor de \$4; B poupa \$1 e compra de C produtos no valor de \$3, que é também a receita de A. Nesse segundo circuito, o lucro total é de \$10 (4 de B, 3 de C, 3 de A). O lucro total durante o ano é de \$23 (\$13 do primeiro circuito e \$10 do segundo) e, como vimos, é decrescente;

(3^a) economia em expansão com emprego de recursos externos. Nesse caso, vamos supor que o capitalista B sempre acrescenta \$1 ao gastar seu lucro, enquanto os outros dois capitalistas continuam a gastar apenas seu lucro. No primeiro circuito, A paga \$5 a B; este acrescenta \$1 e paga \$6 a C, que também paga \$6 a A; logo, o lucro total nesse circuito é igual a \$17 (5 de B, 6 de C, 6 de A). No circuito seguinte, B começa recebendo \$6 de A, mas paga \$7 a C, que é também a receita de A; o lucro total nesse circuito é de \$20 (6 de B, 7 de C, 7 de A). Durante o ano, o lucro total é de \$37 (17 mais 20) e se encontra em expansão. De onde o capitalista B retira \$1 para tornar seu gasto maior do que seu lucro? Suponhamos que ele o tome emprestado dos bancos. Como, em cada circuito, o lucro de B aumenta também de \$1, isto significa que este capitalista pode, a qualquer momento, pagar sua dívida sem precisar, para isso, reduzir suas compras a um nível inferior ao de antes de ele tomar empréstimos. E, como vemos claramente nesse exemplo, é com a utilização de créditos (recursos externos) para o aumento dos gastos que o lucro total se amplia;

(4^a) economia em expansão sem emprego de recursos externos. Aqui, para simplificar, vamos supor, como na primeira hipótese, que cada capitalista gasta exatamente o lucro por ele auferido. Assim, começando com uma despesa de \$5 por parte de A, o lucro total em

cada circuito é igual a \$15 (5 de B, 5 de C, 5 de A). Como, portanto, pode crescer o lucro total durante o ano? Muito simplesmente, o lucro total pode crescer se aumentar o número de circuitos durante o ano. Havendo dois circuitos, o lucro total é de \$30; se, durante o ano, o número de circuitos aumentar para três, o lucro total será de \$45. Em suma, mesmo sem recorrer a recursos financeiros externos (isto é, empréstimos e/ou reservas dos capitalistas), o lucro total pode ampliar-se pura e simplesmente pela maior velocidade dos gastos dos capitalistas. Numa economia deprimida, os capitalistas se tornam mais cautelosos e tendem a movimentar mais lentamente — seja para investimento ou mesmo para uma parte de seu consumo — seus recursos financeiros disponíveis, e isso agrava ainda mais a situação. Numa economia em expansão, eles movimentam mais rapidamente seus recursos, principalmente para aproveitar as novas oportunidades de investimento que vão surgindo, e isso ajuda a acelerar o crescimento econômico.

Em suma: independentemente de onde possam vir os recursos monetários usados pelos capitalistas para efetuar suas despesas de consumo e de investimento num dado período, são essas despesas que geram seus lucros nesse mesmo período — e é neste sentido que se explica o paradoxo kaleckiano de que os lucros são gastos antes mesmo de existirem.

Neste ponto é preciso deixar claro o seguinte: a questão de que estamos tratando se refere aos recursos monetários empregados pelos capitalistas para custear seus gastos. Mas, e os recursos reais, que são a contrapartida dos recursos monetários, de onde provêm eles? Ou seja, quando os capitalistas adquirem bens de consumo e de investimento, é necessário que esses bens existam; mas, de onde vêm eles? Eles vêm da capacidade produtiva existente, a qual, nas economias capitalistas maduras, não é plenamente utilizada. Assim, quando os capitalistas ampliam seus gastos e para que esses gastos correspondam a um aumento real de investimento e con-

sumo. Se o aparato produtivo não dispusesse de uma capacidade ociosa, ao aumento de demanda por bens de investimento e de consumo corresponderia não um acréscimo de produção desses bens, mas tão somente uma elevação de seus preços. Nesse caso, os gastos adicionais dos capitalistas dariam como resultado não um aumento real de seus lucros, mas um simples aumento nominal. Portanto, o mecanismo de determinação dos lucros, pelo ângulo da demanda (isto é, pelas despesas dos capitalistas), implica, como já assinalamos anteriormente, uma disponibilidade de capacidade produtiva, ou — para usar outro termo — uma elasticidade da oferta.

b. Gastos dos "Mercados Externos"

Na seção 4 vimos que também os "mercados externos" (incluindo aí tanto o setor governamental do país como a economia dos outros países) participam da determinação dos lucros dos capitalistas de um dado país; ou seja, uma parte dos lucros é igual ao saldo de exportações para aqueles mercados (quando existe esse saldo). E aqui se coloca também a questão de com que recursos os "mercados externos" financiam seu déficit de exportações.

Consideremos, em primeiro lugar, a relação entre um dado país e o resto do mundo, os quais trocam entre si mercadorias e serviços. Se, nessa troca, o país obtém um saldo $\underline{S}_e$ de exportações, esse mesmo montante $\underline{S}_e$ corresponde a um acréscimo de lucros do país. Com que recursos o resto do mundo paga esse montante $\underline{S}_e$? O resto do mundo pode pagá-lo com ouro ou com moeda de aceitação internacional. Mas pode também pagá-lo com empréstimos obtidos do próprio país que teve o saldo de exportação. Neste último caso, o lucro $\underline{S}_e$ auferido pelos capitalistas, correspondente ao saldo de exportações, é financiado com recursos do próprio país, recursos estes que podem ser fornecidos diretamente pelos capitalistas exportadores, ou pelos banqueiros, ou pelo Governo.

Este ponto é importante para entender o papel dos empréstimos internacionais no processo de realização da mais-valia. Num economia capitalista madura, onde existe uma insuficiência de demanda efetiva (isto é, onde uma parte da mais-valia potencial não pode ser realizada por insuficiência de mercado interno), uma forma de elevar essa demanda é por meio da concessão de empréstimos a outros países, para que estes possam adquirir produtos daquela economia.

O mesmo acontece na relação entre os capitalistas e o Governo. Na medida em que os capitalistas obtenham um saldo S_1 de "exportações" para o setor governamental (saldo este que é igual ao déficit orçamentário do Governo), seus lucros aumentam no mesmo montante S_1 . Como o Governo financia seu déficit? Os gastos do Governo são cobertos pelos tributos (diretos e indiretos) incidentes sobre capitalistas e trabalhadores. Se há um déficit, isto significa que a arrecadação de tributos foi insuficiente para cobrir os gastos do Governo. De onde, portanto, provêm os recursos para custear o déficit? Esses recursos podem ser criados pura e simplesmente pela emissão de dinheiro. Mas podem provir também de empréstimos tomados pelo Governo (por exemplo, pela venda de títulos do Tesouro).

A origem dos empréstimos tomados pelo Governo tem influência sobre os lucros dos capitalistas. Suponhamos que todo o déficit orçamentário, no montante de S_1 , seja financiado por empréstimos, e consideremos algumas hipóteses alternativas. Primeira: se os empréstimos são concedidos pelos trabalhadores, isto significa que eles estarão poupando (isto é, deixando de gastar) um montante S_1 do total de seus salários. Como observamos na equação completa dos lucros, a poupança dos trabalhadores corresponde a uma redução dos lucros; portanto, se todo o déficit governamental é financiado por empréstimos dos trabalhadores, temos o seguinte resultado: o lucro S_1 obtido pelos capitalistas em razão do déficit do Governo é anu-

lado pela redução de lucro correspondente à poupança S_1 dos trabalhadores.

Segunda hipótese: se o déficit S_1 do Governo é inteiramente financiado por empréstimos estrangeiros, os capitalistas obterão um igual aumento de lucro desde que todos esses empréstimos sejam gastos dentro do país. Terceira: se os empréstimos são concedidos unicamente pelos próprios capitalistas, eles voltarão inteiramente aos capitalistas sob a forma de lucros (novamente supondo, é claro, que os empréstimos sejam gastos dentro do país). Nesse caso, os capitalistas que auferem os lucros não são necessariamente os mesmos que concederam os empréstimos ao Governo para financiamento do déficit.

Ao conceder empréstimos ao Governo os capitalistas não estarão reduzindo seus próprios gastos em consumo e investimento? Se assim fosse, o aumento de lucro correspondente ao déficit orçamentário seria parcial ou totalmente anulado pela redução dos gastos dos capitalistas. Mas, na verdade, isso não acontece. Ao expandir suas despesas (sendo dado o volume de suas receitas), o Governo estará adquirindo diretamente e indiretamente (isto é, através do consumo por parte dos funcionários públicos) maior quantidade de bens e serviços e, assim, estimulando a produção e, conseqüentemente, o investimento e o consumo dos capitalistas.

Agora, se a forma de financiamento do déficit do Governo exerce diferente influência sobre o lucro total auferido pelos capitalistas, o mesmo não acontece com o modo pelo qual esse financiamento é empregado, desde que seja gasto dentro do próprio país. Se o déficit orçamentário resulta de despesas com mercadorias e serviços, ele se converte em lucro dos capitalistas do setor que vende para o Governo e dos capitalistas que vendem produtos para os trabalhadores desse setor. Se o déficit decorre de despesas com os funcionários do Governo, ele se converte em lucro dos capitalistas que vendem produtos para esses funcionários (descontada, é claro, a

éventual poupança desses funcionários, a qual se inclui no item poupança dos trabalhadores na equação completa dos lucros).

c. Investimento e Poupança

Nesta seção temos falado dos gastos dos capitalistas, aí englobando tanto o investimento como o consumo. Se considerarmos o consumo num dado período como sendo dependente do lucro do período anterior (e a este assunto voltaremos mais tarde), então o investimento passa a ser a variável independente fundamental na equação simplificada dos determinantes do lucro. Ou seja, se supomos que o consumo dos capitalistas no período t é efetuado inteiramente com os recursos do lucro do período $t-1$, então o problema do financiamento dos gastos dos capitalistas se converte no problema do financiamento do investimento.

Voltemos à equação dos determinantes do lucro. Na fórmula simplificada temos:

$$\text{Lucro} = \text{investimento} + \text{consumo dos capitalistas.}$$

Se uma parte do lucro é gasta em consumo e a outra parte é poupada (entendendo-se por poupança simplesmente a renda que não é gasta em consumo), esta equação se modifica para:

$$\left. \begin{array}{l} \text{Poupança dos capitalistas} \\ + \text{Consumo dos capitalistas} \end{array} \right\} = \left\{ \begin{array}{l} \text{Investimento} \\ + \text{Consumo dos capitalistas} \end{array} \right.$$

Cancelando o consumo dos capitalistas de ambos os lados desta igualdade, encontramos:

$$\text{Poupança dos capitalistas} = \text{Investimento},$$

que é a equação simplificada da poupança.

Esta equação também era aceita pela Economia tradicional (clássica e néo-clássica), mas, para essa Economia, a poupança determinava o investimento, ou seja, eram os recursos poupados que serviam para financiar o investimento. Por exemplo, a Economia clássica afirmava o seguinte: tendo obtido um determinado lucro, os capitalistas utilizavam uma parte dele para seu próprio consumo e poupa-

vam a parte restante; esta segunda parte seria, então, investida pelos mesmos capitalistas que a pouparam ou, recorrendo-se ao mecanismo de empréstimo, por outros capitalistas que desejavam investir mas não dispunham de poupança própria. De acordo com esta concepção, era a poupança existente que determinava o investimento, sendo que a poupança (e, portanto, o investimento) era, por seu turno, juntamente com o consumo dos capitalistas, determinada pelo lucro. E a taxa de juro entrava nesse mecanismo para regular o volume de recursos oferecidos para empréstimos (a poupança) e o volume de recursos demandados para investimento.

Esta concepção é falsa. Como já vimos, são o investimento e o consumo dos capitalistas que determinam o lucro, e não ao contrário. Isto posto, se dividimos o lucro em duas partes — consumo e poupança dos capitalistas —, temos de aceitar também que a poupança dos capitalistas é determinada pelo investimento, e não ao contrário. Em outras palavras, se na equação

$$\text{Lucro} = \text{investimento} + \text{consumo dos capitalistas}$$

concordamos com que o lado esquerdo é determinado pelo lado direito, temos de concordar também com isto no caso da equação

$$\text{Poupança dos capitalistas} = \text{investimento},$$

a qual deriva da equação anterior.

Em resumo, para haver investimento não é necessário haver uma poupança prévia. Como diz Kalecki, o investimento se auto-financia; é exatamente no processo de investir que os capitalistas geram a poupança correspondente a esse investimento, do mesmo modo como ao gastar, seja em investimento ou em consumo, os capitalistas realizam seus lucros. E, como observa Kalecki: "Uma importante consequência disso é a de que a taxa de juro não pode ser determinada pela demanda e oferta de novo capital, porque o investimento 'financia a si mesmo'." (Theory of Economic Dynamics, cap. 3, p. 50.)

Da equação simplificada da poupança podemos passar para sua equação completa. Pela fórmula completa do lucro, tínhamos:

$$\begin{array}{l} \text{Lucros brutos (deduzidos} \\ \text{os impostos diretos)} \end{array} \left\{ \begin{array}{l} \text{Consumo dos capitalistas} \\ + \text{Investimento bruto} \\ + \text{Saldo de exportação} \\ + \text{Déficit orçamentário do Governo} \\ - \text{Poupança dos trabalhadores} \end{array} \right.$$

Passando para o lado esquerdo a poupança dos trabalhadores e diminuindo de ambos os lados da equação o consumo dos capitalistas, encontraremos:

$$\begin{array}{l} \text{Poupança bruta dos capi-} \\ \text{talistas} \\ + \text{Poupança dos trabalha-} \\ \text{dores} \end{array} \left\{ \begin{array}{l} \text{Investimento bruto} \\ + \text{Saldo de exportação} \\ + \text{Déficit orçamentário do Governo} \end{array} \right. =$$

d. Um Esquema Simplificado de Investimento e Poupança

A igualdade entre poupança e investimento da fórmula simplificada também pode ser demonstrada por meio de um esquema de reprodução, como o faz Kalecki em seu trabalho "O Problema do Financiamento do Desenvolvimento Econômico" (incluído no livro Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas, cit.). É preciso, porém, modificar os componentes do esquema.

Vamos dividir a economia em apenas dois departamentos: o Dep. I, como antes, produz bens de investimento, e o Dep. II produz bens de consumo em geral — isto é, usados tanto pelos capitalistas como pelos trabalhadores. Da renda total (que é igual ao valor da produção) de cada departamento, uma parte C é consumida (isto é, usada para a compra de bens de consumo) e a outra parte, igual a S, é poupada. Representando por I o valor da produção do Dep. I e por C o valor da produção do Dep. II, e sendo C₁ e C₂ o consumo e S₁ e S₂ a poupança nos dois departamentos, temos:

$$I = C_1 + S_1$$

$$C = C_2 + S_2$$

A soma do consumo nos dois departamentos é igual ao valor da produção do Dep. II; logo:

$$C = C_1 + C_2$$

Assim sendo, a soma da poupança nos dois departamentos é igual ao valor da produção do Dep. I:

$$\underline{I} = \underline{S}_1 + \underline{S}_2.$$

E como a soma da poupança nos dois departamentos é igual à poupança total $\underline{S}$, temos:

$$\underline{I} = \underline{S}.$$

Analiseemos um pouco mais este esquema. Do valor da produção do Dep. II uma parte, igual a $\underline{C}_2$, é consumida dentro desse mesmo departamento; sobra uma parte que não é consumida, no valor de $\underline{S}_2$. O consumo no Dep. I, no valor de $\underline{C}_1$, provém da parte não consumida no Dep. II; ou seja, a parte da produção do Dep. II que não é consumida nesse mesmo departamento, no valor de $\underline{S}_2$, é vendida ao Dep. I. Logo,

$$\underline{C}_1 = \underline{S}_2.$$

Esta é a equação de troca entre os dois departamentos. O Dep. II fornece bens de consumo no valor de $\underline{C}_1$ ao Dep. I, como acabamos de ver. Como, porém, o Dep. I paga ao Dep. II por estes bens de consumo? O Dep. I. paga ao Dep. II fornecendo-lhe bens de investimento de igual valor, isto é, no valor de $\underline{C}_1$, que é também o valor de $\underline{S}_2$. Assim sendo, a poupança no Dep. II é igual à aquisição, por este departamento, de bens de investimento produzidos no Dep. I. Representando por $\underline{I}_2$ o investimento no Dep. II, temos $\underline{S}_2 = \underline{I}_2$.

O Dep. I produz bens de investimento para si mesmo, no valor de $\underline{I}_1$, e para o Dep. II, no valor de $\underline{I}_2$. Se o Dep. I troca $\underline{I}_2$ por $\underline{C}_1$, isto significa que a poupança no Dep. I é igual ao investimento aí realizado. Ou seja, se $\underline{I} = \underline{C}_1 + \underline{S}_1$ e também $\underline{I} = \underline{I}_1 + \underline{I}_2$, e se $\underline{C}_1 = \underline{I}_2$, então necessariamente $\underline{S}_1 = \underline{I}_1$.

Constatamos que em cada departamento a poupança é igual ao investimento. Esta mesma igualdade ocorre na economia como um todo. Se adicionarmos $\underline{S}_1$ a ambos os lados da equação $\underline{C}_1 = \underline{S}_2$, teremos $\underline{C}_1 + \underline{S}_1 = \underline{S}_1 + \underline{S}_2$. Sabemos que $\underline{C}_1 + \underline{S}_1$ é o valor da produção do Dep. I, isto é, o valor do investimento total $\underline{I}$, enquanto $\underline{S}_1 + \underline{S}_2$ constitui a poupança total $\underline{S}$; portanto, $\underline{I} = \underline{S}$.

6. LUCROS, SALÁRIOS E RENDA NACIONAL

a. Determinantes dos Níveis de Salários e Renda Nacional

No esquema simplificado (isto é, sem comércio exterior, atividades do Governo e poupança dos trabalhadores), são o investimento e o consumo dos capitalistas que determinam o montante de lucros. Se supomos dada a distribuição de renda entre salários e lucros, o total de salários (ou o consumo total dos trabalhadores) e a renda nacional são também determinados pelo investimento e o consumo dos capitalistas.

Podemos representar de dois modos a distribuição de renda entre salários e lucros: (1ª) como uma relação entre o montante de salários ($\underline{W}$) e o montante de lucros ($\underline{P}$), ou seja, $\underline{W}/\underline{P}$; (2ª) como uma relação entre o montante de salários ($\underline{W}$) e a renda total ($\underline{Y}$, que, por sua vez, é igual à soma de salários e lucros), isto é, $\underline{W}/\underline{Y}$, e, neste caso, a distribuição se expressa como a participação relativa dos salários na renda total. Vamos optar por esta segunda forma. Assim, a distribuição de renda em cada um dos três departamentos integrantes do esquema de reprodução se expressa como $\underline{W}_1/\underline{I}$, $\underline{W}_2/\underline{C}_c$ e $\underline{W}_3/\underline{C}_w$, onde $\underline{I}$, $\underline{C}_c$ e $\underline{C}_w$ representam tanto o valor da produção como a renda total dos departamentos I, II e III, respectivamente.

Vamos supor constante a distribuição de renda em todos os departamentos. Isto posto, o montante de salários nos departamentos I e II é determinado pelos níveis de produção desses departamentos, que, por seu turno, dependem dos níveis de investimento e consumo dos capitalistas, respectivamente. Em outras palavras, os valores de $\underline{W}_1$ e $\underline{W}_2$ são estabelecidos pelas magnitudes de $\underline{I}$ e $\underline{C}_c$. No Dep. III o montante de salários, $\underline{W}_3$, é também determinado pelo nível de produção desse departamento, $\underline{C}_w$. Mas esse nível de produção depende do total de salários nos outros dois departamentos, o qual é estabelecido pelas magnitudes de $\underline{I}$ e $\underline{C}_c$. Na verdade, o valor da produção do Dep. III é igual a $\underline{W}_1 + \underline{W}_2 + \underline{W}_3$, mas $\underline{W}_3$ (que é o montante de salários pagos nesse departamento) varia em função do quanto

é produzido de bens de consumo para os trabalhadores dos outros dois departamentos. Assim, o valor da produção do Dep. III, $\underline{C}_w$, que é igual ao total de salários nos três departamentos, $\underline{W}$, é determinado pelo investimento e consumo dos capitalistas.

Isto também pode ser demonstrado formalmente. Como sabemos pelo esquema de reprodução, o lucro do Dep. III é igual à soma de salários dos outros dois departamentos:

$$\underline{P}_3 = \underline{W}_1 + \underline{W}_2 \quad (2)$$

O montante de salários em cada departamento pode ser expresso como: $\underline{W}_1 = \frac{\underline{W}_1}{\underline{I}} \underline{I}$, $\underline{W}_2 = \frac{\underline{W}_2}{\underline{C}_c} \underline{C}_c$, $\underline{W}_3 = \frac{\underline{W}_3}{\underline{C}_w} \underline{C}_w$, em que $\underline{W}_1/\underline{I}$, $\underline{W}_2/\underline{C}_c$ e $\underline{W}_3/\underline{C}_w$ denotam a distribuição de renda. O lucro do Dep. III corresponde a $\underline{P}_3 = \underline{C}_w - \underline{W}_3 = \underline{C}_w - \frac{\underline{W}_3}{\underline{C}_w} \underline{C}_w = (1 - \frac{\underline{W}_3}{\underline{C}_w}) \underline{C}_w$. Logo, a equação (2) pode ser escrita como

$$(1 - \frac{\underline{W}_3}{\underline{C}_w}) \underline{C}_w = \frac{\underline{W}_1}{\underline{I}} \underline{I} + \frac{\underline{W}_2}{\underline{C}_c} \underline{C}_c.$$

Para simplificar, denotemos $\underline{W}_1/\underline{I}$, $\underline{W}_2/\underline{C}_c$ e $\underline{W}_3/\underline{C}_w$ por $\underline{w}_1$, $\underline{w}_2$ e $\underline{w}_3$, respectivamente; temos:

$$(1 - \underline{w}_3) \underline{C}_w = \underline{w}_1 \underline{I} + \underline{w}_2 \underline{C}_c.$$

Daí, o consumo dos trabalhadores, que é igual ao total de salários, corresponde a

$$\underline{C}_w = \frac{\underline{w}_1 \underline{I} + \underline{w}_2 \underline{C}_c}{1 - \underline{w}_3} \quad (3)$$

Como a renda (ou despesa) nacional $\underline{Y}$ é igual à soma do investimento, consumo dos capitalistas e consumo dos trabalhadores, então da equação (3) obtemos também

$$\underline{Y} = \underline{I} + \underline{C}_c + \frac{\underline{w}_1 \underline{I} + \underline{w}_2 \underline{C}_c}{1 - \underline{w}_3} \quad (4)$$

Vemos pelas equações (3) e (4): o consumo dos trabalhadores (ou o montante de salários, se os trabalhadores gastam em consumo todo o salário, isto é, se $\underline{W} = \underline{C}_w$) e a renda nacional são determinados pelo investimento, o consumo dos capitalistas, e a distribuição de renda entre salários e lucros (distribuição esta que é representa-

da por $\underline{w}_1$, $\underline{w}_2$ e $\underline{w}_3$ em cada um dos três departamentos). Se a distribuição da renda não se altera (isto é, se $\underline{w}_1$, $\underline{w}_2$ e $\underline{w}_3$ são constantes), então o consumo dos trabalhadores e a renda nacional passam a ser determinados apenas pelo investimento e o consumo dos capitalistas. Em suma, são os capitalistas que, através de seus gastos (em investimento e em consumo), determinam não só o montante de seus lucros, mas também o montante de salários e a magnitude da renda nacional. Em outras palavras, a dinâmica da economia capitalista (isto é, os níveis e as variações nos níveis dos lucros, salários e renda nacional) está nas mãos dos próprios capitalistas.

b. Equação da Distribuição de Renda

No argumento acima, estivemos supondo que a distribuição de renda é dada. Cabe agora examinar o que determina essa distribuição. Para isto precisamos levar em conta a composição do preço dos produtos, ou, em termos agregados, a composição do valor da produção.

O valor bruto da produção de um setor qualquer bem como da economia como um todo se compõe dos seguintes elementos: $\underline{M}$ (o valor total dos insumos utilizados na produção), $\underline{W}$ (o montante de salários) e $\underline{P}$ (o montante de lucros brutos). Logo, representando por $\underline{V}$ o valor bruto da produção, temos

$$\underline{V} = \underline{M} + \underline{W} + \underline{P} .$$

Kalecki inclui também overheads, isto é, custos fixos com trabalho administrativo, aluguéis, seguros, taxas, etc. Para simplificar, podemos eliminar os overheads, distribuindo-os entre salários e lucros de acordo com as características dos custos implicados (por exemplo, computando como salários os ordenados do pessoal administrativo e como lucros os aluguéis, seguros, taxas, etc.).

Como fizemos há pouco, vamos expressar a distribuição de renda como a relação entre o montante de salários ($\underline{W}$) e a renda total ou valor adicionado ($\underline{Y}$): $\underline{W}/\underline{Y}$. Para deduzir a equação da distribuição de renda, vamos representar por $\underline{k}$ a relação entre o valor da pro-

dução e os custos dessa produção (insumos e salários): $\underline{k} = \frac{\underline{V}}{\underline{M} + \underline{W}}$, de onde obtemos

$$\underline{V} = \underline{k} (\underline{M} + \underline{W}).$$

Como o valor da produção é maior do que os custos de insumos e salários, $\underline{k}$ é maior do que 1. (Sobre o significado de $\underline{k}$ falaremos mais adiante.)

O lucro $\underline{P}$ é igual ao valor da produção menos os custos, isto é, $\underline{P} = \underline{V} - \underline{M} - \underline{W}$. Substituindo, nesta igualdade, $\underline{V}$ por seu valor dado acima, $\underline{P} = \underline{k} (\underline{M} + \underline{W}) - \underline{M} - \underline{W} = \underline{k}\underline{M} + \underline{k}\underline{W} - \underline{M} - \underline{W}$, ou

$$\underline{P} = (\underline{k} - 1) (\underline{M} + \underline{W}).$$

O valor adicionado é igual à soma de salários e lucros: $\underline{Y} = \underline{W} + \underline{P}$. Substituindo aqui $\underline{P}$ por seu valor dado acima,

$$\underline{Y} = \underline{W} + (\underline{k} - 1) (\underline{M} + \underline{W}).$$

A participação relativa dos salários no valor adicionado ($\underline{W}/\underline{Y}$), que representamos por $\underline{w}$, é

$$\underline{w} = \frac{\underline{W}}{\underline{W} + (\underline{k} - 1) (\underline{M} + \underline{W})}.$$

Dividindo por $\underline{W}$ o numerador e o denominador do lado direito desta equação,

$$\underline{w} = \frac{\underline{W}/\underline{W}}{\frac{\underline{W}}{\underline{W}} + (\underline{k} - 1) \left(\frac{\underline{M}}{\underline{W}} + \frac{\underline{W}}{\underline{W}} \right)}.$$

Denotando por $\underline{j}$ a relação entre o valor dos insumos e o montante de salários, isto é, $\underline{j} = \underline{M}/\underline{W}$, temos, finalmente:

$$\underline{w} = \frac{1}{1 + (\underline{k} - 1) (\underline{j} + 1)} \quad (5)$$

onde vemos que quanto maiores forem as magnitudes de $\underline{k}$ e $\underline{j}$, menor será a grandeza de $\underline{w}$, isto é, da participação do salário na renda. (Cf. Theory of Economic Dynamics, cap. 2.)

c. Os Fatores de Distribuição da Renda

Os elementos $\underline{k}$ e $\underline{j}$ da equação (5) constituem o que Kalecki denomina de "fatores de distribuição" (*idem*, cap. 3, p. 47). Para facilitar seu entendimento, podemos alterar um pouco a forma de sua apresentação.

Começemos pelo elemento $\underline{k}$. Sabemos que $\underline{k} = \frac{\underline{V}}{\underline{M} + \underline{W}}$. Assim, dados os custos de insumos e salários ($\underline{M} + \underline{W}$), o valor da produção ($\underline{V}$) será tanto maior quanto maior for a magnitude de $\underline{k}$. E, nesse caso, maior também será o lucro ($\underline{P}$), posto que este é igual à diferença entre o valor da produção e os custos: $\underline{P} = \underline{V} - (\underline{M} + \underline{W})$. Logo, quanto mais elevado for $\underline{k}$, maior será a relação entre lucros e salários, ou, em outras palavras, menor será a participação dos salários na renda. Vejamos um exemplo numérico. Suponhamos $\underline{M} = \$6$ e $\underline{W} = \$4$. Se $\underline{k} = 1,3$, então, como $\underline{V} = \underline{k} (\underline{M} + \underline{W})$, teremos $\underline{V} = \$13$ e $\underline{P} = \$3$; nesse caso, a participação dos salários na renda (isto é, na soma de salários e lucros) será de $4/7$. Se $\underline{k} = 1,5$, teremos $\underline{V} = \$15$, $\underline{P} = \$5$ e a participação dos salários na renda será de $4/9$.

Vejamos o elemento $\underline{j} = \underline{M}/\underline{W}$. Se supomos $\underline{k}$ constante, então quanto maior for o valor dos insumos em relação aos salários (isto é, maior a magnitude de $\underline{j}$), maiores serão o valor da produção e o lucro em relação aos salários. Suponhamos $\underline{k} = 1,5$. Se $\underline{M} = \$6$ e $\underline{W} = \$4$ (e, portanto, $\underline{j} = 6/4$), então $\underline{V} = \$15$, $\underline{P} = \$5$, e a participação dos salários na renda será de $4/9$. Agora, se $\underline{M} = \$8$ e $\underline{W} = \$4$ (e, portanto, $\underline{j} = 8/4$), então $\underline{V} = \$18$, $\underline{P} = \$6$, e a participação dos salários na renda será de $4/10$.

Além de $\underline{k}$ e $\underline{j}$, há ainda um outro "fator de distribuição" a ser considerado. Se adotamos a suposição de que a equação (5) se aplica a cada firma em separado, então a distribuição de renda num dado ramo que engloba diversas firmas depende também da participação relativa de cada uma dessas firmas no valor adicionado do ramo em questão. Se tomamos a equação (5) para cada setor de atividade, a distribuição de renda na economia como um todo se expressa como a média ponderada da distribuição de renda em cada setor (ponderada pela importância relativa de cada setor na economia como um todo). Assim, além de $\underline{k}$ e $\underline{j}$, a composição setorial da economia constitui também um fator de distribuição de renda. Por exemplo, consideremos a economia dividida em agricultura e indústria e suponhamos

que a participação dos salários na renda seja menor na indústria do que na agricultura; se os elementos k e j não se alterarem, mas se aumentar a participação relativa da indústria na economia como um todo, haverá um decréscimo na relação entre o total de salários e a renda total.

Deixando de lado a composição setorial da produção, temos, pela equação (5), que a distribuição de renda é determinada pelos elementos k e j . Quanto a este último, a longo prazo ele tende a diminuir (e, portanto, a influenciar favoravelmente a participação dos salários na renda), em decorrência do aumento da produtividade do trabalho, que provoca uma queda nos preços dos insumos em relação aos salários. A curto prazo, a razão M/W tende a variar de acordo com as flutuações cíclicas da economia; ou seja, em relação aos salários, os preços dos insumos tendem a subir durante as fases de expansão econômica e a cair durante as fases de depressão. Isto porque uma parte considerável dos insumos é constituída de matérias primas agrícolas, cujos preços são grandemente influenciados pelo movimento da demanda. Embora também as taxas de salário dependam desse movimento, os preços das matérias primas oscilam mais acentuadamente:

Mesmo com taxas constantes de salário, os preços das matérias primas cairiam, numa fase de depressão, como resultado de um declínio da demanda "real". Os cortes nos salários nominais durante uma depressão jamais podem "alcançar" a queda de preço das matérias primas, porque os cortes de salário, por seu turno, causam uma queda na demanda e daí uma nova queda nos preços dos produtos primários. /Theory of Economic Dynamics, cap. 1, p. 24./

O elemento k é determinado pelo "grau de monopólio" existente na economia, podendo, inclusive, ser usado como uma forma de exprimir o grau de monopólio.

A concepção de "grau de monopólio" de Kalecki, utilizada tanto em sua teoria dos preços como em sua teoria da distribuição de renda, é uma das partes mais controvertidas de toda sua obra. Ka-

Kalecki jamais aceitou a teoria néo-clássica dos preços, segundo a qual estes são estabelecidos em condições de concorrência perfeita. Como ele diz num de seus últimos artigos, publicado depois de sua morte:

Devo acrescentar desde logo que essa [a hipótese de concorrência perfeita] é uma suposição extremamente irrealista não apenas para a presente fase do capitalismo mas mesmo para a assim dita economia capitalista competitiva de séculos passados: sem dúvida essa competição sempre foi, em geral, muito imperfeita. [“Luta de Classe e Distribuição da Renda Nacional”, em Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas, p. 94.]

Assim, ele procurou formular uma teoria alternativa, partindo da idéia de que o controle monopólico ou oligopólico dos mercados é a situação normal, e não excepcional, das economias capitalistas. Em sua formulação, Kalecki foi grandemente influenciado por seus próprios estudos (realizados entre 1929 e 1933) sobre a atuação concreta de trustes e cartéis internacionais em diferentes ramos de atividade, e pelos trabalhos teóricos de Piero Sraffa, E. H. Chamberlin e Joan Robinson⁽⁶⁾ sobre o assunto. Sua concepção de “grau de monopólio”⁽⁷⁾ foi desenvolvida numa longa série de trabalhos.⁽⁸⁾ Nos primeiros deles, Kalecki procurava explicar sua con-

(6) Piero Sraffa, “The Law of Returns under Competitive Conditions”, Economic Journal, 1926; E. H. Chamberlin, The Theory of Monopolistic Competition, Harvard, 1932; Joan Robinson, Economics of Imperfect Competition, Londres, 1933.

(7) Este termo já havia sido empregado por A. P. Lerner, “The Concept of Monopoly and the Measurement of Monopoly Power”, Review of Economic Studies, junho de 1934.

(8) Por ordem cronológica, seus principais trabalhos sobre esse tema são os seguintes: “The Determinants of Distribution of the National Income” (Econometrica, abril de 1938); cap. 1 de Essays in the Theory of Economic Fluctuations, cit., 1939; “Salários Nominais e Reais” (em polonês, 1939, que se encontra em Crescimento e Ciclo, cit., cap. 3); “The Supply Curve of an Industry under Imperfect Competition” (Review of Economic Studies, fevereiro de (segue)

cepção tomando como referência a teoria néo-clássica dos preços. Isso levou Kaldor a grosseiramente classificar como néo-clássica a teoria de distribuição de Kalecki,⁽⁹⁾ quando, na verdade, a intenção deste era exatamente a oposta: ao usar como referência a teoria da concorrência perfeita, Kalecki pretendia mostrar quanto sua própria teoria se contrapunha àquela. Isto fica perfeitamente claro em diversos de seus trabalhos, especialmente em "Salários Nominais e Reais" (publicação na Polónia em 1939), citado na nota (8).

Mas não pretendemos (para não nos desviar de nosso tema central) abordar aqui a controvérsia acerca da aplicação do conceito de grau de monopólio à teoria dos preços e da distribuição.⁽¹⁰⁾ Para nosso propósito, no presente capítulo, basta entender o significado do elemento k que participa da equação (5), a equação da distribuição da renda.

1940); "The Theory of Long-Run Distribution of the Production of Industry" (Oxford Economic Papers, junho de 1941); cap. 1 de Studies in Economic Dynamics (Londres, Allen & Unwin, 1943); cap. 1 e 2 de Theory of Economic Dynamics (cit.); "Luta de Classe e Distribuição da Renda Nacional" (de 1971, incluído em Crescimento e Ciclo, cit.).

(9) Nicholas Kaldor, "Alternative Theories of Distribution", em Essays on Value and Distribution, Illinois, The Free Press, 1960.

(10) Um breve apanhado dessa controvérsia é apresentado por Paolo Sylos Labini, Oligopolio y Progreso Técnico (tradução do italiano), Barcelona, Ediciones Oikos-Tau, 1966, cap. 4, e por John King e Philip Regan, Relative Income Shares, Londres, Macmillan, 1976, cap. 5. Mas, como diz Joan Robinson: "A expressão grau de monopólio tem sido mal entendida. Kalecki tem sido acusado de reduzi-la à circularidade, ao definir o grau de monopólio como a razão entre as margens brutas [de lucro] e os preços. O que ela significa é a ausência de competição de preço (...). Quanto mais fraca é a competição de preço em qualquer mercado, maior é a liberdade das firmas para fixar os preços acima dos custos." ("Michał Kalecki on the Economics of Capitalism", em Oxford Bulletin of Economics and Statistics, fevereiro de 1977.)

A concepção de Kalecki pode ser resumida do seguinte modo (ver Theory of Economic Dynamics, cap. 1). Na agricultura, onde a oferta é relativamente inelástica a curto prazo e a produção é fragmentada entre inúmeros estabelecimentos, os preços dependem fundamentalmente da demanda. Nos outros setores de atividade, contudo, onde existe uma capacidade ociosa e onde os produtos de um mesmo ramo de produção não são perfeitamente homogêneos e, portanto, onde cada empresa detém um certo domínio sobre seu mercado e sobre seu preço, o processo de formação de preços é bem diferente. Para fixar o preço de seu produto, cada empresa leva em conta seu custo médio (incluindo insumos e salários) e o preço médio cobrado pelas firmas concorrentes. Ou seja, a empresa toma seu custo médio como o limite mínimo do preço a ser fixado, e a partir daí estabelece sua margem de lucro (e, conseqüentemente, também seu preço) levando em conta o preço médio das outras firmas. Se essa empresa tem um reduzido domínio sobre seu próprio mercado, seu preço deverá ser igual ou mesmo menor do que o preço médio, posto que, do contrário, ela poderia perder uma parte desse mercado para as firmas concorrentes. Mas se é grande seu domínio sobre o mercado, seu preço poderá ser fixado acima do preço médio. Assim, quanto maior for o domínio sobre o mercado exercido por uma empresa (ou seja, quanto maior for seu "grau de monopólio"), maior tenderá a ser seu preço em relação ao preço médio e também em relação a seus custos médios de produção.

Se, como antes, representarmos por $\underline{M}$ o custo dos insumos, por $\underline{W}$ o montante de salários, por $\underline{V}$ o preço ou o valor da produção, e se $\underline{k} = \frac{\underline{V}}{\underline{M} + \underline{W}}$, então quanto maior for o domínio sobre o mercado exercido por uma empresa, mais elevada será a magnitude de seu $\underline{k}$. Portanto, o elemento $\underline{k}$ pode ser tomado como expressão desse domínio sobre o mercado, ou mesmo como medida do grau de monopólio.

7. DETERMINANTES DO CONSUMO DOS CAPITALISTAS

a. Equação do Consumo dos Capitalistas

Como vimos na seção precedente, são o investimento e o consumo dos capitalistas que determinam não só os lucros mas também (dada a distribuição de renda) os salários e, no todo, a renda nacional. Agora, se em nosso argumento introduzimos o comércio exterior e as atividades administrativas do Governo, os determinantes dos lucros, dos salários e da renda nacional passam a ser não apenas o investimento e o consumo dos capitalistas mas também o saldo de exportação e o déficit orçamentário do Governo. São, portanto, essas quatro variáveis que comandam a dinâmica da economia capitalista. Assim, é preciso examinar como as magnitudes dessas variáveis são, por sua vez, determinadas. Começemos pelo consumo dos capitalistas.

No início do capítulo 4 de sua Teoria da Dinâmica Econômica, Kalecki explica o consumo dos capitalistas por meio da seguinte equação:

$$C_{ct} = A + q P_{t-z} \quad (6)$$

onde C_{ct} denota o consumo dos capitalistas no período t , A é uma constante, P_{t-z} corresponde ao lucro num período anterior a t , e q é o coeficiente que relaciona o consumo no período t ao lucro no período $t-z$. Kalecki empregou essa equação pela primeira vez em seu artigo "Esboço de uma Teoria do Ciclo Econômico", de 1933 (incluído em Crescimento e Ciclo), e sempre a utilizou para exprimir o consumo dos capitalistas. Em certos trabalhos (como no acima citado e em outros), para simplificar, ele supõe não haver intervalo de tempo entre o lucro e o consumo dos capitalistas; nesse caso, a equação (6) é alterada para

$$C_{ct} = A + q P_t \quad (6a)$$

Formalmente, a equação (6) nos diz apenas que o consumo dos capitalistas no período t é uma função linear dos lucros no período $t-z$. Mas seu significado econômico é um pouco mais complicado; qual seja, o consumo dos capitalistas num período t pode ser de-

composto em duas partes: uma parte $\underline{A}$, que pode ser considerada como constante, e uma parte $\underline{q} \underline{P}_{t-z}$, que exprime a dependência do consumo dos capitalistas em relação a seus lucros passados.

A parte $\underline{A}$ do consumo dos capitalistas deve ser considerada como constante apenas a curto prazo, porque a longo prazo ela certamente está sujeita a mudanças provocadas por alterações econômicas e sociais. Em um de seus últimos trabalhos ("Tendência e Ciclo", incluído em Crescimento e Ciclo), Kalecki define essa parte como uma "lentamente mutável função do tempo" e a escreve como $\underline{A}(t)$. A parte $\underline{A}$ do consumo total dos capitalistas corresponde a um determinado volume de gastos em consumo no período $\underline{t}$, independentemente dos níveis dos lucros.

A parte $\underline{q} \underline{P}_{t-z}$ corresponde ao que os capitalistas consomem em função de variações em seus lucros passados: se seus lucros foram maiores, os capitalistas aumentam essa parcela do consumo; se seus lucros foram menores, eles a diminuem. O coeficiente $\underline{q}$ exprime a relação entre uma parte do consumo presente (isto é, no período $\underline{t}$) e os lucros passados (isto é, no período $\underline{t-z}$). Como os capitalistas não gastam todos seus lucros exclusivamente em consumo, então seu consumo no período $\underline{t}$ é menor do que os lucros no período $\underline{t-z}$, e nesse caso $\underline{q}$ é menor do que a unidade, embora tendo valor positivo; isto é, $0 < \underline{q} < 1$. O coeficiente $\underline{q}$ também é considerado constante a curto prazo.

Vejamos um exemplo numérico. Suponhamos que a parte estável (isto é, a parte $\underline{A}$) do consumo dos capitalistas seja igual a \$60. Suponhamos também que eles usem apenas 20% de seus lucros para ampliarem, no momento seguinte, seu consumo; nesse caso, $\underline{q} = 0,2$. Logo, se no período $\underline{t-z}$ os capitalistas auferiram lucros no valor de \$100, seu consumo no período $\underline{t}$ será igual a $60 + 0,2 \cdot 100 = \$80$.

Resta explicar o intervalo de tempo $\underline{z}$ entre os momentos $\underline{t}$ e $\underline{t-z}$. Se os capitalistas alteram o montante de seu consumo logo depois de seus lucros mudarem, $\underline{z}$ corresponde a um intervalo bastante pe-

queno; se o consumo dos capitalistas reage vagarosamente às mudanças nos níveis dos lucros, z equivale a um maior intervalo de tempo. Mas o fundamental a assinalar é que, não importante a magnitude de z , os lucros auferidos pelos capitalistas num determinado período de tempo influem sobre seu consumo num período seguinte.

O principal problema na equação (6) é a suposição de A e q serem constantes. Talvez num período muito curto ou numa economia relativamente estacionada, essa suposição se justifique. Ou então justifica-se apenas como um modo de simplificar a análise de algum fenômeno (como, por exemplo, o do ciclo econômico) onde é preciso levar em conta o consumo dos capitalistas. Excetuando esses casos, dificilmente podemos supor a constância de A e/ou de q . Isto porque nas economias capitalistas dinâmicas (sejam elas maduras ou subdesenvolvidas) o padrão de consumo sofre um permanente processo de mudança, processo este que é promovido pelo próprio sistema capitalista, como uma forma de estimular o consumo e abrir (ou ampliar) novas (ou velhas) áreas de acumulação de capital. Kalecki, todavia, não dedica atenção a este assunto; parece-nos que também aqui ele segue a tradição marxista de considerar o consumo dos capitalistas como uma grandeza residual no processo de acumulação de capital.

b. Lucros e Investimentos

Antes de passar ao exame dos demais determinantes dos lucros, queremos tratar de um problema adicional; qual seja, o da relação entre os lucros e os investimentos que pode ser inferida da equação do consumo dos capitalistas.

Consideremos as condições do esquema simplificado, onde inexistem comércio exterior, atividades governamentais e poupança dos trabalhadores. De acordo com a equação (1), o lucro total num dado período de tempo é determinado pelo investimento e o consumo dos

capitalistas nesse mesmo período:

$$P_t = I_t + C_{ct} \quad (1)$$

Sabemos também que

$$C_{ct} = q P_{t-z} + A \quad (6)$$

Substituindo, na equação (1), C_{ct} por seu valor dado em (6):

$$P_t = I_t + q P_{t-z} + A \quad (7)$$

Consideremos agora o seguinte. Se supomos A e q constantes, o lucro no tempo t é uma função do investimento no mesmo tempo t e do lucro no tempo $t-z$. Por sua vez, o lucro no tempo $t-z$ é função do investimento nesse mesmo tempo e do lucro no tempo $t-2z$, isto é, $P_{t-z} = I_{t-z} + q P_{t-2z} + A$; e assim por diante. Portanto, na equação (7) vamos substituir P_{t-z} por seu valor; encontramos $P_t = I_t + q(I_{t-z} + q P_{t-2z} + A) + A$, ou $P_t = I_t + q I_{t-z} + q^2 P_{t-2z} + q A + A$. Substituindo sucessivamente P_{t-2z} , P_{t-3z} , etc. por seus respectivos valores, obteremos

$$P_t = I_t + q I_{t-z} + q^2 I_{t-2z} + q^3 I_{t-3z} + \dots + q^n I_{t-nz} + A + q A + q^2 A + \dots + q^{n-1} A.$$

Ou seja, o lucro no tempo t é uma função dos investimentos nos momentos t , $t-z$, $t-2z$... $t-nz$, sendo $1, q, q^2 \dots q^n$ os coeficientes que relacionam o lucro a esses investimentos. Agora, como já assinalamos há pouco, q é menor do que a unidade (isto é, $0 < q < 1$) e deve ter um valor absoluto muito pequeno. Assim sendo, a série q, q^2, q^3 , etc. deve decrescer rapidamente. Isto significa que os produtos $q I_{t-z}, q^2 I_{t-2z}, q^3 I_{t-3z}$, etc., assim como também os produtos $q A, q^2 A$, etc., tornam-se cada vez mais diminutos. Em outras palavras, quanto mais afastados no tempo, os investimentos exercerão menor influência sobre o lucro presente.

Vejamos um exemplo numérico. Para simplificar, vamos levar em conta apenas os investimentos (isto é, deixaremos de lado a parte estável A do consumo dos capitalistas) e supor que eles não se al-

teram nos diferentes momentos de tempo. Portanto, façamos $I_t = I_{t-2} = \dots = I_{t-nz} = \100 e $q = 0,2$. Teremos $P_t = 100 + 0,2 \cdot 100 + 0,2^2 \cdot 100 + 0,2^3 \cdot 100 + \dots$, donde $P_t = 100 + 20 + 4 + 0,8 + \dots$. Vemos aí que a série se torna rapidamente decrescente, ou seja, os investimentos mais afastados no tempo influenciam muito pouco o lucro no momento t .

Em suma, na equação do lucro apresentada acima podemos abandonar os investimentos efetuados em momentos de tempo muito anteriores, ou, em outras palavras, podemos levar em conta apenas os investimentos efetuados no passado próximo, além, é claro, do investimento realizado no mesmo momento de tempo do lucro. Assim, considerando o investimento no momento t juntamente com os investimentos efetuados no passado próximo, podemos dizer que, grosso modo, os lucros acompanham os investimentos com um certo intervalo de tempo x . Logo, a equação dos lucros no momento t pode ser escrita como sendo aproximadamente

$$P_t = f(I_{t-x}) .$$

A forma desta função⁽¹¹⁾ será

$$P_t = \frac{I_{t-x} + A}{1 - q} \quad (8)$$

(11) Para encontrar a forma desta função, adotamos o seguinte procedimento. Substituindo P_t por seu valor dado na equação (7):

$f(I_{t-x}) = I_t + q P_{t-2} + A$. Podemos expressar P_{t-2} como $f(I_{t-x-2})$;

logo: $f(I_{t-x}) = I_t + q f(I_{t-x-2}) + A$. Como esta equação deve ter validade geral, ela deve também ser válida para o caso de $I_t = I_{t-x} = I_{t-x-2}$. Adotemos, pois, estas igualdades e teremos:

$f(I_t) = I_t + q f(I_t) + A$. Resolvendo: $f(I_t) - q f(I_t) = I_t + A$, donde

$(1 - q) f(I_t) = I_t + A$, e $f(I_t) = (I_t + A) / (1 - q)$. Como este re-

sultado é válido para qualquer que seja o valor de I_t , ele corresponde à equação de P_t , isto é, ele nos dá a forma de sua função:

$$P_t = \frac{I_{t-x} + A}{1 - q}$$

Recordemos que para chegar à equação (8) nós partimos da concepção de que o consumo dos capitalistas no momento t é determinado por seus lucros no momento $t-2$, isto é, partimos da equação (6). Se considerarmos que seu consumo no momento t depende de seus lucros nesse mesmo momento e, portanto, se tomarmos por base a equação (6a), encontraremos uma outra equação para os lucros.

De fato, pela equação (1) temos $P_t = I_t + C_{ct}$. Substituindo C_{ct} por seu valor dado na equação (6a), isto é, $C_{ct} = g P_t + A$, obtemos $P_t = I_t + g P_t + A$. Daí, $P_t - g P_t = I_t + A$, ou $P_t (1 - g) = I_t + A$, e, portanto,

$$P_t = \frac{I_t + A}{1 - g} \quad (8a)$$

Finalmente, se, além do investimento, levarmos em conta o saldo de exportação, o déficit orçamentário do Governo e a eventual poupança dos trabalhadores, a equação do lucro terá de ser modificada. Para não complicar ainda mais, podemos deixar de lado a poupança dos trabalhadores; nesse caso, se representarmos por I' a soma do investimento com o saldo de exportação e o déficit orçamentário e se supusermos — como na equação (8a) — que essas grandezas num dado momento t determinam os lucros nesse mesmo momento, então a equação do lucro pode ser reescrita como

$$P_t = \frac{I'_t + A}{1 - g}.$$

Mas, para facilitar nossa exposição, continuaremos a raciocinar com base nas hipóteses do esquema simplificado, onde não há saldo de exportação nem déficit orçamentário.

c. Multiplicador de Investimento

Embora até aqui tenhamos evitado comparar a obra de Kalecki com a de Keynes, no presente momento torna-se útil fazer referência ao conceito keynesiano do "multiplicador" para esclarecer o significado das equações (8) e (8a). Por ser mais simples, tomemos esta

última equação, que também pode ser escrita como

$$P_t = (I_t + A) \frac{1}{1-g}$$

O fator $1/(1-g)$ tem uma semelhança muito grande com o multiplicador de investimento de Keynes. Representemos por m este multiplicador, por Y a renda nacional, por C o consumo total, por I o investimento, e por $c' = \frac{\Delta C}{\Delta Y}$ a propensão marginal a consumir; todas essas variáveis se referem ao mesmo período de tempo. No esquema simplificado, a renda nacional é igual à soma do investimento com o consumo; logo, $\Delta C + \Delta I = \Delta Y$, e daí $\frac{\Delta C}{\Delta Y} + \frac{\Delta I}{\Delta Y} = \frac{\Delta Y}{\Delta Y} = 1$. A propensão marginal a consumir é $c' = \frac{\Delta C}{\Delta Y} = 1 - \frac{\Delta I}{\Delta Y}$, e como $\Delta Y = \Delta I \cdot m$, obtemos $c' = 1 - \frac{\Delta I}{\Delta I \cdot m}$ ou $c' = 1 - \frac{1}{m}$. Daí encontramos o multiplicador em relação à propensão marginal a consumir: $\frac{1}{m} = 1 - c'$, donde $m = \frac{1}{1 - c'}$, que é semelhante ao fator $\frac{1}{1-g}$ de Kalecki. Porém, enquanto c' é a propensão marginal a consumir da população em geral, g é a propensão marginal a consumir dos capitalistas, e enquanto o multiplicador de Keynes relaciona o acréscimo da renda nacional com o acréscimo do investimento, o fator multiplicador de Kalecki relaciona o lucro com o investimento e com o consumo autônomo dos capitalistas, isto é, o consumo que não depende de variações nos níveis dos lucros.

A semelhança se torna mais evidente quando, na equação de Kalecki, em vez de lucro e investimento, levamos em conta seus acréscimos, porque, nesse caso, desaparece da equação a parte estável A do consumo dos capitalistas; isto é, temos $\Delta P_t = \Delta I_t \frac{1}{1-g}$, enquanto, na equação de Keynes, $\Delta Y_t = \Delta I_t \frac{1}{1-c'}$.

Portanto, o fator $\frac{1}{1-g}$ contido tanto na equação (8) como na (8a) constitui um multiplicador: dada a parte estável A do consumo dos capitalistas e dado o investimento (no tempo $t-x$ ou no tempo t , conforme a equação), o montante de lucro no tempo t dependerá da magnitude daquele fator. Como g é menor do que 1, o fator é po-

sitivo e maior do que 1; logo, o montante de lucro será maior do que a soma do investimento com a parte estável do consumo dos capitalistas; a diferença é constituída exatamente pela parte variável desse consumo, isto é, a parte que é influenciada pelo próprio investimento.

d. O Papel do Consumo dos Capitalistas na Dinâmica da Economia

Vamos resumir nossa exposição. Tínhamos inicialmente — pela equação (1) — que o lucro num dado período é determinado pelo investimento e pelo consumo dos capitalistas nesse mesmo período. Ou seja, é investindo e consumindo que os capitalistas realizam seu lucro total. Mas, por seu turno, a magnitude do consumo dos capitalistas — como vemos pela equação (6) ou pela (6a) — depende de uma parte estável A e da grandeza de seus próprios lucros, que determinam a outra parte (a parte variável) do consumo dos capitalistas por meio do coeficiente g , o qual, na terminologia keynesiana, corresponde à "propensão marginal a consumir" dos capitalistas.

A partir daí chegamos às equações alternativas (8) e (8a). Essas equações devem ser observadas com atenção. Nelas A e g são considerados constantes, mas esqueçamos por um momento esta suposição. Podemos então concluir que, dado o investimento, o lucro será tanto maior quanto maiores forem os valores de A e g . Assim, estes dois elementos expressam, na equação (8) e na (8a), os determinantes do consumo dos capitalistas, e, portanto, ambas essas equações correspondem a um outro modo de dizer — como na equação (1) — que o lucro é determinado pelo investimento e pelo consumo dos capitalistas.

Agora, se tomamos A e g como constantes, então o lucro passa a ser inteiramente dependente do investimento: é o investimento que, de modo direto e por meio de sua influência sobre o consumo dos capitalistas (ou, mais exatamente, sobre a parte variável desse consumo), determinará o montante dos lucros. Em suma, na hipótese de A e g constantes, as variações no consumo dos capitalistas de-

pendem do investimento; nesse caso, o consumo dos capitalistas constitui uma variável secundária na explicação da dinâmica das economias capitalistas, ou seja, na explicação das alterações nos níveis dos lucros, dos salários e, enfim, da renda nacional. Por seu turno, o investimento se converte em variável fundamental.

8. DETERMINANTES DO SALDO DE EXPORTAÇÃO E DO DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO

a. Saldo de Exportação⁽¹²⁾

Existem países que, em razão de certas condições específicas, obtêm naturalmente um constante saldo de exportação. Este é o caso, por exemplo, dos países exportadores de petróleo e, em menor extensão, dos países bem dotados de uma grande variedade de recursos naturais que os tornam relativamente independentes das necessidades de importar. Significa isto que, excluindo esses casos excepcionais, o saldo de exportação é uma variável aleatória nas equações completas dos determinantes dos lucros, dos salários e da renda nacional? É claro que não. Embora não seja facilmente alcançável, o saldo de exportação (pelo menos nas economias capitalistas maduras) é objeto de toda uma política das empresas e do Governo voltada para tal fim.

Em qualquer país toda produção tem um certo coeficiente de importação, o qual denotaremos por i , que corresponde à relação entre o valor total das importações e o valor total da produção. A magnitude de i resulta de diversos fatores, os quais podem ser agrupados

(12) Este problema foi tratado por Kalecki principalmente em dois artigos: "Comércio Exterior e 'Exportações Internas'", de 1933 (incluído em Crescimento e Ciclo) e "Conjuntura e Balanço de Pagamentos", de 1935 (em polonês, incluído em seu livro Prace z Teorii Konjunktury: 1933-1939, Varsóvia, P.W.N., 1962). Ainda sobre o assunto (embora não tratando especificamente dele), é extremamente elucidativo seu trabalho, em colaboração com Ignacy Sachs, sobre "Forms of Foreign Aid - An Economic Analysis", em Social Sciences Information, março de 1966.

humana única medida: o quanto cada país depende de fornecimentos estrangeiros para suprir suas necessidades de insumos, de bens de capital fixo e de bens de consumo. Evidentemente a magnitude de i varia de país para país e também no tempo; mas, para simplificar, vamos supor que, num dado país, i permanece constante durante um certo período. Assim sendo, ao crescer a produção desse país, suas necessidades de importação aumentam proporcionalmente.

Para que, nesse processo, os capitalistas do país em questão auferam um lucro "externo" (além do lucro obtido em suas transações internas), é preciso haver um saldo de exportação. Supondo-se que inicialmente havia um equilíbrio entre exportações e importações, então, ao expandir-se a produção, para que os capitalistas obtenham um lucro no comércio exterior, as exportações têm de crescer mais rapidamente do que as importações. Mas embora as importações cresçam necessariamente ao expandir-se a produção, nada existe para assegurar um maior ou mesmo igual crescimento das exportações. Em outras palavras: embora, dentro de certos limites (supondo, é claro, que a estrutura da economia é relativamente estável), i possa ser considerado um coeficiente constante, fazendo com que as importações aumentem proporcionalmente ao acréscimo da produção, no caso das exportações não existe um coeficiente similar para fazer com que elas também se elevem ao ampliar-se a produção. Portanto, para superar ou simplesmente compensar o crescimento das importações resultante do processo de reprodução ampliada, os capitalistas se vêem obrigados a procurar mecanismos para assegurar-lhes um fluxo crescente de exportações. Esta é a questão que Rosa Luxemburgo (apesar de seus erros) analisou de modo brilhante.

Em certas situações de agudo desequilíbrio em seu comércio exterior, as economias capitalistas adotam algumas medidas específicas, como, por exemplo, as restrições às importações e a desvalorização de suas moedas — de modo a tornar mais baratas suas mercadorias nos mercados internacionais e, com isso, incrementar suas

exportações. Mas essas são medidas excepcionais e não formam, portanto, um mecanismo regular de ampliação de exportações.

O imperialismo é o mecanismo encontrado pelas economias capitalistas avançadas para assegurar-lhes o crescente fluxo de exportações, a realização externa de uma parte da crescente mais-valia criada internamente. Como escreve Kalecki:

É óbvia a conexão entre os lucros "externos" e o imperialismo. A luta pela divisão dos existentes mercados estrangeiros e a expansão dos impérios coloniais, que propiciam novas oportunidades para a exportação de capital associada à exportação de produtos, podem ser vistas como um esforço pelo saldo de exportação, a fonte clássica dos lucros "externos". Theory of Economic Dynamics, cap. 3, p. 52.

b. Déficit Orçamentário

De todos os elementos determinantes dos lucros, o de mais fácil controle por parte da classe capitalista como um todo é o déficit orçamentário do Governo. Embora seus próprios gastos em investimento e consumo se incluam entre esses determinantes, os capitalistas enquanto classe não têm controle sobre eles. Se o tivessem, os capitalistas procurariam investir e consumir em níveis suficientemente altos para pôr em funcionamento toda sua capacidade produtiva e, desse modo, maximizar o volume de seus lucros; se o tivessem, os capitalistas como classe não se veriam obrigados a recorrer a crescentes exportações e a déficits do Governo para cobrir a insuficiência de seus próprios gastos. Por outro lado, embora os capitalistas como classe procurem, através de uma política imperialista, assegurar-se de um permanente saldo de exportação, eles não detêm o completo controle desse processo: o saldo de exportação de um país depende também dos países importadores.

Assim, o déficit orçamentário do Governo constitui o único determinante dos lucros sobre o qual os capitalistas podem exercer completo domínio, atuando como classe. E isto pela evidente razão

de que, no sistema capitalista, o Estado é controlado pelos capitalistas (embora, é claro, esse controle não esteja isento de contradições e de influências de outras classes). Detendo esse controle, os capitalistas procuram manejar o orçamento governamental em seu próprio benefício. Uma das medidas adotadas nesse sentido é a de recorrer ao déficit orçamentário (financiado por empréstimos, como vimos na seção 5) com a finalidade de estimular a demanda efetiva e elevar o nível dos lucros, do que também resulta a ampliação dos níveis do emprego, dos salários e da renda nacional. O déficit orçamentário financiado por empréstimos constitui, segundo Kalecki, o grande "truque financeiro" utilizado pelas economias capitalistas depois da grave crise de 1929-1932.

Agora, se os capitalistas aprenderam esse grande "truque" e dispõem de poder para aplicá-lo, seria de se esperar que o fizessem permanentemente e em níveis suficientemente altos para que a adicional demanda efetiva assim gerada absorvesse toda a capacidade ociosa existente, maximizando o volume de lucros. Na verdade, porém, os capitalistas não procedem assim, devido fundamentalmente a motivos políticos.⁽¹³⁾

Embora o Governo seja controlado pelos capitalistas, estes não vêem com bons olhos a intervenção governamental em determinadas esferas econômicas. Os mais conservadores se opõem mesmo a qualquer ação do Governo que interfira com as regras do jogo do laissez-faire, incluindo entre essas ações o uso do déficit orçamentário como instrumento de reativação dos níveis de atividades produtivas. Para eles, o Governo deveria limitar ao estritamente necessário sua intervenção na economia, contendo suas despesas e, conseqüentemente, reduzindo suas receitas (isto é, diminuindo sua arrecadação de tributos), com um orçamento equilibrado — o que, segundo

(13) Ver M. Kalecki, "Os Aspectos Políticos do Pleno Emprego", de 1943 (incluído em Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas).

Kalecki, constitui a doutrina das "finanças sadias" a que os conservadores recorrem quando desejam atacar a política governamental de déficits orçamentários. Ainda dentro desta linha, para reativar a produção o Governo deveria atuar não diretamente sobre ela ou por meio de déficits orçamentários, mas sim através de estímulos aos investimentos privados;⁽¹⁴⁾ por exemplo, reduzindo o imposto sobre o lucro e/ou comprimindo as taxas de juros.

Os capitalistas menos conservadores concordam com a atuação direta do Governo na esfera da produção, mas, é lógico, desde que a intervenção se limite àqueles ramos de atividade pelos quais o capital privado não se interessa -- em suma, os ramos deficitários ou de muito baixa rentabilidade. Assim, o déficit orçamentário deveria corresponder a investimentos públicos exclusivamente nesses ramos. Acontece, todavia, que não existem muitos desses ramos e isto traz em si mesmo o perigo de que os investimentos públicos se extravasem para outras atividades. Portanto, o investimento público precisa ser contido, o que reduz a possibilidade de ampliação do déficit orçamentário.

A despesa governamental se divide em despesa de capital e despesa corrente. Se o gasto de capital deve ser restringido para se evitar o perigo de o Governo investir em atividades de interesse dos capitalistas, a parte da despesa corrente poderia, aparentemente, ser ampliada sem limites. Mas isto não é verdade. Embora a burocracia estatal possa ser aumentada consideravelmente, sua expansão também tem limites, os quais determinam a magnitude da despesa corrente com pessoal. Uma eventual alternativa para ampliar a despesa corrente seria através de subsídios ao consumo popular. Sobre isto Kalecki escreve o seguinte:

(14) Essa é uma falsa alternativa, como mostra Kalecki em seu artigo "Full Employment by Stimulating Private Investment?", em Oxford Economic Papers, março de 1945.

Poder-se-ia esperar, portanto, que os líderes empresariais e seus assessores fossem mais favoráveis ao subsídio ao consumo popular (por meio de pensões às famílias, subsídios para manter baixo o preço dos produtos essenciais, etc.) do que ao investimento público, porque, subsidiando o consumo, o Governo não estaria embarcando em nenhum tipo de "empresa". Na prática, porém, esse não é o caso. De fato, o subsídio ao consumo popular é muito mais violentamente combatido do que o investimento público, porque coloca-se aqui um princípio "moral" da mais alta importância. Os fundamentos da ética capitalista requerem que "Você ganhará seu pão com o suor de seu rosto" — ~~amenos~~ que você tenha meios privados. /"Os Aspectos Políticos do Pleno Emprego", em Crescimento e Ciclo, p. 56.]

Cabe mencionar ainda uma outra alternativa para os gastos governamentais: a compra de armamentos. Essa alternativa não apresenta os inconvenientes das outras antes mencionadas. Mais do que isto, ela tem a grande vantagem de reforçar as defesas bélicas dos Estados capitalistas contra seus inimigos externos e internos. Estes dois motivos por si sós são suficientes para explicar por que os gastos governamentais com armamentos crescem assustadoramente ao longo do tempo.

Para concluir, vejamos uma importante razão pela qual os capitalistas em conjunto não têm interesse em ampliar o déficit orçamentário do Governo até o ponto em que a demanda efetiva, assim aumentada, ponha em funcionamento toda a capacidade produtiva disponível e, como consequência, elimine (ou, pelo menos, reduza consideravelmente) o existente desemprego de força de trabalho. Em outras palavras: até aqui mencionamos alguns motivos por que os capitalistas se opõem a um grande aumento do déficit orçamentário do Governo; agora, trata-se do motivo por que os capitalistas se opõem a um estado de pleno emprego, que poderia ser mantido se, por exemplo, o déficit orçamentário fosse utilizado para tal finalidade, com a devida magnitude.

Esse motivo é bem simples: do ponto de vista político, o estado de pleno emprego é indesejável. Evidentemente que, com a plena

utilização do aparato produtivo, o nível dos lucros seria mais elevado. Isso poderia não ocorrer se, dada a situação de pleno emprego e o conseqüente aumento do poder de negociação dos trabalhadores, estes conseguissem maiores salários, provocando uma redistribuição de renda a seu favor, o que, entretanto, não é garantido, posto que a elevação de salários poderia ser compensada, por parte dos capitalistas, por uma subida dos preços. Mas, mesmo não havendo uma real redistribuição de renda, a situação se tornaria incômoda para os capitalistas, porque certamente se intensificaria a luta dos trabalhadores por sua maior participação na renda nacional. Essa luta, geralmente sob a forma de greves, tenderia a criar uma tensão política. Os possíveis aumentos salariais, acompanhados por elevações dos preços, gerariam uma espiral inflacionária. Dentro das empresas, a indisciplina dos trabalhadores tenderia a crescer, posto que, como diz Kalecki, "sob um regime de permanente pleno emprego, a demissão de empregados deixaria de exercer sua função de medida disciplinar." ("Os Aspectos Políticos do Pleno Emprego", op. cit., p. 56.) Assim, mesmo que o estado de pleno emprego e de total utilização da existente capacidade produtiva favoreça o volume total de lucros, as razões acima apontadas nos levam a crer que a manutenção de tal estado não conta com o apoio dos capitalistas:

Os líderes empresariais apreciam mais a "disciplina nas fábricas" e a "estabilidade política" do que os lucros. Seu instinto de classe lhes diz que, de seu ponto de vista, um pleno emprego durável é insano, e que o desemprego é uma parte integrante do sistema capitalista normal. /Idem, p. 56./⁽¹⁵⁾

(15) Em corroboração a esta afirmação de Kalecki, ver, por exemplo, o capítulo 5 do livro de William H. Beveridge, Full Employment in a Free Society (Londres, Allen & Unwin, 1944), onde se discute o problema da "disciplina" dos trabalhadores numa situação de pleno emprego. Beveridge transcreve trechos de dois artigos publicados em 1943 na Inglaterra (em Banker's Magazine e The Times), segundo os quais o pleno emprego constitui uma ameaça ao sistema da "iniciativa privada".

Em resumo, embora o déficit orçamentário seja um elemento de grande expressão na determinação dos níveis dos lucros, dos salários e da renda nacional, e estando esse elemento sob controle dos capitalistas como classe, estes não o utilizam em seu máximo efeito — que é o de atingir e manter o estado de pleno emprego — por temerem suas consequências políticas.

Assim, como previu Kalecki em seu artigo "Os Aspectos Políticos do Pleno Emprego" (de 1943), as flutuações cíclicas das economias capitalistas maduras no período posterior à Segunda Guerra Mundial teriam acentuadas conotações políticas. Os capitalistas aprenderam o "truque financeiro" para evitar as crises e até mesmo para manter uma situação de pleno emprego, mas, por motivos políticos, o "truque" só seria utilizado de modo limitado: quando a economia tende naturalmente para a depressão, amplia-se o déficit orçamentário para reverter a tendência; mas quando, ao expandir-se, a economia se aproxima do estado de pleno emprego (ou simplesmente reduz o desemprego a baixos níveis), o déficit é contido e provoca-se intencionalmente uma recessão (embora suavizada) para se evitar as inconveniências políticas daquele estado. (16)

(16) Para uma avaliação atual das previsões de Kalecki acerca dos ciclos econômicos de caráter político, ver George R. Feiwel, "Reflection on Kalecki's Theory of Political Business Cycle", em Kyklos, fasc. 1 de 1974.

9. DETERMINANTES DO INVESTIMENTO

a. Introdução

Desde seu primeiro trabalho teórico ("Esboço de uma Teoria do Ciclo Econômico", de 1933, incluído em Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas), Kalecki procurou formular uma explicação dos elementos determinantes do investimento. Em 1939, em seu livro Ensaio sobre a Teoria das Flutuações Econômicas (cap. 4, 5 e 6), ele fez uma nova tentativa. Em 1954, na Teoria da Dinâmica Econômica (cap. 6 a 9), ele apresentou mais uma versão do problema. Em 1968, em seu artigo "Tendência e Ciclo Econômico" (incluído em Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas), ele retomou o assunto, com uma nova formulação. Esta foi sua última tentativa de dar uma solução final ao problema.

Qual a razão de Kalecki insistir tanto sobre este problema? Para começar, não apenas nesse caso mas também em vários outros, Kalecki sempre teve a preocupação de aprimorar suas concepções, reelaborando uma ou mais vezes seus trabalhos. Além disto, como ele escreveu em seu artigo "Tendência e Ciclo Econômico", a determinação das decisões de investimento "continua sendo a principal pièce de résistance da Economia". Ou seja; num sistema capitalista do tipo laissez-faire, onde o Estado limita suas intervenções e onde, portanto, o déficit orçamentário do Governo tem um reduzido papel, o investimento se converte -- como assinalamos no fim da seção 7 -- na variável fundamental da dinâmica econômica, ou seja, no principal elemento determinante dos níveis das atividades econômicas como um todo. Assim, para se entender essa dinâmica, é imprescindível conhecer as razões que levam os capitalistas a investir, isto é, os motivos das decisões de investimento.

Em sua análise, Kalecki distingue o investimento em capital fixo e o investimento em estoques. Durante toda a presente seção trataremos apenas do primeiro, deixando para o fim uma referência ao problema da acumulação de estoques.

Kalecki separa também as decisões de investimento e os investimentos realmente efetuados. Embora em termos de valor o montante das decisões possa ser igual ao montante efetivamente investido, estas duas grandezas se apresentam separadas no tempo: $D_t = I_{t+v}$, onde D_t é o montante das decisões de investimento no momento t e I_{t+v} é o montante do investimento efetuado no momento $t+v$, isto é, num momento posterior ao da tomada de decisões. Essa separação é importante quando se analisa o fenômeno do ciclo econômico; como não é este o objeto de nosso interesse aqui, trataremos de D e I como se fossem a mesma coisa.

b. Taxas de Juros ⁽¹⁷⁾

Como foi explicado no capítulo 1 do presente trabalho, para a Economia tradicional (clássica e néo-clássica) a taxa de juros teria uma importância crucial na determinação dos investimentos: seria através das variações nessa taxa que o volume de investimentos se equilibraria com o montante de poupanças necessárias para financiá-los. Embora, depois da Teoria Geral de Keynes, essa explicação não mais seja adotada, a taxa de juros continua ocupando uma posição central em muitas concepções sobre os determinantes do investimento. Isto é o que acontece, por exemplo, na teoria do próprio Keynes, segundo a qual os capitalistas se sentem estimulados a investir quando a "eficiência marginal do capital" (isto é, a esperada taxa interna de retorno do investimento) é maior do que a corrente taxa de juros.

(17) A primeira concepção de Kalecki acerca das taxas de juros e de seu papel no processo de investimento encontra-se no já citado artigo "Esboço de uma Teoria do Ciclo Econômico", de 1933. Essa concepção foi sendo desenvolvida em trabalhos posteriores: especificamente, no cap. 5 de seus Ensaio sobre a Teoria das Flutuações Econômicas e nos cap. 6 e 7 de sua Teoria da Dinâmica Econômica.

Para Kalecki o papel da taxa de juros no processo de acumulação de capital (ou, mais especificamente, no processo de tomada de decisão de investimento por parte dos capitalistas) é secundário. Antes, porém, de entrar nesta questão, é preciso esclarecer que ele diferencia as taxas de juros em dois tipos: taxa de curto prazo e taxa de longo prazo; isto é, a taxa referente aos empréstimos de curto prazo (onde se incluem, por exemplo, os depósitos bancários a prazo fixo, as letras de câmbio e as letras do Tesouro) e a taxa incidente sobre os empréstimos de longo prazo (onde se incluem títulos de crédito tais como as debêntures e as obrigações do Tesouro).

A taxa de juros de curto prazo é determinada pelo volume de transações econômicas e pela oferta de dinheiro por parte dos bancos — oferta esta que, por seu turno, pode ser controlada pela política monetária do Governo. Como a oferta de moeda usualmente não acompanha de perto as mudanças no volume de transações, a taxa de juros de curto prazo tende a variar no mesmo sentido do volume de transações, elevando-se ou declinando com ele.

Durante as fases de prosperidade econômica crescem o montante de transações e, conseqüentemente, a taxa de juros. Aparentemente (e assim é apresentado por alguns autores) isto tenderia a desestimular os investimentos, porque haveria uma elevação do custo do empréstimo a que os capitalistas recorrem para efetuar seus investimentos. Para Kalecki, todavia, tal fato não ocorre porque o empréstimo para investimento não é efetuado com taxa de juros de curto prazo, mas sim com a de longo prazo, e esta permanece relativamente estável no decorrer do ciclo econômico. Como escreveu:

O fato, assinalado acima, da estabilidade da taxa de juros de longo prazo é particularmente importante para a análise do último estágio da expansão econômica. Ele elimina essas teorias do ciclo que atribuem a interrupção da prosperidade ao aumento da taxa de juros. Porque a taxa de juros só pode parar a pros-

peridade ao obstruir o investimento, e é principalmente a taxa de longo prazo que interessa na atividade de investimento. Essays in the Theory of Economic Fluctuations, cap. 5, p. 115⁽¹⁸⁾

A explicação de Kalecki (principalmente a que se encontra no cap. 7 da Teoria da Dinâmica Econômica) para a taxa de juros de longo prazo é bastante complicada; vamos procurar expô-la em suas linhas gerais. Para começar, é preciso levar em conta o seguinte: a taxa de juros de longo prazo — assim como a de curto prazo — depende da situação da demanda e da oferta de empréstimos. Contudo, enquanto a demanda por empréstimos de curto prazo é determinada pelo volume de transações, nos empréstimos de longo prazo ela é estabelecida pelo montante das decisões de investimento tomadas pelos capitalistas. Agora, dada a oferta total de moeda por parte do sistema bancário, a taxa de juros de longo prazo vai depender da comparação entre as alternativas de empréstimos de curto e de longo prazo.

Ao comparar essas alternativas, os eventuais emprestadores de dinheiro (vamos chamar assim, em lugar de investidores, para não confundir com aqueles que efetuam investimentos em capital fixo), que podem ser empresas ou indivíduos, levam em conta a estimada taxa de juros de curto prazo durante os próximos anos futuros (a qual denotaremos por i_e), e o risco que eles podem correr em empréstimos de longo (representaremos por h a taxa de risco).

Para calcular i_e — a taxa de juros que os emprestadores acham que poderiam auferir se empregassem ininterruptamente seu dinheiro

(18) Com essa observação Kalecki respondia a alguns autores que haviam criticado sua primeira versão do modelo dos ciclos econômicos ("Esboço de uma Teoria do Ciclo Econômico", cit.) com o argumento de que seu modelo não levava em conta o caráter estabilizador da taxa de juros no decorrer do ciclo. Este argumento foi repetido por J. Schumpeter em seu livro Business Cycles (Nova Iorque, McGraw-Hill, 1939), vol. I.

em créditos de curto prazo durante os próximos anos, isto é, durante todo o período dos empréstimos de longo prazo em exame -, os emprestadores se baseiam nas taxas de curto prazo vigentes nos anos passados recentes. Isto posto, a taxa de juros de longo prazo (representada por $\underline{r}$) deve ser, no mínimo, igual a $\underline{i}_e$. Além disto, os empréstimos de longo prazo envolvem maiores riscos. Estes são, em parte, compensados por certas vantagens: a taxa de juros é constante, enquanto as de curto prazo estão sujeitas a flutuações, e os empréstimos de longo prazo não têm a inconveniência de precisarem ser renovados com tanta frequência como os de curto prazo. Descontadas essas vantagens, sobra ainda uma parcela de risco implicada nos empréstimos de longo prazo. Assim, além da taxa $\underline{i}_e$, os emprestadores estimam ainda uma taxa $\underline{h}$ a ser cobrada pelo risco, de modo que a taxa de juros de longo prazo corresponde a

$$\underline{r} = \underline{i}_e + \underline{h}.$$

Embora $\underline{r} > \underline{i}_e$, isto não quer dizer que, num dado ano, $\underline{r}$ seja necessariamente maior do que a corrente taxa de juros de curto prazo, a qual denotamos por $\underline{i}$. Considerando que $\underline{i}_e$ é estimada com base em taxas passadas, e que $\underline{i}$ está sujeita a flutuações constantes, então, num ano qualquer, a taxa real de juros de longo prazo ($\underline{r}$) pode ser superior, igual, ou inferior à taxa real de juros de curto prazo ($\underline{i}$).

Para o problema de nosso interesse aqui - o dos determinantes do investimento -, o aspecto importante a salientar na taxa de juros de longo prazo, quando comparada com a de curto prazo, é sua relativa estabilidade. Como foi explicado há pouco, ao calcular a esperada taxa de juros de curto prazo $\underline{i}_e$ para os próximos anos futuros, os emprestadores se baseiam nas reais taxas de juros de curto prazo observadas nos últimos anos passados; ao fazer isso, eles provavelmente descartam como excepcionais as taxas muito altas ou muito baixas desses anos, e tomam por base as taxas que se encontram mais próximas de um valor médio; em outras palavras, num dado

ção, i_e constitui aproximadamente a média das taxas reais de juros de curto prazo observadas num certo número de anos passados. Portanto, ao longo do tempo, i_e corresponde, em termos estatísticos, a uma aproximada média móvel de certo número de anos, e, com tal, apresenta uma relativa estabilidade.

Agora, se durante um determinado número de anos as taxas reais de curto prazo, apesar de suas oscilações, apresentam uma tendência ascendente ou declinante, i_e e, conseqüentemente, r acompanharão essa tendência. Assim, em períodos de tempo maiores, r também sofre variações consideráveis, mas, em períodos menores, essa taxa mostra relativa estabilidade. Para simplificar, poderíamos dizer que r pode variar entre dois ciclos econômicos, mas dentro de um mesmo ciclo ela permanece relativamente constante; portanto, r não apresenta oscilações cíclicas por que passa i (a taxa real de juros de curto prazo).

Para explicar a estabilidade de r no decorrer do ciclo econômico, é preciso também levar em conta um outro motivo: a taxa de risco h varia em sentido contrário à de i_e . Sendo $r = i_e + h$, a variação de h em direção oposta à de i_e dá a r uma estabilidade. Esse movimento oposto de i_e e h se explica do seguinte modo: dentro de um ciclo econômico, as mais altas taxas reais de juros de curto prazo se encontram na fase ascendente do ciclo (quando maiores são os volumes de transações), e as mais baixas se encontram na fase descendente, de modo que o valor de i_e é elevado durante a prosperidade e reduzido durante a depressão; com a taxa de risco h acontece o contrário. Na fase de prosperidade, quando reina o otimismo no "mundo dos negócios", o risco nos empréstimos de longo prazo parece menor e, portanto, a taxa h diminui; na fase de depressão, a situação é oposta.

Concluindo: como os empréstimos para investimento são tomados a taxas de juros de longo prazo, e como estas permanecem relativamente constantes ao longo de um dado número de anos (por exemplo,

no decorrer de um ciclo econômico), então as taxas de juros não exercem influência sobre as decisões de investimento. Evidentemente que os capitalistas só tomarão empréstimo para investimento se a esperada taxa de lucro for superior à taxa de juros desse empréstimo. Nesse sentido, tanto a esperada taxa de lucro como a taxa de juros são importantes nas decisões de investir dos capitalistas. Mas, se a taxa de juros é constante, então somente a taxa de lucro passa a ter valor explicativo nas decisões de investimento, além, é claro, de outros possíveis motivos. É neste sentido que, como dissemos no princípio, a taxa de lucro tem um papel secundário entre os determinantes do investimento, de acordo com Kalecki.

c. Capital Empresarial e o Princípio do Risco Crescente⁽¹⁹⁾

Suponhamos que um capitalista pretende efetuar um investimento (seja para ampliar sua empresa ou para criar uma nova firma). Existe algum limite para o montante desse investimento? Este é o problema a ser discutido aqui.

Usualmente são mencionados dois fatores limitadores do montante do investimento: as deseconomias de grande escala e as limitações de mercado. De acordo com o primeiro, toda firma tem, por motivos técnicos e organizacionais, um tamanho ótimo, o qual, se ultrapassado, gerará deseconomias para ela. Para rebater essa idéia, Kalecki apresenta o seguinte argumento: embora toda firma possa ter um tamanho ótimo, isto não constitui um limite ao investimento, porque, em vez de investir numa única empresa com um tamanho acima do ótimo,

(19) A concepção de Kalecki a respeito desse problema foi desenvolvida ao longo dos seguintes trabalhos: "The Principle of Increasing Risk" (Economica, novembro de 1937), cap. 4 dos Ensaio sobre a Teoria das Flutuações Econômicas, e cap. 8 da Teoria da Dinâmica Econômica.

um capitalista poderia investir em várias firmas com tamanho adequado.

De acordo com o segundo fator, toda empresa conta com um mercado limitado para seu produto; a tentativa de ampliá-lo requereria reduções de preços e/ou aumentos nos custos de comercialização, com reflexos negativos sobre os lucros; assim, o mercado determina a dimensão da empresa. Para Kalecki, esse fator é bastante real, mas não explica inteiramente o problema; tanto é assim que, num mesmo ramo de produção, existem empresas de diversos tamanhos e, portanto, com diferentes dimensões de mercado.

O principal limite para o montante de um determinado investimento a ser efetuado por uma firma é estabelecido — segundo Kalecki — pela dimensão do capital empresarial, isto é, o capital próprio da firma. O capital empresarial estabelece o limite do investimento por dois motivos: primeiro, determina o grau de acesso da firma ao mercado de capitais; segundo, determina o grau de risco do investimento a ser efetuado. (20)

Suponhamos que uma firma pretende efetuar um investimento, parte do qual deve ser financiado com empréstimos. O montante desses empréstimos vai depender do montante de capital possuído pela firma, o qual, para os credores, serve como garantia dos empréstimos concedidos. Assim, determinando a magnitude máxima dos empréstimos que podem ser obtidos, o capital empresarial estabelece o limite do investimento total que pode ser efetuado pela firma.

Além disto, há o problema do risco crescente: dado o montante do capital empresarial, o risco corrido por uma firma ao fazer um investimento será tanto maior quanto maior for a grandeza do em-

(20) Kalecki examina esses dois motivos levando em conta, separadamente, duas situações alternativas: o investimento é financiado por empréstimos ou o investimento é financiado pela subscrição de ações (caso das sociedades anônimas). Como os resultados são semelhantes, mas a análise da segunda situação é tecnicamente mais complicada, limitamo-nos a expor a primeira.

préstimo tomado pela firma. Vejamos um exemplo numérico. Suponhamos que uma firma tenha um capital próprio de \$1 000 e efetue inteiramente com empréstimos um investimento também no valor de \$1 000, pelos quais ela paga uma taxa de juros de 10% ao ano. Imaginemos agora que a taxa anual de lucro (que antes devia ser maior do que a de juros) cai para 5%. Se a firma não tivesse investido, seu volume de lucro seria de $1\ 000 \times 0,05 = \$50$; com o investimento (e, portanto, com o capital no valor de \$2 000), o lucro passa a ser de $2\ 000 \times 0,05 = \$100$, mas como a firma paga $1\ 000 \times 0,1 = \$100$ de juros, nada lhe resta do lucro. Se, em lugar de \$1 000, a firma tivesse tomado \$2 000 de empréstimo, sua situação seria ainda pior: o lucro seria de $3\ 000 \times 0,05 = \$150$, mas os juros a serem pagos seriam de $2\ 000 \times 0,1 = \$200$. Em suma, quanto maior o empréstimo em relação ao capital da empresa, maior é o risco que ela corre de ter prejuízos, na hipótese de haver uma queda na taxa de lucro.

Como estamos vendo, o capital empresarial determina o montante de empréstimos que uma firma pode tomar para investimento. Daí, temos também que: (1º) a diversidade de tamanho entre as várias empresas num mesmo ramo de produção num dado ano se explica pelas diferenças entre os montantes de capital empresarial com que elas começaram a operar; (2º) a posterior expansão de uma empresa depende do quanto ela acumula capital a partir de seus próprios lucros. Quanto maior sua acumulação interna (isto é, o uso de seus próprios lucros para fins de acumulação), maior será seu capital empresarial e, conseqüentemente, maior será também o montante dos empréstimos que ela pode obter para investimento; em outras palavras, quanto maior a acumulação num dado momento, maior ainda poderá ser a acumulação no momento seguinte.

A partir daí Kalecki tira uma conclusão mais geral:

A limitação do tamanho de uma firma pela disponibilidade de capital empresarial atinge o próprio âmago do sistema capitalista. Muitos economistas supõem, pelo menos em suas teorias abstratas, uma situação de democracia econômica onde qualquer pessoa dotada de habilidade empresarial pode obter capital para começar um negócio. Esse retrato das atividades do empresário "puro" é, para dizer brandamente, irrealista. O mais importante pré-requisito para se tornar um empresário é a propriedade do capital. [Theory of Economic Dynamics, cap. 8, p. 94-95. Grifo no original.]

d. Determinantes do Investimento: Uma Formulação

No capítulo 9 da Teoria da Dinâmica Econômica, Kalecki explica as decisões de investimento, tomadas pelos capitalistas, a partir do existente nível de atividade econômica e da taxa de variação desse nível. Mais especificamente, ele relaciona três fatores determinantes das decisões de investimento: (a) a acumulação interna de capital pelas empresas, (b) as variações nos lucros, e (c) as variações no estoque de capital fixo.

A acumulação interna de capital, por parte das empresas, está estreitamente relacionada com o nível de atividade econômica. Quanto mais elevado for esse nível, maior deve ser a poupança bruta das empresas, a qual compreende a reserva para depreciação e os lucros líquidos não distribuídos. A poupança bruta tende a ser investida (isto é, acumulada internamente); isso, por sua vez, aumenta o capital empresarial e — como foi explicado há pouco — amplia a possibilidade de a firma lançar mão de recursos externos para aumentar ainda mais seu investimento. Assim, a poupança bruta das empresas é fundamental na determinação do montante de investimento a ser efetuado.

Mas, na verdade, Kalecki não leva em conta somente a poupança interna das firmas. A essa poupança ele adiciona a poupança pessoal dos grupos que detêm o controle das firmas, a qual tende também a ser investida nas próprias firmas. Trata-se, portanto, não

apenas da poupança interna das empresas, mas sim da poupança dos capitalistas como um todo (incluindo firmas e indivíduos). Agora, considerando que a poupança dos capitalistas constitui a maior parte da poupança total da sociedade e com ela mantém uma estreita correlação, para simplificar a equação dos determinantes do investimento podemos tomar por base a poupança bruta total da sociedade, que denotaremos por S . Isto simplifica a equação porque usualmente as informações estatísticas disponíveis a respeito da poupança se referem a S e não à poupança dos capitalistas.

Embora o existente nível de atividade econômica (que se reflete no volume de poupança dos capitalistas) seja fundamental para explicar o montante de investimento em capital fixo, a decisão de efetuar esse investimento depende também das variações no nível de atividade, ou, mais precisamente, das variações na taxa de lucro. Isto é claro: mesmo dispondo de poupanças para investir, os capitalistas só se decidirão a investi-las se as variações na taxa de lucro forem favoráveis; o mesmo acontece com os recursos externos que os capitalistas podem obter para investimento. Assim, são as variações na taxa de lucro que determinam se o montante de investimento num dado período de tempo será igual, inferior ou superior ao volume de poupança de que os capitalistas dispõem.

A taxa de lucro pode ser expressa como a relação entre o lucro P e o estoque de capital fixo K , isto é, como P/K . Portanto, as variações na taxa de lucro resultam de alterações em P e em K : supondo-se K constante, um aumento de P eleva a taxa de lucro; tomando-se P como dado, um acréscimo de K reduz a taxa de lucro. Como as decisões de investimento variam no mesmo sentido da taxa de lucro, então o investimento é uma função crescente do aumento do lucro (ΔP) e uma função decrescente do aumento do estoque de capital fixo (ΔK).

À primeira vista pode parecer supérfluo considerar P e K isoladamente, em lugar da relação P/K . Mas não o é, porque, para de-

cidirem a respeito de seus investimentos, os capitalistas observam o comportamento tanto de $\underline{P}$ como de $\underline{K}$. Num determinado ramo de atividade, num certo intervalo de tempo em que o estoque de capital é dado, os capitalistas se sentirão estimulados a investir se o montante de lucro aumentar. Por outro lado, nessa mesma situação, um grupo de capitalistas será desestimulado a investir se outro grupo, dentro do mesmo ramo de atividade, já estiver ampliando seu capital (a não ser, é claro, que o primeiro grupo pretenda acirrar a competição com o outro, ou que o mercado seja suficientemente amplo para absorver uma aumentada produção por parte de ambos os grupos).

Em suma, se representamos por $\underline{I}_{t+v}$ o montante de investimento em capital fixo num momento $t+v$, por $\underline{S}_t$ a poupança bruta total num momento anterior t , por $\Delta \underline{P}_t$ e $\Delta \underline{K}_t$ as variações no lucro e no estoque de capital fixo, respectivamente, no intervalo de tempo entre t e $t+v$, e se expressarmos o montante de investimento como uma função linear das outras três variáveis, então podemos escrever

$$\underline{I}_{t+v} = a \underline{S}_t + b \Delta \underline{P}_t - c \Delta \underline{K}_t + B \quad (9)$$

onde B é uma constante, ou, mais exatamente, um parâmetro sujeito apenas a mudanças de longo prazo; em especial, as alterações de B refletem as inovações tecnológicas. Os coeficientes a , b , c expressam a intensidade com que o investimento no momento $t+v$ reage em função, respectivamente, da poupança total no momento t e das variações no lucro e no estoque de capital no intervalo de tempo anterior ao momento $t+v$. (21)

(21) A equação (9) é de fundamental importância para explicar o mecanismo dos ciclos econômicos (de acordo com o modelo dos ciclos apresentado no cap. 11 da Teoria da Dinâmica Econômica). Mas, para ser empregada com essa finalidade, a equação (9) precisa passar por algumas mudanças formais (isto é, que não alteram seu significado mas apenas sua forma) de que não trataremos aqui.

Até aqui temos tratado unicamente do investimento em capital fixo, mas cabe acrescentar algumas palavras acerca do investimento em estoques, isto é, da acumulação — ou formação — de estoques, que corresponde ao acréscimo dos estoques de bens intermediários, de bens em processamento e de bens acabados mas ainda fora da circulação. Para Kalecki, a acumulação de estoques num momento qualquer pode ser expressa, aproximadamente, como uma função da variação no nível da produção, ou, para simplificar, no nível da renda, num período anterior:

$$\underline{J}_{t+v} = g \Delta \underline{Y}_t$$

onde $\underline{J}$ denota o investimento em estoques, $\Delta \underline{Y}$ é o acréscimo na renda e g é o coeficiente que relaciona essas duas grandezas. Tanto o coeficiente g como o lapso de tempo v devem ser considerados como valores médios da economia como um todo, posto que a relação entre a formação de estoques e a variação na produção é diferente nos vários ramos de atividade. Todavia, para simplificar ainda mais a equação de $\underline{J}$, ao relacioná-la com a do investimento em capital fixo, supomos que o intervalo de tempo entre $\Delta \underline{Y}$ e $\underline{J}$ é o mesmo que existe entre $\underline{I}$ e seus determinantes.

Finalmente, se adicionarmos a equação do investimento em estoques à equação do investimento em capital fixo, obteremos a equação dos determinantes da formação total de capital.

e. Determinantes do Investimento: Algumas Observações

Queremos fazer agora duas observações sobre a equação dos determinantes das decisões de investimento em capital fixo. A primeira se refere ao seguinte: pode-se tranquilamente afirmar que Kalecki deixa de incluir em sua equação vários elementos que exercem grande influência sobre as decisões de investimento. Na verdade, porém, alguns dos elementos que poderiam ser mencionados estão implicitamente incluídos na equação (9), ou, para ser mais específico, estão incluídos através da influência que eles exercem sobre as magnitu-

des de ΔP e/ou de ΔK . Este é o caso, por exemplo, do déficit orçamentário do Governo e do saldo de exportação: um acréscimo nessas duas variáveis deve provocar um aumento no investimento através do acréscimo no lucro.

Mas existem também outros elementos que não constam nem mesmo implicitamente da equação (9). Por exemplo, em sua equação dos determinantes do investimento, J. Steindl (cuja formulação do problema foi grandemente influenciada pelas primeiras concepções de Kalecki) inclui, além da poupança dos capitalistas — que também consta da equação (9) — dois outros elementos bastante distintos: o relativo endividamento dos capitalistas (quanto maior seu endividamento em relação a seu capital próprio, menor será seu investimento, o que está de perfeito acordo com o princípio kaleckiano do risco crescente) e o grau de utilização da capacidade produtiva (quanto maior esse grau, maior tenderá a ser o investimento).⁽²²⁾ Embora o grau de endividamento — ou, em outros termos, o grau de risco dos empréstimos tomados para investimento pelos capitalistas — possa ser considerado, na teoria de Kalecki, como o fator que determina o limite máximo do investimento a ser efetuado, esse fator não está presente na equação (9); o mesmo acontece com o grau de utilização da capacidade produtiva. Este último fato chega a ser paradoxal, considerando que em todo o restante de sua teoria da dinâmica das economias capitalistas maduras, Kalecki coloca em primeiro plano o problema da existência de capacidade ociosa como um fenômeno inerente a essas economias. Talvez até seja mesmo por essa razão — isto é, a existência de uma permanente capacidade ociosa — que esse fator não tenha sido incluído na equação (9); contudo, sua não inclusão só se justificaria se o grau de capacidade ociosa (ou, inversamente, o grau de utilização da capacidade produtiva) permanesse constante, o que não acontece de fato.

(22) Cf. J. Steindl, Maturity and Stagnation in American Capitalism (Oxford, Basil Blackwell, 1952), Introdução e, para uma análise minuciosa, os capítulos 9, 10 e 11.

Em defesa da equação de Kalecki pode-se argumentar o seguinte: do ponto de vista "operacional" e até mesmo pelo prisma teórico, não faz sentido incluir nessa equação todos os elementos que exercem alguma influência sobre o nível do investimento; basta que sejam considerados os elementos mais importantes, os elementos de maior poder explicativo. Isto posto, toda a questão se resume em saber quais são esses elementos — e a escolha desses elementos é, na verdade, a principal diferença entre, por exemplo, a fórmula de Kalecki e a de Steindl, cujas bases teóricas são as mesmas. Genericamente, todavia, podemos dizer que a própria "seleção" dos elementos mais importantes resulta das bases teóricas em que se apoia a formulação dos determinantes do investimento — e estas constituem a diferença fundamental entre a formulação de Kalecki e muitas outras formulações, como, por exemplo, as que se baseiam no princípio marginalista da maximização do lucro, ou no princípio da aceleração, ou na teoria dos jogos (na verdade, as formulações baseadas na teoria dos jogos não são explicações de como os investimentos são determinados, mas sim regras de comportamento que deveriam ser adotadas pelos investidores).⁽²³⁾

A segunda observação sobre a equação dos determinantes do investimento é mais complicada. Como escreveu Kalecki ao criticar a teoria da acumulação de capital de Rosa Luxemburgo: "Os capitalistas fazem muitas coisas como classe, mas certamente eles não investem como classe." ("O Problema da Demanda Efetiva em Tugan-Baranovski e Rosa Luxemburgo", em Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas, p. 15.) Partindo dessa crítica, a seguinte pergunta poderia ser feita: é possível formular uma função do investimento

(23) Uma resenha (ainda que não muito satisfatória) das diversas teorias modernas dos determinantes do investimento encontra-se em John R. Meyer & Edwin Kuh, The Investment Decision -- An Empirical Study (Cambridge-Massachusetts, Harvard University Press, 1966), cap. 2.

total? Não se trata de um problema de agregação de diferentes parcelas de investimento que incorporam diferentes equipamentos de capital, isto é, um problema de somar grandezas heterogêneas; não pretendemos levar nossa discussão até esse ponto. Nossa pergunta é outra: é possível formular, numa única equação, os determinantes de todos os investimentos num dado período de tempo, ou seja, os determinantes do investimento de cada capitalista, ou de cada grupo de capitalistas, considerado separadamente, tendo em vista que os capitalistas não investem como classe?

Se a resposta fosse negativa, então a equação (9), por exemplo, só seria válida para determinar o investimento de cada ramo de atividade em separado, e o investimento total seria obtido pela soma do investimento de todos os ramos. Mas não há motivo para a resposta ser negativa. Negar a possibilidade de formular uma equação do investimento total é, metodologicamente, o mesmo que negar a possibilidade de explicar quaisquer outros agregados econômicos, é o mesmo que negar a validade de uma teoria macroeconômica onde os objetos de estudo são constituídos por esses agregados. A verdade contida na afirmação de que os capitalistas não investem como classe — mas sim separadamente — não implica em reconhecer a impossibilidade de elaborar uma equação do investimento total. Se todos os capitalistas investem — embora separadamente — em função de certos determinantes comuns, então é válido formular uma equação do investimento total a partir desses elementos, como o faz Kalecki.

Por outro lado, todavia, se é verdade que os capitalistas não investem como classe, e se isto é importante (como realmente o é) para explicar o comportamento deles enquanto investidores, então esse fato deveria também ser levado em conta na equação do investimento total, o que não ocorre na equação (9). Essa é, certamente, sua grande falha e, em nosso entender, é por causa desta falha que a equação não explica a seguinte questão fundamental: se existe uma grande e generalizada capacidade ociosa, um aumento de lucro

na economia como um todo não é suficiente para estimular o investimento. Foi para resolver esta questão que Steindl incluiu, em sua equação dos determinantes do investimento, o aumento no grau de utilização da capacidade produtiva. A solução encontrada por Kalecki para esta questão foi diferente, ou seja, foi exatamente a de levar em conta que os capitalistas não investem como classe, isto é, que a atividade de investimento dos capitalistas está intimamente ligada à concorrência entre eles. É disto que trataremos agora.

f. Determinantes do Investimento: Uma Nova Formulação

No artigo "Tendência e Ciclo Econômico", de 1968 (incluído em Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas), Kalecki apresenta sua última versão dos determinantes do investimento. Nessa versão, ele mantém os elementos $\underline{a S}_t$ e $\underline{B}$ da equação (9), sendo $\underline{B}$ "uma grandeza levemente mutável" e que expressa a influência direta das inovações tecnológicas sobre o montante do investimento. (Mais adiante voltaremos a tratar do significado de $\underline{B}$.) Mas o elemento $\underline{a S}_t$ sofre uma pequena alteração: ele deixa de significar a influência exercida pela poupança bruta total sobre o montante de investimento e passa a corresponder exatamente à poupança bruta dos capitalistas; logo, $\underline{a S}_t$ pode ser reescrito como $\underline{e S}_t$, onde $\underline{e}$ corresponde ao coeficiente da participação relativa da poupança dos capitalistas na poupança total da sociedade. Assim, se $\underline{I}_{t+v} = \underline{e S}_t$, isto quer dizer que no momento $t+v$ os capitalistas investem em capital fixo um montante igual à poupança própria de que dispunham no momento anterior t ; se $\underline{I}_{t+v} > \underline{e S}_t$ ou se $\underline{I}_{t+v} < \underline{e S}_t$, então os capitalistas investiram mais, ou investiram menos, do que o volume de sua poupança no momento anterior. Portanto, o que faz com que o montante de investimento num momento qualquer seja igual, superior, ou inferior ao volume de poupança dos capitalistas num momento anterior é a magnitude dos outros elementos participantes das

decisões de investimento. Que elementos são esses? Além de $\underline{B}$, é introduzido na nova equação de Kalecki um outro elemento em lugar dos elementos $\underline{b} \Delta \underline{P}_t$ e $\underline{c} \Delta \underline{K}_t$ da equação (9).

Embora esse outro elemento seja diferente de $\underline{b} \Delta \underline{P}_t$ e $\underline{c} \Delta \underline{K}_t$ da equação (9), ele também se relaciona com a taxa de lucro esperada pelos capitalistas. Só que, agora, a esperada taxa de lucro está estreitamente relacionada com a inovação tecnológica e a concorrência entre os capitalistas. Neste sentido, a nova equação dos determinantes do investimento de Kalecki se aproxima ainda mais do principal motivo dado por Marx para a acumulação de capital (ver seção 8.b do capítulo 2 do presente trabalho).

Vamos procurar explicar esse novo elemento. Para começar, voltemos a uma questão básica: é preciso ter em mente que estamos tratando de uma economia capitalista madura, onde existe considerável capacidade ociosa e onde, portanto, a produção pode crescer sem que seja necessário ampliar a capacidade produtiva; logo, por que os capitalistas investem, por que acumulam capital? (Como se vê, estamos voltando à questão central levantada por Rosa Luxemburgo.) Pela nova explicação de Kalecki podemos inferir que os capitalistas continuam investindo — apesar da existente capacidade ociosa — a fim de obterem um aumento não só de seu volume de lucro mas também de sua taxa de lucro.

Representemos por $\underline{P}$ o lucro e por $\underline{K}$ o estoque de capital fixo num determinado momento; a vigente taxa de lucro será $\underline{p} = \underline{P}/\underline{K}$. Se, todavia, os capitalistas esperam obter, para novos investimentos, uma taxa de lucro $\underline{p}'$, maior do que $\underline{p}$, eles serão estimulados a investir; assim, a taxa de lucro $\underline{p}'$ num dado momento estimula o investimento no momento seguinte. Agora, a pergunta que se faz é: se já existe capacidade ociosa, como podem os capitalistas esperar auferir uma taxa mais elevada de lucro para novos investimentos? Para responder esta pergunta precisamos ver como se estabelece a taxa de lucro $\underline{p}'$.

Imaginemos que, por um motivo qualquer (por exemplo, em decorrência do acréscimo no déficit orçamentário do Governo ou no saldo de exportação), a economia esteja crescendo e haja, num dado intervalo de tempo, um aumento de lucro ΔP . Como existe capacidade ociosa, todo esse aumento poderia ser obtido com o atual estoque de capital K . Mas, se for efetuado um novo investimento nesse período, podemos dizer que uma parcela de ΔP será auferida por esse investimento; ou seja, ΔP será distribuído entre o existente estoque de capital e o novo investimento. Este corresponde, é claro, a uma pequena fração (digamos, por exemplo, $1/10$) do estoque de capital; se supomos que o acréscimo do lucro se distribui entre K e o investimento de modo relativamente proporcional, então o lucro captado pelo investimento corresponde a $n \Delta P$, onde n é também uma fração muito pequena. Se o lucro a ser auferido pelo novo investimento fosse apenas este, não haveria estímulo a investir, porque — como dissemos acima — todo o aumento de lucro ΔP poderia ser auferido mesmo sem haver investimento, isto é, com o existente estoque de capital K .

Acontece, porém, que $n \Delta P$ não é todo o lucro que pode ser captado pelo novo investimento; existe ainda uma outra parcela, derivada da influência do progresso técnico sobre o processo de produção. O equipamento de capital introduzido pelo novo investimento deve ter — como resultado do progresso técnico — um custo de força de trabalho bem menor, quando comparado com uma parcela do antigo equipamento; logo, o preço do produto gerado pelo novo equipamento deve cair, e isso provoca uma transferência, para o novo equipamento, de uma parcela da produção efetuada com o antigo equipamento. Ou seja, uma fração do lucro total P obtido com o existente estoque de capital transfere-se para o novo investimento; essa fração pode ser representada por dP .

Trata-se aqui de uma questão de obsolescência tecnológica de uma parte do existente equipamento de capital. Se o investimento

não incorporasse uma nova técnica de produção com maior produtividade do trabalho, então não existiria tal obsolescência. Vamos dividir o investimento em duas partes: uma parte R que serve para repor uma parcela do existente estoque de capital retirada do processo de produção em decorrência de seu desgaste físico (ou seja, R compensa a obsolescência física do existente estoque de capital); uma segunda parte, L , corresponde ao investimento líquido, isto é, a um acréscimo real no estoque de capital. Se o investimento total ($R+L$) incorpora a mesma técnica de produção do estoque de capital, então a parte R auferire a mesma massa de lucro antes obtida pelo capital que se desgastou, e a parte L auferire apenas uma pequena fração do acréscimo na massa de lucro. Agora, se todo o investimento incorpora uma técnica com maior produtividade do trabalho, ele provoca uma obsolescência tecnológica de uma parcela do existente estoque de capital; ou seja, uma parte desse estoque será retirada do processo de produção não apenas por desgaste físico mas também por "envelhecimento" técnico, visto não apresentar condições de competir com o novo equipamento. Assim, uma parcela dP do lucro existente, antes auferida por essa parte do estoque de capital, será transferida para o novo equipamento. O coeficiente d expressa, portanto, a taxa de depreciação real (incluindo tanto a depreciação física como a tecnológica) do estoque de capital.

Esse processo implica, evidentemente, uma situação de concorrência: tanto a concorrência entre os capitalistas como a competição entre os capitalistas, de um lado, e os trabalhadores, de outro. Se não houvesse essa concorrência (se uns capitalistas não estivessem interessados em se apoderar dos lucros auferidos pelos outros e se todos não ambicionassem elevar sua participação na renda total, isto é, aumentar a razão lucros/salários), não haveria motivos para novos investimentos incorporando técnicas de produção com menores custos de força de trabalho. Se não houvesse concorrência, os capitalistas não teriam por que investir: como existe capaci-

dade ociosa, todo acréscimo no volume de lucro poderia ser obtido com o mesmo estoque de capital.

Chegamos, assim, à mesma conclusão de Marx (já transcrita no capítulo 2 do presente trabalho), sendo a qual a tendência a acumular capital

é lei para a produção capitalista, imposta pelas incessantes revoluções nos métodos de produção, pela depreciação do existente capital sempre ligada com essas revoluções, pela luta competitiva geral, e pela necessidade de aprimorar a produção e ampliar sua escala meramente como modo de auto-preservação, e sob pena de ruína. [Capital, ed. cit., vol. III, cap. 15, seção 1, p. 239-240.]

Vejamos agora como podemos expressar formalmente (isto é, numa equação) esse motivo para a acumulação de capital. Juntando o que dissemos até aqui, o lucro que os capitalistas esperam auferir com o investimento corresponde a $\underline{n} \Delta \underline{P} + \underline{d} \underline{P}$, sendo $\underline{n} \Delta \underline{P}$ o lucro esperado resultante do acréscimo no lucro total e $\underline{d} \underline{P}$ o lucro esperado proveniente da transferência de lucro do antigo para o novo equipamento. Agora, se denotamos por $\underline{I}'$ o volume de investimento com o qual os capitalistas esperam obter a massa de lucro $\underline{n} \Delta \underline{P} + \underline{d} \underline{P}$, a esperada taxa de lucro (que Kalecki denomina de "taxa padrão") equivale a

$$\underline{p}' = \frac{\underline{n} \Delta \underline{P} + \underline{d} \underline{P}}{\underline{I}'} \quad (10)$$

enquanto o volume de investimento pode ser expresso como

$$\underline{I}' = \frac{\underline{n} \Delta \underline{P} + \underline{d} \underline{P}}{\underline{p}'} \quad (10a)$$

Tomando por base a "taxa padrão" de lucro $\underline{p}'$ que os capitalistas esperam obter, a equação (10a) nos mostra que o montante de investimento a ser efetuado vai depender da magnitude dos coeficientes $\underline{n}$ e $\underline{d}$, do aumento do lucro total ($\Delta \underline{P}$) e do existente nível de lucro ($\underline{P}$). Em outras palavras: dados o valores de $\underline{n} \Delta \underline{P}$ e de $\underline{d} \underline{P}$, o montante de investimento que capta a taxa padrão $\underline{p}'$ será igual a $\underline{I}'$. Agora, denotemos por $\underline{I}$ o investimento realmente efe-

tuado e por p a taxa de lucro efetivamente auferida por esse investimento. Pela equação (10) vemos que se o investimento efetuado I for maior do que I' , a taxa real de lucro p obtida por esse investimento será menor do que p' ; por outro lado, se $I < I'$, então $p > p'$. Assim sendo, os capitalistas tenderão a investir até que I seja igual a I' , isto é, até que a taxa de lucro efetivamente auferida, p , não se torne inferior à taxa de lucro esperada, p' , nas condições vigentes.

Para formular sua nova equação dos determinantes do investimento, Kalecki faz a seguinte suposição: se a esperada taxa de lucro p' não é maior nem menor do que a taxa vigente p (e, portanto, se $I' = I$), as poupanças dos capitalistas estão sendo inteiramente reinvestidas; daí, se o volume total de investimento que pode ser efetuado para captar a taxa p' é maior do que o montante de investimento que está sendo efetivamente efetuado (isto é, se $I' > I$), os capitalistas tenderão a investir mais do que o volume de suas poupanças; por outro lado, se $I' < I$, as poupanças dos capitalistas não serão inteiramente reinvestidas. Essa suposição é bastante realista. Se os capitalistas dispõem de uma dada poupança, e se a taxa de lucro que eles podem obter reinvestindo essa poupança é, pelo menos, igual à vigente taxa de lucro, eles tenderão a reinvesti-las inteiramente; se a taxa de lucro esperada é maior do que a vigente, eles tenderão a investir mais do que o volume de sua poupança; se a taxa de lucro esperada é menor do que a vigente, eles deverão investir menos do que o volume de sua poupança.

Isso também pode ser representado de outro modo. Seja S_t a poupança total da sociedade num dado momento t ; se e corresponde à participação relativa da poupança dos capitalistas na poupança total, então $e S_t$ é a poupança dos capitalistas no mesmo momento. Seja I_t' o montante de investimento que, também nesse momento, poderia ser efetuado para captar uma esperada taxa de lucro p' (cuja determinação foi vista acima), e seja I_t o volume de investimento

efetivamente levado a cabo nesse momento. Se I_t for menor do que I'_t , os capitalistas deverão aumentar seu investimento no momento seguinte, que representamos por $t+v$; mas se I_t for maior do que I'_t , os capitalistas deverão reduzir seu investimento no momento $t+v$; e se $I_t = I'_t$ (caso em que a esperada taxa de lucro no momento t é igual à vigente taxa de lucro), os capitalistas deverão investir um montante igual a sua poupança, ou seja, igual a $e S_t$. Portanto, no momento $t+v$ o volume de investimento em capital fixo, I_{t+v} , será igual a $e S_t$ mais (ou menos) uma parcela que reflete a diferença entre I'_t e I_t ; representaremos por $r (I'_t - I_t)$ essa parcela, onde r expressa a influência da diferença $I'_t - I_t$ sobre o investimento a ser efetuado no momento $t+v$. Como r é um coeficiente positivo, essa parcela será positiva se $I'_t > I_t$, e negativa se $I'_t < I_t$. Finalmente, levando ainda em conta a influência direta das inovações técnicas sobre o nível do investimento, devemos acrescentar uma terceira parcela, B , e teremos

$$I_{t+v} = e S_t + r (I'_t - I_t) + B \quad (11)$$

É preciso deixar claro o significado de B nesta equação. Como vimos, o progresso técnico atua sobre o nível de investimento através de sua influência sobre a taxa de lucro p' , ou, mais especificamente, provocando a transferência de uma parcela dP do lucro do antigo equipamento de capital para o novo equipamento incorporado no investimento, transferência esta que se dá graças à maior produtividade do trabalho (e, conseqüentemente, graças ao menor custo de produção) obtida com o novo equipamento. Mas a inovação tecnológica exerce também outros tipos de influência sobre o nível do investimento. Primeiro, ao criar novos produtos, ela abre novas oportunidades de investimento e, assim, estimula a acumulação de capital. Ademais, os capitalistas investem na própria atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. E, finalmente, ainda relacionado com o primeiro tipo de influência do progresso técnico (isto é, a que ocorre através do aumento de produtividade do tra-

'balho), é preciso considerar que as decisões de investimento são influenciadas pelo ritmo das inovações técnicas: quanto mais acelerado esse ritmo, maior a obsolescência tecnológica do existente estoque de capital (e, portanto, maior a grandeza do coeficiente $\underline{d}$, que é a taxa de depreciação), mais rapidamente uns capitalistas tendem a introduzir os novos equipamentos a fim de se beneficiarem da transferência de lucro, e, como resultado final, maior tende a ser o nível do investimento. Assim, todas essas influências adicionais do progresso técnico sobre o investimento podem ser expressas por meio da variável $\underline{B}$, a qual é considerada como constante num curto período de tempo (por exemplo, no intervalo de tempo entre o momento $\underline{t}$ e o momento $\underline{t+v}$).

Em suma, $\underline{B}$ representa o impacto "direto" do progresso técnico sobre o investimento, enquanto o elemento $\underline{dP}$ da equação (10) representa a influência "indireta", isto é, que se dá através da taxa de lucro. Essa idéia de separar em duas partes a influência das inovações tecnológicas sobre o investimento já havia sido sugerida por Kalecki no último capítulo de sua Teoria da Dinâmica Econômica, onde ele trata dos "fatores de desenvolvimento" das economias capitalistas; todavia, somente em seu artigo sobre "Tendência e Ciclo Econômico" essa idéia viria a ser incorporada à equação das decisões de investimento.

A equação (11) pode também ser escrita de outro modo. Como, num mesmo período, a poupança total iguala-se ao investimento total, vamos substituir $\underline{e S_t}$ por $\underline{e I_t}$; além disto, vamos também substituir $\underline{I_t}$ por seu valor dado na equação (10a); logo,

$$\underline{I_{t+v}} = \underline{e I_t} + \underline{r} \left(\frac{\underline{n \Delta P_t} + \underline{d P_t}}{\underline{p'}} - \underline{I_t} \right) + \underline{B}$$

Como escreve Kalecki:

O que caracteriza essa fórmula para as decisões de investimento por unidade de tempo, quando comparada com outras abordagens desse problema (incluindo meu trabalho anterior sobre o assunto)

é o elemento dP que explicitamente leva em conta o estímulo ao investimento decorrente da maior produtividade do trabalho nos novos equipamentos, permitindo-lhes colher lucros do antigo equipamento. /"Tendência e Ciclo Econômico", em Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas, p. 112./